

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO

**VAPOR, SUOR E SANGUE: MARINHEIROS-TRABALHADORES E OS LEVANTES
NAVAIS NO SÉCULO XX: MOBILIZAÇÕES LEGALISTAS NO CONTEXTO DOS GOLPES DE
ESTADO – BRASIL (1964) E CHILE (1973)**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO

VAPOR, SUOR E SANGUE

MARINHEIROS-TRABALHADORES E OS LEVANTES NAVAIS NO SÉCULO XX:
MOBILIZAÇÕES LEGALISTAS NO CONTEXTO DOS GOLPES DE ESTADO –
BRASIL (1964) E CHILE (1973)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia

Porto Alegre

2022

Ficha Catalográfica

C355v Castro, Robert Wagner Porto da Silva

Vapor, suor e sangue. Marinheiros-trabalhadores e os levantes navais do século XX : mobilizações legalistas no contexto dos golpes de Estado - Brasil (1964) e Chile (1973) / Robert Wagner Porto da Silva Castro. – 2022.

345 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

1. Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. 2. Marineros Antigolpistas de Chile. 3. Golpe de Estado. 4. Memória. I. Maia, Tatyana de Amaral. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO

VAPOR, SUOR E SANGUE

MARINHEIROS-TRABALHADORES E OS LEVANTES NAVAIS NO SÉCULO XX:
MOBILIZAÇÕES LEGALISTAS NO CONTEXTO DOS GOLPES DE ESTADO –
BRASIL (1964) E CHILE (1973)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Tatyana de Amaral Maia - PUCRS (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ananda Simões Fernandes - AHRs

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - UFPel

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida – UFAL

Porto Alegre

2022

À minha amada família.

AGRADECIMENTOS

Primeiro ao meu Senhor Jesus Cristo; meu Deus, refúgio e fortaleza; que guiou meus passos, me conduziu, guardou e abençoou até aqui.

À minha amada esposa, amiga e companheira de todas as horas durante os últimos vinte anos. Agradeço pelo amor, carinho, dedicação e compreensão pelos muitos momentos em que estive ausente durante mais esta jornada, que ora se encerra. Por ter, sempre com muito amor, compreendido as vezes que atravessei dias, noites e madrugadas sobre os livros. Ocasões em que, mesmo estando bem ali no escritório, ainda assim estava muito distante. Mas que você soube, com seus beijos e sorrisos, seguir iluminado minhas manhãs, como em todos esses anos em que estivemos juntos.

Aos meus amados filhos Priscila e Matheus, presentes que Deus me deu e que todos os dias agradeço a Ele. Obrigado meus filhotes por sempre me apoiarem e compreenderem quando estive ausente por esses tempos. Amo vocês meus pequenos!!!

À minha amada mãe, minha “Mamuska”, minha heroína, primeira e mais importante mulher de minha vida, aquela que me ensinou o que é o amor de verdade e a importância de amar com a própria vida. Por “ter feito quem sou”, em todos os sentidos. Por ter me mostrado o valor e a importância do conhecimento e dos estudos ao estimular em mim a busca pelo conhecimento. Por me ensinar que não há vitória que conquistemos sós, pois tudo na vida é um processo social, de mútuas interações, e, assim sendo, toda conquista é sempre de muitos e por muitos, nunca por exclusivo mérito individual. Agradeço, mamãe, por responder aquelas sequências intermináveis de perguntas naquelas nossas conversas na cozinha, enquanto fazia o almoço e eu era ainda um menininho que acreditava ter em você todas as respostas. Hoje, mãe, com a cabeça cheia de cabelos brancos e outras tantas dúvidas, agradeço por estar sempre em meus pensamentos e em meu coração. Mamãe, eu sempre vou te amar!

Ao meu amado pai, pelas ricas conversas nas quais aprendo muito sobre trabalho, caráter e honestidade. Um homem que, mesmo sem saber, me ensina

constantemente sobre a natureza humana. De quem sempre serei um eterno admirador, sobretudo por sua força e o modo aguerrido como sempre enfrentou a vida. Te amo, meu pai.

À minha querida orientadora, professora e amiga Tatyana de Amaral Maia. Pela confiança, compreensão e, principalmente, por acreditar em meu trabalho durante esses anos tão difíceis para todos nós. Agradeço pela dedicação, carinho e profissionalismo a mim dispensados nesta caminhada, sobretudo naquelas horas em que eu mesmo duvidei que conseguiria chegar até aqui. Obrigado por sempre acreditar em mim!

Aos grandes amigos e colegas de Academia, Edgar Ávila Gandra; amigo e orientador de mestrado na Universidade Federal de Pelotas, de onde guardo ótimas lembranças e uma saudade imensa; e Anderson da Silva Almeida, “nauta” como eu e amigo de uma vida, desde os tempos da Universidade Federal Fluminense. Agradeço, meus amigos, pela consideração, paciência e preciosas palavras durante todos esses anos.

Aos professores e professoras Marcos Borges, Caroline Bauer e Ananda Simões Fernandes; pelas dicas de leitura e contribuições em minha pesquisa, além do carinho e atenção que sempre me dedicaram. Aos funcionários do PPGH-PUCRS – e aqui incluo os professores e professoras – que de muitas maneiras contribuíram com minha pesquisa. Um agradecimento especial ao pessoal da Secretaria do PPGH, pela atenção e presteza com que sempre me atenderam.

Às novas e valiosas amizades que cativei além das fronteiras do Brasil. Homens e mulheres que têm em comum o amor pelo Chile, cujo povo e cultura aprendi a admirar ao longo da trajetória desta pesquisa. País que tive a satisfação de visitar, pela primeira vez, em novembro de 2019, quando a sociedade chilena se mobilizava em manifestações de rua que impulsionaram as profundas mudanças hoje em curso no Estado e na própria sociedade chilena, que ainda vive sob o “jugo” de uma Constituição aprovada na ditadura liderada pelo general Augusto Pinochet. Foram dias que me valeram por anos, uma experiência única por meio da qual tive a certeza da relevância do objeto de pesquisa que escolhi. Dias em que tive a honra de conhecer, pessoalmente, os senhores: Mariano Ramirez, José Luiz Jorquera e

Pedro Blaset Castro. Homens que compartilharam comigo partes de suas vidas, memórias de períodos de luta e dor que revelaram a mim durante valiosas horas de conversa. Deixo um agradecimento especial ao amigo Don Mariano Ramirez “Peñablanca” e sua esposa, que me receberam em sua casa com toda consideração e carinho, pelo que serei eternamente grato. Espero em Deus poder retornar ao Chile o quanto antes para agradecer-lhes pessoalmente.

Não poderia esquecer de Genaro Monsalves Jerez, pessoa que me guiou pelas ruas de Valparaíso assim que cheguei à cidade. Conduzindo-me até o local de minha estadia em meio ao caos provocado pelo confronto entre forças policiais e manifestantes. Com desprendimento, consideração e, sobretudo, uma rara demonstração de empatia e humanidade, Don Genaro prestou inestimável ajuda a este estrangeiro desconhecido.

À amiga Elizabeth Moraga, cineasta e produtora audiovisual, que tem realizado um belíssimo trabalho de memória com os marinheiros chilenos que se opuseram ao golpe em 1973. Agradeço pela gentileza com que me tratou enquanto estive em Valparaíso e pelas proveitosas conversas e trabalhos que temos estabelecido desde então.

A Don Jaime Salazar e Don Carlos Garcia, novos amigos chilenos que, embora ainda não nos conheçamos pessoalmente, confiaram compartilhar comigo suas experiências de vida, especialmente as memórias mais intensas e dolorosas de quando se levantaram contra a ruptura democrática em seu país. Pela inestimável contribuição que prestaram a este estudo e, principalmente, pelo tempo e confiança a mim dispensados.

Um agradecimento especial ao querido amigo e aguerrido *marinero de Chile* Don Víctor López (*in memoriam*) com quem, mesmo vivendo em Cuba, estabeleci uma intensa amizade. Homem politicamente combativo e socialmente engajado, de uma mente incrível, que, com sua vivência durante os tempestuosos dias que culminaram no golpe e os anos de ditadura que se seguiram, contribuiu imensamente para a realização desta pesquisa. Infelizmente, por ter nos deixado em 2021, não poderei conhecer esse que, nas palavras de sua companheira, Niusha, era um “guerreiro incansável”.

Aos professores Jorge Magasich Airola e Danny Monsálvez Araneda, cujos trabalhos foram meus referenciais enquanto naveguei pelos “mares agitados” e ainda pouco explorados onde se situam esses marinheiros chilenos, agradeço pelas indicações e apoio no transcurso da pesquisa. No caso do professor Jorge Magasich, com quem mantenho contato desde antes do doutorado, manifesto meu apreço, admiração e especial agradecimento pela atenção, direcionamento e ricas palavras que sempre me dedicou. À querida colega portuguesa Gisela Santos de Oliveira, que me colocou em contato com o professor Jorge Magasich.

Aos colegas de pós-graduação Leonardo Fetter e Isadora Freitas, brilhantes historiadores, pelo apoio, carinho e companheirismo que sempre me dedicaram. Tenho muito orgulho de ter dividido com vocês, além da orientação da Profa. Tatyana Maia, momentos de muito aprendizado nas dependências da nossa querida Escola de Humanidades.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da qual fui bolsista durante esses anos em que as dificuldades se mostraram imensas, mas não maiores que a relevância e a capacidade da ciência em apontar soluções e alternativas para as crises que, historicamente, sempre se apresentaram como obstáculos ao desenvolvimento da humanidade.

Aos estimados colegas e amigos que, como eu, orgulhosamente envergam a farda branca da Marinha do Brasil e cujos nomes não vou aqui citar, sob pena de cometer grave injustiça ao esquecer de mencionar quaisquer deles. Contudo, não poderia deixar de manifestar meu especial agradecimento aos colegas dos Departamentos de Arquivo e História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), profissionais que trabalham diuturnamente em prol da preservação da memória e construção do conhecimento histórico afetos à história marítima brasileira. E ainda, ao amigo Fábio Pollesi, que me acompanhou nesta caminhada e a quem muitas vezes recorri para a árdua missão de revisar a escrita de meus textos. Pessoas que, de muitas maneiras, contribuiram para que este momento se fizesse possível.

Por fim, agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, “minha casa” e instituição da qual sempre me orgulharei de ter frequentado como aluno. De onde ora me despeço com o coração já cheio de saudades.

A todos que de algum modo contribuíram com esta pesquisa, meu mais sincero muito obrigado!

*Marinheiro, marinheiro
Quero ver você no mar
Eu também sou marinheiro
Eu também sei governar*

*Madeira de dar em doido
Vai descer até quebrar*

*É a volta do cipó de arueira
No lombo de quem mandou dar
É a volta do cipó de arueira
No lombo de quem mandou dar*

*Vim de longe, vou mais longe
Quem tem fé vai me esperar
Escrevendo numa conta
Pra junto a gente cobrar*

*No dia que já vem vindo
Que esse mundo vai virar
No dia que já vem vindo
Que esse mundo vai virar*

*Noite e dia vêm de longe
Branco e preto a trabalhar
E o dono, senhor de tudo
Sentado, mandando dar*

*E a gente fazendo conta
Pro dia que vai chegar
E a gente fazendo conta
Pro dia que vai chegar*

*“Arueira”
Geraldo Vandré*

RESUMO

Na medida em que os contextos que antecederam os golpes de Estado que deram início às ditaduras no Brasil (1964) e no Chile (1973) vêm cada vez mais sendo objetos de estudos na área da historiografia, estudos têm se dedicado a problematizar a atuação de segmentos notadamente específicos naquele cenário, como os marinheiros militares. Entretanto, poucas análises têm procurado ampliar o debate acerca dos seus processos de mobilização em uma perspectiva que leve em conta as transformações afetas à própria atividade marinheira no curso do século XX e suas implicações no processo de identificação experienciado por esses militares. Tampouco tem se buscado estabelecer análises a partir de um prisma comparado entre eles no sentido de propor diálogos e levantar novos questionamentos acerca dessas páginas ainda obscuras da história de nosso subcontinente. É nesse sentido que se desenvolve o presente texto, uma breve releitura em perspectiva comparada desses processos de mobilização a partir, principalmente, da análise de fontes de memória. Procurando contribuir para uma melhor compreensão acerca das relações sociais nas Forças Armadas, em um contexto atual conturbado e marcado por tensões sociais que evidenciam as “bordas falsas” que limitam essas instituições de suas sociedades.

Palavras-Chave: Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; *Marineros Antigolpistas de Chile*; Golpe de Estado; Memória.

RESUMEN

Como los contextos que precedieron a los golpes de Estado que iniciaron las dictaduras en Brasil (1964) y Chile (1973) están siendo cada vez más objeto de estudio en el área de la historiografía, las investigaciones se han dedicado a problematizar la actuación de segmentos notablemente específicos en ese escenario, como los marineros militares. Sin embargo, pocos análisis han buscado ampliar el debate sobre sus procesos de movilización en una perspectiva que tenga en cuenta los cambios que afectaron a la propia actividad marinera a lo largo del siglo XX y sus implicaciones en el proceso de identificación vivido por estos militares. Tampoco ha pretendido establecer análisis desde un prisma comparado entre ellos para proponer diálogos y plantear nuevos cuestionamientos sobre estas páginas aún oscuras de la historia de nuestro subcontinente. Es en este sentido que se desarrolla el presente texto, una breve relectura en perspectiva comparada de estos procesos de movilización, a partir, principalmente, del análisis de las fuentes de la memoria. Buscando contribuir a una mejor comprensión de las relaciones sociales en las Fuerzas Armadas, en un convulso contexto actual marcado por tensiones sociales que evidencian los “bordes falsos” que limitan estas instituciones en sus sociedades.

Palabras claves: Asociación de Marineros e Infantes de Marina de Brasil; Marineros Antigolpistas Marineros de Chile; Golpe de Estado; Memoria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Monitor <i>Alagoas</i>	46
Figura 2	Cruzador <i>Almirante Tamandaré</i>	48
Figura 3	Cruzador-encouraçado <i>Pratt</i>	52
Figura 4	Cruzador <i>Esmeralda</i>	52
Figura 5	Cruzador-encouraçado <i>O’Higgins</i>	53
Figura 6	Charge “Forças de Paz”.....	55
Figura 7	Charge “Guerra?”.....	56
Figura 8	Encouraçado <i>Minas Gerais</i>	57
Figura 9	Encouraçado <i>São Paulo</i>	58
Figura 10	Encouraçado <i>Almirante Latorre</i>	59
Figura 11	Encouraçado <i>Potemkin</i>	82
Figura 12	Charge “Depois de bala...pedra”.....	146
Figura 13	Charge “Nas buchas do bombardeio”.....	155
Figura 14	Marinheiros sublevados - cruzador <i>Bahia</i> (1910).....	156
Figura 15	Marinheiros sublevados - encouraçado <i>São Paulo</i> (1910).....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resumo comparativo dos levantes marinheiros.....	194
Tabela 2	Quadro hierárquico de graduações do Pessoal Subalterno – Marinha do Brasil.....	219
Tabela 3	Quadro hierárquico de graduações da <i>Gente de Mar – Marina de Chile</i>	262

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AMRJ – Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

ARQMAR – Arquivo da Marinha

ASMAR – *Departamentos de Armamentos y Astilleros y Maestranzas de la Armada*

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BN – Biblioteca Nacional

BCN – *Biblioteca del Congreso Nacional de Chile*

BNC – *Biblioteca Nacional de Chile*

BNM – Brasil Nunca Mais

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CFN – Corpo de Fuzileiros Navais

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk

CIM – Centro de Inteligência da Marinha

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPM – Código Penal Militar

CPSCFN – Corpo do Pessoal Subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais

CPSA – Corpo do Pessoal Subalterno da Armada

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CVVM – Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares

DC – Democracia Cristã

DINA – *Dirección de Inteligencia Nacional*

DNOG – Divisão Naval em Operações de Guerra

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

EAM – Escola de Aprendizes-Marinheiros

EAMPE – Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco

EAMSC – Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina

EFRN – Escolas de Formação de Reservistas Navais
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FEB – Força Expedicionária Brasileira
HCM – Hospital Central da Marinha
HMS – *Her Majestic Ship*
IPM – Inquérito Policial Militar
MAPU – *Movimiento Accion Popular Unitario*
MIR – *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*
OEA – Organização dos Estados Americanos
OM – Organização Militar
OPA – Operação Pan-Americana
ORA – Organização Revolucionária da Armada
PCP – Partido Comunista Português
POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
QM – Quartel de Marinheiros
RDM – Regulamento Disciplinar para a Marinha
SGC – Serviço Geral de Convés
SGM – Serviço Geral de Máquinas
SGT – Serviço Geral de Taifa
SPD – Partido Social-Democrata Alemão
STF – Supremo Tribunal Federal
TIAR – Tratado de Interamericano de Assistência Recíproca
UMNA – União dos Militares Não Anistiados
UNE – União Nacional dos Estudantes
UP – Unidade Popular
USPD – Partido Social-Democrata Independente Alemão
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	DA VELA AO VAPOR: MODERNIZAÇÃO DAS ARMADAS E O “MARINHEIRO-TRABALHADOR”	40
	2.1– Aço, vapor e a modernização das Armadas.....	40
	2.2 – O “marinheiro-trabalhador” no alvorecer do século XX.....	63
	2.3 – Do “marinheiro-trabalhador” às “classes marinheiras”.....	74
3	OS PRINCIPAIS LEVANTES MARINHEIROS DO SÉCULO XX	79
	3.1 – A revolta do encouraçado <i>Potemkin</i> – Rússia (1905).....	80
	3.2 – O levante dos marinheiros de Kiel – Alemanha (1918).....	93
	3.3 – A revolta de Kronstadt – Rússia (1921).....	112
	3.4 – O motim da <i>Royal Navy</i> em Invergordon – Inglaterra (1931).....	122
	3.5 – O levante dos marinheiros e o motim dos barcos do Tejo – Espanha / Portugal (1936).....	127
4	“AVISO DE MAU TEMPO”. LEVANTES MARINHEIROS NAS ARMADAS DE BRASIL E CHILE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	135
	4.1 – A revolta dos marinheiros e a revolta do Batalhão Naval. “A revolta da chibata” – Brasil (1910).....	136
	4.2 – Os levantes na Esquadra chilena – Chile (1925 / 1931).....	173
	4.3 – Olhar sobre as “ondas”, um breve comparativo.....	191
5	MARINHEIROS LEGALISTAS, BRASIL (1964) E CHILE (1973): AS CLASSES MARINHEIRAS CONTRA OS GOLPES DE ESTADO	200
	5.1 – Guerra Fria, uma “calmaria” conjuntural.....	201
	5.2 – “Herdeiros do “Almirante Negro””, AMFNB (1962-1964).....	212
	5.3 – <i>Marineros de Chile</i> contra o golpe (1973).....	252

6	“ONDE AS ONDAS QUEBRAM”:	UMA PERSPECTIVA	
	COMPARADA		283
	6.1 – Um olhar a “contrabordo”.....		283
	6.2 – “Tormentas, quebra-mares e o cipó de arueira”.....		295
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS		311
	FONTES		317
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		329
	ANEXO A – Charge “O Minas Geraes”.....		340
	ANEXO B – Decreto nº328, de 12 de abril de 1890		341
	ANEXO C – Boletim da <i>Armada de Chile</i> em <i>El Mercurio de Valparaíso</i> ..		344
	ANEXO D – Portaria nº1 do Comando Supremo da Revolução.....		345

1 INTRODUÇÃO

No ano em que o Brasil celebra duzentos anos de sua Independência e a Esquadra brasileira, instrumento “político” de força fundamental naquele contexto, seus duzentos anos de existência, me causa imenso orgulho e satisfação, na condição de “marinheiro-historiador”, poder refletir sobre parte da trajetória histórica dessa secular instituição a qual, por vocação, há mais de vinte anos escolhi não apenas como carreira profissional, mas como modo de vida.

Pois, para mim, ser marinheiro representa o que de mais próximo conheço da natureza humana, uma vez que, reconhecendo a impermanência do mar, como da própria vida, ele busca se adaptar e, acima de tudo, resistir. Características que fizeram, e ainda fazem, com que nós humanos estejamos sempre em busca de novos “mares” para navegar e novos conhecimentos para assim fazê-lo.

E foi por meio das eternas inquietude e curiosidade, típicas dos nautas, que despertei para minha outra vocação, a pesquisa histórica, pela qual busco respostas para os muitos questionamentos que povoam minha mente. E foi esse inconformismo que me trouxe até o presente estudo, fruto de anos de reflexões acerca dos muitos aspectos sociais que envolvem e atravessam a atividade militar do marinheiro, sobretudo em instantes tensionados da história.

Pensar as questões sociais afetas aos marinheiros brasileiros no contexto do golpe civil-militar de 1964, como o fiz durante o Mestrado (CASTRO, 2016), inevitavelmente me levou a estabelecer conexões com outros movimentos de praças¹ da Marinha ocorridos no Brasil, notadamente a Revolta dos Marinheiros e a Revolta do Batalhão Naval, em 1910. Quando pude perceber similitudes e diferenças entre esses movimentos e aquele que culminou na fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em 1962, e

¹ No Brasil, praça é a denominação atualmente aplicada aos militares que ocupam desde os graus hierárquicos iniciais das carreiras das armas até a graduação de suboficial ou subtenente, conforme Art.16, Anexo I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares. Sabendo que em instituições armadas de outros países esse segmento de militares recebe diferentes denominações, optou-se por padronizar o emprego desse termo no presente estudo de modo a facilitar a compreensão do leitor.

decorrente mobilização de marujos e fuzileiros navais nas graduações hierarquicamente inferiores às de sargento, até a ruptura democrática dois anos depois.

Nesse exercício de observação e questionamento, fundamental ao ofício do historiador, pude perceber a existência de espaços sociais na Marinha brasileira onde praças nas graduações iniciais, majoritariamente “não brancos”² e oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade, se encontravam socialmente desamparados pela instituição e submetidos a uma hierarquia que transbordava os limites da instituição naval. Uma “hierarquia social” que buscava estabelecer o “devido lugar” daqueles homens na própria sociedade. E ainda, que nesses espaços se construíram estratégias de resistência e relações de identificação entre aqueles militares, durante o transcurso da luta que vivenciavam diuturnamente.

Foi nesse enredo que outras tantas perguntas passaram a se apresentar, sobretudo quando percebi que esses movimentos se inseriam em um quadro maior de outros levantes marinheiros levados a cabo em diferentes países durante o século XX. Momento em que passei a questionar não apenas os aspectos de aparência e distinção entre eles, mas suas raízes históricas.

Assim, despertou-me o interesse em estabelecer novas análises sobre o objeto. Privilegiando, não apenas a observação em diferentes escalas de análise, mas adotando uma perspectiva comparada em caráter transnacional. Na medida em que, em um momento preliminar do estudo, foi possível perceber uma relativa proximidade entre esses movimentos, especialmente no que afeta a algumas condições sociais históricas. Potencializadas, não apenas nas Armadas, durante o curso do século XX.

Nesse sentido, considerando que o fator social foi elemento preponderante nas mobilizações de marinheiros ao longo do século passado, e que a luta política é

² Sobre este tema os historiadores Álvaro Pereira do Nascimento e Sílvia Capanema P. de Almeida apresentam alguns cenários que bem ilustram o recrutamento para compor os quadros de praças da Armada Brasileira no início do século XX. Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**, Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 76-77 e ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. *Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910*, **Antíteses**, Londrina, vol. 3, nº esp., p. 90-114, dez. 2010.

parte da prática social³. E ainda, tendo em conta o pressuposto fixado por Marc Bloch (1998, p.121), de que para o exercício da análise historiográfica em perspectiva comparada se faz necessário não apenas uma relativa conformidade entre os fatos históricos, mas também uma certa diferença entre os espaços em que se observou tal similaridade. Optamos por uma abordagem que, partindo de uma escala ampliada de observação, favoreça, em seguida, um recorte histórico socialmente tensionado e marcado pela relativização dos princípios da disciplina e da hierarquia militares e pelo decorrente esgarçamento dos limites democráticos no subcontinente latino-americano.

Colocando sob o prisma da História Comparada, as mobilizações de marinheiros brasileiros, membros e apoiadores da AMFNB (1962-1964), e chilenos, que se opuseram ao golpe de Estado em seu país (1973). Buscaremos observar como esses militares teriam conduzido para a arena política suas lutas por avanços sociais e melhorias nas condições de trabalho e carreira. Em contextos de intensas mobilizações das camadas populares e polarização político-ideológica, a partir de demandas sociais preexistentes alicerçadas em processos históricos que atravessam limites nacionais. Em especial aqueles relativos aos processos de identificação a uma decorrente “consciência de classe” que esses marinheiros estariam propensos a experienciar no transcurso das relações sociais estabelecidas com oficialidades cujas origens diferem de modo extremado das suas, sobretudo nos quesitos social e, em muitos casos, étnico. Adquirindo assim contornos de luta de classes em um cenário profissional no qual, devido às especificidades que os significativos avanços tecnológicos conferiram à atividade marinheira, principalmente a partir do último quarto do século XIX, esses marinheiros passaram a dedicar mais tempo a atividades afetas ao mundo do trabalho civil (mecânica, eletricidade, hidráulica, metalurgia etc.) que àquelas propriamente militares.

Os recortes histórico-temporal sobre os quais nos debruçamos se caracterizam pela consolidação do liberalismo político em grande parte das nações

³ No sentido de que “o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003, p.35 e 36).

ocidentais e de práticas econômicas liberais que ressignificaram as relações entre os países e acirraram as disputas por mercados ao redor do mundo. Nesse sentido, as mobilizações da AMFNB e dos *marineros antigolpistas de Chile* ocorreram na esteira do processo de transformação das relações de trabalho e consequente articulação das camadas trabalhadoras urbanas a partir de diferentes processos de identificação ocorridos no curso das lutas por direitos, avanços e garantias sociais e trabalhistas. No quadro do desenvolvimento e da difusão de ideais socialistas que questionavam o modelo político-econômico liberal e o lugar nele reservado às camadas trabalhadoras das sociedades, reafirmando antigas lógicas de dominação e exploração desses segmentos a partir dos interesses das “novas aristocracias liberais”.

Inseridas no que podemos considerar como período que marcou o ápice da chamada Guerra Fria, instante em que se evidenciaram o tensionamento e os pontos de ruptura desse quadro de permanente conflito, em especial no que afeta à América Latina, essas duas mobilizações guardam especificidades que, assim como suas semelhanças, importam à presente análise na medida em que dizem muito sobre o quadro interno de cada país e aspectos estruturais de suas sociedades.

A maneira como esses movimentos foram encarados pelos segmentos golpistas, como ameaças às Forças Armadas e à suas sociedades em razão de uma suposta “comunização” das fileiras navais desde os militares menos graduados, e o lugar central que ocuparam nos processos de desestabilização e consequente destituição de governos legítimos; apontariam para uma forma de golpe de Estado previamente estruturada que ultrapassaria fronteiras nacionais. Na qual os marinheiros, por suas características enquanto grupo social específico nas Forças Armadas, teriam papel fundamental.

Em se tratando de temáticas afetas ao campo da história do tempo presente, especialmente àquelas relacionadas a esse contexto significativamente tensionado em que foram solapadas diversas democracias latino-americanas a partir da metade do último século. Essas mobilizações de marinheiros das Armadas de Brasil e Chile, levadas a cabo em instantes de absoluta distensão dos limites democráticos em

ambos os países, fazem parte de passados ainda muito presentes nessas sociedades, cujas memórias ainda se encontram em franca disputa.

Destarte, mesmo gozando de relevante centralidade nos contextos em que se deram os golpes de Estado nesses países, essas articulações de praças estão ainda relegadas a um relativo silêncio historiográfico e a um incômodo (sistemático) esquecimento institucional por parte das duas forças navais. Assim, estudos que se debruçam especificamente sobre as mobilizações desses militares e a repressão que sobre eles se abateu naquele quadro, mesmo que notadamente relevantes, são ainda bastante pontuais. Pois, se tratando de segmentos internos às Forças Armadas, que não se alinharam às intenções das cúpulas militares à época dos golpes de Estado, as fontes oficiais sobre esses marinheiros se mostram bastante fugidias e seu acesso significativamente dificultoso, características dos vestígios desses “passados que ainda não passaram”, cujas memórias permanecem em disputa. Essa escassez de trabalhos se constitui em uma lacuna historiográfica quando se trata de análises comparativas entre a atuação desses grupos nesses contextos históricos.

No que concerne à produção historiográfica acerca da mobilização dos marinheiros da AMFNB, alguns autores trabalham, principalmente a assembleia do dia 25 de março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, apenas como parte decisiva do processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Sem um aprofundamento da análise sobre o movimento dos marinheiros propriamente dito, no sentido de buscar as origens sociais de suas reivindicações, do processo de escalada da crise com a alta administração naval e da repressão contra eles empreendida por ocasião do golpe em 1964.

Daniel Aarão Reis (2004) reduz os principais movimentos de praças das Forças Armadas⁴, anteriores ao golpe de 1964, a movimentos que atentavam aos “fundamentos da disciplina e da hierarquia, condições indispensáveis para o exercício de comando de quaisquer forças militares regulares” (REIS, 2004, p.38). Classificando ainda as articulações de integrantes da AMFNB como uma

⁴ Revolta dos sargentos em Brasília (1963) e a mobilização dos marinheiros no Rio de Janeiro (1964).

“insubordinação da associação dos marinheiros no Rio de Janeiro” (REIS, 2004, p.38), sem fazer referência às suas demandas específicas ou à questão social inerente aos quadros da Marinha do Brasil. Reduzindo assim a mobilização dos marinheiros à uma questão meramente disciplinar, sem discutir a relativização do aspecto hierárquico-disciplinar que há muito vinha sendo observado em parte importante da cúpula militar, sobretudo em relação à autoridade do Presidente da República.

Outro autor que aborda o movimento “fuzinauta” é Thomas Skidmore (2003), que cita algumas demandas dos marinheiros – tanto sociais quanto aquelas específicas da profissão – e a “organização de uma associação de marinheiros” (SKIDMORE, 2003, p.358) a qual classifica como:

“[...] um *sindicato* que exigiria melhoria de condições de trabalho a seus comandantes [...] que havia ganho o apoio dos marinheiros liderando suas reivindicações de melhor soldo e o direito de se casarem e de usar trajes civis quando fora do serviço.” [Grifo nosso] (SKIDMORE, 2003, p.358)

Skidmore ressalta o que entende como uma espontaneidade do movimento e sua relação com questões sociais e profissionais demandadas por aquele segmento de militares da Marinha. O autor aventa ainda um estreito relacionamento da liderança da AMFNB, em especial do marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, sobre quem discorreremos mais adiante, com entidades de classe e, principalmente, com o movimento estudantil. Em sua abordagem, Thomas Skidmore caracteriza o movimento dos marinheiros como “espontâneo” e altamente influenciado pelas esquerdas radicais (2003, p.358), colocando a luta por direitos sociais e a própria questão social inerente aos quadros da força naval em segundo plano em relação à crise política no ano de 1964.

Em uma análise com foco mais reduzido, no que concerne à crise entre a AMFNB e a alta administração naval, os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014) enfatizam as demandas “fuzinautas”, ressaltando que “marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra tinham várias e antigas reivindicações não atendidas” (FERREIRA e GOMES, 2014, p.316). Neste sentido, no que afeta à assembleia do dia 25 de março, os autores afirmam que “é importante compreender o contexto político que envolveu a preparação e realização

desse evento, bem como os personagens que nele atuaram e acabaram em cena aberta” (FERREIRA e GOMES, 2014, p.317). Sem deixar de destacar a relevância da questão disciplinar nas Forças Armadas no contexto do colapso democrático que interrompeu o governo Goulart, os autores contextualizam as reivindicações dos subalternos e a própria questão social latente Marinha, em um cenário de efervescência política e intensas mobilizações e lutas sociais.

Sentido semelhante ao que toma a análise de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2001), quando destaca as reivindicações dos marinheiros e a própria reunião no Sindicato dos Metalúrgicos enquanto um “ato de rebeldia” (MONIZ BANDEIRA, 2001, p.168), sem, no entanto, dedicar maior atenção à gênese dessas demandas. Bandeira se debruça, nesse trecho de sua análise, principalmente ao aspecto hierárquico-disciplinar em evidência naquele instante, problematizando, inclusive, com a intensa campanha de desinformação de deslegitimação acerca da AMFNB levada a cabo então. Ressaltando a atuação de José Anselmo dos Santos como eventual “provocador a serviço da CIA” (MONIZ BANDEIRA, 2001, p.168).

O autor cita o posicionamento do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues – ministro da Marinha empossado durante a crise com AMFNB, em substituição ao almirante Silvio Borges de Sousa Mota – que “considerava que a rebelião não era apenas dos marinheiros, mas, também, dos oficiais que frequentemente se reuniam no Clube Naval e insultavam o governo.” (MONIZ BANDEIRA, 2001, p.168)

Ainda nessa perspectiva, Bandeira (2001, p.168-69) interpreta a situação que se estabeleceu naquele instante de crise, propositalmente ou não, segundo ele, apontando que:

Conquanto uma sublevação só triunfe quando se mantém na ofensiva, é sob a forma aparentemente defensiva que ela melhor se desenvolve e alarga sua faixa de simpatia e de sustentação. E, naquele momento, *não existia pretexto mais convincente para encobrir a quebra de hierarquia e o atentado à Constituição do que a defesa da hierarquia e o respeito à Constituição.* [Grifos nossos] (MONIZ BANDEIRA, 2001, p.169)

Karla Guilherme Carloni, ao analisar a “esquerda militar no Brasil (1955-1964)” (*in* FERREIRA e REIS, 2007, p.279-308), contextualizou o movimento dos marinheiros no cenário de ebulição social por avanços em direitos e garantias

verificado na sociedade brasileira durante a década de 1960. Em que pese a autora não enfatizar a questão social latente na Marinha, ela procura estabelecer a devida relação entre o cenário vigente no país à época e a articulação daqueles marinheiros em torno da AMFNB, em busca de respostas e alternativas para as históricas dificuldades por eles enfrentadas na instituição naval brasileira. Destacando o processo de conscientização experienciado por esses militares ao longo de suas “lutas” internas à força naval. Segundo Karla Carloni (2007, p.296):

Pode-se afirmar que a organização [AMFNB] refletia a gradual formação, por parte dos marinheiros, de uma consciência em relação às injustiças sofridas no interior da marinha, e da discriminação e do preconceito vivido nos meios civis.

Um trabalho que merece destaque, sobretudo por seu caráter pioneiro como é dedicado, exclusivamente, à análise de movimentos de praças das Forças Armadas brasileiras no contexto que precedeu o golpe civil-militar de 1964, é o estudo de Paulo Parucker (2009). Com enfoque no movimento dos sargentos em Brasília, em 1963, ele também aborda a mobilização dos marinheiros.

Parucker apresenta o “movimento político dos subalternos militares no Brasil, de 1961 a 1964” (2009, pp. 15), contextualizando os marinheiros e a AMFNB como “protagonistas dos acontecimentos da Semana Santa de 1964, que teriam precipitado a deposição de Goulart” (PARUCKER, 2009, p.16). Situando-os em uma conjuntura maior, marcada pela luta de classes na sociedade brasileira durante os anos iniciais da década de 1960. Conferindo significativa relevância à questão social latente nas forças militares brasileiras, sobretudo na Marinha, e às demandas dos seus quadros de militares menos graduados. Cumpre ressaltar que, trabalhando com fontes de memória, o autor afirma que o “resgate do movimento dos subalternos militares, entre 1961 e 1964, integra-se à perspectiva da construção da *memória de luta de classes das camadas populares*” [Grifo nosso] (PARUCKER, 2009, p.17). Entendimento que vai ao encontro do que procuraremos evidenciar ao longo desta pesquisa.

Poucos trabalhos historiográficos se propõem a estabelecer uma análise específica sobre as mobilizações dos quadros de praças das Forças Armadas do

Brasil. Quando o objeto principal de análise é o movimento dos marinheiros em 1964, esta escassez se mostra ainda mais acentuada. Destarte, dentre o conjunto de obras, historiográficas e memorialistas, que abordam de modo específico esse tema, estas ainda prevalecem. Contudo, não obstante as mencionadas particularidades da temática enquanto objeto da História do tempo presente e notada dificuldade de acesso às fontes, há uma crescente produção trabalhos que têm buscado contribuir para reduzir essa lacuna.

Nesse sentido, destacamos os trabalhos do historiador Flávio Luís Rodrigues (2004) (2017). Em seu estudo mais antigo, dedicou-se especificamente à mobilização dos subalternos da Marinha do Brasil e sua luta por direitos sociais, políticos e por melhores condições de trabalho. Ao construir uma releitura da trajetória da AMFNB, o autor enfatiza: a atuação combativa da segunda diretoria da AMFNB junto à alta administração naval, as reivindicações em torno da realidade vivenciada pelos praças de menor graduação e a busca por direitos e garantias sociais que lhes eram negados na Marinha. Rodrigues ressalta a proximidade da AMFNB com organizações e entidades sindicais, estudantis e político-partidárias de esquerda, afirmando que a associação “mostrava-se simpática às reformas defendidas pelo governo de João Goulart e a seu trabalhismo reformista” (RODRIGUES, 2004, p. 12).

Nessa análise, Rodrigues procura evidenciar a participação dos marinheiros enquanto sujeitos sociais no contexto que culminou com o golpe em 1964. Iluminando as experiências sociais daquele segmento específico e a legitimidade das suas demandas, no quadro da histórica questão social latente na Marinha.

Em sua pesquisa mais recente, Flávio Rodrigues deita seu olhar sobre um grupo de marinheiros que integrou a segunda diretoria da associação “fuzinauta”, procurando analisar sua trajetória desde os conturbados anos iniciais da década de 1960, até a opção pela luta política / armada após o golpe. O autor não deixa de privilegiar em sua análise o processo de constituição desse grupo, que denomina “Coletivo” (*sic.*). Referindo-se a esse cenário, Flávio Rodrigues (2017, p.6-7) aponta que:

[...] esses homens, muito jovens ainda, se envolveram com a política nacional, levados pela conjuntura de intensa mobilização e interação cultural e social, do início dos anos 1960. O mundo em torno deles estava em plena mutação: mudança comportamental, nas relações de trabalho, nas comunicações, nas tecnologias, na possibilidade da revolução, que se tornou realidade com a experiência cubana, e na “descoberta do povo”. [...] Este grupo, no entanto, começou a refletir não apenas sobre seu presente e futuro, mas também, sobre o seu passado pobre, ligado ao campo, muitas vezes no interior do Nordeste ou Norte, onde ainda estavam seus familiares.

A abordagem do autor nos permite depreender que, fundamentada em suas origens sociais e nas relações estabelecidas por seus integrantes naquele ambiente de intensas disputas e transformações que se apresentava à sociedade brasileira, a formação desse “Coletivo” reflete o próprio processo de conscientização que culminou na criação da AMFNB.

O historiador Anderson da Silva Almeida (2010) também discute as trajetórias dos integrantes da AMFNB a partir da mobilização destes militares pela reivindicação de direitos e melhorias nas condições de trabalho e carreira. Atendo-se, principalmente, à radicalização do movimento às vésperas do golpe e à participação de muitos destes marinheiros em organizações que enveredaram pelo caminho da luta armada contra os governos militares no pós-golpe. O autor analisa a questão política que envolvia a AMFNB no contexto do embate com o alto comando da Marinha, e o apoio à política reformista adotada pelo presidente Goulart. Ressaltando a mudança na forma de atuação da associação, que assumiu uma postura mais combativa a partir da eleição que alçou um grupo de militares mais combativos à diretoria da entidade, em 1963. Anderson Almeida ainda problematiza a questão da quebra de hierarquia pelos subalternos quando:

[...] fuzileiros navais, integrantes da AMFNB, apareceram envolvidos na chamada Revolta dos Sargentos, ocorrida em Brasília em setembro de 1963, contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que se pronunciou pela ilegalidade do Sargento Almoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual pelo PTB⁵ do Rio Grande do Sul. (ALMEIDA, 2010, pp. 49-50)

Importa destacar ainda uma segunda obra de Anderson Almeida (2017), na qual ele se dedica ao estudo da trajetória do vice-almirante fuzileiro naval Cândido

⁵ Partido Trabalhista Brasileiro.

da Costa Aragão⁶, cuja passagem pela Marinha do Brasil vincula-se às questões sociais internas à instituição, sobretudo aquelas afetas ao lugar social dedicado aos praças (mesmo aqueles que alcançavam o oficialato) e, desse modo, à própria associação “fuzinauta”.

Destaco minha pesquisa de Mestrado (2016), na qual, além de aprofundar o debate acerca da questão social enquanto fator motivador para a mobilização dos marinheiros junto à AMFNB, procurei evidenciar a abrangência desse movimento fora dos grandes centros do país.

Cumprе ressaltar ainda o recente esforço de pesquisadores dedicados ao estudo dos variados aspectos que permeiam as relações sociais na instituição naval brasileira, em uma perspectiva que privilegia a análise historiográfica a partir de seus escalões hierárquicos mais basilares. Essa obra (CASTRO e NASCIMENTO, 2020) que consolidou importantes contribuições, conta com trabalhos dedicados, especificamente, ao movimento da AMFNB.

No que tange ao movimento dos marinheiros chilenos que se opuseram ao golpe civil-militar que culminou na morte do então presidente Salvador Allende, em 1973; semelhante ao caso brasileiro, verifica-se uma predominância das obras de cunho memorialista em detrimento de estudos acadêmicos de base historiográfica.

Conquanto a profusão de estudos sobre diferentes temáticas afetas ao contexto histórico em que ocorreu a ruptura democrática e a decorrente ditadura que se abateu sobre o Chile, observa-se uma quase ausência de obras que abordem a mobilização dos *marineros antigolpistas* enquanto foco principal de análise.

No entanto, importantes trabalhos que se dedicam à análise do cenário em que se deu o golpe de Estado no Chile procuram contextualizar o movimento dos marinheiros no intrincado enredo que culminou no 11 de setembro de 1973. Abordando-o enquanto uma articulação de praças da Armada que buscou estabelecer uma organização interna à força naval no sentido de se opor ao golpe

⁶ Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais durante a crise entre o comando da Marinha e a AMFNB, Cândido da Costa Aragão iniciou sua carreira na Marinha como soldado e alcançou o posto de vice-almirante. Era simpático ao movimento da AMFNB e às propostas do presidente João Goulart, do qual integrava o chamado “dispositivo militar”.

então gestado na cúpula das Forças Armadas, especialmente da Marinha. Perspectivas que privilegiam os usos políticos que os diferentes grupos em disputa fizeram desse movimento à época, cujas interpretações contrárias ao governo de Salvador Allende se impuseram e, desse modo, concorreram para o golpe com o apelo ao risco de potencial “comunização” das Forças Armadas chilenas.

Entre estes, destacamos o estudo de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008), que detalha o processo que culminou no golpe contra o governo da *Unidad Popular* desde a eleição de Salvador Allende à Presidência da República, em 1970. Bandeira procura sistematizar a atuação das elites orgânicas chilenas junto aos comandos militares que, associado às ações conduzidas pelos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e do Brasil, concorreram para desestabilizar e, conseqüentemente, levar ao colapso um governo legítimo. Seguindo um “modelo” fundamentado nas doutrinas de Segurança Nacional e de Contrainsurgência, já aplicado e então consolidado no Brasil.

Sobre os *marineros antigolpistas*, Bandeira (2008, p.490-492) limita-se a discorrer sobre os planos que alguns marinheiros tinham de tomar os navios da Esquadra como maneira enfrentar o golpe de Estado que se avizinhava e suas tentativas de obter apoio junto à algumas lideranças de esquerda; sem debater as bases dessa mobilização que colocou marinheiros e oficiais em lados opostos na arena política chilena. O autor destaca a atuação dos serviços de inteligência do Brasil e dos EUA no acompanhamento da crise na Marinha (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.492) e a violenta repressão que se abateu sobre os marinheiros, ainda durante o governo Allende (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.519-520).

Outros escritos, que se dedicam a historiar sobre a trajetória da força naval chilena desde uma perspectiva mais institucional, pouco acrescentam às análises que propõem um debate mais amplo sobre as questões sociais que fundamentaram o movimento marinho de 1973. Exceto pelo fato de denotarem, em alguma medida, o posicionamento da própria *Marina de Chile* sobre esse episódio histórico e seus sujeitos. Entre essas obras destacamos as de Carlos Tromben Corbalán (2019) e Rodrigo Fuenzalida (1988).

Significativamente pontuais e relevantes são os estudos historiográficos que se debruçam especificamente sobre o movimento dos *marineros antigolpistas* e suas origens históricas e sociais. É nesse sentido que consideramos os trabalhos de Danny Gonzalo Monsálvez Araneda (2004) e Jorge Magasich Airola (2008) como as principais referências historiográficas chilenas sobre o tema em análise.

Em seu trabalho, Danny Araneda (2004) dedica sua análise ao quadro político-social conturbado em que se encontrava o Chile e seus desdobramentos internamente à Armada. Enfatizando a organização e o modo como aqueles marinheiros atuaram coletivamente em defesa do governo socialista de Salvador Allende. Araneda (2004) foca ainda sobre a articulação dos grupos de marinheiros lotados nas unidades navais de Talcahuano, onde havia grande concentração de artífices navais que trabalhavam nas oficinas dos *Astilleros y Maestranza de la Armada* (ASMAR).

A obra do historiador chileno Jorge Magasich Airola (2008) se mostrou fundamental ao presente estudo na medida em que aprofundou o debate sobre a atuação histórica desses segmentos sociais notadamente alijados de análises tanto do campo da própria história militar quanto da história social. Ademais de figurar como o trabalho de maior fôlego, não apenas sobre os *marineros antigolpistas*, seus aspectos e implicações políticas e sociais; mas sobre algumas das mais relevantes mobilizações marinheiras do século XX em uma perspectiva ampla. Magasich insere o movimento chileno em um quadro de levantes marinheiros que remonta ao início do século XX, destacando seus conflitos sociais de fundo e os desdobramentos nas relações entre oficiais e marinheiros.

O autor detalha, além do processo de mobilização dos marinheiros chilenos, a brutal repressão que sobre eles se abateu, inclusive as muitas sessões de tortura a que muitos foram submetidos em pleno governo Allende. Esmiuçando memórias sobre esses e outros momentos traumáticos e a vasta documentação dos processos em que foram arrolados como réus na justiça chilena.

A obra de Jorge Magasich se contrapõe ao discurso tradicional e mesmo a alguns posicionamentos historiográficos que apontam para aqueles militares enquanto indisciplinados e subversivos, e ainda como integrantes de um “autogolpe”

que teria sido orquestrado junto aos setores mais radicais da esquerda chilena à época.

Outro ponto que merece destaque no trabalho de Jorge Magasich Airola, foi o intenso levantamento de fontes primárias. O autor trabalhou com fontes de memória – com destaque para as 54 entrevistas – além daquelas oficiais e de imprensa, apontando caminhos para outras análises, como esta que ora apresentamos.

Pesquisa esta que, em razão dos objetos e do contextos históricos em que se inserem, já se caracterizaria por fontes fugidias e de difícil acesso, conforme já mencionado. Mas que teve seu grau de dificuldade potencializado, sobretudo no que afeta ao contato com as fontes, tanto pelo contexto político dos últimos anos, caracterizado por retrocessos e ameaças às instituições democráticas em ambos os países, quanto pelo estalido social verificado no Chile durante os anos de 2019 e 2020, associado ao quadro pandêmico que se impõe desde esse ano.

Cenário em que as fontes de memória se revelaram ainda mais importantes na medida em que descortinaram detalhes das relações e dos processos sociais que outros tipos de fontes dificilmente evidenciam quando questionadas. Destarte, foi a partir da memória reavivada de marinheiros e fuzileiros navais brasileiros e chilenos, respectivamente membros e apoiadores da AMFNB e partícipes da mobilização *antigolpista*, que estabelecemos o diálogo com outras fontes, especialmente aquelas de imprensa, legislações e de justiça. Além de outras específicas das administrações navais, como: livros de navios, livros de quarto de serviço, livros de contravenções disciplinares, ofícios, informes, boletins, entre outras. Algumas normas e regulamentos das duas marinhas também se revelaram muito importantes na medida em que procuramos questioná-las em função do contexto da época, estabelecendo relações com outras fontes e determinadas tradições navais, de modo a alcançar o sentido das referidas fontes e tradições dentro do escopo desta análise historiográfica. Buscando, dessa maneira, reconstituir a trajetória desses militares durante o recorte temporal sobre o qual nos debruçamos.

Desta feita, considerando sua centralidade enquanto fonte para a reconstrução das trajetórias de grupos como os que ora analisamos, alijados das contendas de memórias entre “vencedores” e “vencidos” nesse passado ainda em

disputa. E ainda, que ao analisarmos as “memórias subterrâneas das minorias, dos marginalizados e dos excluídos” (POLLAK, 1989, p.4), torna-se possível compreender, de modo mais aprofundado, como determinados acontecimentos políticos ocorrem, e que só ocorrem a partir de pressões sociais, que podem ser melhor compreendidas a partir de uma perspectiva temporal histórica (BRAUDEL, 1965), no tempo de média duração ou mesmo no tempo estrutural. Assim, para o que interessa a aplicação dos conceitos de classe e memória, basilares neste estudo, cumpre ressaltar a seguinte afirmação de Karl Marx (2011, 25):

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Sobre o conceito de classe e o modo como será entendido nesta análise, discorreremos no primeiro capítulo. Já a memória, compreendida aqui enquanto “um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico” (PORTELLI, 1997, p.16), essencial na medida em que “está atrelada à construção da identidade” (ALBERTI, 2011, p.167). É um construto social fundamental para a construção e/ou (re)afirmação de identidades e o estabelecimento de suas fronteiras.

Sem desconsiderar seu caráter “volátil” e seletivo, de acordo com as demandas do presente e perspectivas de futuro, ou, nas palavras de Fernando Catroga (2001, p.25,) compreendendo ser ela “uma re-presentificação (sic.) doadora de futuros a um passado” em constante reconstrução, onde, se tratando de memórias “submersas” como as que ora trabalharemos, “distinguir entre conjunturas favoráveis e desfavoráveis é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado” (POLLAK, 1989, p.8). E compreendendo ainda, que silenciar e esquecer são importantes opções (ferramentas) nesse processo de permanente (re)construção de memórias individuais e sociais; e que “as fronteiras entre esses silêncios e o esquecimento definitivo ou reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (POLLAK, 1989, p.8).

Destarte, com a incorporação de temáticas contemporâneas à pesquisa histórica, sobretudo aquelas atinentes a períodos traumáticos como instantes de rupturas democráticas e de violações de direitos fundamentais:

[...] passou-se a valorizar também a análise qualitativa, e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social (ALBERTI, 2011, p.166).

De modo que a subjetividade e as distorções da memória passaram a figurar como relevantes fontes de análise e crítica a reconstrução de trajetórias e a consequente compreensão das realidades de determinados indivíduos e segmentos sociais num passado recente.

Enquanto parte do arcabouço metodológico desta pesquisa, a História Oral permite “o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, 2011, p.165), possibilitando que determinados posicionamentos predominantes na historiografia acerca das mobilizações em tela sejam questionados e ainda favorecendo novas perspectivas de análise.

Neste sentido, trabalhamos a História Oral na presente pesquisa enquanto ferramenta metodológica, a partir dos métodos e teorias propostos por autores como: Alessandro Portelli, Verena Alberti e Michael Pollak. Tendo sempre em vista que, apesar de se constituir em “uma ciência e arte do indivíduo” (PORTELLI, 1997, p. 15) a História Oral contribui para trazer à cena historiográfica “uma memória coletiva [social] subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos” (POLLAK, 1989, p.8). Empregada aqui na condição de uma história “militante [...] como solução para dar voz às minorias e possibilitar a existência de uma História *vinda de baixo*” (ALBERTI, 2011, p.157). Analisando as fontes orais sem tomá-las como imagens fidedignas do passado. Nem, tampouco, reduzindo a análise histórica a uma polarização entre a “história” de determinados segmentos sociais.

No contexto do que se propõe esta pesquisa, entendemos que, na medida em que consideramos esses militares enquanto “agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la” (PORTELLI, 1997, p.13), a memória adquire

papel ainda mais relevante pois “está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2011, p.167). Dialogando assim com o referencial teórico da História Social, que fundamenta a presente análise, no sentido de que, tendo em conta que “os aspectos sociais ou societários da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos do seu ser” (HOBBSAWM, 2013, p.111-112), refletiremos acerca dos desdobramentos, internamente às forças navais, das contradições e conflitos que permeiam suas sociedades.

A partir desta perspectiva da História Social e dialogando com a chamada “nova história militar” (CASTRO, IZECKSOHN e KRAAY, 2004, p.11), no sentido de que não se pode conceber uma história militar que não esteja atrelada às diferentes perspectivas da história da sociedade onde oficiais e praças têm suas origens. E ainda, que as instituições armadas e as sociedades que integram estão em permanente interação. Tomaremos a presente análise no contexto do “conjunto das relações sociais” (THOMPSON, 2001, p.248) estabelecidas por seus integrantes.

Pois, na medida em que, segundo Kathryn Woodward (2014, p. 13), a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir das relações e da diferença para com outras identidades. Podemos considerar que, em um contexto em que essas relações se estabelecem em uma rotina de dominação e resistência, como no caso em tela, o processo de identificação se dá no transcurso desse quadro social conflitivo. Favorecendo o surgimento de atos de resistência individuais e/ou coletivos, organizados e/ou difusos (CHAUI, 1986, p.63).

É nessa direção que percebemos a própria AMFNB e a iniciativa dos *marineros antigolpistas*, enquanto atos de resistência coletiva e organizada daqueles militares, na esteira de um processo histórico de identificação a partir das relações sociais estabelecidas internamente à essas Armadas, com base em questões sociais que ultrapassam os limites dessas instituições e, por vezes, de suas próprias sociedades.

Destarte, foi nesse sentido que se deu a escolha pela História Comparada enquanto ferramental metodológico para análise dos aspectos, condições e conjunturas que atravessam e/ou abarcam os processos sociais que culminaram nas mobilizações que são objeto desta pesquisa.

Apresentando ao historiador possibilidades de estabelecer análises de objetos distintos, temporalmente contíguos ou próximos, ou ainda, em espaços temporais distantes, a História Comparada propõe ultrapassar de modo transversal as representações estabelecidas politicamente acerca dos limites espaciais como nacionalidades, fronteiras, regionalidades.

É nesse sentido que Sean Purdy (2012, p.66) ressalta a importância da História Comparada:

[...] para compreender os paralelos e contrastes de processos históricos que podem ser limitados por entidades concretas como estados nacionais, mesmo que tenham sido simultaneamente influenciados por conexões transnacionais. (PURDY, 2012, p. 66)

Para tanto, é necessária a delimitação do que será comparado e a definição de como se dará esse processo no transcurso da análise. Sendo fundamentais, como já mencionado, “uma certa similaridade dos fatos e certas dessemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorria” (BLOCH, 1998, p.121). O que é possível observar nos objetos que ora colocamos sob análise.

José D’Assunção Barros (2014, p.145-146), destaca que para se evitar “armadilhas” que possam comprometer a pesquisa, o historiador que se propuser a trabalhar com a variante historiográfica comparada deve estar atento a alguns elementos essenciais para a sua prática. Entre esses elementos, além dos campos ou objetos de observação, cabe destacar o campo teórico-historiográfico em que o pesquisador irá aprofundar sua análise acerca dos objetos, e ainda, a escala de observação desta análise.

No que concerne ao trabalho em tela, é possível observar os elementos supramencionados bem delimitados. De modo que a escala de observação se fundamenta em dois grupos sociais específicos em uma perspectiva transnacional, e a perspectiva comparada adotada busca privilegiar a relação entre semelhanças e distinções observadas durante a análise dos objetos, procurando pontos de contato e/ou a transversalidade de processos históricos.

Situando em perspectiva comparativa as mobilizações de marinheiros em torno da AMFNB e chilenos nas articulações contra o golpe de Estado em seu país, intencionamos que um fenômeno ilumine o outro (KOCKA, 2003) de modo que

conseguimos observar diferenças e semelhanças entre os próprios objetos e entre os contextos em que se situam, além de eventuais aspectos transversais do processo histórico.

Disposta em cinco capítulos, esta Tese traz em sua primeira parte uma análise acerca das diferentes implicações dos inúmeros incrementos tecnológicos incorporados às Esquadras a partir da primeira metade do século XIX, especialmente no que se refere às transformações observadas nas relações sociais estabelecidas a bordo dos navios de algumas das principais Armadas do mundo. Buscando perceber, nessas instituições, as contradições atinentes à condição social do “marinheiro-trabalhador” do século XX. Problematizando o conceito de classe e sua aplicabilidade nesse quadro.

No segundo capítulo, elencados aqueles que consideramos os principais levantes marinhos do último século; tendo em consideração aspectos como a importância que tiveram em suas sociedades e para outros movimentos de marinhos tempos depois; discutiremos sobre eles procurando acompanhar seus desdobramentos a partir da perspectiva histórica em que se situavam.

Já o terceiro capítulo se dedica aos levantes ocorridos nas Armadas de Brasil e Chile, ainda na primeira metade do século XX, destacando a influência desses movimentos no que se refere a outros de natureza semelhante e o processo de identificação e decorrente tomada de consciência por parte desses segmentos de militares enquanto estágios de um processo histórico de experiências e lutas sociais. Nessa parte também realizamos um breve comparativo entre todas as mobilizações abordadas até este ponto da pesquisa.

No quarto capítulo, analisamos os processos de mobilização desses militares nos contextos em se deram os golpes de Estado no Brasil (1964) e no Chile (1973), privilegiando uma percepção mais ampla acerca de seus movimentos, com enfoque nas questões sociais imanentes aos segmentos que integravam em suas instituições navais e nas próprias sociedades, situando-os ainda no quadro político-social e ideológico vigente à época.

Finalmente, no último capítulo, analisamos comparativamente as duas mobilizações, apontando e problematizando suas distinções e semelhanças, além

dos aspectos transversais, no quadro das mudanças sociais observadas. Dedicando ainda um breve olhar sobre o violento processo repressivo que se abateu sobre integrantes e apoiadores de ambos os movimentos por ocasião dos golpes de Estado que encerraram governos legítimos e democraticamente eleitos.

Desejamos que a presente pesquisa contribua para uma melhor compreensão das causas das mobilizações desses marinheiros e fuzileiros navais e da própria trajetória de seus movimentos nos quadros de ruptura democrática em que atuaram em favor da manutenção da legalidade e da própria democracia.

Boa leitura!

2 DA VELA AO VAPOR: MODERNIZAÇÃO DAS ARMADAS E O “MARINHEIRO-TRABALHADOR”

Em um mundo onde as maiores distâncias eram transpostas por meio da navegação, durante séculos os contatos entre sociedades diferentes encontraram nos homens do mar os seus principais elos. No exercício de uma atividade da qual eram depositários de suas tradições e costumes, esses homens não faziam somente comércio, mas também diplomacia e a guerra.

Nesse sentido, desde que o domínio dos mares se tornou essencial ao desenvolvimento econômico dos países, as Esquadras e suas tripulações figuraram como sínteses de suas sociedades e da posição, real ou aspirada, de cada país no conjunto das nações. Em um quadro de disputas por novas terras e rotas de comércio marítimo, inovações tecnológicas eram constantemente aplicadas em favor do desenvolvimento da navegação e da capacidade bélica dos navios. Situação que se viu significativamente potencializada a partir da Revolução Industrial e do conseqüente acirramento de disputas por territórios, fontes de matérias-primas e mercados consumidores, notadamente em finais do século XIX e início do século XX.

Assim, neste primeiro capítulo, a partir da análise do impacto da incorporação de inúmeros avanços tecnológicos às Esquadras ao longo do período supramencionado, buscaremos situar o leitor no quadro das transformações observadas nas relações sociais a bordo dos navios de algumas das principais Armadas do mundo, procurando compreender as contradições imanentes à condição social do marinheiro do século XX nessas instituições, aspecto fundamental para uma compreensão mais ampla daquelas que entendemos como as mais relevantes mobilizações de marinheiros ocorridas no século passado.

2.1 – Aço, vapor e a modernização das Armadas.

Iniciada na Inglaterra ainda em meados do século XVIII, a Primeira Revolução Industrial teve impacto absolutamente significativo sobre a humanidade, transformando de maneira irreversível o modo de vida e, em especial, as relações sociais estabelecidas nas diferentes sociedades e segmentos sociais. Parte

importante dessas transformações reside em um rápido “encurtamento” das distâncias entre as pessoas e os grandes centros populacionais, ocasionado, sobretudo, pelo emprego da máquina a vapor na propulsão. Dando início à uma era em que as pessoas passaram a se locomover por meio da utilização de uma energia produzida de modo artificial, que logo se aplicou no transporte de grandes quantidades de cargas e pessoas, notadamente em locomotivas e navios.

No que concerne à navegação, ainda durante o século XVIII, a propulsão a vapor podia ser observada em pequenos barcos movidos à roda de pás. Contudo, foi durante os primeiros anos do século XIX que navios maiores, destinados ao transporte, passaram a empregar a nova tecnologia, preservando ainda o uso do velame. A regularidade e rapidez das viagens possibilitaram uma maior circulação de pessoas e mercadorias, impactando, conseqüentemente, no aumento dos ganhos na indústria e no comércio. Assim, é possível adicionar o fator econômico à “sinergia entre ciência e tecnologia iniciada pela Primeira Revolução Industrial” (JUNGSTEDT, 2018, p.180); que potencializou a velocidade e o alcance dos avanços tecnológicos, observados, em princípio, no meio civil, mas logo assimilados pelos Exércitos e Esquadras de países de todo o mundo.

Evidência de capacidade bélica, o poderio militar-naval de cada nação se constitui enquanto instrumento “diplomático”, na medida em que denota a disposição social e econômica dos países em assegurar seus interesses no cenário internacional. Foi nesse sentido que as instituições armadas se consolidaram ao longo da história enquanto catalizadoras dos principais avanços tecnológicos em suas sociedades. Condição que, no que afeta às Armadas, desde o século XIX, a partir da introdução da máquina a vapor na propulsão dos navios, se apresenta significativamente mais acentuada que em relação às forças terrestres. Segundo Jorge Magasich Airola (2008, p.59), enquanto instituições que necessitam assimilar os avanços tecnológicos antes que outros setores das sociedades, nas Forças Armadas a incorporação de novas tecnologias nos navios de guerra é frequentemente superior ao observado nos exércitos.

O emprego do vapor na propulsão naval aumentou sobremaneira a velocidade e capacidade de deslocamento, em termos de tonelagem, das

embarcações. Entretanto, sua utilização nas belonaves enfrentou resistências, especialmente em relação a aspectos como a redução do espaço a bordo, com a instalação de todo o maquinário e locais destinados à reserva de carvão, além dos inconvenientes causados pelas rodas de pás nas laterais dos navios, que ficavam vulneravelmente expostas e reduziam a área de utilização dos canhões.

O acelerado desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, sobretudo nas áreas de engenharia e propulsão navais, contribuiu para equacionar alguns desses obstáculos ao emprego do vapor nos navios de guerra. A criação do hélice tornou desnecessárias as rodas de pás e a questão do espaço foi atenuada com o aumento da dimensão dos navios, associado ao melhor aproveitamento das áreas a bordo. Assim, já durante a primeira metade do século XIX, mesmo com a resistência da marinha inglesa⁷, a propulsão a vapor já era uma realidade em algumas das principais Armadas do mundo. Favorecendo o incremento de inovações no campo da artilharia naval, que possibilitou um acréscimo significativo no poder de fogo desses vasos e, conseqüentemente, exigiu reforço de blindagem em ferro e aço em suas estruturas a fim de resistir aos impactos de projetis cada vez maiores e mais destrutivos.

Cumprir destacar que, apesar da adoção efetiva do vapor na propulsão naval ter ocorrido ainda nesse período, foi na Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865), mais especificamente na Batalha de *Hampton Roads* (1862), que esse processo de transição da vela ao vapor de fato se consolidou. Quando se enfrentaram, pela primeira vez na história, duas embarcações blindadas, USS *Monitor*⁸ e CSS

⁷A mais poderosa marinha à época, que conservava sua Esquadra composta por grandes navios de madeira e movidos à vela, muito dos quais haviam sido construídos para as Guerras Napoleônicas (1803-1815). Desse modo, a resistência inglesa ao emprego do vapor na propulsão dos navios de guerra, segundo Armando Amorim Ferreira Vidigal (2000, p.6), “fundamentava-se ainda na consciência de que a adoção generalizada desse tipo de propulsão, especialmente nos grandes navios de linha, tornaria obsoleta, de um só golpe, toda a sua Esquadra, a mais poderosa do mundo, o trunfo que lhe garantiria a condição de nação hegemônica”.

⁸Como o posteriormente ocorreria ao HMS *Dreadnought*, o USS *Monitor*, como resultado de um projeto pioneiro do engenheiro sueco John Ericsson para as forças da União – sendo um navio blindado, convés quase ao nível da água e propulsado exclusivamente a vapor - emprestou seu nome às categorias de navios com características semelhantes construídos a partir de então. Imagem do navio disponível em *U.S. Naval History and Heritage Command*:

*Virginia*⁹, propulsadas unicamente a vapor¹⁰.

Apesar da capacidade destrutiva de ambos, o embate em *Hampton Roads* terminou indefinido, pois, diante da resistência das blindagens dos dois navios, suas armas não foram capazes de causar danos consideráveis um ao outro. Contudo, mesmo sem um resultado definido, essa emblemática batalha apresentou ao mundo as destacadas vantagens da propulsão a vapor, sobretudo no tocante ao incremento desproporcional de poder de fogo e resistência daqueles vasos blindados e autopropulsados, em relação aos navios de madeira e movidos à vela, até então predominantes nos mares.

Por ter evidenciado novas tecnologias e possibilidades para o combate naval, a batalha de *Hampton Roads* contribuiu para acelerar ainda mais a corrida armamentista que se observava entre diversos países, já potencializada pela revolução tecnológica em curso. Situação que teria importantes desdobramentos no cenário geopolítico, haja vista, até aquele instante histórico, não haver “diferença sensível na qualidade dos navios das grandes potências e de países egressos do jugo colonial” (VIDIGAL, 2000, p.135). De modo que, a quantidade de navios e “bocas de fogo”¹¹ não mais seria o diferencial nos combates navais, mas sim a tecnologia incorporada às belonaves e, sobretudo, a capacidade das tripulações em operar os novos equipamentos.

No que concerne ao subcontinente sul-americano, onde então se verificavam disputas territoriais entre antigas colônias ibéricas, além de turbulências resultantes dos processos de consolidação de suas independências, o embate de *Hampton Roads* também reverberou. Como é possível observar nos seguintes trechos do Relatório do Ministro da Marinha, Joaquim Augusto de Lamare, apresentado em

<https://www.history.navy.mil/content/history/nhhc/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nhhc-series/nh-series/NH-00001/NH-577.html> Acesso em: 14 de março de 2021.

⁹Fragata da União, ex-*Merrimack*, capturada pelos confederados teve blindagem adicionada sobre seu casco de madeira e foi convertida em vapor blindado. Imagem do navio disponível em *U.S. Naval History and Heritage Command*: <https://www.history.navy.mil/content/history/nhhc/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nhhc-series/nh-series/NH-57000/NH-57830.html> Acesso em: 14 de março de 2021.

¹⁰Até então os navios de guerra que utilizavam o vapor em sua propulsão o faziam no modo misto, isto é, conservando também a vela.

¹¹Expressão militar-naval utilizada em referência aos canhões.

1863, em referência ao ano de 1862, quando expunha seus argumentos no sentido de obter os recursos financeiros e o apoio político necessários à modernização e reaparelhamento da Armada brasileira:

[...] o material de que nos servimos, na sua maior parte, já não responde às exigências da época, a cujos progressivos melhoramentos está muito longe de satisfazer. Urge, portanto, cuidar seriamente de prover a nossa marinha de guerra dos recursos materiais, que lhe são de mister, para elevar-se ao grau de força e eficiência indispensáveis à sustentação da honra e soberania nacional. [...] Que plano devemos seguir no aumento da nossa marinha, dizem bem alto os factos que, depois do combate de *Hampton Roads*, têm geralmente preocupado às nações marítimas, abrindo vasto campo à discussão e elucidação do assunto. Quaisquer que sejam as modificações e melhoramentos que a indústria moderna tenha de ainda introduzir na arte de construir navios e na fabricação dos engenhos de guerra, parece fora de controvérsia que os navios encouraçados constituirão no futuro o elemento principal, se não único, das frotas de combate.¹²

Cabe destacar que, em um contexto histórico no qual a atuação da Marinha se fez significativamente importante para a afirmação da Independência e manutenção da soberania e integridade territorial do país, desde 1848 o Brasil já empregava navios com propulsão mista – vapor e vela – em sua Esquadra¹³. Sendo a Guerra contra Oribe e Rosas (1851 – 1852) o primeiro conflito em que a Marinha brasileira empregou navios a vapor.

Ressaltando a necessidade de acompanhar as inovações e incrementos tecnológicos então observados, o ministro prosseguiu em sua argumentação:

Essa transformação nos meios de ataque e defesa, não deve ser encarada com a desconfiança daqueles que a reputam uma inovação ainda pouco segura e não autorizada pela sanção da experiência, visto como, não é mais do que uma consequência lógica da aplicação do vapor e do emprego do ferro nas construções navais. Há 39 anos, em 1824, já predizia [...] o capitão de fragata de Montgery, a maior parte dos melhoramentos que nestes últimos tempos temos visto com pasmo realizar: “Os navios a vapor, os projeteis ocos, os navios cobertos de metal e as embarcações submarinas operarão na arte da guerra naval revolução tão completa como a produzida nos XIV e XV séculos, pela bússola, a pólvora, a imprensa e a descoberta do Novo Mundo”.

A inquietação do ministro em reforçar a necessidade de manter a Marinha

¹²Relatório de 1862 do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, p.9.

¹³A fragata *Dom Afonso*, construída na Inglaterra e incorporada à Marinha Imperial Brasileira em 1848, foi seu primeiro navio de guerra propulsado a vapor.

brasileira alinhada com esses recentes avanços, se justificava não apenas pelas tensões com a Inglaterra à época, no episódio que ficou conhecido como “questão Christie”, mas, sobretudo, em razão do cenário politicamente tensionado que se observava, desde antes de 1822, tanto internamente quanto no âmbito externo, em especial nas fronteiras meridionais do país. Em 1864, com o início da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)¹⁴, foram postos à prova no subcontinente sul-americano os novos engenhos da guerra naval, especialmente o emprego do vapor e do hélice na propulsão e os navios encouraçados, em embates que, como *Hampton Roads*, reforçariam ao mundo a supremacia do vapor e da blindagem nos combates navais, marcando o ingresso definitivo de nações sul-americanas no quadro de escalada armamentista que já se podia verificar em outras partes do globo, sobretudo na Europa e Estados Unidos da América.

Essencialmente travada em águas interiores, como rios e outros cursos d’água navegáveis, a campanha naval brasileira contra o Paraguai caracterizou-se pelo largo emprego de navios com propulsão a vapor, haja vista a necessidade de transpor fortificações e tropas paraguaias estabelecidas às margens dessas águas. De modo que esses navios se mostraram fundamentais para desmobilizar a Marinha paraguaia e assegurar a efetividade do bloqueio naval que impediu o Paraguai de receber reforços¹⁵ e suprimentos por meio dos rios, aspecto preponderante para a vitória das forças aliadas naquela guerra.

Até o término dessa campanha diversos navios foram incorporados à Armada brasileira, com destaque para aqueles construídos em estaleiros nacionais ainda durante o conflito, como: a canhoneira *Taquari* e os encouraçados *Tamandaré* e *Barroso* (1865); o encouraçado *Riachuelo* (1866); a corveta *Vital de Oliveira* e os monitores encouraçados *Pará*, *Rio Grande* e *Alagoas* (1867) e *Ceará*, *Piauí* e *Santa Catarina* (1868); cujos projetos se baseavam essencialmente no USS *Monitor*. Além

¹⁴Ver: BITTENCOURT, Armando de Senna. A Guerra da Tríplice Aliança. In: **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018, p.154-177.

¹⁵Inclusive os navios encomendados pelo governo de Solano López junto a estaleiros franceses e ingleses, que, após a derrota em Riachuelo, foram adquiridos pelo governo brasileiro, a saber: os encouraçados tipo monitor *Bahia*, *Silvado* e *Lima Barros*; e os encouraçados tipo casamata *Mariz* e *Barros* e *Herval*.

desses navios, todos dotados de propulsão a vapor e construídos no Arsenal de Marinha da Corte¹⁶, foram ainda incorporados à Armada outros vasos construídos nesse e em diferentes estaleiros nacionais e estrangeiros, em um período marcado pela forte expansão da Esquadra brasileira.

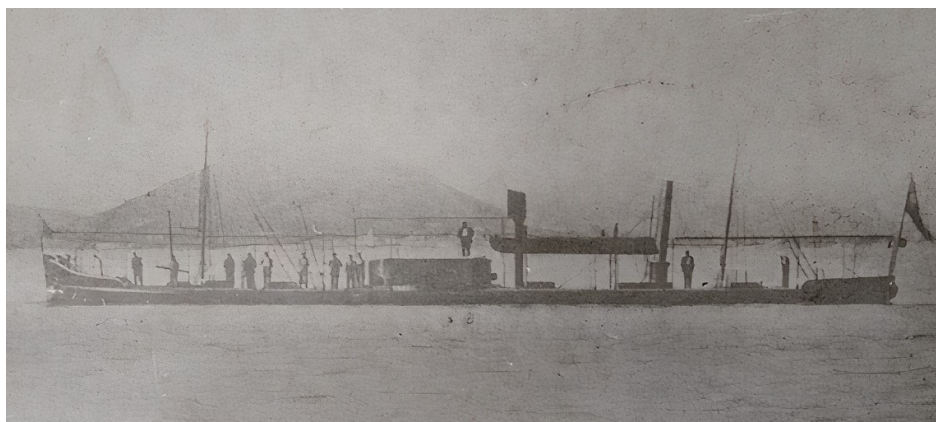


Figura 1: Monitor *Alagoas*¹⁷.

Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

O esforço de guerra durante esse conflito, notadamente a incorporação de novos navios, além de evidenciar que os argumentos do ministro da Marinha, Joaquim Augusto de Lamare, haviam encontrado eco na classe política, deixava patente o empenho da construção naval brasileira em tentar acompanhar as recentes transformações tecnológicas, especialmente no que concerne à produção e aplicação das novas tecnologias nos navios de guerra construídos no país. Esse quadro de modernização e ampliação da Armada, com incentivo à construção naval nacional, não se sustentou após a guerra contra o Paraguai. De modo que, a partir de 1872, teve início uma progressiva redução no número de navios a vapor incorporados à Armada¹⁸, comprometendo não apenas o tamanho da Esquadra,

¹⁶Atualmente, Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

¹⁷Imagem do bordo esquerdo (bombordo) do monitor *Alagoas*, imagem pertencente ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

¹⁸Considerando o limite temporal da Proclamação da República e excluídos os navios encouraçados, em 1872 havia 50 navios a vapor incorporados à Armada brasileira, quantitativo que decresceu até alcançar 27 em 1889 (MENDONÇA, 2001, p.59). Cenário que não se alterou com o fim do regime monárquico, haja vista a delicada situação econômica do país após a guerra contra o Paraguai e, em

mas, principalmente, a capacidade combatente da Marinha brasileira. Nesse período, em que pese ter mantido seus estaleiros em atividade com a construção de alguns navios, o Brasil optou por seguir com as aquisições de encouraçados de maior porte e poder de fogo junto a estaleiros europeus – vasos de guerra com maior tecnologia incorporada. Postura que, visando compensar um relativo atraso em relação às principais potências navais do mundo à época, o governo brasileiro já adotava, desde meados do século XIX, adquirindo no exterior navios mais modernos como a fragata *Amazonas*¹⁹ e as canhoneiras couraçadas dotadas de hélice e propulsão mista recebidas em 1858.

Ainda que, em 1870, o Brasil dispusesse de uma respeitável Esquadra que figurava entre as mais relevantes do mundo, segundo Armando Amorim Ferreira Vidigal (2000, p.2-3):

[...] só sendo superada, em número de bocas de fogo, pelas Marinhas da Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e Itália [...] a Esquadra brasileira de 1870 era tecnologicamente retardatária: a maioria dos navios, desenvolvidos para o cenário do Rio da Prata, eram inadequados para operar no mar; embora alguns dispusessem de propulsão a vapor, usavam ainda a roda em lugar do hélice, com todas as desvantagens daí decorrentes; a grande maioria era de madeira, apenas poucos levavam couraça [...] (*sic.*)

Em um período em que o tamanho e a tonelagem dos navios eram sinônimos de modernidade, haja vista a necessidade de blindagens cada vez mais espessas e canhões de maior calibre, esse atraso da Armada brasileira fica evidente quando observamos os encouraçados²⁰ *Riachuelo* e *Aquidabã* – incorporados,

especial, a projeção política alcançada pelo Exército, em detrimento da Marinha, por ocasião do golpe que instaurou a República no Brasil. Quadro que se viu agravado com o levante de parte da alta oficialidade naval, em 1893, no que ficou conhecido como a “Revolta da Armada”. Ver: MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. *A Marinha Imperial – 1870 a 1889*. In: MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. **História Naval Brasileira**. 4ºVol. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001; e MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

¹⁹Construída em Liverpool, Inglaterra, foi lançada ao mar em 1851. Com casco de madeira e propulsão mista, movida à roda de pás, foi o navio capitânia da força naval brasileira na Batalha Naval do Riachuelo (1865), quando atuação preponderante abalroando e destruindo navios paraguaios.

²⁰Navios de construção inglesa, deslocavam, respectivamente, 5.791 e 5.029 toneladas, e dispunham de, entre outros armamentos, artilharia principal com canhões de 233,7mm e tubos para lançamento de torpedos. Ver: MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. *A Marinha Imperial – 1870 a 1889*. In: MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. **História Naval Brasileira**. 4ºVol. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001, p.35-39.

respectivamente, em 1884 e 1885, que, segundo Lauro Nogueira Furtado de Mendonça (2001, p.32), “eram espécimes de um tipo em obsolescência” – e o cruzador *Almirante Tamandaré*²¹, maior navio de guerra já construído em estaleiros nacionais, lançado ao mar em 1890, que encerrou o último surto de desenvolvimento da construção naval brasileira durante o século XIX e primeiro após a consolidação do vapor e do aço na construção naval. Com deslocamento de 4.537 toneladas, o *Almirante Tamandaré* já saiu obsoleto das carreiras do estaleiro do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Figura 2: Cruzador *Almirante Tamandaré*²².

Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Ao analisar esse quadro de descontinuidade no desenvolvimento da

²¹Lançado ao mar em 20 de março de 1890, o cruzador *Almirante Tamandaré*, com 4.537 toneladas de deslocamento e 96 metros de comprimento, era dotado de propulsão a vapor e movido por dois hélices independentes, dispo de canhões de 152 mm e 120 mm, além de metralhadoras, possuía uma blindagem protetora de 38,07 mm no convés. Sua construção teve início em 1884 e, apesar de ter sido lançado ao mar em 1890, somente em 1897 entrou em serviço. Ver: MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. A Marinha Imperial – 1870 a 1889. In: MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. **História Naval Brasileira**. 4ºVol. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001, p. 52-53.

²²Imagem do bordo direito (boreste) do cruzador *Almirante Tamandaré*, pertencente ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

construção naval brasileira e de conseqüente dependência em relação aos grandes centros industriais em detrimento da indústria nacional, Armando Amorim Ferreira Vidigal (2000, p.3) afirma o seguinte:

A indústria naval brasileira – importante desde o período colonial, com a Ribeira das Naus, em Salvador, e, já no período imperial, com o Arsenal de Marinha da Corte, no Rio de Janeiro, ambos capacitados para a construção até mesmo de naus, os mais poderosos navios de guerra da época – não pôde acompanhar as mudanças tecnológicas que se sucederam, e entrou em acelerada decadência. É bem verdade que durante a Guerra do Paraguai foi feito um considerável esforço para a aquisição de tecnologia moderna [...] mas esse esforço não teve continuidade, em parte pelas dificuldades financeiras do País, mas, também, porque faltavam as outras condições necessárias para a manutenção do desenvolvimento industrial autossustentável [...]

Situação que tinha relação direta com o deficiente e lento processo de industrialização brasileiro, cujas condições necessárias, mencionadas por Armando Vidigal (2000, p.3), seriam a quantidade adequada de mão-de-obra capacitada a incorporar e desenvolver as novas tecnologias e os insumos essenciais para a industrialização do país, como o carvão mineral. Um cenário que não se alteraria de modo significativo na virada para o século XX, quando se observou o aprofundamento da dependência brasileira em relação às principais potências industriais do mundo.

Mesmo nessa condição, o salto tecnológico vivenciado pela Marinha brasileira, especialmente a partir do início da segunda metade do século XIX até o término da Guerra da Tríplice Aliança, e, ainda que em menor medida, após esse período – quando, por meio de aquisições internacionais o Brasil buscou manter sua Armada em contato com os principais avanços observados nas tecnologias aplicadas aos navios de guerra – reveste-se de fundamental importância para o presente estudo. Pois concorreu para um quadro de acelerada incorporação de novas tecnologias por parte das três Esquadras latino-americanas que entrariam o século passado entre as mais poderosas do mundo, sendo as principais potências navais do subcontinente, a saber: Argentina, Brasil e Chile²³. Em uma escalada

²³Sobre a corrida armamentista naval entre Argentina, Brasil e Chile durante os últimos anos do século XIX e início do século XX, ver: GARAY VERA, Cristián. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile y Brasil (1891-1923). *Historia Crítica*, nº 48, Bogotá: set./dez. 2012, p.39-57.

armamentista que, na esteira de contendas territoriais, se intensificou durante os últimos anos do século XIX e o primeiro quarto do século XX.

Brasil e Argentina, que há muito mantinham disputas envolvendo questões de fronteira na região do Rio da Prata, após a campanha contra o Paraguai se viram envolvidos em mais uma importante disputa territorial. Haja vista que, frente ao declínio do poder militar-naval brasileiro, ganharam força os reclamos argentinos sobre terras brasileiras nas regiões ocidentais de Santa Catarina e Paraná²⁴.

Contudo, outra disputa concorreu de modo mais significativo para intensificar a corrida armamentista no subcontinente. Ainda durante a Guerra do Pacífico (1879-1883) – que opôs o Chile a Bolívia e Peru por questões fronteiriças ao norte do território chileno – a Argentina intensificou suas reivindicações junto ao Chile pela soberania sobre terras na região da Patagônia e Estreito de Magalhães. Essa pressão do governo de Buenos Aires resultou no Tratado de Limites de 1881²⁵, que, por razões de ordem prática, não colocou termo à disputa. Com a vitória no Pacífico e diante da posição argentina, o governo chileno – tendo em conta as necessidades evidenciadas durante a campanha naval contra Bolívia e Peru que, diferente da Guerra da Tríplice Aliança, evidenciou aos países sul-americanos a importância de Esquadras com capacidade de combater em águas oceânicas – já vinha buscando ampliar e modernizar sua Esquadra. Importa destacar que, em razão da adoção de uma política que privilegiava as aquisições dos principais meios navais junto a estaleiros no exterior, em detrimento da incipiente indústria nacional, a contribuição da construção naval chilena nesse processo foi praticamente nula.

Durante os anos que se seguiram ao término do conflito, o Chile alcançou uma posição de proeminência enquanto potência naval frente a Brasil e Argentina, e, após a incorporação da Ilha de Páscoa (1888), passou a rivalizar, inclusive, com os

²⁴Contenda que ficaria conhecida como “Questão das Missões” ou “Questão de Palmas”, equacionada pela via diplomática, em 1895, por meio do arbítrio internacional do presidente dos EUA, Grover Cleveland, que decidiu em favor do Brasil.

²⁵Ver: S. RODRIGUEZ, Juan Agustin. **Chile en el Canal Beagle y Mares Australes, Tratado de Paz entre Chile y Argentina**. 3ª Edição, Santiago: Gráfica Progresión, 1985. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0037443.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

interesses dos EUA em águas do Pacífico, nas costas da América Latina. Ainda assim, o governo chileno se viu pressionado pelo agravamento das tensões com a Argentina, que gozava de situação econômica mais confortável e, portanto, estava em condição de se opor aos interesses chilenos na região.

Desse modo, nos últimos anos do século XIX, ambos os governos deram início a uma série de encomendas de novos navios de guerra junto a estaleiros estrangeiros. Até o ano de 1902, quando, diante da iminência de um conflito armado entre os dois países e do acentuado endividamento de ambos no mercado internacional, a coroa britânica mediou uma solução para encerrar as contendas territoriais e, conseqüentemente, por termo à intensa corrida armamentista entre eles. Os *Pactos de Mayo*²⁶ previam, especificamente nos artigos 1º e 2º da *Convencion sobre Armamentos Navales*, a redução / limitação imediata da capacidade militar-naval de ambos, com o impeditivo de cinco anos para adquirirem novos vasos de guerra sem prévio aviso, objetivando estabelecer um equilíbrio de forças entre suas Esquadras.

Até esse momento, Argentina e Chile já haviam ampliado significativamente suas Armadas²⁷. Incorporando modernos navios de diferentes categorias, desde pequenas torpedeiras até poderosos cruzadores e encouraçados com mais de 6.000 toneladas de deslocamento. Segundo Cristián Garay Vera (2012, p.46), esses dois países ocupavam, respectivamente, o sexto e sétimo lugares entre as dez maiores frotas do mundo, no que concerne à tonelagem.

As imagens a seguir ilustram esse processo na Armada chilena, com destaque para o rápido avanço dos incrementos tecnológicos incorporados aos seus navios.

²⁶Ver: ZEGERS, Julio. **La paz Chileno – Argentina**. Santiago: Imprenta Cervates, 1902. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:85748> Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

²⁷Sobre a corrida armamentista naval entre Argentina e Chile, e a situação da Esquadra chilena após o acordo de 1902 e durante os anos iniciais do século XX, ver: BADE, Rodrigo Fuenzalida. **La Armada de Chile. Desde la alborada al sesquicentenario (1813-1968)**. Tomo IV, Desde el comienzo de la Guerra Civil (1891) hasta el sesquicentenario de la Marina (1968). Valparaíso: Editorial Revista de Marina, 1988; e CORBALÁN, Carlos Tromben. **La Armada de Chile, una historia de dos siglos**. Tomo II, Desde el final de la Guerra del Pacífico hasta la conmemoración del bicentenario de la Armada (1817-2018). Santiago: Ril editores, 2019.



Figura 3: Cruzador-encouraçado *Prati*²⁸.
Fonte: *Biblioteca Nacional Digital de Chile*.

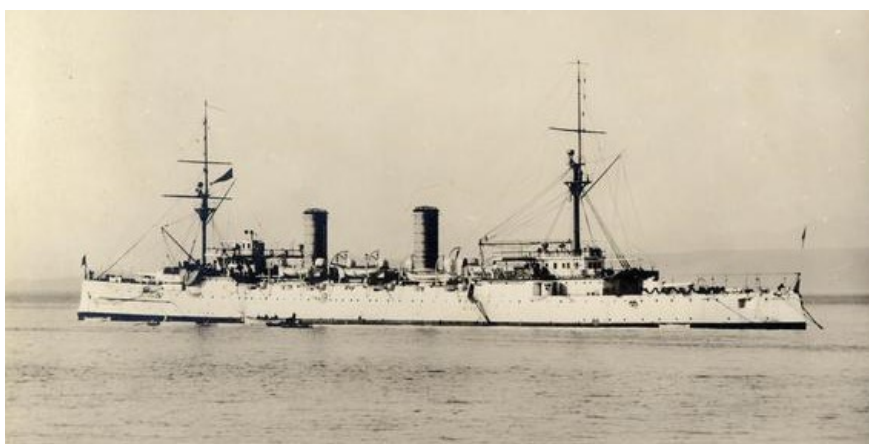


Figura 4: Cruzador *Esmeralda*²⁹.
Fonte: *Biblioteca Nacional Digital de Chile*.

²⁸Com deslocamento de 6.901 toneladas e aproximadamente 100 metros de comprimento total, o cruzador-encouraçado *Prati* foi construído na França e lançado ao mar em 1890. A imagem é uma fotografia, de 1906. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/632/w3-article-315074.html> Acesso em: 16 de março de 2021.

²⁹Com deslocamento de 7.000 toneladas, aproximadamente 133 metros de comprimento total e bateria principal de artilharia composta por 2 canhões de 208 mm; o cruzador *Esmeralda* teve sua construção iniciada em 1895 e entrou em serviço na Armada chilena em 1896. A imagem é uma fotografia, de 1906, onde, a partir do bordo esquerdo do navio, bombordo, é possível visualizar suas mastreação e chaminés, além de parte da artilharia na proa e na popa. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/632/w3-article-315071.html> Acesso em: 16 de março de 2021.



Figura 5: Cruzador-encouraçado *O'Higgins*³⁰.
Fonte: Armada de Chile.

A situação da Marinha brasileira ao final do século XIX e o clima de “paz armada” que se observava na América do Sul à época, especialmente entre as três potências navais do subcontinente, fica evidente no seguinte trecho das Cartas da Inglaterra, de Ruy Barbosa (1946, p. 7), cuja primeira edição foi publicada em 1896:

Acabo de ler com tristeza, em um opúsculo recente, o estudo comparativo da nossa armada com a do Chile e a da República Argentina. Um confronto há pouco esboçado pelo jornal mais influente deste último país, a *Prensa*, de Buenos Aires, opõe a cada um dos nossos vasos de guerra hoje válidos um competidor formidável, deixando ainda, nas sobras, com que compor mais de uma Esquadra, capaz de medir-se com a nossa. Não obstante as suas dificuldades financeiras, a nossa vizinha do Prata consigna entusiasticamente milhões sobre milhões ao desenvolvimento de sua potência naval. Estou longe de lhe atribuir desígnios agressivos especialmente contra nós. Mas a força militar se converte, naqueles que a possuem, em tentação quase irresistível contra os vizinhos desaparecidos.

Percepção que, alguns anos mais tarde, seria compartilhada pelo então ministro da Marinha, contra-almirante Júlio Cesar de Noronha, quando, ao argumentar sobre a necessidade de reaparelhamento da Armada brasileira e da otimização da aplicação dos recursos nela aplicados, logo na introdução de seu

³⁰Com deslocamento de 8.500 toneladas, 124 metros de comprimento total e bateria principal de artilharia composta por 4 canhões de 203 mm; o cruzador-encouraçado *O'Higgins* teve sua construção iniciada em 1896 e chegou ao Chile em 1898. A imagem é uma fotografia do bordo esquerdo do navio, bombordo, onde é possível visualizar suas mastreação e chaminés, além de parte da artilharia principal. Disponível em: <https://www.armada.cl/tradicion-e-historia/unidades-historicas/o/crucero-acorazado-o-higgins-3> Acesso em: 16 de março de 2021.

relatório³¹ – alusivo ao ano de 1902, mas apresentado ao Presidente da República em abril de 1903 – afirmou o seguinte:

[...] quanto nosso poder naval, representado pelos navios que o constituem e pelo pessoal que os garante, não está em justa proporção com os sacrifícios do erário. Para roborar o meu asserto, vou estabelecer rápido confronto entre o Brasil e um outro país sul-americano – o Chile, no tocante ao modo pelo qual um e outro, visando o preparo para a guerra, se utilizaram de não diminuta quota de renda pública, no decênio de 1891 a 1900. Nesse período, o Chile, mediante um dispêndio, cujo valor, em termo médio, atingiu a 24.576:000\$000 anuais, adquiriu unidades de combate representando o deslocamento de 43.430 toneladas. Fez mais ainda: impulsionou as obras do porto militar de Talcahuano, cujo dique importou em 489.300 libras esterlinas; criou um porto de refúgio com pequenas oficinas em Puerto-Zenteno, na circunvizinhança de Punta-Arenas; estabeleceu em Coquimbo, Talcahuano, Ancud, Puerto-Ramires e Puerto-Zenteno depósitos de carvão capazes de, em circunstancias normais, abastecer a Esquadra por espaço de três anos; e, finalmente, criou, em agosto de 1898, um regimento de artilharia para a defesa das costas, que é confiada à marinha. Por seu turno, o Brasil, durante o mesmo decurso de tempo, despendendo, em termo médio, 28.657:181\$651 anuais limitou-se a aumentar o seu poder naval com a aquisição de navios, cujo deslocamento não excedeu de 27.179 toneladas, algarismo inferior ao do Chile de 16.251 toneladas.

Além de denotar o entendimento do ministro de que, mesmo tendo destinado mais recursos à Marinha durante o último decênio do século XIX, o Brasil teria ficado abaixo do Chile no tocante ao incremento de seu poder naval. O trecho do relatório ministerial acima transcrito evidencia o acompanhamento detalhado que a alta administração naval brasileira realizava em relação aos investimentos e realizações navais chilenas e, ainda, como destacado por Ruy Barbosa, a percepção de que o Brasil se encontrava em condição de inferioridade naval não apenas em relação a esse país, mas também quanto à Argentina.

Nesse momento, logo nos anos iniciais do século passado, diante da hegemonia alcançada pela Armada argentina na América do Sul, sobretudo após os *Pactos de Mayo*, o Brasil, que até então assistia o aumento em tamanho e poder de fogo das Esquadras chilena e argentina, deu início a um plano de reaparelhamento

³¹Relatório de 1902, do Ministro dos Negócios da Marinha contra-almirante Júlio César de Noronha, p. 3-4.

de sua Armada³². Com o objetivo de fazer oposição ao poder naval argentino e, conseqüentemente, assegurar seus interesses na região, o governo brasileiro encomendou junto a estaleiros ingleses uma série de novos navios de guerra, que, com destaque para os *dreadnoughts*³³ com mais de 21.000 toneladas de deslocamento à plena carga cada, passariam a compor o núcleo da Esquadra.



Figura 6: Charge “Forças de Paz”
Fonte: *O Paiz* – RJ, 18abr.1910, capa.

³²Programa Naval que culminou na “Esquadra de 1910”, por meio do qual foram adquiridos junto à Inglaterra: dois *dreadnoughts*, dois cruzadores e dez contratorpedeiros. Concebido na gestão do Contra-almirante Júlio César de Noronha, o programa foi executado durante a gestão do Contra-almirante Alexandrino Faria de Alencar a frente do Ministério da Marinha. Ver: MARTINS, Hélio Leôncio e COZZA, Dino Willy. Poderes combatentes. In: CAMINHA, Herick Marques *et al.* **História Naval Brasileira**. Quinto Volume, Tomo I B, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

³³Categoria de navios encouraçados construídos a partir de meados da primeira década do século XX, teve o navio britânico HMS *Dreadnought*, como seu primeiro exemplar que, por assim ser, emprestou seu nome à categoria de navios encouraçados que passariam a ocupar o lugar de principais belonaves nas novas Esquadras das mais importantes potências navais do mundo (MARTINS, 1997, p.81). Dotados de peças de artilharia de grosso calibre e diversas inovações tecnológicas, especialmente no que concerne à propulsão e navegação, tornaram os encouraçados que os antecederam, cujo auge da construção se deu entre os anos de 1890 – 1905, obsoletos e, desse modo, categorizados como pré-*dreadnought*.



Figura 7: Charge “Guerra?”, de Storni.
 Fonte: *O Malho* – RJ, 16abr.1910, p.19.

As charges acima denotam a chegada dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, em 1910, e o contexto de “paz armada” que vigia entre algumas potências militares, em especial no subcontinente sul-americano. Outra ilustração do chargista Storni³⁴ também merece destaque, pois, para além desse cenário e da já mencionada concepção de que as Esquadras representavam a “força e a grandeza” de uma nação, como o próprio artista coloca em uma de suas ilustrações ao se referir à chegada do encouraçado *Minas Gerais*. Storni procura questionar a real necessidade das encomendas de tão poderosos navios, especialmente em relação aos custos envolvidos frente a situação financeira do país à época.

Essa postura brasileira deu novo ânimo à escalada armamentista no subcontinente, especialmente no que concerne à Argentina que, no intuito de manter sua hegemonia, intensificou suas aquisições no exterior. Enquanto o governo brasileiro iniciava o novo século disposto a recuperar sua preponderância militar-

³⁴ Ver ANEXO A.

naval na região com a incorporação dos *dreadnoughts Minas Gerais* e *São Paulo*³⁵, considerados entre os mais modernos e poderosos navios de guerra à época, o governo argentino não tardou em sua resposta, encomendando nos EUA, entre outros navios, os *dreadnoughts Rivadavia* e *Moreno*³⁶. O Chile, por sua vez, respondeu com aprovação, ainda em 1910, de leis que asseguravam recursos financeiros para a aquisição de diversos navios, entre os quais *dreadnoughts*, contratorpedeiros e submarinos; que tiveram suas construções contratadas junto a estaleiros ingleses e estadunidenses.

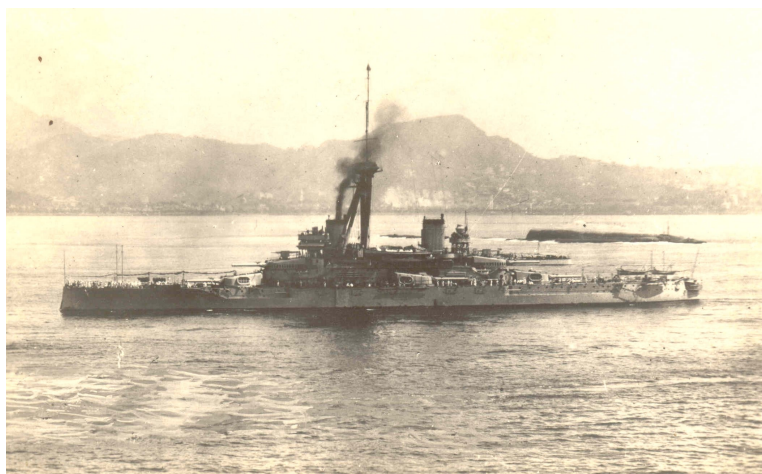


Figura 8: Encouraçado, tipo *Dreadnought*, *Minas Gerais*.

Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)

³⁵Incorporados à Armada brasileira no ano de 1910, foram construídos a partir do mesmo projeto, possuindo assim as mesmas características. Com deslocamento aproximado de 21.500 toneladas, à plena carga, e medindo pouco mais de 165 metros de comprimento total, eram dotados de canhões de 305mm em suas baterias principais de artilharia. Histórico e descrição detalhada dos navios disponíveis em: Encouraçado *Minas Gerais* - <https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/MinasGeraisEncouracado1910-1953.pdf> Encouraçado *São Paulo* - <https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/SaoPauloEncouracado1910-1951.pdf> Acesso em: 18 de março de 2021.

³⁶Incorporados à Armada argentina, respectivamente, nos anos de 1914 e 1915, também construídos a partir do mesmo projeto, apresentavam um deslocamento aproximado de 31.000 toneladas, à plena carga e mediam pouco mais de 181 metros de comprimento total, eram dotados de canhões de 305mm em suas baterias principais de artilharia. Ver: HOUGH, Richard. **Dreadnought. A History of the Modern Battleship**. London: Lume Books, 2019 e BÓVEDA, Jorge R. Diplomacia de acorazados: 1904-1915. La política naval argentina, rehén de los EE.UU. **Boletim del Centro Naval**, Buenos Aires: Centro Naval, nº831, sep/dic 2011, p.207-222. Disponível em: <https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN831/831-BOVEDA.pdf> Acesso em: 05 de março de 2022.



Figura 9: Encouraçado, tipo *Dreadnought*, *São Paulo*.
Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)

Com o início da Primeira Guerra Mundial e o conseqüente envolvimento das potências europeias no conflito, os planos de reaparelhamento das Armadas dos três países se viram prejudicados devido ao não cumprimento de acordos e contratos firmados, em razão da necessidade de atender às demandas dos países beligerantes. Nesse quadro, no que concerne ao Chile, cujas encomendas foram firmadas depois das de Brasil e Argentina, de todos os navios encomendados apenas dois contratorpedeiros foram entregues antes do início da guerra, o *Almirante Lynch* e o *Almirante Condell*. Os demais navios tiveram suas construções suspensas ou canceladas, ou foram incorporados às Esquadras das nações combatentes. O caso mais emblemático foi o dos dois *dreadnoughts*, *Almirante Cochrane* e *Almirante Latorre*³⁷, tendo o Chile desistido da aquisição do primeiro e a Inglaterra incorporado o segundo à sua Esquadra, com o nome de HMS *Canada*, assim como outros quatro contratorpedeiros encomendados pelo governo de

³⁷Com deslocamento de 32.960 toneladas, à plena carga, e medindo pouco mais de 190 metros de comprimento total, era dotado de canhões de 356 mm em suas baterias principais de artilharia. Histórico e descrição detalhada do navio. Disponível em: <https://www.armada.cl/tradicion-e-historia/idades-historicas//acorazado-almirante-latorre-1>. Acesso em: 16 de março de 2020. Ver: CORBALÁN, Carlos Tromben. *La Armada de Chile, una historia de dos siglos*. Tomo II, Desde el final de la Guerra del Pacífico hasta la conmemoración del bicentenario de la Armada (1817-2018). Santiago: Ril editores, 2019.

Santiago junto a estaleiros ingleses. Com o fim da guerra, três desses contratorpedeiros e o *dreadnought* foram incorporados à Armada chilena, em 1920, após um período de modernização na Inglaterra.



Figura 10: Encouraçado, tipo *Dreadnought*, *Almirante Latorre*³⁸.
Fonte: *Library of Congress*.

Com economias fundamentadas na exportação de matérias-primas; Argentina, Brasil e Chile optaram por estruturar os planos de modernização de suas Armadas com base na aquisição de modernos vasos de guerra junto a países em franco processo de industrialização. Elevando assim, de modo significativo, seus endividamentos externos e contribuindo para acentuar o atraso em seus processos de industrialização e a conseqüente dependência tecnológica e econômica em relação aos grandes centros. No entanto, em que pese esse cenário significativamente desfavorável sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico demandar, por si só, uma análise mais aprofundada, cumpre destacar que, para o que interessa ao presente estudo, Brasil e Chile entram no século XX incorporando em suas Esquadras algumas das mais recentes tecnologias navais. Aspecto que se

³⁸Fotografia do *dreadnought Almirante Latorre*, publicada em 1921, onde se destacam na proa os poderosos canhões de 356mm. Disponível em: <https://www.loc.gov/pictures/item/91730192/> Acesso em: 16 de março de 2020.

reveste de fundamental relevância quando observamos as importantes transformações que esses avanços materiais ocasionaram nas relações sociais estabelecidas a bordo dos navios, como veremos mais adiante.

Depositando em seus estaleiros e, principalmente, em suas Armadas, todo esforço industrial, além de somas significativas de recursos financeiros, a exemplo de Argentina, Brasil e Chile, muitas nações contribuíram para, ainda nos primeiros anos do século XX, consolidar uma situação que, no que concerne ao pensamento marítimo, se fundamentava na doutrina da “batalha decisiva”³⁹, difundida à época pelo almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan, que a considerava parte fundamental do que entendia como *sea power*, que incluiria, segundo ele, não apenas o poder militar embarcado, mas também o comércio e o transporte marítimo, cuja segurança é dele dependente⁴⁰ (1890, p.4).

Para alcançar o que Mahan concebia como “poder marítimo”, era essencial dispor de uma grande capacidade naval. De modo que, dentro de suas capacidades, as principais marinhas passaram a estruturar suas Esquadras de acordo com o que ficou conhecido como *battleship mentality*, ou seja, privilegiando a adoção de navios cada vez maiores e com maior poder de fogo, os chamados couraçados (*battleships*) em detrimento de outros tipos de vasos, como os cruzadores. Essa composição estava perfeitamente alinhada com a ideia de que, segundo Alfred Mahan (1890, p.264), uma marinha que queira intervir de forma decisiva numa guerra marítima tem que ser composta de navios pesados – “*battleships*” – possuindo o máximo poder de

³⁹A doutrina da “batalha decisiva” – que, segundo Nuno Sardinha Monteiro (2013, p.32), Alfred Mahan adaptou para o cenário da guerra no mar um conceito já existente, que teria se popularizado com a publicação do livro de Edward Creasy, *The fifteen decisive battles of the world*, em 1815 – partia do pressuposto de que as Esquadras seriam essencialmente ofensivas, cabendo assim às marinhas a atuação ofensiva contra as Esquadras inimigas. Visando sua “aniquilação [...] num único combate que permitiria ao vencedor usufruir do mar, negando o mesmo desiderato ao inimigo” (MONTEIRO, 2013, p.32).

⁴⁰Essa ideia de poder marítimo, onde o poder naval é seu componente militar, ainda fundamenta concepções mais atuais, como pode ser observado no Plano Estratégico da Marinha do Brasil – 2040 (MARINHA DO BRASIL, 2020, p.14), onde consta que: “O Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais”. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html Acesso em: 25 de setembro de 2022.

fogo.

Pensamento que, na prática, potencializava a corrida armamentista em curso em diversos pontos do globo, conferindo às Esquadras posição de destaque em um quadro tensionado de “paz armada”. E cuja aplicabilidade se verificou na campanha naval da guerra russo-japonesa, especialmente na batalha de *Tsushima*, em maio de 1905, quando a Esquadra japonesa praticamente desmobilizou por completo a Marinha Imperial da Rússia, afundando ou capturando parcela importante dos seus navios e concorrendo, definitivamente, para precipitar o fim do conflito⁴¹. Em seu livro *Naval Administration and Warfare – Some General Principles*, Alfred Thayer Mahan (1908, p.165) afirmou que a experiência dessa guerra confirmou a preponderância do couraçado no tocante ao controle do mar. Reforçando sua ideia de poder marítimo, para o qual, em um cenário de guerra naval, se buscava a “batalha decisiva” a partir da função essencialmente ofensiva de Esquadras estruturadas, principalmente, em navios couraçados.

Para além da relevância na seara política e militar, o poder militar-naval passou então a guardar grande importância no que afeta ao imaginário dessas sociedades, principalmente no que concerne aos processos de construção / consolidação de identidades nacionais. Situação evidenciada nas palavras de Cristián Garay Vera (2011, p.77), ao analisar a importância do imaginário chileno acerca de sua Armada e território durante esse período:

La imagen del poder naval se basa en la idea propia del siglo XIX, cuya magnitud es expresiva en la fortaleza de una población en relación a las otras. En este sentido, los buques permiten viajar y trasladar soberanía no solo como adquisición violenta, sino además como lazo de comunicación constante [...] Parte de este itinerario no tiene que ver con las acciones militares, sino con la imagen que se pretende transmitir, ya que el fervor por las instituciones armadas era expresión de la convicción decimonónica de que los ejércitos y las flotas reflejaban la plenitud de un pueblo. Este concepto es propio del periodo de la “paz armada”, constituye, sin embargo, una expresión que es propia del nacionalismo chileno, entendido más allá de su expresión ideológica posterior, como definición de identidad.

⁴¹Que se confirmou em setembro desse mesmo ano, por meio da assinatura do Tratado de *Portsmouth*, sob mediação dos Estados Unidos da América.

Essa convicção oitocentista, mencionada por Cristián Garay, de que os exércitos e as Esquadras refletiam a plenitude de um povo, também podia ser observada no Brasil do início do século XX. Como evidencia o seguinte trecho da matéria sobre a chegada do *dreadnought Minas Gerais* às águas da Baía da Guanabara, publicada em um periódico de grande circulação no Rio de Janeiro:

A chegada do *Minas Gerais*, eis o grande acontecimento, que ontem fez palpitar numa vibrante emoção patriótica toda a alma nacional, porque não foi só o Rio de Janeiro que recebeu nas águas de sua formosa baía o formidável *dreadnought*; foi o Brasil inteiro que saudou o vulto agigantado do colosso dos mares sul-americanos o símbolo soberano da sua própria pujança, a expressão concreta da sua energia de nação. [...] A repercussão dessas salvas [...] fez-se também forte, sonora e cheia no coração de todos os brasileiros, que, por sua vez, saudavam no vulto de aço do *Minas Gerais* o Brasil novo, opulento e poderoso, que vai na sua rota de progresso e civilização, com a mesma serena galhardia com que o primeiro de seus *dreadnought* entrou nas águas espelhantes da Guanabara.⁴²

Modernos navios que, figurando no imaginário popular como “a expressão concreta da energia de nação” e manifestação da “opulência e do poder” de seus países, se constituíram, em um quadro de rápidas e significativas transformações tecnológicas e sociais, enquanto marco definitivo de uma era em que marinheiros com pouca ou nenhuma qualificação profissional compunham as tripulações de navios de madeira e propulsão à vela. Resultado de uma revolução tecnológica que se observou nas Armadas, especialmente a partir do último quarto do século XIX, materializada nos poderosos pré-*dreadnoughts* e *dreadnoughts* dos primeiros anos do século passado.

Navios com estrutura de aço e reforço de blindagem – razão pela qual eram também conhecidos como couraçados ou encouraçados – deslocando milhares de toneladas impulsionados unicamente pela força do vapor, artilhados com enormes canhões de grosso calibre dispostos em torres e acionados por mecanismos hidráulicos e eletrohidráulicos. Dotados de modernos equipamentos que sintetizavam os mais recentes avanços tecnológicos alcançados até então em áreas como: engenharia naval, hidráulica, eletrohidráulica, mecânica, metalurgia, elétrica, comunicações, química e mecânica bélica. Essas belonaves aumentaram

⁴²O *Paiz*, 18 abr. 1910, capa.

exponencialmente a distância no combate naval, tornando praticamente desnecessário o combate aproximado no mar, ao passo que demandaram, em um curto espaço de tempo, novas qualificações técnico-profissionais de seus tripulantes, principalmente daqueles responsáveis pela operação e manutenção de toda essa tecnologia a bordo, os praças.

Assim, para além das questões de ordem material, cumpre destacar a relevância do aspecto humano – fundamental para o presente estudo – haja vista o fato de que todas essas transformações tecnológicas demandavam importantes mudanças nas atividades necessárias à operação e manutenção desses navios e seus equipamentos. De modo que, o antigo ofício marinheiro, para o qual não se exigia quaisquer qualificações prévias, se viu profundamente modificado. Pois, não mais bastava “apenas” a *práxis* no mar para ensinar aqueles marinheiros os conhecimentos necessários para o desempenho de sua atividade.

Destarte, proporcionalmente ao avanço tecnológico e o conseqüente emprego dessas novas tecnologias a bordo dos navios, aumentava a capacitação e exigência técnico-profissionais demandadas desses homens. Processo que passou a reclamar cada vez mais tempo dedicado tanto ao estudo quanto à própria manutenção de equipamentos e sistemas cada vez mais complexos. Ocasionalmente, nas Esquadras, um afastamento dos marinheiros em relação à prática de atividades caracteristicamente afetas ao universo militar, entre as quais o próprio manejo com armas empregadas no combate aproximado. O que se reveste de fundamental importância no que concerne às transformações observadas nas relações sociais estabelecidas a bordo desses navios e, assim sendo, apresenta destacada relevância para uma compreensão ampliada das mobilizações de marinheiros no século XX, em especial daquelas sobre as quais se debruça esta análise.

2.2 – O “marinheiro-trabalhador” no alvorecer do século XX.

A partir da necessidade por marinheiros cada vez mais especializados e “menos combatentes”, não apenas as Esquadras passaram por importantes transformações no início do século passado, mas, sobretudo, suas guarnições. De quem outrora se demandava apenas a força dos músculos e a disposição para a luta

aproximada, passou-se a exigir uma gama de conhecimentos técnicos e qualificações profissionais cada vez mais complexas, muitas delas comuns àquelas exercidas no meio civil. Nesse cenário, marinheiros-militares passaram a se perceber também enquanto técnicos, com capacitações e saberes que os conferiam expectativas e aspirações de melhores colocações profissionais e, conseqüentemente, sociais.

No entanto, na medida em que muitas das principais Marinhas não se mostravam inclinadas a promover ou aceitar mudanças estruturais que alterassem antigos referenciais, normativos e/ou tradicionais, que pautavam as relações sociais entre oficiais e praças, mesmo que inerentes à nova realidade social que se impunha junto às inovações tecnológicas então absorvidas pelas Esquadras. As expectativas desses marinheiros não encontravam respaldo junto às instituições navais, que, não obstante vivenciem essa nova realidade tecnológica e, portanto, profissional, ainda se mantinham aferradas às antigas estruturas de mando que objetivavam à manutenção de hierarquias, relações e estruturas sociais características de suas sociedades, como será possível verificar ao longo deste estudo. Aspecto que se mostra relevante quando observamos algumas das principais mobilizações de marinheiros durante o século XX e suas relações com questões sociais e políticas então enfrentadas por suas sociedades.

Considerando as destacadas diferenças relativas às origens sociais, e muitas vezes étnicas, comumente observadas entre oficiais e praças nas forças navais, isto é, enquanto estes eram oriundos das camadas menos favorecidas de suas sociedades, aqueles provinham de seus extratos mais abastados, como evidenciaremos no decorrer destas páginas. Podemos compreender que, na medida em que “as hierarquias navais costumam ser o prolongamento das estruturas das sociedades que as geram” (MAGASICH A., 2008, p.60, tradução nossa), esses movimentos se constituíram enquanto “termômetros” de importantes tensões sociais observadas para além dos limites dessas corporações. Uma vez que a hierarquia regimental estabelecida internamente às forças armadas se apresentava como a formalização, nessas instituições, da hierarquia social vigente em suas sociedades. E, desse modo, a ameaça à hierarquia naval por parte dos marinheiros se

configurava enquanto evidência de uma potencial ameaça ao *status quo* então estabelecido nessas sociedades.

Nesse sentido, pela natureza da atividade militar-naval, se fazia necessário um controle significativamente mais rígido e eficaz da base dessa pirâmide hierárquica. Domínio que deveria ser constantemente reafirmado e para o qual, ademais das normas e regulamentos, as tradições (inventadas)⁴³ se apresentavam como importante instrumento. Reforçando a condição de subalternidade desses marinheiros; a partir de uma perspectiva gramsciana de que o Estado e a cultura são, respectivamente, espaço e instrumento de dominação (GRAMSCI, 2000a, p.331 e SIMIONATTO, 2009, p.45); não apenas no âmbito militar, mas também na esfera social. Afiançando assim a ideia de uma hierarquia social que se desdobrava para dentro dos limites das instituições navais e, em um ambiente constantemente tensionado, especialmente a bordo dos navios, pressupunha, enquanto condição *sine qua non* para o exercício da autoridade (dominação), uma disciplina, fundamentada nessa subalternidade social, marcada pela obediência incontestada em relação aos superiores hierárquicos, principalmente a oficialidade. Situação que resultou inaceitável para os marinheiros do século XX, culminando em graves crises na estrutura de muitas dessas instituições armadas (MAGASICH A., 2008, p.60). Evidenciando assim os tênues limites entre elas e suas sociedades.

Nesse quadro, para além do que Jorge Magasich Airola (2008, p.59) buscou evidenciar quando se referiu ao “marinheiro-técnico”, procurando enfatizar a nova condição técnico-profissional daqueles militares ainda nos anos iniciais do século XX, diferente do que ocorria com seus pares das forças terrestres. Consideramos fundamental, para o que se propõe o presente estudo, desenvolver o conceito de “marinheiro-trabalhador”, a partir de uma perspectiva que leve em conta o caráter “totalizante” (CASTRO, 2021, p.11) das instituições navais, especialmente em seus navios, e a construção de uma identidade a partir das relações sociais estabelecidas

⁴³ No sentido atribuído por Eric Hobsbawm (2006, p.9) ao conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, normalmente reguladas por regras abertamente aceitas ou não; visando inculcar determinados valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica uma continuidade em relação ao passado, buscando-se, sempre que possível, estabelecer uma relação de continuidade com algum passado histórico apropriado.

por esses marinheiros, dentro e fora dos limites das Armadas. Concepção que está diretamente relacionada às experiências que esses segmentos de militares passaram a vivenciar, especialmente a partir dos anos iniciais do século XX, com o acentuado desenvolvimento tecnológico e as decorrentes transformações afetas à distribuição do trabalho a bordo dos navios de guerra, como foi possível observar no subcapítulo anterior.

Essas mudanças, que demandavam desses marinheiros novas capacitações profissionais e lhes submetiam à intensas cargas de trabalho, sem o devido reconhecimento profissional e financeiro, acompanhavam, em parte, a lógica que se verificava nas relações de trabalho no meio civil, especificamente em relação aos trabalhadores urbanos. Potencializando a exploração da mão-de-obra no sentido de maximizar a produção e, conseqüentemente os ganhos. Situação que concorreu para aproximar esses militares da realidade vivenciada por diversos segmentos de trabalhadores urbanos, com os quais, em muitos casos, compartilhavam origens sociais e espaços de convivência.

Nesse sentido, cabia aos praças o exercício de atividades profissionais, fundamentais para o funcionamento e a conservação dos navios, comparáveis àquelas exercidas por categorias de trabalhadores civis, como: eletricitas, caldeireiros, metalúrgicos, torneiros mecânicos, mecânicos de motores, marceneiros, secretários, cozinheiros, barbeiros, entre outras. Ao passo que a oficialidade era encarregada pela condução do navio, gerenciamento das atividades necessárias ao seu funcionamento e manutenção da disciplina a bordo. Dessa forma, tendo em conta o caráter “totalizante” (CASTRO, 2021) das forças navais, como veremos mais adiante, construía-se um cenário propício à formação de espaços de disputas de poder onde, a partir da interação desses atores sociais, relações de identificação, controle e resistência emergiram, mesmo em instituições militares.

Em que pese, na condição de militares, esses marinheiros não estarem submetidos às clássicas relações de produção capital x trabalho, então observadas no meio civil. Não podemos desconsiderar a conveniente adaptabilidade desse tipo de relação por parte das instituições navais, cuja atividade fim passou, em um curto espaço de tempo, a depender, inteiramente, do trabalho de uma mão-de-obra

qualificada e oriunda dos extratos basilares de suas sociedades. De modo que, sem desprezar o aspecto econômico-orçamentário atinente à essas corporações, convinha às suas administrações explorar ao máximo o trabalho de cada um desses marinheiros, a fim de manter os navios aprestados com o emprego do menor quantitativo de mão-de-obra possível. Contribuindo para a supracitada aproximação na medida inversa com que os distanciava das atividades caracteristicamente castrenses, como já mencionado. Guardando assim, relação direta com os levantes aqui abordados, os quais entendemos como desdobramentos de intensas disputas sociais ocorridas em contextos político-sociais específicos de cada sociedade.

Cabe então destacar essa característica peculiar ao marinheiro-militar que, diferente do soldado, essencialmente militar, situa-se entre duas ou mais atividades laborais distintas e, não necessariamente, complementares. Ou seja, para além da simples, mas significativa, distinção semântica⁴⁴ entre o “marinheiro” e o “soldado”, a diferença fundamental reside na essência de suas atividades principais, isto é, o “soldado” necessariamente é um militar, ao passo que o “marinheiro” pode ser, também, um militar. Destarte, ainda que observada de modo mais acentuado a partir do rápido avanço tecnológico experimentado pelas Armadas desde a inserção do vapor na propulsão dos navios, essa particularidade não pode ser considerada apenas a partir deste marco, haja vista que a própria atividade marinheira é, por si só, uma prática laboral independente e preponderante a quaisquer outras que, essencialmente, se desenvolvam nos mares e/ou outros meios navegáveis. Nesse sentido, sob a perspectiva dessa multifacetada prática laboral, entendemos que é a partir desse ponto que se estabelece o processo de identificação entre esses “marinheiros”, com base, principalmente, na percepção das diferenças fundamentais em relação aos “soldados” e à própria oficialidade naval.

Sendo assim, entendidos enquanto membros de um segmento específico dentro das Forças Armadas, os marinheiros exercem uma atividade da qual são depositários de suas tradições e costumes, e cuja prática pressupõe o exercício de, minimamente, três atividades laborais distintas, na seguinte ordem: marinheira,

⁴⁴ “Marinheiro: aquele que trabalha a bordo; aquele que serve na marinha. Soldado: aquele alistado nas forças de terra e ar, no posto mais baixo da hierarquia militar” (BUENO, 2007).

técnica e militar. Especificidade que se acentua quando consideramos o local onde desempenham suas atividades profissionais, ou seja, a bordo de navios de guerra. Espaço que tem a característica de constituir-se, de maneira simultânea, enquanto local de trabalho e moradia, tornando-se assim um microcosmo onde se estabelecem relações sociais de diversas naturezas, especialmente relações de trabalho. As quais, com a crescente qualificação técnico-profissional dos marinheiros observada a partir da inserção dos incrementos tecnológicos que acompanharam a adoção do vapor na propulsão dos navios, cada vez mais passaram a se desenvolver em uma “zona cinzenta” em que esses homens passaram a construir e/ou ressignificar suas identidades. Isto é, entre as complexas exigências profissionais demandadas pelas novas tecnologias, em cujas práticas se aproximavam do universo laboral de trabalhadores civis, e as antigas balizas sociais que pautavam as relações humanas nas instituições militares sob a justificativa da manutenção da hierarquia e da disciplina. Marinheiros, situados no limiar entre a “caserna e a fábrica”.

Destarte, tendo em conta o conceito de “instituições totais”, como coloca Erving Goffman (1974), podemos compreendê-los também como internados de instituições que se pretendem totais se os percebermos a partir das tensionadas relações estabelecidas com seus oficiais, em universos caracteristicamente reduzidos e controlados, como o são os navios de guerra.

Ainda que o referido conceito aparentemente se adeque ao modelo institucional de um navio de guerra e das relações sociais estabelecidas internamente a ele, na medida em que:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. [...] (GOFFMAN, 1974, p.11)

Importa destacar que, no que concerne aos recortes temporais sobre os quais nos debruçamos no presente estudo, ainda que seja possível verificar muitos dos aspectos atinentes ao conceito de instituições totais, cunhado por Erving Goffman, entendemos que as Armadas e, especificamente seus navios, não podem ser

considerados como tais. Uma vez que, mesmo figurando como o “híbrido social” definido por Goffman (1974, p.22), parte organização formal, parte comunidade residencial, não promovem a ruptura absoluta de todas as relações sociais estabelecidas por seus internados com o mundo exterior, principalmente quando comparado a outras instituições dessa natureza citadas pelo autor em sua obra, como: algumas prisões, manicômios e conventos.

Nesse sentido, ainda que estejam presentes, entre outros aspectos, as relações entre o grupo controlado e a equipe de controle – respectivamente, praças e oficiais – que se percebem a partir de estereótipos limitados e hostis, relacionando-se, a partir de uma distância social prévia, de modo a cumprir tarefas específicas (GOFFMAN, 1974, p.17-19). E ainda, que esses militares sejam apartados do convívio com o mundo exterior durante períodos consideráveis, quando são submetidos a um processo de mortificação de sua identidade pessoal (GOFFMAN, 1974, p.24) característico das instituições totais. Por questões práticas, fundamentais ao desempenho de suas atribuições, os navios não são capazes de isolar totalmente suas guarnições do contato com o meio externo, que ocorre, principalmente, nas regiões portuárias, onde a transitoriedade das relações humanas e o fluxo intenso de pessoas e informações são traços característicos. Esse contato se apresenta como condição basilar para o desenvolvimento do processo de identificação entre esses militares e destes com segmentos de trabalhadores civis, essencial para a ocorrência dos diversos levantes marinheiros ocorridos ao longo do século XX.

Assim, ainda que as instituições navais intencionem o controle absoluto sobre seus militares, em especial sobre os praças, o “grande grupo controlado” (GOFFMAN, 1974, p.18), isso não ocorre de maneira plena. Desse modo, por razões diferentes e significativamente relevantes para o que pretende esta análise, somos levados a perceber essas corporações militares e seus navios a partir da perspectiva de Celso Castro (2021), isto é, como “instituições totalizantes”.

Ainda que sua análise acerca do “espírito militar” se detenha, especificamente, sobre sua experiência antropológica nas dependências da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), organização militar do Exército

Brasileiro na qual se formam oficiais de carreira das diferentes armas⁴⁵ da força terrestre. Celso Castro destaca dois aspectos que são comuns a todos os militares das Forças Armadas: a relativa autonomia dos estabelecimentos onde ocorre a socialização militar em relação ao mundo exterior (2021, p.11); e o alcance das normas e regulamentos que pautam a atividade e as relações militares, os quais se estendem sobre estes mesmo no meio civil, ou seja, para além dos limites do exercício da profissão nas unidades militares (2021, p.49).

Ainda segundo Celso Castro (2021, p.50), apesar das várias semelhanças formais com o modelo de Goffman, as diferenças seriam grandes e, desse modo, se perderia mais do que se ganharia com a classificação das academias militares enquanto instituições totais na medida em que:

Em primeiro lugar, numa academia militar inexistente uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internados” [...] Em segundo lugar, Goffman deixa claro que nas instituições totais não se busca uma “vitória cultural” sobre o internado, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucional, para usá-la como “uma força estratégica no controle de homens”. Numa academia militar busca-se justamente uma “vitória cultural”, e não criar uma “tensão persistente”: a academia é claramente vista como um local de passagem, um estágio a ser superado. Em terceiro lugar, Goffman trata principalmente dos estabelecimentos de participação compulsória. Numa academia militar, ao contrário, só fica quem quiser. (CASTRO, 2021, p.50, grifos do autor)

Contudo, mesmo entendendo que suas considerações em relação à aplicabilidade do conceito de “instituições totais” em relação às academias militares se aplicam em grande medida às escolas de formação de oficiais de Marinha, haja vista tratar-se da formação dos integrantes das “pequenas equipes de supervisão” (GOFFMAN, 1974, p.18) que atuarão nos quartéis e navios. Elas não se sustentam quando a análise recai sobre os praças, neste caso da Marinha, especialmente pelo fato de que para esses militares, historicamente, o serviço na Armada guardava um caráter servil e compulsório. Aspecto que poderemos observar melhor mais adiante, mas que fica evidente nos seguintes trechos de narrativas de memórias de Avelino

⁴⁵ Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Intendência e Material Bélico. Disponível em: www.aman.eb.mil.br Acesso em: 10 de maio de 2022.

Capitani e Manuel Astica Fuentes, ex-marinheiros que integraram as mobilizações no Brasil (1964) e no Chile (1973), respectivamente:

A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade. (CAPITANI, 1997, p.17)

Porque a oficialidade sempre considerou as tripulações com o nome pejorativo de "equipagem", como seres inferiores, pouco menos que escravos sob seu comando. De tal forma que a dignidade do homem estava permanentemente humilhada diante do domínio dos galões da oficialidade. (MAGASICH A., 2019, p.1247, tradução nossa)

Essa percepção está diretamente relacionada às diferentes origens sociais desses dois segmentos, oficiais e praças, e ao conseqüente lugar / papel historicamente a eles destinados dentro das instituições navais. Denotando a tensão latente que se fazia presente nas relações entre eles, que, acompanhando a lógica das instituições totais, demandava ser mantida como forma de controle social com base na rígida divisão entre “equipe dirigente” e “internados” e na necessária distância social entre estes (GOFFMAN, 1974). Notadamente, essa tensão se elevava na medida em que esses marinheiros percebiam o evidente paradoxo de sua nova condição enquanto profissionais tecnicamente qualificados, capacitados para operar e manter complexos equipamentos e sistemas, e o anacronismo do trato que lhes era dispensado internamente às corporações navais. É nesse quadro que se desenvolveu o processo de identificação entre esses militares, que se espalhou para segmentos de trabalhadores civis e se constituiu enquanto base de algumas das principais mobilizações marinheiras ocorridas no século passado.

Podemos compreender que essa identificação se deu, exatamente, pela “brecha” deixada por instituições totalizantes como o são as Armadas. Na medida em que, por questões práticas, muitos desses marujos buscaram fixar residência em localidades próximas às regiões portuárias, por vezes em grupos com marinheiros de diferentes unidades navais a fim de reduzir os custos, enquanto outros permaneciam residindo a bordo dos navios. Situação que, em ambos os casos, favorecia o estabelecimento de relações sociais no lócus portuário, um ambiente particularmente fronteiro e marcado por práticas tidas como degradantes da

condição humana, das quais “o marinheiro” tornou-se personagem característico no senso comum.

Comumente percebidos como elementos violentos, de pouco desenvolvimento intelectual e afetos à boemia, à lascívia e ao álcool. Não por acaso, a representação corrente do marinheiro contrastava com uma oficialidade cuja imagem estava relacionada, em especial: à boa formação cultural, sólida estrutura familiar e ao elevado desenvolvimento intelectual. Essa distinção na construção e afirmação desses estereótipos sociais não é algo característico das Armadas, mas foi por elas absorvida a partir das relações sociais estabelecidas entre as diferentes classes no todo social. Para efeito de ilustração, citamos o historiador Henrique Samet (2011, p.60-62) que, ao abordar as origens sociais dos praças das Forças Armadas brasileiras e os estereótipos a eles atribuídos, a partir de um contexto em que os segmentos mais pobres da sociedade eram usualmente considerados “indesejáveis necessários”, no Rio de Janeiro dos anos iniciais do século XX, afirma o seguinte:

[...] estes militares, arregimentados nas mais “baixas” esferas dos segmentos populares, eram maus elementos, com uma predisposição à desordem, à baderna, à quebra de ordem pública por razões fúteis ou irracionais. [...] Uma prevenção afetiva e cognitiva identificava seus mais diferenciados movimentos, incidentes, clamores, impasses, insuportabilidade, manifestações de inconformismo e indignação, tanto entre civis quanto entre os inferiores das forças armadas (*sic.*), reduzindo-os a termos como “turbulência”, “tumulto”, “algazarra”, “distúrbio”, “anarquia”, “agitação”. Esta predisposição produziu uma imensidade de indesejáveis [...] cuja presença e rejeição se deram através de subterfúgios vários que remetem à uma histórica e contínua presença e concomitante produção de segregação/exclusão. [...] A ordem social, mal saída da escravidão, certamente gostaria de ter servidores sem ter uma população de servidores, elidir sua presença, situá-los em um lugar mentalmente longínquo, mas substancialmente perto, acessível, à mão, presente sem existir aos olhos do outro. Em uma sociedade em que a incorporação política de segmentos menos abonados não aconteceu, entre uma existência necessária e uma inexistência desejada, residia o estorvo simbólico de sua presença. [Grifos do autor]

O trecho acima expõe, para o caso brasileiro, algumas das principais fundamentações sociológicas para que mobilizações de praças das Forças Armadas sejam, geralmente, consideradas atentatórias à disciplina e hierarquia militares e, assim, classificadas como motins. Ao passo que essa característica é

significativamente relativizada quando se trata de movimentos capitaneados ou majoritariamente compostos por oficiais⁴⁶. Situação que não se limita ao Brasil, mas que podemos observar em instituições navais de outros países, como poderemos verificar nos próximos capítulos deste estudo.

Assim, retomando o conceito de “instituições totais”, podemos depreender que esse “contraste” entre oficiais e praças se mostra significativamente útil na medida em que tende a reafirmar, para além dos limites da própria instituição naval, o distanciamento social entre “o grande grupo controlado e a pequena equipe de supervisão” (GOFFMAN, 1974, p.18) e, ao fim e ao cabo, suas próprias identidades enquanto segmentos sociais específicos e mesmo a hierarquia social entre eles.

Nesse sentido, entendendo que a “identidade está ligada a sistemas de representações e tem estreitas conexões com relações de poder” (SILVA, 2014, p.97), observamos que por meio desse corte profundo que separa oficiais e praças, desvinculando, inclusive, suas representações e estereótipos sociais, assegura-se a construção de identidades distintas e a distância social entre os dois segmentos, indicando ainda o lugar social de cada um na instituição e na própria sociedade (CASTRO, 2016, p.44-45).

Então, podemos afirmar que a identidade desses marinheiros se constrói, principalmente, a partir de suas experiências e relações com outros grupos e segmentos sociais. Isto é, ocorre em um contexto relacional com outras identidades onde as diferenças, marcadas por representações simbólicas, atribuem fronteiras e significados às relações sociais (WOODWARD, 2014, p.50-55). Destarte, Franklin Rudolf Ankersmit (2012, p.194), ao afirmar que “[...] a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada, de forma que você pode chamar atenção de alguém para certas características [...]”, nos indica que esta realidade que se representa ou que se deseja representar também está fundamentada nas relações de dominação e resistência estabelecidas entre os grupos sociais. É nesse

⁴⁶ Sobre essa questão, no contexto do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, ver: CASTRO, Robert Wagner Porto da S. Questão de “hierarquia e disciplina”? Considerações sobre o “fator marinheiro” no golpe de 1964. *In*: FREITAS, Isadora Dutra e SILVA, Leonardo Fetter da (Orgs.). **A ditadura civil-militar perante a História, pesquisas em perspectiva**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

sentido que se apresenta a contradição entre a citada representação comum aos marinheiros, reforçada pelos extratos dominantes de muitas sociedades e em grande medida componente da identidade desse segmento, e a percepção que esses militares passaram a ter de si mesmos enquanto trabalhadores tecnicamente qualificados. “Marinheiros-trabalhadores” que, em meio às disputas sociais características do século XX, passaram a (re)construir suas identidades a partir de novos parâmetros para novas relações com o meio civil e antigas relações de dominação e resistência estabelecidas internamente às forças navais. Num “fazer-se”, que se deve tanto à iniciativa humana quanto aos condicionamentos sociais (THOMPSON, 1987, p.9), no curso de um processo em que se constroem identidades de segmentos e/ou classes sociais específicos. Tornando as relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros, e destes com segmentos de trabalhadores civis, ainda mais significativas para a compreensão das mobilizações desses militares ocorridas durante o último século.

Nesse escopo, entendemos importante trazer ao debate algumas considerações sobre a aplicabilidade dos conceitos de “classe” e “luta de classes”. Essenciais ao presente estudo na medida em que são ferramentais teóricos fundamentais, tanto para a construção do “marinheiro-trabalhador”, quanto para a análise dos processos de identificação e consequente mobilização desses militares, sobre os quais ora nos debruçamos.

2.3 – Do “marinheiro-trabalhador” às “classes marinheiras”.

Em um mundo cada vez mais interligado, onde as distâncias são rapidamente “encurtadas” e as relações de trabalho e produção constantemente ressignificadas, termos como “classe”, ou ainda, expressões como “luta de classes” ou “sociedade de classes” podem nos proporcionar uma ideia simplista e dicotômica acerca da sociedade capitalista e das relações de produção. Mas, ao analisarmos de modo menos superficial algumas concepções marxistas sobre classe e seu processo de formação, é possível perceber a complexidade deste tema e seus desdobramentos desde as teorias de Karl Marx até a contemporaneidade.

Não pretendemos aqui tecer uma análise mais aprofundada sobre as teorias marxistas, mas nos ater à aplicabilidade daqueles conceitos enquanto ferramenta teórico para o estudo das mobilizações marinheiras trabalhadas nesta pesquisa. Sem deixar de atentar para a condição hierárquica daqueles militares em suas corporações e, ainda, para o fato de não existir uma relação clássica de produção entre os marinheiros e a oficialidade, como já mencionado.

Partindo então da concepção de Marx, onde os aspectos econômicos são basilares no processo de análise social e, portanto, na própria constituição da classe, podemos considerar que uma classe seria composta por indivíduos que se identificariam a partir da posição que ocupam no processo produtivo. Pois, teriam interesses comuns pelo fato de ocuparem posições semelhantes no contexto das relações de produção e a partir desta posição, esses indivíduos perceberiam também a oposição entre seus interesses e os interesses daqueles que ocupam posições distintas nessas relações. Desse modo, um operário estaria inserido no proletariado e, no contexto de um comportamento dele esperado, em algum momento desenvolveria uma consciência de que era explorado e que somente através da luta contra seu explorador ele e todos aqueles com os quais se identificava, a partir do lugar ocupado no processo produtivo, poderiam se libertar da exploração, alcançando assim sua emancipação. Assim, a luta de classes seria o embate entre explorados e exploradores, ou seja, entre aqueles que têm em sua força de trabalho a única “mercadoria” para vender e aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção.

Mas, neste sentido, podemos nos questionar sobre a aplicabilidade desses conceitos no contexto da mobilização de um grupo que não estabelece, necessariamente, uma relação de produção sob a perspectiva capitalista, como os marinheiros que ora analisamos. Diante deste questionamento, cumpre-nos destacar a perspectiva de Edward P. Thompson (1987, p.9-10) sobre “classe”, que considera:

[...] “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A

experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

É sob esse prisma que colocamos o conceito de “classe” como base teórica fundamental para a análise das mobilizações de marinheiros ao longo do século XX. Como produto de um processo de identificação estabelecido a partir das experiências humanas resultantes das diferentes relações sociais, cuja base, em grande medida, se constitui pelas relações de produção e pelos aspectos econômicos (materiais), no transcurso do processo histórico. Que, no caso em tela, revela-se deveras importante para um entendimento mais amplo acerca dos desdobramentos que o acelerado desenvolvimento tecnológico observado nas Armadas exerceu nas relações humanas a bordo dos navios. Levando militares, marinheiros no caso, a se perceberem também na condição de trabalhadores a partir das experiências sociais estabelecidas no curso do processo histórico.

De fato, ainda que o aspecto material tenha fundamentado as demandas desses militares no seio das forças navais, perceberemos que não os definiu enquanto classe. Posicionamento que se sustenta na ideia de processo de constituição de classe onde é possível perceber que ela não se dá unicamente por meio da identificação dos indivíduos “entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente predeterminado” (LENIN, s.d., p.504). Que classe não é uma estrutura pronta, algo que pode ser definido, quase que matematicamente, a partir do entendimento que aqueles que se encontram em uma determinada posição em relação aos meios de produção “devem” ter quando alcançam a consciência “adequada” dessa posição que ocupam e de seus “reais interesses” a ela inerentes (THOMPSON, 1987, p.10). Mas, que “num certo sentido, a luta de classes precede a classe social” (RABELLO, 1992, p.74), ou seja, que “a classe estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p.9). Se constituindo durante o processo de luta, a partir da identificação entre os sujeitos desse processo, identificação esta que está fundamentada na base econômica e, portanto, também social, mas que necessariamente se estabelece a partir das

diferentes experiências de cada um desses sujeitos. Não dependendo, exclusivamente, de uma relação de produção para ocorrer, mas, fundamentalmente, de uma relação conflituosa de interesses alicerçada em aspectos socioeconômicos que são ressignificados a partir da “superestrutura por onde esse reconhecimento desponta” (THOMPSON, 1987, p.10). Isto é, de fatores essencialmente sociais, culturais e políticos; inerentes a cada sujeito integrante de determinada classe em processo de constituição. É nesse sentido que Maria Aurora de Meireles Rabelo aponta para a concepção do “fazer-se”, de Edward P. Thompson, quando afirma que “se a luta constitui a classe como tal, torna-se possível até mesmo falar de luta de classes sem classe social” (1998, p.75). Ao menos sem uma classe social “para si”.

Deste modo, podemos crer que o fato de um grupo de indivíduos ocuparem uma mesma posição no processo produtivo não figura como único fator para que estes venham a constituir-se em uma classe. O que se dará a partir do desenrolar das relações humanas no curso de um processo histórico, onde experiências sociais aí estabelecidas, concorrerão para a identificação de interesses comuns ou semelhantes entre esses sujeitos e antagônicos ou absolutamente distintos no que afeta a outros grupos, isto é, no instante da “classe em si”. Tal identificação somente ocorre por intermédio das relações sociais entre esses indivíduos e entre estes e aqueles com os quais possuem interesses opostos.

As transformações pelas quais passam o universo capitalista e, sobretudo, as relações de trabalho e produção na contemporaneidade, apresentam demandas teóricas que as abordagens reducionistas dos conceitos de “classe” e “luta de classes” não conseguem atender. Tais abordagens tendem a relacionar, essencialmente, a constituição das classes e a própria luta de classes à relação de produção, ficando as mesmas “reduzidas a um sub-fenômeno do modo de produção” (MATTOS, 2007, p.40). Desprezando assim, aspectos que permeiam a luta entre determinados grupos sociais e que contribuem sobremaneira no processo de constituição das classes sociais. Esse posicionamento fica evidente na colocação de Plekhanov, (1891, *apud* MATTOS, 2007, p.41) ao afirmar que “as forças produtivas à disposição dos homens determinam todas as suas relações sociais [...] e o desenvolvimento das forças produtivas divide a sociedade em classes”.

Acompanhando o entendimento de que a classe não é determinada, exclusivamente, pelo local na produção ou unicamente por aspectos econômicos e, ainda, que “classe é uma formação tão ‘econômica’ quanto ‘cultural’” (THOMPSON, 2001, p.260), na medida em que sua constituição está fundamentada nas relações entre sujeitos e entre grupos sociais, bem como, nas formas como estes interpretam suas realidades e o processo de luta de classes, derivando “de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001, p.270). Podemos compreender que, assim como o processo produtivo, as relações de trabalho são dinâmicas e permeadas de condicionantes fundamentadas na cotidianidade e nas experiências de cada um desses sujeitos.

Tomando por base a perspectiva da “nova” história militar, de que “os militares não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma relativa autonomia em alguns aspectos e épocas específicas” (CASTRO, IZECKSOHN e KRAAY, 2004, p.11), compreendemos que, constituídas por sujeitos sociais que compõem o todo social, as Forças Armadas são permeadas por todas as tensões e contradições presentes nas sociedades que integram. Entre as quais, aquelas geradas a partir das relações de dominação e resistência entre as diferentes classes sociais, das quais, inevitavelmente, seus militares são oriundos.

Nesse sentido, procuraremos compreender os levantes e mobilizações marinheiras que abordaremos neste estudo, em especial aquelas sobre as quais deitaremos nossa análise principal, a partir dos contornos característicos dos conflitos de classes. Na medida em que o processo de identificação vivenciado por aqueles militares durante o exercício das diferentes relações sociais por eles estabelecidas, figura como condição fundamental em todos esses movimentos. Os quais passaremos a analisar a partir de agora.

3 OS PRINCIPAIS LEVANTES MARINHEIROS DO SÉCULO XX

Pano de fundo do presente trabalho; as revoltas, levantes e mobilizações de marinheiros-militares ocorridas em diversas Marinhas ao longo do século XX, notadamente em instantes históricos de suas sociedades, marcados por significativa tensão social e política, se constituem enquanto fenômenos sociais relevantes para uma compreensão ampliada dos movimentos sobre os quais se debruça a presente análise. Na medida em que materializam questões sociais e de classe que, latentes no interior de suas instituições militares, emergem em contextos específicos se sobrepondo, em alguma medida, aos preceitos de hierarquia e disciplina, basilares para o exercício da atividade militar.

A frequência e, principalmente, a relevância histórica de eventos dessa natureza foi maior nas instituições navais que em outras Armas. Não obstante o afastamento cronológico e, especialmente, sociocultural observado entre aqueles que aqui entendemos como os principais levantes marinheiros do século passado, é possível considerar que, em alguns aspectos, tais mobilizações se mostram significativamente próximas, transcendendo as referidas distâncias e contribuindo no sentido de indicar uma relativa transversalidade entre esses grupos de militares, integrantes de diferentes Marinhas. Entre esses aspectos, cabe destacar: o processo de identificação experienciado por esses marinheiros no curso das relações sociais que estabeleceram, tanto no interior das instituições navais quanto fora delas, e o entendimento próprio que construíram acerca dos momentos político-sociais em que se encontravam suas sociedades. Ambos diretamente relacionados à consciência do paradoxo entre a posição social a eles historicamente atribuída, diuturnamente reafirmada por meio de normas, tradições e, principalmente, pelas diferenças em relação aos oficiais, e a nova condição técnico-profissional que lhes era demandada em razão dos notáveis avanços tecnológicos observados nas Armadas, especialmente a partir do início do século XX.

É nesse quadro de relações sociais tensionadas, em um cenário de rápido desenvolvimento tecnológico das Armadas e técnico-profissional de seus marinheiros, que esses militares, em conjunturas históricas específicas, vivenciaram

processos de identificação e conseqüente tomada de consciência em suas marinhas. Destarte, para que possamos compreender de modo mais amplo seus processos de mobilização durante o século XX, consideramos de fundamental importância o entendimento acerca das relações sociais estabelecidas entre esses militares, internamente às suas respectivas instituições, e com as sociedades que integravam. Em especial sua participação enquanto atores do processo histórico em momentos tensionados do curso da história. Nesse sentido, na medida em que, segundo Edward P. Thompson (2001, p.235), uma maneira de descobrirmos “normas surdas” é observando episódios ou situações atípicas, como motins, que iluminam as “normas” dos anos de “tranquilidade”. No presente capítulo, historiaremos sobre aqueles que consideramos os principais levantes marinhairos que antecederam as mobilizações que são objeto desta pesquisa, exceto os levantes de 1910, no Brasil, e de 1925 e 1931, no Chile, que abordaremos no próximo capítulo. Destacando semelhanças e diferenças entre eles e sua relevância para as mobilizações da AMFNB e dos marinhairos chilenos em 1973. Em um quadro histórico de lutas e diferentes vivências que culminou na conscientização e decorrente articulação desses sujeitos.

Diferente do que propôs Jorge Magasich Airola (2008), ao classificar aquelas que julgou como as mais importantes revoltas marinhairas do século passado, para o que pretende este estudo os levantes que abordaremos na sequência foram aqui definidos como os principais tendo em conta, sobretudo: os contingentes que foram capazes de mobilizar; a organização e estrutura dos movimentos; o impacto e a relevância que tiveram em suas sociedades e para outras mobilizações de marinhairos que se sucederam. E é nesse sentido que passaremos agora a discorrer sobre eles segundo uma ordem cronológica, de maneira que possamos acompanhá-los e a seus desdobramentos a partir da perspectiva histórica em que estavam inseridos no século XX.

3.1 A revolta do encouraçado *Potemkin* – Rússia (1905)

Pioneira e, talvez, o mais simbólico de todos os levantes navais dessa natureza, a revolta dos marinhairos do Mar Negro – eternizada, anos mais tarde,

pelo filme de Sergei Eisenstein⁴⁷ – não por acaso, ocorreu a bordo de um dos mais modernos navios de guerra da época, o encouraçado russo *Kniaz Potemkin Tavrichesky*⁴⁸. Cenário da obra *The Potemkin Mutiny*⁴⁹, de Richard Hough, a qual temos como nossa principal referência na medida em que o autor fundamentou sua análise a partir da memória de alguns dos principais personagens históricos envolvidos na revolta.

Com sua construção iniciada, na própria Rússia, ainda nos últimos anos do século XIX, o *Potemkin* – classificado como *pré-dreadnought* e contando com uma tripulação de, aproximadamente, 700 homens, cuja maioria absoluta era de marinheiros, essenciais para a operação e manutenção de todo o navio – foi lançado ao mar e incorporado à Frota do Mar Negro, com sede na cidade de Sebastopol, logo nos primeiros anos do século XX, no quadro das tensões que culminariam na guerra russo-japonesa (1904-1905). Sintetizando, em grande medida, alguns dos principais avanços industriais e tecnológicos alcançados até então, o *Potemkin*, deslocando 13.000 toneladas e dotado de poderosos canhões de 305mm, representava não apenas o esforço da indústria naval russa, mas, em um quadro mais amplo, era a materialização de uma corrida armamentista que potencializava o processo de industrialização em diversas nações.

⁴⁷Diretor do filme “O Encouraçado Potemkin”, produzido pelo cinema soviético e lançado em 1925.

⁴⁸Nome conferido ao navio em homenagem ao militar Grigori Alexandrovitch Potemkin (1739-1791).

⁴⁹HOUGH, Richard. **The Potemkin Mutiny**. London: Lume Books, 2019. Citações por nós traduzidas para o português.

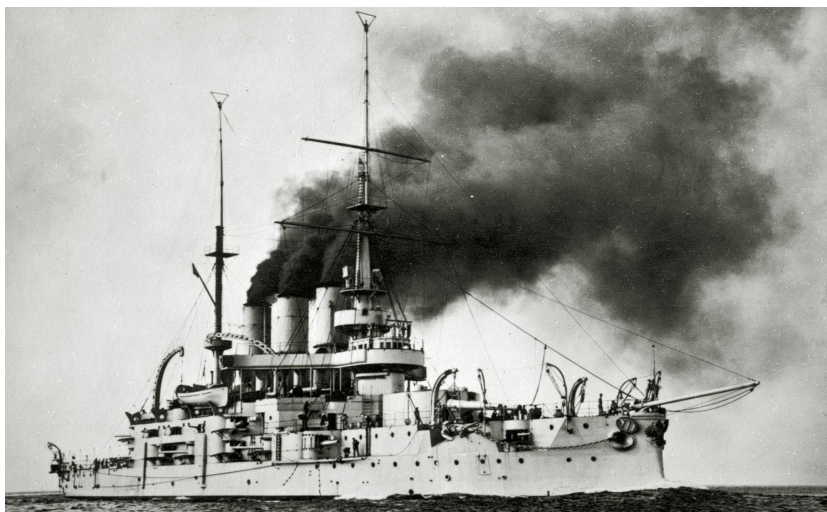


Figura 11: O encouraçado *Potemkin*, já rebatizado *Pantelimon*⁵⁰.
Fonte: *U.S. Naval History and Heritage Command*.

Na Rússia, o cenário interno, política e socialmente tensionado à época em razão das mobilizações das camadas trabalhadoras que sacudiam o Império em busca de transformações profundas no Estado, se viu agravado no ano de 1905 por uma sequência de eventos que desdobraram no que podemos considerar o início do processo revolucionário, cujo ápice se deu em 1917. O massacre do Palácio de Inverno⁵¹ e a vexatória campanha naval contra os japoneses, em especial as derrotas na Manchúria, quando os russos perderam a base naval de Port Arthur – sua principal base nos mares do extremo Oriente – e em Tsushima, ao custo de milhares de vidas de marinheiros e mais da metade da Esquadra czarista, contribuíram, sobremaneira, para aprofundar a crise social no país e, conseqüentemente, para a revolução ocorrida nesse ano, da qual o levante da Frota do Mar Negro era parte importante. Nas palavras de Richard Hough (2019, p.57):

⁵⁰Fotografia do navio em data anterior à Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nh-series/nh-series/NH-84000/NH-84831-A.html> Acesso em: 1 de março de 2022.

⁵¹Como ficou conhecida a violenta repressão de uma marcha de milhares de manifestantes, em sua maioria trabalhadores urbanos e camponeses, que, em 1905, sob a liderança do padre ortodoxo Georgi Apollonievich Gapon, se dirigiram ao Palácio de Inverno, residência do Czar em São Petesburgo, a fim de expressar descontentamento quanto às suas condições de vida e trabalho. Na ocasião, centenas de manifestantes foram mortos por ação da guarda imperial. Ver: PASAMAR, Luis. El padre Gapón y el “Domingo Rojo”. **Tiempo de Historia**. Ano IV, n.47, out.1978, p.100-107. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/29164> Acesso em: 1 de março de 2022.

Esse desastre naval, esse golpe final na esperança de evitar a derrota no Extremo Oriente, havia sintetizado uma infinidade de tensões de desespero nas forças armadas e na população civil, e havia inclinado a balança a favor do movimento revolucionário em milhares de fábricas e aldeias.

Explorados e subjugados há tempos por uma aristocracia dominante em uma ordem social de caráter feudal; operários, camponeses e marinheiros, vinculados por laços afetivos e familiares; passaram a se organizar politicamente em oposição à realidade em que se encontravam, na esteira de movimentos de trabalhadores que se espalhavam pela Europa, em especial a partir da Inglaterra.

Nesse contexto, o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) – dividido em dois grupos políticos, *bolcheviques*⁵² e *mencheviques*⁵³ – fomentava e organizava mobilizações de trabalhadores em diversas localidades do país, pregando o fim do regime czarista e a consequente revolução, como o início de um processo de transformação estrutural na sociedade russa.

As instituições armadas, por estarem socialmente organizadas com base no *status quo* há muito vigente na sociedade russa, não passaram ilesas aos desdobramentos da crise que se avolumava. Na Marinha, a Frota do Mar Negro, afastada dos combates contra o Japão e isolada naquelas águas, foi significativamente afetada com a penetração, principalmente, dos ideais socialistas que avançavam em meio às camadas trabalhadoras. Com a maioria absoluta de seu contingente composto por militares oriundos desses segmentos, associado às características laborais dos marinheiros a bordo dos navios da Armada, a Marinha czarista assistiu à mobilização política de muitos de seus militares. Ainda em 1903, frente ao avanço das mobilizações de operários e à decisão do almirante Chukhnin, comandante-em-chefe da Frota do Mar Negro, em substituir operários por marinheiros nos estaleiros de Sebastopol e Nicolaiev, se intensificaram as relações

⁵²Palavra que significa “maioria”, era empregada em referência ao grupo majoritário dentro do partido. Defendia que a revolução não deveria ser conduzida pela burguesia, como preconizado pela teoria marxista, mas diretamente pelo proletariado, que, controlando o governo, possibilitaria as transformações necessárias para a modernização da economia e o consequente fim das acentuadas diferenças sociais no país.

⁵³Palavra que significa “minoridade”, era empregada em referência ao grupo minoritário dentro do partido. Mais ortodoxo em relação à teoria marxista, defendia que, naquele instante, o processo revolucionário deveria ser conduzido pela burguesia, que ampliaria as forças produtivas e, assim, possibilitaria a revolução do proletariado em um segundo momento.

entre esses dois segmentos – operários e marinheiros – e, conseqüentemente, as adesões destes à causa socialista. Em 1905 já havia células socialistas em diversos navios da Armada, uma delas a bordo do *Potemkin*. A mais moderna e poderosa embarcação de uma frota isolada dos combates e abalada pelas notícias das derrotas em Port Arthur e Tsushima, com a destruição quase total da Marinha imperial, e cujos tripulantes tinham conhecimento das grandes convulsões sociais que estavam ocorrendo em todo o Império, de Varsóvia à Vladivostock, de São Petersburgo à Crimeia (HOUGH, 2019, p.9).

Foi nesse quadro, economicamente crítico e socialmente tensionado, marcado por guerras e/ou uma “paz armada” em muitas regiões de seu território, que a crise social, deflagrada no meio civil, emergiu também no seio da Marinha imperial russa. Onde as contradições imanentes às relações entre a modernidade material e o anacronismo social observados na sociedade se potencializavam, encontrando seu ponto de ruptura a bordo do *Potemkin*.

Após deixar a base de Sebastopol para um treinamento na baía de Tendra, no dia 26 de junho de 1905, portanto ainda no quadro de beligerância contra as forças japonesas, uma pequena embarcação auxiliar trouxe ao *Potemkin* provisões e alguns itens destinados aos oficiais, como: vinho, farinha e açúcar. Procedimento rotineiro, mas que contrastava com a alimentação usualmente destinada à guarnição⁵⁴ do navio. Naquela ocasião, após embarcar as provisões, as carcaças de carne bovina destinadas à confecção do *bortsch*⁵⁵ que seria servido à guarnição no dia seguinte foram deixadas penduradas no convés. Na manhã seguinte, percebendo o odor de podre, alguns marinheiros decidiram inspecionar as carnes e constataram a existência de larvas naquilo que lhes seria oferecido como alimento. Muitos então se indignaram e deram início aos protestos e reclamações, gerando um clima de inquietação a bordo.

⁵⁴Na perspectiva das tradições navais, a tripulação de um navio é composta pelos oficiais (à exceção do Comandante) e pela guarnição, ou seja, o Comandante do navio e sua oficialidade não compõem a guarnição, que, em um navio de guerra, é composta pelos praças. Ver: LYRA, Márcio. **Tradições do Mar – Usos, Costumes e Linguagem**. 7ª Edição, Brasília: Serviço de Relações Públicas da Marinha, 1999. Disponível em <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/0000089a.pdf> Acesso em: 1 de março de 2022.

⁵⁵Sopa típica da culinária russa, cujos principais ingredientes são: a carne, a beterraba e a pimenta.

Ao tomar conhecimento daquela situação, o comandante do navio, capitão Eugene Golikov, determinou ao oficial-médico, Smirnov, que examinasse as carnes e lhe informasse se tinham condições de serem servidas à guarnição. Após uma breve observação das peças de carne, o médico afirmou ao comandante que, após limpas com vinagre, estariam comestíveis. Golikov então ordenou que seguissem com o preparo do *bortsch*.

Ainda contrariados com aquela situação, muitos marinheiros recusaram o *bortsch* e solicitaram pão para o almoço, atitude interpretada pelo comandante como uma afronta à ordem hierárquica e à disciplina. Golikov então determinou a formatura de toda a tripulação no convés a fim de informar que o médico havia garantido a qualidade da alimentação. Golikov então perguntou quem estaria disposto a comer o *bortsch*, ressaltando que a recusa em receber a refeição poderia ser interpretada como um ato de insubordinação e, assim sendo, passível de punição com enforcamento daqueles considerados insubordinados. Ainda assim, a maioria absoluta da guarnição se manteve firme na recusa em aceitar aquela refeição. O comandante então afirmou que reportaria ao comando superior a situação que considerava como de insubordinação e indisciplina a bordo do navio, e ainda, que aqueles que não comessem o *bortsch* não comeriam nada mais naquele dia.

Diante do que considerou uma capitulação frente à guarnição e, conseqüentemente, uma ameaça à disciplina e à hierarquia a partir daquele instante, o imediato⁵⁶ do navio, comandante Ippolit Giliarovsky, que já suspeitava da atuação de elementos ligados ao movimento socialista entre os marinheiros do *Potemkin*, como já ocorria em outros navios, tomou a frente da situação e, mesmo antes do capitão Golikov deixar o local da formatura, determinou que os militares permanecessem no convés. Giliarovsky decidiu então agir no sentido do que entendia como necessário para o reestabelecimento da disciplina no navio, ordenou

⁵⁶ Na Marinha do Brasil, é a denominação atribuída ao segundo oficial na hierarquia de um navio, imediatamente subordinado apenas ao comandante. Segundo Márcio Lyra (1999, p.15) "o Imediato é o "oficial executivo do navio", segundo do Comandante; é o substituto eventual do Comandante: seu substituto Imediato" (*sic.*).

que trouxessem uma lona ao convés e que a guarda armada se fizesse presente no local. Logo os militares mais antigos perceberam que se tratava de uma antiga prática disciplinar naval, há muito substituída, quando o comandante convocava um pelotão de fuzilamento e, para preservar a impessoalidade da execução, ordenava que os amotinados fossem cobertos com um pano de velame (HOUGH, 2019, p.14).

Cabe ressaltar que, na Marinha czarista, a distância social entre oficiais e marinheiros estava fundamentada na ordem feudal e nas relações senhoriais, ainda muito presentes e bastante características da sociedade russa de então. Apesar da condição de servo ter sido oficialmente abolida em 1861, durante o reinado do czar Alexandre II, em um processo complexo que ainda se prolongaria por décadas até que fosse efetivada, as relações entre as elites aristocráticas e as camadas trabalhadoras ainda se mantinham significativamente verticais e pautadas por uma hierarquia social de cunho senhorial. Assim, fazer pequenas concessões a marinheiros, filhos de servos, era algo impensável à oficialidade czarista, que optava por reestabelecer a submissão absoluta da tropa por meio do medo e de punições exemplares (MAGASICH A., 2008, p.62). Destarte, as relações entre oficiais e marinheiros se mostravam ainda mais tensas, reverberando, em um ambiente militar, o complexo cenário social vigente na Rússia. Enquanto os oficiais, oriundos das elites aristocráticas e da nobreza russa, tentavam assegurar a manutenção daquela antiga hierarquia social e, conseqüentemente, seus privilégios e a obediência incontestável (servidão) daqueles marinheiros. Estes, por sua vez, filhos de servos, camponeses e operários; conscientes do lugar que ocupavam naquela sociedade e de sua nova condição social enquanto técnicos capazes de operar e manter os complexos equipamentos que dotavam navios como o *Potemkin*, passaram a resistir em aceitar a antiga condição que lhes era reservada na Marinha czarista, a de servos da Armada.

O imediato Giliarovsky então insistiu no questionamento anteriormente realizado pelo próprio comandante Golikov, sobre aqueles que estariam dispostos a comer o *bortsch*. Diante do mesmo posicionamento da maioria absoluta da guarnição, recusando aceitar aquela refeição, ele escolheu aleatoriamente doze marinheiros e determinou que fossem cobertos com a lona, enquanto a guarda

preparava os fuzis. Alegando que aqueles seriam os líderes do que ele considerava um motim, determinou que, à sua ordem, o pelotão disparasse suas armas contra os homens sob a lona. Nesse instante, Afanasy Matushenko e alguns outros marinheiros começaram a se deslocar para a frente da formatura, em direção ao pelotão de fuzilamento. Dirigindo-se aos militares do pelotão de execução, os questionaram quanto a dispararem contra seus companheiros e lhes pediram que abaixassem suas armas. A agitação tomou conta do convés e começaram as palavras de ordem para tomar o navio. Giliarovsky deu a ordem para que a guarda disparasse, mas não foi atendido, então tomou o fuzil de um dos integrantes da guarda e disparou contra o marinheiro Gregori Vakulinchuk, o ferindo gravemente. Matushenko então abriu fogo contra o imediato e o matou.

Afanasy Matushenko, principal liderança social-democrata a bordo do *Potemkin* (MAGASICH A., 2008, p.64) teria solicitado ao POSDR para precipitar no navio o levante da Frota do Mar Negro; planejado para o início do mês de julho, quando os navios estariam reunidos em um exercício de tiro na baía de Tendra; pois considerava as condições a bordo favoráveis. Contudo, mesmo tendo sua solicitação negada – pois os líderes sociais-democratas consideravam que o sucesso do motim da frota dependeria de ações coordenadas e simultâneas a bordo dos seus principais navios, em especial dos encouraçados (HOUGH, 2019, p.108) – Matushenko conseguiu, com o apoio de nomes como Fyodor Mikish-Kin e Josef Dymtchenko, potencializar e direcionar a insatisfação dos marinheiros frente a escalada da crise, de modo a sublevar sua guarnição e revoltar o navio (HOUGH, 2019, p.14-15). Estava então deflagrada a revolta a bordo do encouraçado *Potemkin*.

A partir desse instante, todas as ações dos revoltosos se direcionaram para a busca pelos oficiais a bordo, especialmente o comandante Golikov, que deveriam ser mortos ou presos. O tenente Alexeev, que foi encontrado tentando detonar as minas para assim explodir o navio, afirmou que agia por ordens do comandante, mas que poderia indicar onde ele estaria escondido, em troca de pouparem sua vida. Assim foi feito, Alexeev indicou e, ao ser encontrado, o comandante Golikov implorou por sua vida, mas, ainda assim, foi executado com um tiro por um marinheiro chamado

Sirov, com a indiferença de Matushenko, que estava presente e não se opôs (HOUGH, 2019, p.25-26). Durante as horas de violência que tomaram conta do *Potemkin* naquele 27 de junho, além do comandante Eugene Golikov, seu imediato Ippolit Giliarovsky e do oficial-médico Smirnov, que foram mortos e tiveram seus corpos lançados ao mar, mais quatro oficiais encontraram o mesmo destino. Os outros quinze oficiais do navio tiveram suas insígnias removidas e, à exceção daqueles que optaram por colaborar de alguma forma com o levante, foram mantidos presos em seus camarotes.

Assumido o controle do navio e acalmados os ânimos, as lideranças do movimento necessitavam trazer o navio de volta a ordem, reforçando a necessidade da manutenção da disciplina e da hierarquia a bordo, e indicar aos marinheiros quais seriam as próximas ações. Nesse sentido, Afanasy Matushenko dirigiu as seguintes palavras à guarnição:

Toda a Rússia está esperando para se levantar e se livrar das correntes da escravidão. O grande dia está próximo. E é neste navio que a revolução começou. Em breve os outros navios da Frota do Mar Negro se juntarão a nós, e então nos conectaremos com nossos irmãos em terra – os trabalhadores nas fábricas e os homens que escravizam na terra. As revoltas já estão estourando em todo o nosso país – levantes agrários na Bessarábia e na Ucrânia, greves nas fábricas de Odessa e Sebastopol. Temos aqui o navio mais poderoso com os canhões mais modernos da marinha. O *Potemkin* pode lutar contra exércitos inteiros e derrotá-los. Mas seremos impotentes se não trabalharmos juntos. É por isso que deve haver disciplina. Nunca mais haverá tirania no *Potemkin*, mas deve haver alguns para dar ordens e alguns para executá-las se quisermos vencer. Portanto, devemos ter um Comitê Popular. (HOUGH, 2019, p.45)

Ao afirmar que “em breve outros navios da Frota do Mar Negro se juntariam” ao *Potemkin*, Matushenko deixa claro que o levante a bordo daquele navio não era um episódio isolado, mas parte de uma mobilização maior, com participação ativa do movimento socialista, mais especificamente do POSDR.

Eleito um Comitê Popular, que passou a comandar a rotina a bordo e todas as ações do navio. Experiência que precedeu, em alguns meses, os primeiros conselhos de representantes de trabalhadores e soldados (soviets), organizados no último trimestre de 1905. Uma das primeiras deliberações do Comitê foi a decisão em atribuir o comando do navio ao tenente Alexeev, que estaria diretamente

subordinado às suas ordens. Por mais que pareça contraditória a decisão de designar um oficial para comandar o navio, essa escolha estava diretamente relacionada com o cotidiano e a identidade do marinheiro na Armada. A percepção de uma estrutura de mando hierarquizada, com seus referenciais simbólicos e tradições, basilares para a identidade militar-naval daqueles homens, também fundamentava suas relações de trabalho cotidianas, essenciais ao funcionamento do navio. Compreendendo, perfeitamente, essa especificidade da vida a bordo de um navio de guerra, Matushenko percebeu a necessidade de preservar uma hierarquia privilegiada, atuando não por medo, mas pelo devido respeito à autoridade (HOUGH, 2019, p.49).

Outra questão enfrentada pelo Comitê Popular naqueles instantes iniciais, foi definir em qual dos portos no Mar Negro deveriam buscar abastecer o navio de provisões e combustível, enquanto aguardavam a sublevação dos demais navios da frota. E ainda, o local onde seria sepultado o único morto da guarnição em razão do levante a bordo, o marinheiro Gregori Vakulinchuk, alçado ao patamar de mártir por seus companheiros. O porto escolhido foi o da cidade de Odessa, aonde o *Potemkin* chegou ainda na noite de 27 de junho, dia em que havia sido deflagrada uma greve geral.

Em Odessa, uma das mais importantes e prósperas cidades russas, onde se situava um de seus principais portos no Mar Negro e, portanto, um dos mais relevantes pontos de contato com o Ocidente, o POSDR intensificou sua atuação junto a diversos segmentos trabalhadores no sentido de organizar greves e manifestações de rua, a exemplo das mobilizações que já vinham ocorrendo em outras grandes cidades russas, como Moscou e São Petesburgo. À medida que os protestos e greves se intensificavam em muitas cidades russas, alimentados pelas notícias dos fracassos militares contra o Japão e pela crescente crise econômica e social instalada no país, a repressão se fazia cada vez mais violenta. Em Odessa não foi diferente. No mesmo dia em que a guarnição do *Potemkin* se sublevava, trabalhadores urbanos de diversas categorias se mobilizaram em uma greve geral, tomando as ruas da cidade com o apoio de camponeses, pequenos comerciantes e estudantes.

Os protestos, reprimidos duramente pelas forças policiais, inclusive com o emprego da cavalaria, ganharam força quando os manifestantes observaram a chegada do *Potemkin* arvorando a bandeira vermelha em sinal do estado de revolta a bordo. A esperança de que o poderoso encouraçado e seus marinheiros apoiassem os trabalhadores em suas demandas e no enfrentamento às forças de segurança da cidade, levou algumas lideranças socialistas locais, com destaque para estudante Konstantin Feldemann, a interceder junto aos marinheiros para que lhes prestassem apoio com seus homens e armas. No que não foi atendido, haja vista o Comitê Popular ter decidido se abster das mobilizações na cidade até que os demais navios da frota se juntassem ao *Potemkin*.

No dia 28, os marinheiros desembarcam o corpo de Gregori Vakulinchuk para ser sepultado na cidade exibindo uma nota com algumas inscrições, entre as quais se destacavam:

Diante de vocês jaz o corpo do marinheiro Gregori Vakulinchuk. Um marinheiro brutalmente morto pelo oficial sênior do encouraçado *Kniaz Potemkin* por reclamar que o *bortsch* estava ruim. Vamos nos vingar de nossos opressores. Morte a eles! E viva a liberdade! (HOUGH, 2019, p.54).

Milhares de manifestantes seguiram em cortejo pelas ruas da cidade e o que deveria ser um funeral se converteu em um protesto que, com a atuação da cavalaria, resultou na morte de centenas de pessoas na Escadaria Richelieu⁵⁷, nas proximidades do porto. Episódio que levou as lideranças socialistas da cidade a insistirem junto aos marinheiros para que o navio apoiasse as lutas dos trabalhadores locais, que tendiam a se tornar cada vez mais violentas. Contudo, Matushenko e o Comitê Popular se mantinham firmes na decisão de não dividir suas forças e aguardar o levante nos demais navios da Frota do Mar Negro.

Naquele instante, a maioria dos marinheiros do *Potemkin*, por sua pouca consciência política e pela compreensão que tinham da realidade em que estavam inseridos na Armada, não estava disposta a lutar ao lado de operários e camponeses nas ruas de Odessa ou disparar os pesados canhões do encouraçado

⁵⁷Atualmente denominada escadaria *Potemkin*.

sobre a cidade. Pois, para eles, seu universo era o navio e seus problemas se restringiam à Armada. Assim, estavam evidentes os limites do apoio prestado pelos marinheiros e das relações estabelecidas com as lideranças civis em terra. Sem as armas do *Potemkin* e com a chegada de mais reforços para as forças de segurança, a violência em Odessa recrudesciu.

Em Sebastopol, o alto comando naval russo no Mar Negro organizava uma reação contra o encouraçado rebelde. A lealdade dos marinheiros aos seus superiores e ao próprio Czar se mostrava um problema para o cumprimento daquela missão, que consistia em enfrentar o *Potemkin*, caso fosse preciso. Ainda assim, zarpar para Odessa uma frota composta pelos encouraçados *Jorge o Vitorioso*, *Tatislav*, *Os Doze Apóstolos* e *Santa Trindade*; além do cruzador ligeiro *Kazarsky* e quatro torpedeiros.

Ao tomar conhecimento de que navios de guerra estavam seguindo de Sebastopol para Odessa, o Comitê Popular decide esperá-los em alto-mar. Quando avistados, os navios czaristas tomaram posição de combate, enquanto o *Potemkin* passava a sinalizar para que desistissem de combater e se unissem a ele. Confiando na decisão das guarnições dos demais navios, o *Potemkin* passou duas vezes entre as colunas formadas pelos outros navios, que não dispararam e ainda o saudaram.

Ao tomar conhecimento daquela situação, o alto comando naval decidiu determinar o regresso da frota a Sebastopol e dispensar aqueles milhares de marinheiros de suas obrigações. Decisão que desmobilizava as tripulações dos navios, uma vez que muitos desses marinheiros regressariam às suas famílias em diferentes locais do país e, conseqüentemente, esvaziava quaisquer iniciativas de motim na Frota do Mar Negro. Contudo, o encouraçado *Jorge o Vitorioso* permaneceu junto ao *Potemkin*, cujo Comitê Popular decidiu enviar-lhe uma comitiva de marinheiros para prestar auxílio. Tomou parte nessa comitiva o oficial-médico assistente Golenko, que, após a morte do oficial-médico Smirnov, assumira os cuidados de saúde da tripulação do navio. Chegando a bordo do *Jorge o Vitorioso*, Golenko passou a disseminar falsas informações entre as lideranças do motim a bordo, dizendo que os integrantes do Comitê Popular tinham optado pela rendição

do encouraçado rebelde. Frustração e inquietação então tomaram conta dos marinheiros do *Jorge o Vitorioso* e, nesse instante, o navio encalhou.

Diante dessa situação e sem perspectiva de um levante conjunto dos demais navios da Frota do Mar Negro, os marinheiros do *Potemkin* decidiram seguir para a Romênia, onde tentariam asilo político junto ao governo local. Em um primeiro momento, essa condição lhes foi negada pelo governo romeno, levando os marinheiros a buscarem o porto russo de Feodocia, onde tentaram, sem sucesso, obter combustível e provisões, e, em seguida retornaram à Romênia. Nessa segunda vez, com o apoio de socialistas locais, o governo romeno concedeu asilo aos marinheiros rebeldes do *Potemkin* e de seu navio auxiliar. Antes de ser dissolvido, o Comitê Popular decidiu dividir entre toda guarnição o valor existente no cofre do navio, a fim de dar melhores condições para que os marinheiros se instalassem naquele país.

Em julho de 1905 se encerrava a revolta dos marinheiros da Frota do Mar Negro, da qual os marujos do *Potemkin* foram seus protagonistas. Dentre suas principais lideranças, Afanasy Matushenko foi enforcado anos depois, após aceitar a anistia e regressar à Rússia em 1907. Josef Dymtchenko e outros ex-marinheiros seguiram para a Inglaterra com o auxílio do Partido Social-Democrata Alemão, enquanto o civil Konstantin Feldemann, preso em Feodosia, conseguiu escapar da prisão e abrigar-se na Áustria. Dezenas de marinheiros do *Potemkin* e do *Jorge o Vitorioso* foram executados ou enviados para campos de trabalhos forçados na Sibéria. Quanto ao navio, após recuperá-lo, a Marinha czarista o rebatizou *Pantelymon* e, anos depois, recebeu o nome de *Boretz za Svobodu*.

A revolta do encouraçado *Potemkin* descortinou uma condição de vanguarda dos marinheiros em relação às transformações tecnológicas e sociais no início do século XX. Posição essa que possibilitou um maior alcance nas Armadas em relação aos Exércitos dos desdobramentos das tensões e crises sociais que permeavam suas sociedades. Que, somadas aos conflitos latentes nas próprias instituições navais, em muitos casos fundamentados nas relações sociais estabelecidas entre oficiais e marinheiros, evidenciavam nessas instituições a luta de classes que se manifestava no meio civil. Por este aspecto, a revolta do encouraçado *Potemkin* não

pode ser considerada mais um como tantos outros motins navais que ocorreram na história. Assim como o filme de Sergei Eisenstein, ela se tornou referencial para outras mobilizações de marinheiros ao redor do mundo, como veremos ao longo deste estudo, e símbolo de temor por parte dos grupos dominantes em relação ao alcance e à capacidade de mobilização das camadas subalternas.

3.2 O levante dos marinheiros de Kiel – Alemanha (1918)

Marco do processo de transformação social observado na Alemanha, na esteira do acelerado desenvolvimento industrial e econômico experienciado a partir de sua unificação, em 1871, a Revolução Alemã figura entre as mais importantes revoluções sociais do século XX. Assim, para que possamos compreender o levante dos marinheiros de Kiel e a destacada participação dos marinheiros da Armada alemã nesse contexto, é necessário um entendimento sobre o próprio processo revolucionário em que se inserem, cujos desdobramentos e consequências impactaram não apenas na própria Alemanha, mas em toda a Europa, desde os instantes finais da Primeira Guerra Mundial até o contexto que culminou com a ascensão de Adolf Hitler no cenário político alemão e, conseqüentemente, na Segunda Guerra Mundial. É nesse sentido que a obra *Révolution en Allemagne (1917-1923)*⁵⁸, de Pierre Broué, se apresenta como principal referência.

Na esteira da onda revolucionária observada na Europa em meados do século XIX, em 1848 a burguesia alemã liderou um movimento de cunho liberal-democrático com o principal objetivo de alcançar a unificação do país, condição *sine qua non* ao desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, ao avanço econômico da Alemanha, que até então contava com uma industrialização incipiente e economia pouco desenvolvida.

Entretanto, para além de questões afetas ao estabelecimento de um Estado democrático fundamentado na representação parlamentar, direitos e liberdades civis

⁵⁸ Ver: BROUÉ, Pierre. **Révolution em Allemagne (1917-1923)**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971. Para o presente estudo foi consultada a tradução para o inglês por John Archer: BROUÉ, Pierre. **The German Revolution (1917-1923)**. Leiden / Boston: Brill, 2005. Citações por nós traduzidas para o português.

demandados pelos revolucionários, grupos radicais exigiam mudanças políticas e sociais estruturais que possibilitassem, sobretudo, o fim dos privilégios das aristocracias e avanços em direitos e garantias sociais para as camadas mais pobres da sociedade. O que, ao fim e ao cabo, implicaria em uma completa transformação da própria ordem social vigente.

Frente ao avanço dessa tendência radical e temendo pelo processo de unificação do país, a alta burguesia alemã deixou de apoiar o movimento revolucionário e, visando assegurar seus interesses econômicos, aliou-se às elites conservadoras alemãs, em especial à aristocracia prussiana⁵⁹, detentora de vastas extensões de terra e grande poder político e militar. De modo que, segundo Pierre Broué (2005, p.3):

Ameaçada pelo movimento proletário que se formava na extrema esquerda do movimento democrático, preferia a segurança atrás das muralhas do Estado monárquico a uma aventura democrático-popular. Entre o liberalismo político e os lucros que a unificação do país sob o punho prussiano garantiu, ela fez sua escolha.

Assim, com a aprovação da elite burguesa, logo no primeiro semestre de 1849, sob a liderança principal de Otto von Bismarck, tropas prussianas levaram a cabo uma intensa repressão, colocando fim à mobilização revolucionária. A partir deste instante, derrotado o projeto liberal-democrático, a aristocracia prussiana, com o apoio da alta burguesia, passou a capitanear o processo unificação da Alemanha. Criando condições para o significativo desenvolvimento econômico observado durante os anos de 1850 - 1870, que não se restringiu à Prússia, mas se espalhou pelos pequenos principados e cidades-livres.

Com uma postura caracteristicamente belicista, os *junkers* da Prússia tinham como principal objetivo a anexação dos demais Estados alemães. O que assegurou à alta burguesia alemã condições favoráveis ao rápido desenvolvimento da indústria,

⁵⁹ Enquanto maior dos territórios germânicos, detentora de mais da metade da população e maioria absoluta dos recursos minerais, mesmo antes da unificação a Prússia já exercia grande influência sobre os demais Estados alemães. Não apenas por sua importância econômica, mas, principalmente, pela força militar de sua aristocracia rural – *junkers* – senhores de terras e chefes militares que procuravam, muitas vezes com o recurso das armas, assegurar seus interesses junto às demais lideranças alemãs e outros Estados não-germânicos.

em um “círculo virtuoso” que culminou, após a vitória na guerra contra a França, em 1871, na efetiva consolidação do Estado nacional alemão, o *Kaiserreich*, quando o rei Guilherme da Prússia foi nomeado *Kaiser*, Imperador da Alemanha. De acordo com Isabel Loureiro (2020, p.24), esse compromisso com a elite burguesa que internamente não favorecia o estabelecimento de uma tradição revolucionária democrática e, externamente, figurava como uma ameaça aos seus vizinhos, permitiu aos *junkers* prussianos impor à sociedade alemã seu modelo político-institucional militar e autoritário.

Nesse sentido, na contramão das principais potências europeias e dos Estados Unidos da América, que buscavam no modelo liberal-democrático a base para seus desenvolvimentos econômico e social ao final do século XIX, a Alemanha, cuja unificação “em vez de ser fruto de um movimento liberal e democrático, foi feita pelo alto, pela diplomacia e pela guerra” (LOUREIRO, 2020, p.23), já se afirmava enquanto importante força econômica e militar. Ampliando privilégios e o poder político das antigas aristocracias que, em um regime monárquico caracteristicamente autoritário e sem as poucas garantias então oferecidas pelos regimes liberais, sufocavam demandas e reprimiam mobilizações das camadas trabalhadoras. Afiançando assim, ambientes político e social favoráveis ao desenvolvimento de uma burguesia industrial e mercantil cada vez mais vigorosa, em detrimento do aprofundamento das contradições entre trabalho e capital e do consequente agravamento das tensões sociais no país.

Apesar da aparência democrática, na prática, o *Kaiserreich* era uma federação onde o poder executivo era exercido pelo imperador – que também era o rei da Prússia – e pelo chanceler, que estava subordinado apenas ao *Kaiser*. O poder legislativo residia no *Bundesrat* (Conselho Federal), dominado por uma maioria de delegados da Prússia, e no *Reichstag* (Parlamento), cujos deputados, não-remunerados e eleitos pelo voto masculino, tinham seus poderes limitados, haja vista a impossibilidade de propor ou votar leis sem a concordância do *Bundesrat* e, tampouco, de destituir o chanceler. Assim, a aristocracia prussiana, “com seu arrogante espírito de casta que se estendia às Forças Armadas e à burocracia estatal” (LOUREIRO, 2020, p.30) cujos chefes militares e altos funcionários

sintetizavam a soberba e o autoritarismo dessas elites, tinha o controle do Estado alemão e de toda sua estrutura administrativa e militar.

Em uma conveniente aliança, a unificação alemã foi então marcada com a dupla face da Prússia – a da burguesia triunfante, com o foco na expansão de suas atividades econômicas, e a dos *junkers*, com sua força militar e histórica influência política (BROUÉ, 2005, p.3), – foi também o esteio sobre o qual se sustentou o acelerado desenvolvimento econômico; ainda que tardio, se comparado a Inglaterra, França e EUA; observado na Alemanha durante os anos finais do século XIX e início do XX, que transformou o país em uma das principais economias entre as nações industrializadas. Alguns números evidenciam a condição econômica alemã no início do século XX:

Com uma produção de 190 milhões de toneladas em 1913, a Alemanha era o segundo maior produtor mundial de carvão mineral. Com uma produção de 27 milhões de toneladas de ferro, era o primeiro produtor europeu de ferro e ferro fundido. Suas minas de carvão e reservas de potássio – 10 milhões de toneladas extraídas em 1913 – permitiam que ocupasse o primeiro lugar na indústria química. [...] Às vésperas de 1914, estava à frente na produção de equipamentos elétricos na Europa. [...] Em 1913, o volume de seu comércio exterior era de 22,5 milhões de marcos, o dobro da França e 85% da Grã-Bretanha. (BROUÉ, 2005, p.2-3)

Essa rápida expansão econômica e industrial, além de levar a Alemanha a rivalizar com as demais potências europeias, especialmente a Inglaterra, na busca pelo controle de mercados consumidores para escoar sua crescente produção, aprofundou as contradições na sociedade alemã. Elevando as tensões sociais em um país cujo processo de industrialização se deu sobre as bases de um Estado que, consolidado à margem do modelo liberal-democrático, mantinha-se preso às antigas relações absolutistas de mando. Desenho peculiar que, ao comentar sobre o desenvolvimento dos antagonismos resultantes do processo capitalista de produção no prefácio à primeira edição do primeiro livro de *O Capital*, Marx (2013, p.114) sintetizou do seguinte modo, referindo-se à Alemanha:

Onde a produção capitalista se instalou plenamente entre nós – por exemplo, nas fábricas propriamente ditas –, as condições são muito piores que na Inglaterra, pois aqui não há o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, atormenta-nos, do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento. Além das

misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas.

As palavras de Marx denotam algumas das principais características do processo de desenvolvimento econômico alemão, um país em franco e acelerado processo de industrialização que buscava a modernização do Estado sem alterar as antigas estruturas políticas e sociais autoritárias e, especialmente, os privilégios das velhas elites, o que tornava suas contradições significativamente mais agudas que em outras das principais nações capitalistas do ocidente.

Experimentando um importante aumento populacional, com destaque para o proletariado concentrado nas principais cidades⁶⁰ – onde a exploração e a extrema desigualdade social eram mais evidentes – junto à manutenção de uma massa de trabalhadores rurais submetidos a relações de trabalho de caráter feudal nas grandes fazendas. A sociedade alemã se viu segmentada em uma pequena elite burguesa e industrial que concentrava imensa riqueza e poder econômico; uma aristocracia militar-rural que controlava a estrutura estatal e detinha grande poder econômico e uma massa de trabalhadores urbanos e rurais que seguiam sendo explorados e oprimidos na base dessa pirâmide. Contudo, o proletariado alemão se distinguia daquele do início da Revolução Industrial, pois, relativamente educados, conhecedores das técnicas e do maquinário e dotados de senso de trabalho coletivo, eram trabalhadores modernos que alavancavam a rápida expansão da economia alemã, mas que também eram capazes de mobilizarem-se por seus interesses (BROUÉ, 2005, p.7). Foi nesse cenário contraditório e favorável ao do desenvolvimento da consciência de classe, sobretudo entre os trabalhadores das grandes indústrias, que se estabeleceram as condições para a organização dessa camada trabalhadora e, portanto, para o próprio processo revolucionário que culminou no movimento de 1918.

⁶⁰ Em 1871 um terço dos alemães viviam nas cidades, em 1910 esse quantitativo se elevou para dois terços. Nesse mesmo ano, vinte e três cidades alemãs contavam com mais de 200.000 habitantes, em sua maioria trabalhadores. Com destaque para algumas cidades como: Berlim 4.200.000, Hamburgo 930.000, Munique e Leipzig 600.000 e Colônia 500.000. Em números aproximados, essas e outras cidades concentravam a maioria absoluta dos trabalhadores alemães. Ver: BROUÉ, Pierre. **The German Revolution (1917-1923)**. Leiden / Boston: Brill, 2005, p.5-6.

Dado o quadro político, social e econômico da Alemanha em fins do século XIX e início do XX, e considerando os “ventos russos” que sopravam sobre a Europa mais intensamente desde 1905, a oposição ao governo passou a se concentrar na classe operária de maneira que, em 1913, a social-democracia, há muito combatida pelas forças dominantes, consolidou-se como a principal força político-partidária do país, contando com 110 dos 397 deputados do *Reichstag*. Em que pese sua pouca relevância política, tendo em vista a configuração “pseudodemocrática” do *Kaiserreich*, o Partido Social-Democrata Alemão (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – SPD) materializava o avanço e a amplitude das demandas de parcelas organizadas das camadas trabalhadoras da sociedade alemã, em especial do operariado, pela transformação estrutural do Estado. Com importante presença nos parlamentos locais, cerca de 1 milhão de filiados e dirigindo uma central sindical com 2,5 milhões de filiados; em 1914 a social-democracia se fortalecia não apenas no meio político, mas nas ruas e, principalmente, nas indústrias⁶¹.

No âmbito externo, a Alemanha seguiu expandindo sua economia de modo que, durante os anos iniciais do século XX, se acirrou definitivamente a disputa por mercados consumidores, notadamente com a Inglaterra. Situação que contribuiu sobremaneira para o aumento das tensões entre as potências europeias e, conseqüentemente, para a escalada na produção de armamentos, especialmente navios de guerra⁶². Um contexto tensionado que, potencializado pelo nacionalismo exacerbado alemão, cujas origens estavam diretamente relacionadas ao predomínio da Prússia no processo de unificação do país, culminou na Primeira Guerra Mundial.

Sobre esse nacionalismo, cumpre destacar que a preponderância dessa aristocracia prussiana também teve importantes conseqüências no âmbito cultural, pois a sociedade alemã se formou em um ambiente dominado pela tradição militar de comando e glorificação da força (LOUREIRO, 2020, p.24-25). Nesse sentido, em uma sociedade fortemente hierarquizada, cuja lógica estabelecida se pautava pela disciplina e obediência, a ideia da superioridade germânica assumia um viés

⁶¹ Ver: LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã (1918-1923)**. São Paulo: Unesp Digital, 2020, p.34-38.

⁶² Foi neste contexto que os ingleses desenvolveram o HMS *Dreadnought*.

compensatório para a maioria dos alemães, que eram estimulados a perceberem a si mesmos como culturalmente superiores e integrantes de uma sociedade que guardava valores tradicionais elevados que se contrapunham à modernidade observada nas demais sociedades capitalistas ocidentais. Assim, a crença de “que as virtudes de um povo que se considerava superior, dotado dos melhores generais e dos homens mais cultivados, lhes davam o direito de aumentar seu “espaço vital” por meio de conquistas (LOUREIRO, 2020, p.27)”, constituiu a amálgama que levou a Alemanha à guerra em 1914. Contando, inclusive, com a inércia e mesmo o apoio dos social-democratas, cuja bancada no *Reichstag*, em 4 de agosto daquele ano, votou favorável aos créditos de guerra solicitados pelo governo, contrariando a tradição internacionalista e proletária do partido.

Superestimando suas forças e subestimando seus adversários – Inglaterra, França e Rússia – o *Kaiser* e o comando das Forças Armadas confiavam que alcançariam rapidamente a vitória, evitando assim que o conflito se prolongasse por muito tempo. Entretanto, as pretensões do governo alemão não se confirmaram e a guerra se prolongou, ameaçando conquistas sociais e agravando sobremaneira o já delicado quadro social do país. Situação que causou um racha no SPD, de modo que uma ala mais à esquerda passou a manifestar posicionamentos contrários à guerra, ao ponto de, em 1916, parte de seus deputados votarem contra a renovação do estado de sítio, criticando abertamente as violações de liberdades que vinham sendo praticadas contra a população. Que já mostrava descontente frente às medidas de racionamento implementadas pelo governo, além da escassez de diversos insumos.

O severo inverno de 1916-1917 agravou ainda mais a situação da população alemã, que passou a conviver com a fome, o frio e a desesperança quanto ao fim da guerra, sobre a qual, mesmo com a intensa censura estabelecida pelo *Reich*, chegavam notícias que contrastavam com as informações de uma vitoriosa campanha, difundidas pelo governo. Notícias de que, entre fevereiro e dezembro de 1916, milhares de soldados alemães morreram em Verdun, na França – naquela que

ficou conhecida como a mais sangrenta batalha de toda a guerra⁶³.

Se em terra a Alemanha sofria em Verdun, no mar o quadro não era muito diferente. Em junho de 1916, os alemães mobilizaram sua Esquadra a fim de romper o bloqueio naval estabelecido pelos ingleses, que impedia o comércio marítimo com os Estados neutros. Centenas de navios alemães e ingleses se enfrentaram nas proximidades da península dinamarquesa da Jutlândia, no estreito de Skagerrak, em uma gigantesca batalha naval que, apesar do quantitativo menor de perdas pelo lado da Armada Imperial, terminou com uma vitória estratégica dos ingleses, que conseguiram manter o bloqueio naval⁶⁴. Situação que fez com que, praticamente, toda a Esquadra alemã e seus milhares de marinheiros se mantivessem imobilizados nos portos dos mares do Norte e Báltico, à exceção dos submarinos que permaneceram atuando.

O ano de 1917 traria ainda a Revolução Russa, outro fator decisivo naquele contexto em que o povo alemão percebia ainda muito distante o fim da guerra e, conseqüentemente, da realidade de miséria e violência a que estavam submetidos, diferentemente da riqueza e opulência da sua elite burguesa, vinculada às indústrias de material bélico. O movimento revolucionário que levou à saída da Rússia do conflito e, posteriormente, ao fim do período czarista e início do regime soviético, sacudiu a Alemanha, pois evidenciava possibilidades de alcançar o término daquela guerra. Para o comando militar, a retirada russa representava um golpe nos aliados da Tríplice Entente e, portanto, elevava as chances de vitória do *Reich*, além de

⁶³ Com a derrota em Verdun, o alto-comando alemão optou por colocar em prática a guerra submarina irrestrita, anunciada em 29 de janeiro de 1917. Estratégia que culminou no ataque a navios mercantes de países até então neutros, muitos dos quais optaram então por declarar guerra ao Reich, com destaque para os EUA que foi fundamental para o desfecho do conflito. Nesse mesmo contexto, com diversos de seus navios atacados, o Brasil também declarou guerra ao Império Alemão, por meio do Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917. Sobre a participação brasileira, ver: MAIA, João do Prado. **DNOG, uma página esquecida da história da marinha brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 1961 e SANTANA DE ARAÚJO, Johny. “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917 - 1918 **História: Debates e Tendências**, vol.14, nº 2, jul/dez, Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014, p.318-333.

⁶⁴ Considerada uma das maiores batalhas navais de todos os tempos, foi o maior combate naval travado durante a Primeira Guerra Mundial. Ver: VIDIGAL, Armando; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Orgs.). **Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a História**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

colocar a Alemanha em condições de superioridade para negociar os termos de rendição russos. Contudo, para a maior parte da população alemã, principalmente trabalhadores urbanos e soldados, a vitória revolucionária na Rússia significava a possibilidade terminar a guerra por meio da derrubara de um regime autoritário. Sob a liderança da ala minoritária do SPD – que, expulsa do partido em janeiro desse mesmo ano, fundou o Partido Social-Democrata Independente Alemão (*Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – USPD) – uma série de greves foram deflagradas em importantes cidades, inclusive Berlim, levando milhares de trabalhadores a mobilizarem-se por questões afetas às suas necessidades mais imediatas, como o aumento das porções de alimentos e carvão, e por outras de caráter político relacionadas, principalmente, ao término da guerra. Nesse sentido, destacou-se uma assembleia de trabalhadores reunida na cidade de Leipzig, onde, pela primeira vez, constituiu-se na Alemanha um conselho de operários que elegeu uma delegação para entregar uma resolução ao chanceler, em Berlim.

Em Leipzig [...] em meio ao alvoroço, uma resolução foi finalmente acordada: exigia o aumento de rações de alimentos e carvão, mas também enunciou seis demandas políticas - um fato da mais alta importância. Estas apelaram ao governo para declarar a paz sem anexações, que a censura fosse abolida, que o estado de sítio fosse levantado, o fim do recrutamento de mão-de-obra, a libertação dos presos políticos e que o sufrágio universal fosse introduzido em todos os níveis. (BROUÉ, 2005, p.94).

Menos evidentes, mas fundamentais nesse processo revolucionário que se consolidava em meio à sociedade alemã, marinheiros da Armada Imperial passaram a se organizar a bordo de suas embarcações. Imobilizados com seus navios e submetidos à rígida disciplina e a uma realidade onde se mantinham latentes antigas questões sociais, especialmente no que afetava às relações estabelecidas com uma oficialidade aristocrática de tradição e ascendência prussiana. Sobre a organização desses militares naquele contexto, Pierre Broué (2005, p.97) ilumina alguns aspectos importantes, entre os quais cabe destacar: suas origens sociais, suas qualificações técnico-profissionais, a proximidade e interação com segmentos de trabalhadores civis com os quais se identificavam pelo exercício de atividades semelhantes e a realidade a que estavam submetidos a bordo de seus navios. Em

suas palavras:

Uma ampla gama de fatores coincidiu para produzir centros ativos de agitação a bordo dos navios de guerra. As tripulações incluíam uma maioria de trabalhadores, *na maioria dos casos metalúrgicos, que tinham consciência de classe e tinham experiência da luta de classes*. As circunstâncias da Guerra, que mantiveram os navios nos portos, permitiu aos marinheiros *manter contatos estreitos com os trabalhadores nas docas e estaleiros*, fazer circular livros, folhetos e jornais, trocar ideias e organizar discussões. As condições de vida, a concentração de *proletários* em espaços confinados, e as qualidades de ousadia e o espírito coletivo que eles promoveram *tornaram as duras condições suportadas pelos marinheiros e foguistas cada vez mais intoleráveis*. Tudo isso ocorreu dentro da combinação de inatividade e os exercícios disciplinares absurdos impostos por *um corpo de oficiais particularmente reacionário*. (BROUÉ, 2005, p.97) [Grifos nossos]

Esses militares, marinheiros-trabalhadores, técnicos cujas origens sociais e familiares remetiam às camadas trabalhadoras da sociedade alemã, a partir da percepção de sua condição enquanto profissionais submetidos à uma realidade histórica de exploração e vulnerabilidade social, frente aos privilégios e prerrogativas de uma oficialidade que materializava a preponderância e o orgulho da elite aristocrática alemã, em um contexto político-social marcado pela crescente mobilização proletária. Já em 1915 se mostravam propensos a organizar a centralização dos grupos socialistas existentes na frota (BROUÉ, 2005, p.97).

Com um quadro cada vez mais desfavorável nos teatros de operações terrestre e marítimo, associado a um cenário interno marcado pelo recrudescimento das greves e outras iniciativas organizadas das classes trabalhadoras, frente a um cenário crescente de restrições e violência, o movimento dos marinheiros ganhou força e, especialmente a partir das notícias da Revolução Russa, em 1917, esses militares passaram a se organizar no sentido de formar “comissões” de marinheiros em cada navio, que seriam a iniciativa inicial para a constituição dos “conselhos de marinheiros”, a exemplo do que ocorria na Rússia.

A bordo do encouraçado *Friedrich-der-Grosse*, atracado no porto de Wilhelmshaven, no Mar do Norte, um grupo de marinheiros, com destaque para a liderança de Max Reichpietsch, passou a se reunir nas salas de caldeiras e paióis de munição, onde discutiam a conjuntura vigente e realizavam leituras e debates sobre

Marx e o programa de Erfurt⁶⁵. Esses marinheiros logo estabeleceram contatos com militares lotados em outros navios da frota, com destaque para o encouraçado *Prinz-Regent-Luitpold*, onde, em agosto de 1917, seria organizada uma greve de fome. Utilizando-se da própria estrutura da Marinha para consolidar sua atuação a bordo dos navios da frota imperial, com o intuito de constituir uma organização capaz de agir compartimentada e coordenadamente, esses marinheiros se aproveitaram da instalação de “comitês de cantinas” em todos os navios – responsáveis por supervisionar a alimentação de suas tripulações – os quais deveriam contar com representantes seus, inclusive.

Com sua organização centralizada em conselhos de marinheiros, clandestinamente estabelecidos a bordo dos encouraçados *Friedrich-der-Grosse* e *Prinz-Regent-Luitpold* sob a orientação de Max Reichpietsch, e entendendo os “comitês de cantina” como o primeiro passo para a construção de conselhos de marinheiros no modelo russo” (BROUÉ, 2005, p.98), o movimento buscava firmar em terra conexões com segmentos políticos e de trabalhadores. Segundo Pierre Broué (2005, p.98):

Eles utilizaram a atividade dos comitês de cantina da mesma forma que os trabalhadores nas fábricas usaram seus delegados, e, em poucas semanas, eles conseguiram formar uma rede muito flexível de pessoas confiáveis cobrindo toda a frota.

Sentindo que os marinheiros já estariam organizados de tal maneira que considerava possível levar a cabo uma ação ampla na Armada com o objetivo de reivindicar a paz por parte da Alemanha; mas ciente de que, restrita à frota imperial, essa iniciativa estaria fadada ao isolamento e, conseqüentemente, ao fracasso. Em junho de 1917, Max Reichpietsch foi até Berlim para estabelecer contato com membros do USPD. Entretanto, por não compreenderem a lógica e as particularidades de uma mobilização daquela natureza em uma instituição militar-naval, os sociais-democratas independentes se mostraram pouco dispostos a

⁶⁵ Programa elaborado por Karl Kautsky – principal teórico da social-democracia alemã – em 1891, por ocasião do Congresso Social-Democrata de Erfurt, confirmava o reconhecimento das teorias marxista pelos socialistas alemães. Ver: LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã (1918-1923)**. São Paulo: Unesp Digital, 2020, p.35-36.

superar a postura rotineira e burocrática que mantinham diante das muitas solicitações de apoio que recebiam naquele contexto. Apenas orientaram Reichpietsch sobre a conferência socialista internacional a ser realizada em Estocolmo e admitiram que a deflagração na Armada de um movimento pela paz seria importante no sentido de reforçar a posição dos socialistas em favor do fim das hostilidades.

De volta aos navios, Max Reichpietsch deu início aos preparativos para uma ação coordenada. A organização marinheira então se ampliou para os navios atracados em Kiel e foi criado um tipo de conselho central, ou *Flottenzentrale*, clandestino que contava com cerca de 5.000 marinheiros. Tendo em conta a confiança dos marinheiros em sua organização, “incidentes de indisciplina” passaram a ocorrer com mais frequência a bordo dos navios, com destaque para a greve de fome a bordo do *Prinz-Regent-Luitpold*, em 19 de julho de 1917, e as saídas coletivas, sem autorização, do cruzador *Pillau*, logo no dia seguinte e do próprio *Prinz-Regent-Luitpold*, já no primeiro dia de agosto.

Foi então organizada uma grande saída coletiva de marinheiros do *Prinz-Regent-Luitpold* para o dia 2 de agosto, porém, nessa ocasião os militares foram duramente reprimidos e seus líderes presos. Submetidas ao conselho de guerra, cinco das principais lideranças da organização marinheira foram condenadas à morte, entre as quais, Max Reichpietsch, executado em 5 de setembro de 1917.

Em que pese não ter colocado em prática nenhuma ação de maior amplitude, essa mobilização inicial constituiu a base sobre a qual o movimento dos marinheiros seguiu se estruturando e ampliando, inclusive para além dos limites da Marinha Imperial, fazendo coro nos navios à postura cada vez mais combativa dos trabalhadores nas ruas e fábricas. Contribuindo, sobremaneira, para os desdobramentos da guerra e do próprio processo revolucionário em curso na Alemanha, conforme se observou nos anos seguintes.

Com a entrada dos EUA na guerra, o ano de 1918 se mostrava crítico para o *Reich*, com pesadas perdas na frente ocidental e um cenário interno de revolução social iminente. Assim, em meados de agosto, os dois principais chefes militares e comandantes das Forças Armadas alemãs, os generais Paul Hindenburg e Erich

Ludendorff, reconheceram ao *Kaiser*, não-oficialmente, que a guerra estava perdida e que seria necessário encontrar um melhor momento para propor a paz visando evitar uma derrota vexatória. Nesse sentido, a cúpula militar, que até então gozava de amplos poderes junto ao Imperador, propôs a formação de um gabinete governamental formado pela maioria do *Reichstag*, contemplando assim os sociais-democratas e deixando a eles a missão de introduzir reformas constitucionais e, principalmente, negociar um armistício com os países da Entente. O que aliviaria as Forças Armadas alemãs, na figura do seu alto-comando, de se verem obrigadas a reconhecer publicamente a derrota ao negociarem a paz.

O Imperador então nomeou seu primo, Max von Baden, para o cargo de chanceler, que, por sua vez, formou seu gabinete com membros dos partidos que constituíam a maioria no Parlamento, configurando a Alemanha em uma monarquia parlamentar. A partir desse instante, importantes reformas estruturais foram realizadas, com destaque para: o voto universal – com a abolição do sistema censitário prussiano de classes – e o controle das Forças Armadas pelo governo civil em detrimento do Imperador. Diante desse quadro e do início das tratativas junto aos EUA visando um armistício, o comando militar rompeu com o novo governo e, diante da inevitabilidade da paz negociada e discordando de seus termos, Ludendorff renunciou ao seu cargo, dando a entender que não concordava em admitir a derrota e que esta seria de responsabilidade dos civis do novo governo. Sobre essa situação específica, Isabel Loureiro (2020, p.60) afirma o seguinte:

Usando a tática de perder os anéis para conservar os dedos, o governo imperial, derrotado, abre a porta do poder aos partidos políticos, tornando-os ao mesmo tempo responsáveis pelo fim da guerra. Foi uma jogada de mestre das velhas elites militares prussianas, que assim descarregavam nas costas dos civis toda a responsabilidade pela derrota, mantendo seu próprio prestígio intacto. Ocultou-se da opinião pública que o novo governo parlamentar foi coagido pelo alto-comando a propor a paz. Para a opinião pública, o governo parlamentar era responsável pela decisão que levou à capitulação da Alemanha, tornando-se o SPD, posteriormente, o bode expiatório dos nacionalistas.

Ainda em outubro de 1918, após a ordem do novo governo para suspender a guerra submarina, a cúpula da Marinha alemã, apesar de acatar a ordem de suspensão da campanha submarina, deu início aos preparativos para um último

ataque aos navios ingleses, naquela que seria, em uma perspectiva dramática, a “última batalha da Armada Imperial”.

Assim, envergonhados pela diminuta participação de sua Esquadra na guerra e recusando-se a admitir o armistício com seus navios atracados nos portos em razão do eficiente bloqueio naval estabelecido pelos ingleses. Em aberto desacato às ordens do novo gabinete governamental, a oficialidade naval se preparou para o combate que lhes “salvaria a honra” até a ordem do almirante Reinhardt von Scheer⁶⁶ para que os navios zarpassem rumo a batalha. Entretanto, percebendo a situação absurda que lhes levaria a morte e a insubordinação do comando e de parte significativa da oficialidade naval, os marinheiros dos navios estacionados em Wilhelmshaven se mobilizaram para resistir ao cumprimento de quaisquer ordens que pudessem levá-los ao combate contra as forças navais inglesas. Como resultado dessa resistência, centenas foram presos e desembarcados e cinco navios foram deslocados para Kiel, aonde chegaram no dia 31 de outubro.

Tendo em conta o ocorrido com os marinheiros do *Prinz-Regent-Luitpold* no ano anterior e temendo pelo destino dos companheiros presos, alguns marinheiros buscaram apoio junto aos trabalhadores, com os quais se reuniram logo no dia 1º de novembro, no centro sindical, marcando uma nova reunião para o dia seguinte. Nesse dia, com o centro sindical bloqueado pela força policial, trabalhadores e marinheiros se concentraram em local público e decidiram pela realização de uma manifestação nas ruas de Kiel para reivindicar a libertação dos colegas presos. No dia 3, mesmo diante da proibição por parte do comando militar-naval, milhares de soldados e marinheiros compareceram e, junto a trabalhadores de várias categorias, marcharam pelas ruas de Kiel. Entretanto, confrontados por uma patrulha militar, os manifestantes não recuaram e a patrulha abriu fogo contra a multidão, “matando 9 pessoas e deixando outras 29 feridas” (BROUÉ, 2005, p.139). Frente ao ocorrido, as guarnições dos quartéis e dos navios estacionados em Kiel se mobilizaram e, naquela mesma noite, sob a iniciativa do marinheiro Karl Artelt⁶⁷, foi eleito o primeiro

⁶⁶ Então Chefe do Estado-Maior do Almirantado alemão, Reinhard von Scheer havia comandado a Frota de Alto-Mar da Armada Imperial até agosto de 1918.

⁶⁷ Membro do USPD, Karl Artelt foi detido em 1917 e condenado a 5 meses de prisão.

Conselho de Marinheiros da Revolução Alemã e escolhida uma delegação que, representando cerca de 20.000 homens, apresentaria à mais alta autoridade naval em Kiel, o almirante Wilhelm Souchon, algumas de suas demandas básicas, entre as quais destacam-se: abolição da saudação obrigatória⁶⁸, melhora nos períodos de serviço⁶⁹, aumento das licenças para saídas⁷⁰ e a libertação dos detidos.

Logo nas primeiras horas da manhã do dia 4, as demandas dos marinheiros já haviam sido aceitas pelo almirante Souchon, impactado e sem condições de reagir frente a imensa mobilização de marinheiros e trabalhadores por toda a cidade. Antes do anoitecer os marinheiros mobilizados já haviam tomado toda a Frota estacionada em Kiel, vários oficiais foram presos por seus subordinados e a bandeira vermelha passou a tremular nos prédios e nos mastros dos navios. A partir desse momento, foram eleitos Conselhos de Soldados e Marinheiros e Conselhos de Trabalhadores, que se fundiram e foram logo reconhecidos pelo governador de Kiel, o social-democrata Gustav Noske. O exemplo dos marinheiros de Kiel se espalhou como uma onda pela Alemanha, seu levante foi a fagulha que faltava para explodir a Revolução.

A partir de Kiel, rapidamente os marinheiros capitanearam levantes e a organização de Conselhos de Trabalhadores e Soldados / Marinheiros em diversas outras cidades litorâneas e portuárias ao norte do país, como: Wilhemshaven, Cuxhaven, Lübeck, Bremerhaven e Hamburgo. No dia 8 de novembro, o movimento

⁶⁸ Mesmo sem subsídios que nos possibilitem precisar que saudação seria essa, entendemos que, possivelmente, trata-se de uma saudação caracteristicamente militar, como a continência, cuja lógica consiste em externar a disciplina e a hierarquia na medida em que – considerando que a continência é uma saudação afeta às tradições do ofício militar que transcende fronteiras políticas, e tendo por fundamento regulamentar, no caso brasileiro que selecionamos como exemplo, a Portaria Normativa nº 660, do Ministério da Defesa, de 19 de maio de 2019, disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/660a_2009.pdf acesso em 27/02/2022 – “parte sempre do militar de menor precedência hierárquica”.

⁶⁹ Tendo em conta a complexidade dos equipamentos e sistemas que passavam a integrar os navios de guerra, demandando cada vez mais tempo para sua manutenção e operação, e ainda o entendimento comum por parte da oficialidade de que seria necessário reduzir o “tempo ocioso” dos marinheiros a bordo, estes eram submetidos a longos períodos de serviço com reduzidos intervalos para o descanso e as refeições. Situação que também se observava em diversas outras marinhas e que passou a figurar como demanda recorrente nas mobilizações de marinheiros ao longo do século XX.

⁷⁰ Mesmo com seus navios atracados, os marinheiros somente poderiam sair de bordo mediante autorização de seus superiores, independentemente de estarem escalados para algum serviço após o término do período diário de trabalho.

já atingia importantes cidades situadas mais para interior, como: Colônia, Munique, Frankfurt, Leipzig e Düsseldorf. No dia seguinte, a Revolução chegava à Berlim.

A atmosfera revolucionária que tomava conta da Alemanha, intensificada pelas dores da guerra e tendo por base o exemplo russo, não interessava aos sociais-democratas do SPD, que, apesar de não desejarem que o país seguisse o caminho da “bolchevização”, sabiam que o movimento revolucionário se intensificaria ainda mais caso o *Kaiser* não renunciasse e a guerra não tivesse um fim imediato. Nesse sentido, diante da intensidade das mobilizações, marcadas pela adesão de milhares de soldados e marinheiros que, junto aos trabalhadores, marchavam pelas ruas da Alemanha reivindicando não apenas o fim da guerra, mas a implementação de mudanças estruturais na sociedade. Ainda no dia 9 de novembro, o então chanceler, Max von Baden, anunciou a abdicação do *Kaiser* Guilherme II e propôs transferir seu cargo de chanceler para o líder social-democrata do SPD Friedrich Ebert, que aceitou e logo sugeriu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse cenário de transição que marcou o fim do II *Reich*, coube ainda aos políticos ligados à maioria no *Reichstag* negociar e assinar o armistício com as nações da Entente. Situação que alimentaria a crença de que as Forças Armadas alemãs nunca se renderam, mas teriam sido traídas pelas esquerdas, entendidas pelo alto-comando militar e por segmentos reacionários da sociedade alemã como responsáveis por articular um movimento revolucionário no país enquanto os militares se sacrificavam no *front*. Essa ideia da “punhalada pelas costas”⁷¹ teve importantes desdobramentos no contexto que levou à Segunda Guerra Mundial e no próprio desenrolar do conflito.

Com o estabelecimento do novo governo – sob a liderança dos majoritários do SPD, mas com a participação do USPD e de outros segmentos da esquerda mais radical – Friedrich Ebert acumulou na República as funções de chanceler e de

⁷¹ A partir da qual, segundo Isabel Loureiro (2020, p.74) “judeus e marxistas foram acusados de destruir dentro do país o esforço de guerra, enquanto o Exército, fora, continuava vencendo”.

presidente do Conselho dos Comissários do Povo⁷², sendo estes os instrumentos a partir dos quais o povo exerceria seu poder no novo regime, uma vez que, em muitas cidades alemãs eles se constituíram na mais alta instância do poder político e militar. Contudo, visando o controle do ímpeto revolucionário das massas, os socialistas-democratas do SPD buscaram postergar e mesmo ignorar algumas das principais mudanças estruturais demandadas pelos conselhos, entre as quais destacamos: a reforma das Forças Armadas no sentido de criar um Exército republicano livre da presença e influência da oficialidade de ascendência aristocrática prussiana, a socialização das indústrias e a democratização da máquina administrativa no sentido de excluir os representantes das antigas elites dos altos postos da administração. Postura que, evidentemente, procurava manter alguns dos principais pilares do antigo Estado Imperial alemão a fim de controlar e, ao fim e ao cabo, sufocar o processo revolucionário em curso. Uma vez que, para o SPD, os avanços democráticos até ali alcançados se mostravam suficientes, não interessando a continuidade da Revolução na Alemanha, tampouco que o país trilhasse o caminho da Rússia soviética.

Nesse sentido, o novo governo passou a agir no intuito de, gradualmente, esvaziar o poder dos Conselhos e reprimir as mobilizações de rua. Para tanto, como instrumento de força diante da organização de soldados e marinheiros que, mesmo depois da desmobilização quase que total das Forças Armadas alemãs após o armistício, mantinham-se política e militarmente engajados nas ações dos Conselhos, o governo central adotou então, como parte de um dispositivo responsável por assegurar o “reestabelecimento da ordem” interna do país, as tropas do Exército que não haviam se desmobilizado e que ainda se mantinham fiéis aos antigos chefes militares – muitos dos quais Friedrich Ebert preservou em suas funções, como o próprio ministro da Guerra, o general prussiano Heinrich Scheüch. E ainda, como esses contingentes eram muito reduzidos, já no dia 16 de dezembro de 1918, o governo sancionou a atuação de milícias de voluntários, que, financiadas

⁷² Efetivamente, naquele instante, esse Conselho constituía o governo provisório na Alemanha, tendo como órgão regulador de suas ações o Comitê Executivo dos Conselhos dos Trabalhadores e Soldados / Marinheiros, que representava as bases do movimento revolucionário.

pela alta burguesia, eram compostas, em sua maioria, por ex-militares desmobilizados após o fim da guerra e estudantes universitários, eram os chamados corpos francos⁷³. Grupos bem armados e remunerados, caracteristicamente brutais contra aqueles entendiam como seus inimigos e unidos pelo sentimento de rejeição ao socialismo, à democracia e à República, que confundiam com “bolchevismo”, os corpos francos viriam a constituir o núcleo do Exército alemão, formando uma força poderosa no novo Estado (LOUREIRO, 2020, p.74).

A aliança política entre lideranças governamentais ligadas ao SPD e as antigas elites burguesas e aristocráticas visava o fim da política conselhistas e, conseqüentemente, do próprio processo revolucionário em curso na sociedade alemã por meio do esvaziamento da atuação dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados / Marinheiros e de uma violenta repressão levada a cabo contra seus membros e as mobilizações de rua por eles organizadas. O que marcou o fim da chamada fase moderada da Revolução Alemã que, a partir desse momento, passaria a um cenário de enfrentamento aberto entre as diferentes forças políticas e sociais em disputa, potencializado pelos duros termos do Tratado de Versalhes que contribuíram para agravar a já profunda crise econômica vivenciada pela Alemanha. As Forças Armadas, significativamente reduzidas e fragilizadas – tanto no aspecto material quanto humano – pela guerra e pelas exigências do referido acordo de paz, mantiveram-se atuantes no cenário político interno, conseguindo conservar entre as suas fileiras o prestígio, a prevalência e os valores históricos de uma oficialidade organicamente ligada à aristocracia militar prussiana. Situação que contribuiu para que, já em 1920, a despeito da preponderância dos sociais-democratas no governo central e na maioria dos governos locais, o Exército passasse a figurar como ator político decisivo na República alemã, abrindo caminho para a derrota definitiva do movimento conselhistas e o início guinada à direita no cenário político do país a partir desse instante. Sobre essa atuação política do Exército e seus desdobramentos no contexto da Revolução alemã, Isabel Loureiro (2020, p.146-147) coloca o seguinte:

Não se pode deixar de observar que um dos traços marcantes da nova

⁷³ Sobre esse panorama militar em especial, ver: LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã (1918-1923)**. São Paulo: Unesp Digital, 2020, p.71-74.

República era o lugar ocupado pelo Exército. De 1919 a 1926, o general Von Seeckt organizou e comandou o Exército dentro da tradição prussiana de um “Estado dentro do Estado”, fechado ao controle parlamentar. [...] Os militares alemães, criados num ideário que misturava resíduos do Estado monárquico e autoritário com um forte sentimento de humilhação pela derrota e o sistema oriundo de Versalhes, consideravam uma politização inadmissível a defesa do estado apoiado nos partidos políticos. O Exército alemão era de fato uma força antidemocrática e antirrepublicana, que sempre apoiou os esforços para restaurar a monarquia ou instaurar uma ditadura do grande capital. Os generais não se metiam na política cotidiana, mas, em questões decisivas, bastava o seu veto para impedir qualquer encaminhamento de que discordassem. Desde 1920, a República alemã sempre teve um duplo governo. De um lado, o chanceler e seus ministros, de outro, os generais do Exército. [...] Foram esses 100 mil homens, disciplinados, bem equipados e ligados por suas ideias e por sua origem à burguesia e, sobretudo, aos *Junker*, que forneceram os quadros do Exército de Hitler. [Grifo da autora]

No que concerne à mobilização dos marinheiros e ao levante iniciado em Kiel, podemos considerar que, apesar da relativa organização dos marinheiros, que se utilizavam em grande parte da própria estrutura militar e administrativa da Marinha para levar a cabo suas ações, a onda revolucionária que sacudiu a Alemanha a partir de Kiev foi um movimento descentralizado e espontâneo, cuja principal marca foi o estabelecimento e a atuação de uma das iniciativas populares melhor organizadas durante todo o período da Revolução Alemã, os Conselhos de Trabalhadores e Soldados / Marinheiros, cuja iniciativa remetia aos conselhos clandestinos de marinheiros estabelecidos a bordo dos navios da Armada imperial ainda em 1917.

Em uma situação limite, em que suas vidas e a própria lógica hierárquica da Marinha foram colocadas em xeque, quando o alto comando da Armada se insubordinou e decidiu por uma “última batalha” contra os ingleses, já nos estertores da Primeira Guerra Mundial, os marinheiros mobilizaram-se a partir de questões sociais latentes e demandas específicas, ambas internas à instituição naval.

Em um contexto político e social significativamente tensionado, ampliaram suas reivindicações para além dos limites da Armada atuando junto a segmentos de trabalhadores urbanos. Em um processo que levou à identificação e construção de uma consciência de classe, esses marinheiros-trabalhadores lutaram pelo fim da guerra e por transformações estruturais na sociedade alemã, questionando

privilégios históricos das elites civis e militares e reivindicando uma efetiva participação de trabalhadores e soldados / marinheiros na política do país. Concorrendo de modo decisivo para o fim do Império Alemão e o consequente estabelecimento da República, com as importantes conquistas de direitos e avanços em garantias sociais.

Tanto pelo que foi capaz de mobilizar quanto por seus desdobramentos no quadro revolucionário alemão e em outras mobilizações de marinheiros ocorridas nas frotas da Entente⁷⁴, ainda no contexto da guerra, e nas Armadas de outros países, anos mais tarde, como veremos ainda neste capítulo, o levante dos marinheiros de Kiel pode ser considerado como a mais relevante das mobilizações marinheiras do século XX.

3.3 A revolta de Kronstadt – Rússia (1921)

Devastada pela Primeira Guerra Mundial e pelos anos de guerra civil que se seguiram à revolução de 1917, a Rússia vivenciava um paradoxo relativamente comum aos países que se envolvem em conflitos armados duradouros e de grandes proporções. No período imediatamente subsequente à paz, contam com um cenário social e econômico caótico internamente e, no âmbito externo, procuram (re)estabelecer alianças e arrefecer eventuais disputas. Essa era a situação russa em 1921, após o fim da guerra fratricida e a consequente consolidação do regime soviético no país. Com os campos devastados, indústria e infraestrutura arruinados e a desmobilização de milhões de militares após o fim das guerras; a Rússia enfrentava uma severa escassez dos itens mais básicos, especialmente alimentos – potencializada pelo bloqueio econômico que lhe fora imposto pelas potências ocidentais – que levou sua população a sucumbir frente à fome, às doenças e ao frio.

Incapaz de alimentar minimamente sua população urbana, haja vista a queda

⁷⁴ Levantes de marinheiros da *Royal Navy* e da frota francesa do Mar Negro, em 1919, que se mobilizaram contra a continuidade da guerra, principalmente. Ver, respectivamente: MARTY, André. **La Révolte de la mer Noire**. Paris: Temps de Cerises, 1999 e GUTTRIDGE, Leonard F. **Mutiny. A History of Naval Insurrection**. New York: Berkley Books, 2002. Citações por nós traduzidas para o português.

significativa da produção agrícola desde os tempos da Grande Guerra, o governo bolchevique manteve a política de requisição forçada de cereais e toda sorte de víveres produzidos nos campos, mesmo após o fim das guerras. Chamada “comunismo de guerra”, essa política foi adotada, ainda em 1918, como forma de sustentar o esforço de guerra nos *fronts* e nas cidades, especialmente no que afetava aos trabalhadores da indústria, principal base de apoio bolchevique. Na prática, o “comunismo de guerra” consistia na atuação de destacamentos militares encarregados de requisitar parte da produção agrícola da população camponesa a fim de redistribuir nas cidades. O que causava grande descontentamento entre os camponeses, de quem muitas vezes era requisitado até mesmo o alimento necessário para a sobrevivência e os animais de trabalho.

Contudo, em um quadro em que milhões de pessoas deixavam as cidades rumo aos campos em busca de alimento e terras, somando-se às levadas de militares que retornavam às suas aldeias após serem dispensados das fileiras do Exército. A manutenção do “comunismo de guerra” pelo regime bolchevique, mesmo em tempos de “paz”, foi decisiva para elevar a tensão social no país. Com a progressiva redução da população urbana⁷⁵ e, conseqüentemente, de parcela importante do operariado, o regime bolchevique teve comprometida a base social de sua autoridade (AVRICH, 1991, p.29).

O fluxo de cidadãos para as aldeias e o regresso de alguns desses às cidades reforçou o vínculo entre camponeses e operários, levando as insatisfações campesinas com a política de requisição de víveres até os centros urbanos onde se somaram ao cenário socioeconômico notadamente degradado, o que concorreu para o agravamento do quadro social, que atingiu seu limite por ocasião do rigoroso inverno de 1920/1921. Ocasão em que; frente a absoluta escassez de alimentos e o permanente rigor das ações do “comunismo de guerra”, inclusive com patrulhas instaladas nas estradas, onde requisitavam alimentos que habitantes das cidades

⁷⁵ Entre outubro de 1917 e agosto de 1920, duas das principais cidades russas, Moscou e Petrogrado, tiveram suas populações reduzidas em cerca da metade e dois terços, respectivamente. Período em que a população urbana da Rússia diminuiu em aproximadamente um terço (AVRICH, 1991, p.24).

traziam dos campos; em janeiro de 1921, o governo russo anunciou a redução de um terço nas já diminutas cotas diárias de alimento para as populações das cidades (AVRICH, 1991, p.35). As quais, conforme a política de comunismo de guerra, eram distribuídas desigualmente entre a população urbana, de acordo com os diferentes segmentos de trabalhadores, de modo a favorecer os operários das indústrias vinculadas à produção de material bélico (AVRICH, 1991, p.23). Nesse sentido, segundo Paul Avrich (1991, p.25):

As queixas dos camponeses provocaram reações muito fortes entre os visitantes urbanos, que puderam ver com seus próprios olhos o impacto do comunismo de guerra no campo. E logo um sentimento de frieza se espalhou entre os camponeses e operários para com seus parentes plebeus que compunham o exército e a marinha. O resultado foi uma onda crescente de distúrbios rurais, agitação industrial e intranquilidade militar, que atingiria um clímax explosivo em Kronstadt, em março de 1921. [Tradução nossa]

Situada próximo à antiga capital da Rússia, Petrogrado, na ilha de Kotlin, no golfo da Finlândia, Kronstadt era a principal base naval da Marinha russa no Mar Báltico. Com uma população composta quase que totalmente por militares e trabalhadores civis vinculados à frota do Báltico, à fortaleza e à própria base; a ilha de Kotlin sustentava uma histórica tradição de mobilizações populares envolvendo marinheiros e trabalhadores civis. Desde a revolução de 1905, para a qual, como já observado, os acontecimentos a bordo do encouraçado *Potemkin* foram preponderantes, os marinheiros de Kronstadt figuravam como um grupo notadamente mobilizado em torno de suas demandas – sobretudo os baixos salários; a má alimentação e a relação de caráter servil mantida com a oficialidade, fundamentada em uma rigorosa disciplina – e em apoio às reivindicações dos diferentes segmentos de trabalhadores urbanos de Petrogrado, cujas agitações sociais reverberavam rapidamente em meio às guarnições sediadas naquela base naval.

Fundamentais para o triunfo e a consolidação do regime soviético a partir da Revolução de 1917, cuja máxima era “todo o poder aos soviets”, esses marinheiros passaram a perceber a contradição entre o que propôs a revolução e o que entregava ao povo o regime bolchevique. Que adotava uma postura de crescente

centralização política e decisória, em detrimento do enfraquecimento dos soviets. Nesse sentido, sobre a relação entre os marinheiros e os revolucionários bolcheviques de 1917, Paul Avrich (1991, p.160) afirma que:

[...] quando uniram seu destino ao dos bolcheviques, pensaram que compartilhavam os mesmos objetivos; os bolcheviques, segundo todas as aparências, eles eram companheiros revolucionários da extrema esquerda, apóstolos do levante de massas que eliminaria coerção e injustiça e zeladores de uma república de trabalhadores formados por soviets livres. "Socialismo – declarou o próprio Lênin em novembro de 1917 – não se cria por ordens de cima. O automatismo burocrático do Estado é estranho ao seu espírito; o socialismo é vivo, criativo, é a criação de as próprias massas populares". Nos meses seguintes, porém, se testemunhou a ascensão de uma ditadura centralizada, e os marinheiros se sentiram traídos. Eles tiveram a impressão de que uma nova elite privilegiada havia abandonado os princípios democráticos pelos quais eles haviam lutado. Durante a Guerra Civil permaneceram leais aos bolcheviques, mas agora estavam determinados a colocar a Revolução de volta ao seu curso original. [Tradução nossa]

Praticamente imobilizados em seus navios durante os meses mais frios, quando as águas congelavam na região de Kotlin, esses militares estavam constantemente expostos às consequências da péssima alimentação que lhes era oferecida e do frio que enfrentavam sem vestimentas adequadas ou calefação a bordo, esta última em razão da crise no abastecimento de óleo e carvão. Um cenário que se via ainda mais tensionado com a decisão do governo, na figura de seu Comissário de Guerra, Leon Trotsky, de manter comissários e um corpo de “especialistas militares” nas fileiras das Forças Armadas russas. Respectivamente, integrantes do partido e oficiais do regime czarista reconvocados para o serviço ativo a fim de ocupar posições de mando nas instituições armadas com o objetivo de reforçar as tradicionais disciplina e hierarquia militares, relativizadas com a criação dos conselhos de soldados e marinheiros por ocasião da revolução, até que fossem formados novos “oficiais vermelhos”.

Nesse quadro, em fevereiro de 1921, trabalhadores tomaram as ruas de Moscou em uma onda de protestos que logo alcançou Petrogrado, onde a situação da população era ainda mais precária. As “duas capitais” russas evidenciavam a mobilização da principal base de apoio do governo soviético, os trabalhadores

urbanos; que, somadas às agitações que já se observavam no campo e à inquietação entre os marinheiros de Kronstadt, representavam um risco real para a manutenção do regime liderado por Vladimir Lenin, haja vista a recente experiência revolucionária que pusera termo à monarquia czarista.

Em resposta a essas manifestações, o governo intensificou a propaganda e acelerou as tratativas no sentido de acenar à população com uma virtual melhora do quadro socioeconômico do país, ao mesmo tempo em que aumentava a repressão e a atuação da polícia política, a *Cheka* (AVRICH, 1991, p.51-54). Situação que se mostrou decisiva para que a tensão entre os marinheiros de Kronstadt atingisse seu ponto de ruptura nos últimos dias de fevereiro, quando, ao tomarem conhecimento da repressão levada a cabo contra os manifestantes em Petrogrado, as guarnições dos encouraçados *Petropavlovsk* e *Sebastopol* reuniram-se e decidiram enviar uma delegação até a cidade para averiguar o que de fato ocorria.

Cabe aqui um breve parêntese para que possamos destacar que essa atitude dos marinheiros de Kronstadt em relação à população de Petrogrado não constitui um caso isolado, haja vista a proximidade entre esses dois segmentos, militares de graduações mais baixas e trabalhadores urbanos, estar diretamente relacionada às suas origens sociais e à natureza prática de suas atividades profissionais, como já abordado neste estudo. Aspecto semelhante ao observado em relação aos camponeses, com os quais os marinheiros guardavam laços familiares, para além dos vínculos sociais. Nessa relação de proximidade identitária, no que concerne às classe sociais, é que residem as principais motivações dessa solidariedade dos marinheiros com os trabalhadores urbanos e camponeses em questão. O que também é possível verificar nos outros levantes marinheiros brevemente analisados neste e no próximo capítulo, além daqueles que são objeto principal desta pesquisa.

Em referência aos marinheiros, os dois trechos seguintes exemplificam essa relação no contexto da revolta de Kronstadt:

[...] durante as viagens ao campo para visitar suas famílias, se inteiram da ferocidade das requisições [de alimentos]. Vários estudos da correspondência, efetuados pela *Cheka*, indicam até que ponto os afetava a desolação no campo (MAGASICH A., 2008, p.96, tradução nossa).

[...] também a gente da cidade, sempre suscetível à influência dos marinheiros, com os quais suas próprias ocupações os colocavam em estreito contato, ofereceu seu apoio ativo (AVRICH, 1991, p.159). [Tradução nossa]

Ainda que em sua análise Paul Avrich ateste essa relação, ele também se apega a um estereótipo muito comum aos marinheiros no imaginário popular. Empregado, muitas vezes, como já mencionado, para atacar a imagem desses militares junto à opinião pública de maneira a desacreditar e/ou desmerecer suas reivindicações e movimentos organizados; ao percebê-los como:

[...] espíritos indômitos, que resistiam instintivamente à disciplina externa e ansiavam por liberdade e aventura. Que quando os inflamavam os boatos ou a bebida estavam propensos a amotinarem-se e liberar sua fúria, saciando-a sobre pessoas endinheiradas e poderosas (AVRICH, 1991, p.54). [Tradução nossa]

O autor desconsidera a capacidade de reflexão desses militares acerca da posição social que ocupam e das condições a que estão submetidos, e ainda o seu poder de mobilização a partir da leitura própria de determinado momento político. Situação observada também em relação a outros grupos integrantes das camadas mais basilares de algumas sociedades, que por vezes são entendidos enquanto elementos manipulados por interesses político-partidários.

De volta aos navios, em 28 de setembro, a delegação de marinheiros enviada à Petrogrado relatou o que presenciou na cidade: fábricas e oficinas tomadas por tropas armadas e, naquelas que ainda funcionavam, destacamentos de homens armados a serviço do governo constringendo os trabalhadores. Nas palavras do marinheiro Stepan Petritchenko (*apud* AVRICH, 1991, p.72), uma das principais lideranças do movimento, “poderia ter se pensado que não eram fábricas, mas prisões de trabalhos forçados da época czarista” [Tradução nossa]. Somava-se a isso a experiência que milhares de marinheiros tiveram em suas aldeias por ocasião das licenças concedidas para que visitassem seus familiares, segundo Petritchenko (*apud* AVRICH, 1991, p.58):

Alguns deles contaram que os pais maldiziam os seus filhos por terem defendido essa cambada de bandidos e canalhas que tinha levado a Rússia à ruína geral, a uma situação de violência espantosa e a uma opressão e uma arbitrariedade desconhecidas até então. Assim chegamos ao

conhecimento da verdade e nos pusemos a discuti-la coletivamente, apesar da proibição a reuniões ou concentrações, ditada pelos comissários e comunistas. [Tradução nossa]

Imediatamente, os marinheiros decidiram apoiar as manifestações e greves dos trabalhadores de Petrogrado. Foram então organizados comitês de marinheiros em cada um dos dois encouraçados e convocou-se, para o dia 1º de março, uma assembleia com soldados e marujos de toda base naval. Nessa assembleia, onde estiveram presentes milhares de soldados e marinheiros, além de autoridades do governo, foi aprovada, por ampla maioria, uma resolução⁷⁶ que marcou o ponto de inflexão da crise que, poucos dias depois, culminou na revolução.

Esse documento, conhecido também como “Programa de Kronstadt”, apresentava as demandas dos marinheiros em quinze pontos, dos quais apenas um se aplicava à alguma questão afeta, especificamente, às atividades por eles desempenhadas na Armada russa. Os demais pontos tinham relação com o cenário político, social e econômico em que se encontrava o país. Sobretudo no que afetava ao “comunismo de guerra” e a acentuada centralização política conduzida pelo governo, em contradição com o que fora proposto por ocasião da Revolução de 1917. Entre as demandas apresentadas nessa resolução, destacamos: imediatas eleições, com voto secreto, para composição de novos soviets; liberdade de imprensa e expressão para operários, camponeses, anarquistas e partidários socialistas de esquerda; fim da política do “comunismo de guerra”, com a desmobilização dos destacamentos armados nas fábricas e nos campos e a liberdade aos camponeses para trabalharem suas terras e possuírem gado, sem a contratação de trabalho empregado.

A partir desse instante os marinheiros radicalizam o movimento e, com base na resolução aprovada em assembleia, desconhecem a autoridade legal do Soviete de Kronstadt e convocaram uma conferência de delegados para o dia 2 de março, para deliberarem sobre a eleição para compor o novo soviete da cidade.

⁷⁶ Ver: BERKMAN, Alexander e GOLDMAN, Emma. **Kronstadt**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2011, p.4-5 e AVRICH, Paul. **Kronstadt 1921**. Princeton: Princeton University Press, 1991, p.73-74. Alexander Berkman e Emma Goldman, foram duas conhecidas lideranças anarquistas da Rússia que testemunharam o desenrolar dos acontecimentos de março de 1921, em Kronstadt.

Nessa reunião, com delegados de toda frota do Báltico, da base naval, oficinas e sindicatos; foi eleito um Comitê Revolucionário Provisório composto por quinze membros, sob a presidência de Petritchenco⁷⁷. Com amplos poderes, o comitê determinou a imediata prisão de diversos comunistas, entre os quais autoridades do governo como Kuzmin, comissário da frota; Vassiliev, presidente do caduco Soviete de Kronstadt e Korskunov, comissário da Esquadra de guerra de Kronstadt. Marcando, definitivamente, a ruptura entre o governo e os marinheiros da ilha Kotlin.

O governo então determinou a execução de alguns marinheiros presos e tomou os familiares de outros como reféns. No dia 3 de março, enviou um ultimato ao Comitê Revolucionário exigindo a dissolução do movimento e libertação dos comunistas presos até o dia 7. Os marinheiros emitiram comunicados à população da ilha, desmentindo as informações espalhadas pelos governistas de que os comunistas presos estariam sofrendo toda sorte de violências no cárcere e conclamando a guarnição da cidade para que permanecessem em seus postos conduzindo normalmente suas atividades. Pediram ainda às organizações de trabalhadores da Rússia que convocassem novas e representativas eleições nas fábricas, sindicatos e sovietes (PETRITCHENKO, 2011, p.62). Passaram então a organizar a defesa da base e a chamar trabalhadores, camponeses e guarnições de diferentes regiões e unidades militares para unirem forças a fim de terminar a tarefa iniciada em fevereiro e outubro de 1917 (AVRICH, 1991, p.166-167).

Aliado à intensa repressão conduzida em Petrogrado, com o objetivo de evitar um levante popular na cidade em apoio ao movimento em Kronstadt, e à crescente concentração de tropas e equipamentos militares, tanto nessa cidade, quanto em outras posições estratégicas nos arredores da ilha, o governo de Vladimir Lenin e seu Comissário de Guerra, Leon Trotsky, deu início a uma forte campanha de propaganda contra os marinheiros. Acusando-os de estarem sob influência de interesses estrangeiros e/ou contrarrevolucionários Brancos, como o próprio Lenin teria afirmado na seção de abertura do Décimo Congresso do Partido (AVRICH, 1991, p.132-134). Explorando a presença do general branco Alexandre Koslovsky

⁷⁷ Lista com todos os nomes em BERKMAN, Alexander e GOLDMAN, Emma. **Kronstadt**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2011, p.12.

entre os sublevados, a quem acusava de ser o líder do movimento, ou o “espírito motor da sublevação”, o governo afirmava que os marinheiros da ilha Kotlin estavam sendo manipulados e “enganados” por essas pessoas, ainda que, antes do início das inquietações, Alexandre Koslovsky tivesse sido indicado pelo próprio Trotsky para atuar como “especialista militar” na artilharia de Kronstadt (BERKMAN e GOLDMAN, 2011, p.33).

Findo o prazo estipulado pelo governo, as tropas bolcheviques, sob o comando de Mikhail Tujachevsky, foram à carga contra os marinheiros ainda no dia 7 de março. Cumpre destacar que, na perspectiva estratégico-militar, não se tratava de tarefa simples submeter Kronstadt, pois, para além da posição geográfica privilegiada e da considerável capacidade bélica, a qual Paul Avritch (1991, p.150-151) descreve detalhadamente, destacando os poderosos canhões de 305 milímetros dos encouraçados *Petropavlovsk* e *Sebastopol* – imobilizados no gelo como os demais navios atracados na base – de um total de 135 de diferentes calibres e 68 metralhadoras, dispostos na própria fortaleza, nos fortes e navios. Os principais obstáculos que se apresentavam a Tujachevsky eram: a lealdade de seus soldados, muitos dos quais simpáticos ao movimento dos marinheiros, e o temor deles em avançar sobre a grossa camada de gelo que cobria as águas do Báltico naquela região, quando estariam vulneráveis aos ataques da artilharia de Kronstadt.

Teve início então um intenso combate de artilharia, com as baterias governistas abrindo fogo contra os fortes exteriores e recebendo destes e dos canhões do *Sebastopol* a devida resposta. No dia seguinte, cerca de 20.000 homens avançaram pelo gelo em direção à Kronstadt, sendo repelidos pelo fogo das metralhadoras e canhões dos marinheiros. Vulneráveis sobre o gelo e morrendo às centenas, pelas armas ou tragados pelas águas congelantes, muitos dos soldados governistas se negaram a seguir avançando ou passaram para o lado daqueles a quem atacavam, mesmo com as execuções sumárias e ameaças de morte por parte dos oficiais e agentes da *Cheka* que compunham aquele contingente.

Com o insucesso desse primeiro ataque, Tujachevsky deu logo início aos preparativos para um novo ataque. Seguiram-se então dias de bombardeios aéreos empreendidos contra Kronstadt e combates entre as pesadas artilharias de lado a

lado, com investidas de pequenos grupos de infantaria, enquanto o governo concentrava equipamentos e tropas vindas de distantes regiões da Rússia, além de contingentes de cadetes comunistas e unidades especiais da Cheka, que se somavam a tropas vindas da Ucrânia e da frente polonesa; e ainda a chineses, bascos, letões e tártaros (AVRICH, 1991, p.193-194). No que se refere à heterogeneidade das tropas, era uma solução para evitar os problemas de lealdade observados por ocasião da primeira investida, no dia 8 de março.

A situação em Kronstadt era crítica, pois a população e as tropas sofriam, principalmente, com a falta de alimentos. Enfrentando também o frio; potencializado pela falta de carvão, óleo e vestimentas adequadas; e acusavam a pouca disponibilidade de munições e suprimentos, especialmente medicamentos. Situação que denotava o caráter insustentável daquela resistência, sem que houvesse um levante popular que lhes dispusesse apoio efetivo a partir de outras cidades, sobretudo Petrogrado.

Em que pese os reveses e as pesadas perdas nos dias iniciais de combate, com o recebimento incessante de reforços o governo soviético conseguiu sustentar permanentemente o ataque. Intensificado, a partir do dia 14 de março, com amplo emprego da artilharia e da aviação militar, que despejavam toneladas de explosivos sobre a cidade, suas fortificações e os navios. Nos dias 16 e 17, foi então lançado o ataque decisivo. Mantendo Kronstadt sob severo bombardeio, os bolcheviques enviaram um grande contingente, estimado em 50.000 homens (AVRICH, 1991, p.202), que a acossou em diferentes posições, invadindo a cidade e tomando suas fortificações e navios, em uma sangrenta batalha fratricida que se encerrou após a fuga das principais lideranças do Comitê Revolucionário Provisório para a Finlândia, na noite de 17 de março. Cerca de 8.000 rebeldes, mais da metade do contingente total teria fugido até a manhã do dia seguinte, quando foram debelados os últimos focos de resistência na cidade.

O número de baixas de lado a lado é incerto, mas estima-se que algo em torno de 10.000 teriam sido o das tropas governistas e 1.600 o dos rebeldes, entre mortos, feridos e desaparecidos. Jean-Jacques Marie (*apud* MAGASICH A. 2008, p.99) menciona que as baixas do Exército Vermelho teriam sido de 1.237 feridos,

537 mortos e 2.478 desaparecidos. Em relação à repressão e ao destino dos prisioneiros, Paul Avrich (1991, p.214) afirma que, dos mais de 2.000 presos, apenas treze foram julgados e condenados à morte, sendo os demais executados ou enviados para campos de trabalhos forçados. Já Jean-Jacques Marie (*apud* MAGASICH A. 2008, p.99) refere-se a 1.272 libertados, 2.168 executados e 1.955 condenados a trabalhos forçados.

Sobre o fim da revolta de Kronstadt, Alexander Berkman (2011, p.25) afirmou:

Em 18 de março, o governo bolchevique e o Partido Comunista da Rússia festejavam publicamente a Comuna de Paris de 1971, afogada no sangue dos operários franceses por Gallifet e Thiers. Celebraram ao mesmo tempo a “vitória” sobre Kronstadt. Durante as semanas que se seguiram, as prisões de Petrogrado estiveram repletas de centenas de prisioneiros de Kronstadt. A cada noite, pequenos grupos destes prisioneiros eram removidos por ordem da *Tcheka* e desapareciam – para não mais serem vistos entre os vivos. [...] Nas prisões e nos campos de concentração da região glacial de Arkangelsk e nos desertos do distante Turquistão, morrem lentamente homens de Kronstadt que se levantaram contra a burocracia bolchevique e proclamaram, em março de 1921, a propaganda da Revolução de Outubro de 1917: “Todo o Poder aos Sovietes!” (*sic.*).

Para além dos aspectos especificamente militares que envolveram a própria batalha e a resistência das guarnições de Kronstadt, e ainda, da posição contraditória de centralização política em que se colocava o regime bolchevique frente à promessa revolucionária de “todo o poder aos soviets. Consideramos o processo que culminou na revolta dos marinheiros de Kronstadt um fenômeno social no qual esses militares capitanearam uma mobilização popular, politicamente organizada, com a finalidade de demandar transformações no Estado russo a partir de um processo de identificação interna à Armada e com trabalhadores urbanos e camponeses; no transcurso de uma histórica luta contra a realidade de exploração e domínio a que estiveram submetidos em relação às antigas elites aristocráticas russas. Perspectivas de análises historiográficas que figuram como ricos filões para futuros estudos.

3.4 O motim da *Royal Navy* em Invergordon – Inglaterra (1931)

A exemplo dos marinheiros chilenos, que dias antes haviam sublevado duas Divisões da Esquadra, então estacionadas na baía de Coquimbo, e, a partir dali,

imobilizado praticamente toda a Marinha do Chile – levante que abordaremos mais detidamente no próximo capítulo – marinheiros de navios da *Atlantic Fleet*⁷⁸ mobilizaram-se em oposição a algumas medidas econômicas anunciadas pelo governo para enfrentar a grave crise que assolava o país. As quais atingiriam duramente o funcionalismo público, com demissões e reduções em benefícios e salários, inclusive dos militares.

Segundo Leonard Guttridge (2002,191-192), essa mobilização teve início quando as guarnições de navios dessa frota, ao chegarem no porto escocês de Invergordon, em 11 de setembro de 1931, tomaram conhecimento das mencionadas iniciativas do governo para combater a crise. Sob o comando do almirante Wilfred Tomkinson, embarcado no cruzador *Hood*, esses marinheiros ficaram inquietos com as notícias veiculadas pela imprensa sobre a possibilidade de redução em seus vencimentos. Situação que logo foi observada a bordo dos navios, onde passaram a deliberar sobre o assunto e a manifestar seu descontentamento acerca do que era noticiado pelos jornais locais.

Visando transmitir a seus homens uma posição oficial da *Royal Navy* em relação ao que se passava, de modo a colocar termo às incertezas e, conseqüentemente, à inquietação que se instalava entre as tripulações. Na manhã do dia 13, o almirante Tomkinson informou aos seus comandados as ordens que havia recebido do Conselho do Almirantado, com detalhes sobre as medidas econômicas a serem adotadas e um chamamento à cooperação e à manutenção da disciplina. O efeito da transmissão dessas ordens foi o contrário do esperado pelo almirante, pois aumentou o descontentamento entre seus homens, especialmente entre os praças, potencialmente mais atingidos pelos cortes nos vencimentos, de modo que, naquele mesmo dia, passaram a se reunir em bares locais, onde foram registrados agitações e protestos.

⁷⁸ Os cruzadores *Repulse*, *York*, *Norfolk*, *Dorsetshire* e *Hood*; e os encouraçados *Valiant*, *Rodney*, *Malaya*, *Exeter*, *Nelson* e *Warspite*; eram os navios da *Atlantic Fleet* então estacionados em Invergordon. Ver: GUTTRIDGE, Leonard F. **Mutiny. A History of Naval Insurrection**. New York: Berkley Books, 2002, p.192.

Sobre a influência do referido levante de marinheiros chilenos nesse momento, Guttridge (2002, p.193) afirma o seguinte:

Se proferida, a palavra motim provavelmente surgiu em referência aos recentes eventos no Chile. Isso não quer dizer que alguns do contingente de Devonport, que haviam feito amizade com marinheiros chilenos durante a prolongada visita do *Almirante Latorre*, não se entregassem a conversas descontroladas de seguir seu exemplo. Mas o que ficou mais evidente na cantina lotada naquela tarde de domingo, enquanto os marinheiros fumavam e bebiam, luxos que em breve custariam mais, ou saltavam em cadeiras com pedidos acalorados para uma paralisação do trabalho, era uma resposta espontânea e previsível às notícias, transmitidas sem tato, de que seus pagamentos seriam cortados e suas famílias, assim, expostas a mais dificuldades. [Tradução nossa]

Ainda que Leonard Guttridge aponte que, até esse momento, o que se observava por parte desses marinheiros era uma reação “espontânea e previsível” ao quadro de virtual redução salarial que a eles se apresentava. Não se pode desconsiderar o fato, mencionado pelo próprio autor, de que alguns desses militares, que haviam estabelecido relações de amizade com marujos do encouraçado *Almirante Latorre*, recorriam ao exemplo do recente levante de seus colegas chilenos como solução para reverter as medidas econômicas anunciadas pelo governo inglês. Ainda que não se possa apontar a revolta de Coquimbo como uma das possíveis causas da mobilização de Invergordon, como afirma Jorge Magasich Airola (2008, p.103).

Mesmo com ordens do alto-comando naval para que fossem intensificadas as patrulhas e fechados bares e cantinas, sem que fossem adotadas ações repressivas ou disciplinares, que poderiam agravar a situação, seguiram-se reuniões dentro e fora dos navios, nas quais destacaram-se nomes como os dos marinheiros Leonard Wincott e Fred Copeman, do cruzador *Norfolk*, duas das principais lideranças do movimento.

No dia 14, marinheiros de diferentes navios da frota se reuniram e decidiram iniciar uma greve. Sem quaisquer ações que visassem destituir a oficialidade ou tomar os navios, os marinheiros organizaram-se em comitês a bordo de cada embarcação e seguiram cumprindo seus serviços a bordo. Manifestando seu descontentamento e realizando apenas atividades fundamentais à rotina e manutenção dos navios, sem executar aquelas necessárias para que se fizessem ao

mar. De modo que a maior parte daquelas belonaves não apresentasse condições de navegar por ocasião dos exercícios navais programados para o dia seguinte, a serem realizados no Mar do Norte.

Diante de tal situação, o almirante Wilfred Tomkinson decidiu então cancelar a participação dos navios sob seu comando nos referidos exercícios, informando imediatamente ao Almirantado sua decisão e, ainda, que acreditava que, “até que fosse prometido aos homens uma revisão dos cortes salariais, a disciplina na frota atlântica não seria restaurada, podendo se deteriorar ainda mais em sua opinião” (GUTTRIDGE, 2002, p.197). Em resposta, o Conselho do Almirantado decidiu suspender temporariamente os exercícios navais e instou Tomkinson a retomá-los rapidamente. Orientando-o ainda a tentar minimizar o impacto das anunciadas reduções nos soldos sobre suas tripulações, demonstrando aos marinheiros que era uma situação que atingia também o pessoal do Exército e da Força Aérea. Ainda que os referidos cortes alcançassem quase três quartos dos militares da Marinha, enquanto apenas cerca de um terço do contingente do Exército fora afetado e fração ainda menos na Força Aérea (GUTTRIDGE, 2002, p.197).

O impasse estabelecido agravou a tensão em Invergordon. As manifestações se intensificaram e a oficialidade dos navios passou a temer por atos de violência e sabotagem a bordo. Com a situação em vias de sair do controle e converter-se em um movimento que poderia abarcar os demais navios e unidades de terra da *Royal Navy*, no que poderia principiar um estalido social de grandes proporções, o Conselho do Almirantado acatou a sugestão do almirante Tomkinson e passou a conduzir tratativas junto ao governo no sentido de rever os cortes salariais sobre seu pessoal. Ao mesmo tempo em que a repressão se intensificava em Invergordon, com patrulhas de policiais e fuzileiros navais atuando no sentido de conter os marinheiros. O que tornou o quadro ainda mais complexo quando alguns fuzileiros, “tradicionais executores da ordem e da disciplina navais, jogaram sua sorte com os marinheiros em greve” (SHERRY, 2000), aderindo ao movimento.

Finalmente, pouco mais de uma semana depois dos primeiros protestos, o gabinete ministerial autorizava o Conselho do Almirantado a reduzir significativamente o percentual do corte salarial, restringindo ao máximo de 10%. E

este optava por desmobilizar a *Atlantic Fleet*, licenciando os integrantes das guarnições com familiares em Invergordon e determinando que os navios regressassem aos seus portos sede, como forma de colocar termo à mobilização. De modo que, já no dia 18 de setembro, todos os navios da frota já haviam regressado às suas respectivas sedes: os cruzadores *Repulse*, *York* e o encouraçado *Valiant* retornaram a Chatham; os cruzadores *Norfolk*, *Dorsetshire* e os encouraçados *Rodney*, *Malaya* e *Exeter*, a Devonport; o cruzador *Hood* e os encouraçados *Nelson* e *Warspite*, a Portsmouth (GUTTRIDGE, 2002, p.200). Encerrando a mobilização dos marinheiros da *Atlantic Fleet* com o compromisso do Almirantado em reduzir o percentual dos cortes que seriam aplicados sobre os vencimentos do pessoal da Marinha.

No que se refere às consequências, Leonard Guttridge (2002, p.201-203) afirma que:

Oficialmente, ninguém foi punido pelo motim em Invergordon. Mas o Almirantado, cortejando novas acusações de quebra de promessas, começou a expurgar a frota de supostos indesejáveis, cerca de quatrocentos dos quais foram devidamente fornecidos ao MI5 pela Inteligência Naval. Leonard Wincott e Fred Copeman estavam entre os trinta e seis marinheiros retirados de seus navios e confinados no Quartel Naval em Devonport, em um “curso disciplinar” que eles compararam à servidão penal. [Tradução nossa]

Sobre esses quatrocentos nomes entregues ao MI5, Dave Sherry (2000) menciona que 397 marinheiros, não apenas da *Atlantic Fleet*, teriam sido expurgados da Marinha como agitadores, fato que, segundo ele, denota a o apoio ao movimento em outros portos. Além de evidenciar a abrangência da mobilização e o alcance da organização dos marinheiros ingleses.

Inspirando movimentos de protesto e reivindicação por parte de outros segmentos de trabalhadores ingleses, que passaram a se articular por demandas comuns, como benefícios e garantias sociais, salários e empregos (SHERRY, 2000). Esses marinheiros foram capazes de se mobilizarem de modo rápido e eficaz a partir de um objetivo comum, articulando uma greve que colocou fora de ação importante frota da Marinha inglesa. Evidenciando sua capacidade de mobilização política a

partir de uma consciência de classe e da consequente compreensão que tinham da relevância do trabalho que desempenhavam a bordo dos navios da *Royal Navy*.

3.5 O levante dos marinheiros e o motim dos barcos do Tejo – Espanha / Portugal (1936)

No contexto social tensionado e politicamente polarizado em que se encontrava a Europa pós-Primeira Guerra Mundial, o ano de 1936 marcou o prenuncio do que seria um “novo” conflito de proporções globais. A Guerra Civil Espanhola, iniciada com um levante militar orquestrado por parte importante do alto comando Exército, sob a liderança do general Francisco Franco em 18 de julho de 1936, com o intuito de derrubar o governo republicano da chamada Frente Popular, foi um conflito que, para além dos aspectos nacionais, antecipou os enfrentamentos entre nazistas / fascistas e liberais / comunistas que ocorreriam cerca de três anos mais tarde.

Nesse cenário, ainda que tenha sido atribuído à Marinha espanhola papel secundário na preparação do golpe de Estado, a atuação dos navios da Armada se mostrava essencial para o sucesso das ações militares por ocasião do golpe. Contudo, ainda que parcela relevante da oficialidade naval se mostrasse favorável à ação golpista, entre as guarnições não se observava esse mesmo quadro. Milhares de praças eram simpáticos ao governo da Frente Popular e se mantinham organizados politicamente em seus navios, adotando o modelo de conselhos de marinheiros, segundo Pierre Broué (1973, p.69). Situação que se mostraria fundamental para que os nacionalistas de Francisco Franco não alcançassem seu intuito rapidamente, na medida em que os marinheiros agiram em seus navios no sentido de prender os oficiais golpistas e controlar a Esquadra sublevada, mantendo a maior quantidade possível de navios sob a autoridade do governo.

Esse levante de marinheiros contra a tentativa de golpe envolvendo parte importante da oficialidade naval foi organizado dias antes do golpe, quando algumas de suas lideranças foram alertadas sobre o que se planejava no alto comando das Forças Armadas. Um levante do exército colonial espanhol em Marrocos, que seguiria para a Espanha sob o comando do general Francisco Franco com o objetivo

depor o governo da Frente Popular. A partir desse instante, um grupo de marinheiros decidiu tomar o centro de transmissões de rádio da Marinha, situado próximo ao centro de Madrid, exatamente no dia programado para o golpe. Dessa central de rádio o suboficial Benjamín Balboa passou então a alertar às tripulações de todos os navios acerca do golpe em curso e emitir orientações às guarnições sobre como enfrentar a sublevação contra o governo. O que se mostrou fundamental para coordenar as ações dos marinheiros contra os golpistas a bordo dos navios da Armada espanhola.

Após enfrentamentos entre oficiais e praças a bordo de muitos navios, os marinheiros conseguiram manter a base naval de Cartagena (CERVERA, 1988, p.41-47) e a maioria dos principais navios da Esquadra – cerca de 40 navios e 12.000 homens, de um total aproximado de 15.000 militares que compunham as fileiras da Armada espanhola naquele ano⁷⁹ – permaneceram sob o controle do governo, ficando alguns poucos com os nacionalistas (BARROS VAN BUREN, 1996, p.10).

De posse desses navios, os marinheiros bloquearam o estreito de Gibraltar, impedindo que um expressivo contingente do exército colonial marroquino desembarcasse na Espanha pelo mar. O que obstaculizou o sucesso inicial do golpe de Estado contra o governo da Frente Popular e possibilitou a organização e consequente reação das forças governistas. Em um conflito que se prolongou até 1939 e no qual mediram suas forças algumas das principais potências econômicas e militares da época.

Nesse contexto, poucos anos antes, em Portugal, quando o país experimentava um cenário interno semelhante ao observado em praticamente todo o continente europeu durante o pós-guerra, marcado por fortes mobilizações das camadas trabalhadoras no sentido da luta política e intensa polarização ideológica entre partidários de ideias socialistas e comunistas e aqueles adeptos de nacionalismos exacerbados e políticas de cunho fascista, Antônio de Oliveira

⁷⁹ Ver: BARROS VAN BUREN, Mario. La actividad naval durante la Guerra Civil Española. In: **Revista de Marina**. Valparaíso: n.1, p.8-17, ene/feb, 1996. Disponível em: <https://revistamarina.cl/revistas/1996/1/mbarrosvb.pdf> Acesso em: 11 de abril de 2022.

Salazar chegou ao poder e deu início a um regime marcadamente autoritário, violento e avesso aos ideais comunistas; conhecido como Estado Novo. Foi também nesse cenário que marinheiros da Armada portuguesa fundaram, em 1932, a Organização Revolucionária da Armada (ORA). Com forte ligação com o Partido Comunista Português (PCP), a ORA caracterizava-se por ser uma organização voltada para a mobilização política de seus integrantes, a partir do entendimento da conjuntura do período e das especificidades e demandas atinentes aos marinheiros da Armada portuguesa.

Cabe destacar que, desde 1926, quando um golpe de Estado implantou uma ditadura em Portugal, Antônio de Oliveira Salazar já gozava de poder e prestígio em meio às elites do país. Exercendo o cargo de ministro das finanças durante o período ditatorial, teve participação fundamental na elaboração da Constituição portuguesa promulgada em 1933, que, na prática, assegurava a prevalência de um Estado autoritário. Nesse mesmo ano, Salazar alcançou a chefia do governo de Portugal e, com o lema, “Deus, Pátria e Família”, deu início ao Estado Novo português⁸⁰.

Nesse contexto, quando eclodiu a Guerra Civil na Espanha, em 1936, Antônio Salazar manifestou apoio aos golpistas nacionalistas do general Francisco Franco contra os governistas republicanos da Frente Popular. Deixando, inclusive, aberta a possibilidade de intervenção militar no país vizinho, mesmo diante de forte oposição de aliados históricos como os ingleses e de outras potências, como EUA e França.

No que concerne à Marinha, Salazar já vinha adotando medidas para reaparelhar e modernizar a Força Naval, tendo em conta as crescentes tensões na Europa e a necessidade de assegurar o abastecimento e a comunicação com os diferentes pontos do território ultramarino português e, principalmente, a soberania de Portugal sobre suas colônias. Essa postura de prover para a Armada novos meios navais e estruturas de terra, somada ao destaque conferido por Salazar à histórica relação do povo português com o mar, o que contribuiu para elevar o prestígio da Marinha junto à sociedade, teria concorrido para aliviar eventuais

⁸⁰ Ver: MEDINA, João (Dir.). **História de Portugal: O Estado Novo**. Vol. XII. Barcelona: Clube Internacional do Livro, 1998.

insatisfações em meio a oficialidade naval. Segundo Gisela Santos de Oliveira (2009, p.44), “o investimento feito na Marinha contribuiu para um clima de satisfação entre os oficiais diminuindo, deste modo, a propensão a conspirações por parte destes”. Cenário diferente do que se verificava em meio aos marinheiros, que se mostravam cada vez menos satisfeitos com as condições de trabalho e carreira que lhes eram dispensadas na Marinha. Sobre essa questão, João Faria Borda (1974, p.18 *apud* OLIVEIRA, 2009, p.45), marinheiro à época e um dos líderes do levante de setembro de 1936, afirma o seguinte:

O mau rancho, as exigências de serviços que, com o navio a navegar eram considerados perigosos, a imposição de fardamento inadequado à estação ou ao clima, a prepotência de certos oficiais que não consideravam os marinheiros como pessoas, originavam várias manifestações de protesto da tripulação, como a recusa do rancho, greves de licença [...] negarmo-nos a fazer os tais trabalhos perigosos, obrigando o navio a pairar para que o serviço se pudesse efetuar com segurança. [Grifos nossos]

Atuando essencialmente a bordo dos navios, a ORA, buscava mobilizar os marinheiros em função da realidade a que estavam submetidos na Armada, procurando evidenciar essa situação no sentido de estimular um processo de identificação e conseqüente conscientização entre aqueles militares. Nas palavras de Manuel Guedes, marinheiro e uma das lideranças por ocasião da fundação da ORA:

Já havia na Armada uma quantidade de rapazes ligados [ao PCP], principalmente no [couraçado] Vasco da Gama. É lá que tudo começa, ou melhor, que a ORA começa. Em 1932 fez-se um contato com o Partido [Comunista] porque queríamos constituir uma organização autônoma e tínhamos assim umas ideias: não queríamos misturas com civis, a organização era só da Armada. [...] Havia um lei ou disposição que dizia que os marinheiros que tivessem mais de três anos de serviço no mesmo navio eram os primeiros a serem transferidos para outros barcos. Como a tripulação do Vasco era já antiga, os rapazes começaram a ser distribuídos por outras guarnições de forma que a organização foi-se alargando.

Destarte, a exemplo de movimentos de natureza semelhante em outros países, os marujos portugueses também se aproveitaram da estrutura organizacional e administrativa da própria instituição naval para potencializar o alcance e a mobilização da ORA. Nesse sentido, foi preponderante o seu principal meio de comunicação e politização junto aos marinheiros, o periódico *O Marinheiro*

Vermelho. Que, apesar de reafirmar suas especificidades enquanto militares-trabalhadores e o caráter autônomo da ORA em relação ao PCP:

[...] não escondia sua proveniência comunista, afixando na capa o apelo “Proletários de todo o mundo (*sic.*), uni-vos!” e deixando claro que era o “Órgão das células do Partido Comunista Português na Marinha de Guerra – ORA.” (OLIVEIRA, 2009, p. 49)

A partir da distribuição desse jornal entre as guarnições da Armada portuguesa, ampliou-se significativamente a importância dos marinheiros no Partido Comunista Português, ao ponto de, à época, figurar a ORA como “a mais dinâmica e influente organização do PCP, representando mais de 20% dos seus efetivos”⁸¹ (PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, 2009). Muitos marinheiros passaram então a tomar conhecimento das demandas comuns ao segmento e do contexto político da época, tanto em Portugal quanto no exterior. Como no caso dos artigos: “Duas classes! Dois mundos!” e “Quem são os oficiais do Exército Vermelho?”, publicados na edição de nº 6 do periódico, em novembro de 1934. No primeiro, ficam evidentes as referências ao abismo social que separava oficiais e marinheiros, bem como à Revolução Russa e à luta de classes que se desdobrava para dentro da Armada portuguesa. Conforme pode ser observado no seguinte trecho:

A maioria dos oficiais, de um lado, e os marinheiros do outro, formam dois mundos que dia a dia se mostram mais separados, mais antagônicos. Eles são o símbolo do velho mundo, da exploração e opressão do capitalismo sobre o proletariado, o mundo da rapina apoiada sobre a espada, sobre a cruz e sobre a taina. Nós [marinheiros] somos o mundo dos explorados, habitantes para amanhã, do mundo que já raiou nas terras eslavas há 17 anos.⁸²

O segundo artigo aponta para as poucas diferenças entre oficiais e praças do Exército da Rússia soviética e para as relações entre eles estabelecidas, que, segundo o artigo, seriam pautadas pelo profissionalismo e pela camaradagem, onde não haveria espaço para uma hierarquia social que garantiria prerrogativas e

⁸¹ *Homenagem à Manuel Guedes*. Disponível em: <https://www.pcp.pt/homenagem-manuel-guedes>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

⁸² *O Marinheiro Vermelho*, nov.1934, p.1-3. Ver: OLIVEIRA, Gisela Santos de. **A Revolta dos Marinheiros de 1936**. Venda Nova: Comissão de Homenagem à Revolta dos Marinheiros de 1936, 2009, Anexos, p 108-120.

benefícios aos oficiais em detrimento da exploração dos praças⁸³.

Nesse mesmo número, outro artigo também merece destaque, “A Vida dos Marinheiros”⁸⁴ onde é apresentado um comparativo dos valores pagos aos militares da Marinha portuguesa à época a título de subsídio diário por navegação consecutiva, denotando a abissal diferença entre o montante pago aos oficiais, desde o posto de vice-almirante, e aos praças, até à graduação de grumete e os alunos. Enquanto um vice-almirante exercendo o comando do navio recebia 80\$00 por dia navegado, um grumete recebia 00\$12 e um aluno 00\$09, sem desconsiderar que a remuneração mensal – soldo – também seguia um escalonamento hierárquico, sendo, portanto, a de um almirante naturalmente bem mais elevada que a de um grumete ou marinheiro.

Cabe ressaltar que, em um contingente de aproximadamente cinco mil homens que compunham a Marinha Portuguesa, *O Marinheiro Vermelho* era distribuído em mil exemplares entre os marinheiros (PACHECO PEREIRA, 1999, p. 217 *apud*. OLIVEIRA, 2009, p. 48). Denotando o alcance desse periódico junto aos quadros de praças da Armada e a capacidade de mobilização da ORA.

Na esteira da conjuntura de acirramento das tensões no campo político interno e externo, em um quadro de crescente conscientização e mobilização dos marinheiros, o governo de Salazar passou a observar a ORA como uma real ameaça. Assim, em 1935, teve início uma intensa repressão contra a organização, na qual algumas de suas principais lideranças foram presas e *O Marinheiro Vermelho* teve sua circulação suspensa.

Entretanto, sob a orientação da ORA e acompanhando o agravamento da crise, sucederam-se atos de insubordinação a bordo dos navios. Com destaque o ocorrido a bordo do recém-incorporado cruzador *Afonso de Albuquerque*⁸⁵, quando, por ocasião de viagem à Espanha conflagrada, em agosto de 1936, diante da

⁸³ *O Marinheiro Vermelho*, nov.1934, p.4. Ver: OLIVEIRA, Gisela Santos de. **A Revolta dos Marinheiros de 1936**. Venda Nova: Comissão de Homenagem à Revolta dos Marinheiros de 1936, 2009, Anexos, p 108-120.

⁸⁴ *O Marinheiro Vermelho*, nov.1934, p.2-3. Ver: OLIVEIRA, Gisela Santos de. **A Revolta dos Marinheiros de 1936**. Venda Nova: Comissão de Homenagem à Revolta dos Marinheiros de 1936, 2009, Anexos, p 108-120.

⁸⁵ Também classificado na Marinha portuguesa como um navio aviso de primeira-classe.

proibição de desembarque da tripulação em portos controlados pelos governistas, os marinheiros se negaram a desembarcar em portos cujo controle era exercido pelos revoltosos nacionalistas. Essa ação ensejou a prisão e o licenciamento de dezessete marinheiros – alguns dos quais membros da ORA – tão logo o *Afonso de Albuquerque* regressou a Portugal (OLIVEIRA, 2009, p. 53). Diante dessa intensa repressão perpetrada pelo regime salazarista, e temendo o total desmantelamento de seus quadros e consequente paralização de suas atividades, a ORA decidiu por colocar em prática uma ação revolucionária a partir de alguns navios da Armada.

Nesse sentido, no alvorecer do dia 8 de setembro de 1936, sublevaram-se as guarnições dos cruzadores *Afonso de Albuquerque* e *Bartolomeu Dias* e do contratorpedeiro *Dão*. Dos quais, apenas os dois primeiros conseguiram se fazer navegar com a intenção de sair da barra do Tejo e alcançar o mar, a uma distância segura em relação às baterias de artilharia de terra. Porém, antes de alcançarem seu intento, foram duramente alvejados por fogos de artilharia provenientes dos Fortes de Almada e do Alto do Duque.

Diante das vítimas e das severas avarias causadas pelo canhoneio recebido, as guarnições dos dois navios se viram obrigadas a apresentar rendição. Ao chegarem à terra firme, foram imediatamente presos os marinheiros revoltosos e, já no dia 11, o governo português emitiu um decreto que autorizava o Ministro da Marinha:

[...] sem dependência de quaisquer formalidades, a dar baixa às praças e sargentos e a demitir ou reformar oficiais que direta ou indiretamente tomaram parte ou são responsáveis pelos acontecimentos ocorridos na manhã de 8 de setembro (sic.) de 1936 a bordo do aviso *Afonso de Albuquerque* e do contratorpedeiro *Dão*.⁸⁶

Teve início então um expurgo sumário nos quadros da Armada portuguesa, cujo ápice foi o julgamento em um tribunal militar especial – na prática um tribunal de exceção – onde dezenas de marinheiros foram condenados a penas de até vinte anos de prisão. Muitos dos quais foram enviados para cumprir pena na recém-criada

⁸⁶ PORTUGAL, Decreto-lei nº 26.995 – Diário do Governo, Série I nº214 de 11 de setembro de 1936.

colônia penal do Tarrafal⁸⁷, onde alguns perderam suas vidas.

Do mesmo modo que a mobilização da organização dos marinheiros espanhóis, estruturada em conselhos ou comitês a bordo dos navios da Armada, em defesa do governo da Frente Popular. A fundação de uma organização de cunho revolucionário no seio da Armada portuguesa, constituída essencialmente por marinheiros, denota a amplitude do processo de identificação e conscientização desses militares enquanto segmentos específicos nos quadros das Forças Armadas que compunham. Os desdobramentos dessas mobilizações, inseridos no contexto tensionado da época, evidenciam as disputas de classes travadas nessas sociedades e, conseqüentemente, nos espaços sociais dessas instituições navais, especialmente nas relações estabelecidas entre oficiais e praças a bordo dos navios. Contribuindo sobremaneira para o surgimento de condições favoráveis aos levantes de julho de 1936, na Espanha, e de setembro do mesmo ano, em Portugal.

Essa lógica de luta de classes nas Forças Armadas, especialmente na Marinha, e de “subordinação” da hierarquia e da disciplina à política, também se verifica em outras mobilizações marinheiras ao longo desse período, com o ápice nos movimentos que se opuseram às rupturas democráticas observadas no Brasil (1964) e no Chile (1973). Os quais analisaremos mais adiante, mas cujos movimentos que os antecederam trataremos na sequência.

⁸⁷ Conhecida também pela alcunha de “campo da morte lenta”, essa colônia penal constituía-se em um campo de concentração, criado em abril de 1936 pelo governo salazarista com o intuito de isolar os opositores daquele regime. Situado na Ilha de Santiago, antiga colônia ultramarina que atualmente compõe o arquipélago de Cabo Verde, na costa atlântica africana.

4 "AVISO DE MAU TEMPO" LEVANTES MARINHEIROS NAS ARMADAS DE BRASIL E CHILE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

Como os antigos navegadores, que vislumbravam o horizonte buscando eventuais sinais de tempestades, referenciais de terra ou ainda outros navios; iniciamos este estudo em uma perspectiva ampliada sobre o acelerado processo de modernização verificado em algumas das principais Armadas do mundo a partir do último quarto do século XX e as transformações que acarretou na distribuição do trabalho e, conseqüentemente, nas relações sociais estabelecidas entre oficiais e praças a bordo dos navios. Em seguida, fixamos nosso olhar em um setor específico desse "horizonte", quando passamos a discorrer sobre aqueles que julgamos como os principais levantes de marinheiros do século passado na medida em que evidenciavam, entre outros aspectos: a percepção desses militares acerca da nova condição profissional que alcançaram e do paradoxo em relação ao tratamento que lhes era dispensado nas instituições navais; sua leitura dos contextos político e social em que estavam inseridos e a capacidade de mobilização para alcançar seus objetivos com base nesses dois primeiros. Nesse sentido, a partir deste instante, ajustaremos o foco nesse setor de modo que possamos aproximar nosso olhar daqueles que são os objetos principais deste estudo.

Predecessores das duas mobilizações sobre as quais centramos nossa análise, os levantes marinheiros ocorridos nas Armadas de Brasil e Chile ainda nas primeiras décadas do último século guardam significativa relevância tanto no que concerne à influência sobre outros movimentos de natureza semelhante, como os que abordamos no capítulo anterior, quanto no que afeta ao processo de identificação e decorrente tomada de consciência por parte desses segmentos de militares, o que importa internamente às suas instituições, sobretudo quando os percebemos enquanto estágios de um processo histórico de experiências e lutas sociais.

É nesse diapasão que passaremos agora a discorrer sobre essas mobilizações no Brasil e no Chile, como marcos nesses processos nos dois países, procurando situá-las no quadro histórico em que uma onda de levantes marinheiros

se abateu sobre algumas das principais Marinhas do mundo.

4.1 A revolta dos marinheiros e a revolta do Batalhão Naval. “A revolta da chibata” – Brasil (1910)

Na esteira da revolta do *Potemkin*, outros dois grandes encouraçados seriam palco do segundo levante de marinheiros do século XX. A revolta dos marinheiros de 1910 ou “Revolta da Chibata”, como ficaria popularmente conhecido o movimento após a publicação do livro do jornalista Edmar Morel, em 1959, e que se desdobrou na revolta da guarnição do Batalhão Naval no mesmo ano, se deu no contexto de um processo de afirmação da identidade e da nacionalidade brasileiras. Em um cenário em que o país buscava se distanciar de seu passado monárquico-escravista recente, mostrando-se ao mundo como uma nação forte e moderna. Força e modernidade que o governo brasileiro buscou evidenciar – em especial à Argentina e ao Chile, com quem experimentava uma intensa corrida armamentista naval há alguns anos – por meio de sua Armada, com os navios da já mencionada “Esquadra de 1910”, principalmente os três *dreadnoughts* que encomendou junto a estaleiros ingleses, a serem batizados, não por acaso, com os nomes dos mais prósperos estados brasileiros: *Rio de Janeiro*⁸⁸, *São Paulo* e *Minas Gerais*.

No entanto, essa máscara de progresso contrastava com uma sociedade ainda majoritariamente rural e estruturada a partir de uma lógica paternalista, onde a centralidade da figura do homem branco se fazia evidente nas elites oligárquicas do país, cujos membros constituíam parcela importante da oficialidade das Forças Armadas e ocupavam os mais altos cargos na política e na administração pública.

Nesse sentido, o levante dos marinheiros da Esquadra brasileira em 1910 é significativamente emblemático, e, talvez, dentre os demais movimentos de

⁸⁸Encomendado em 1911, este seria o maior e mais bem equipado dos três. Cujo projeto previa um navio com deslocamento aproximado de 32.000 toneladas à plena carga e armado com 12 canhões de 356mm. Contudo, diante de um cenário econômico desfavorável, o governo brasileiro vendeu o navio à Turquia, em 1913, antes mesmo de recebê-lo. Os turcos também não ficaram com ele, pois, frente ao cenário de guerra que se configurava na Europa, os ingleses o requisitaram para sua Armada, incorporando-o com o nome de HMS *Agincourt*. Ver: MARTINS, Hélio Leôncio e COZZA, Dino Willy. Poderes combatentes. In: CAMINHA, Herick Marques *et al.* **História Naval Brasileira**. Quinto Volume, Tomo I B, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997 e HOUGH, Richard. **Dreadnought. A History of the Modern Battleship**. London: Lume Books, 2019.

marinheiros ao longo do século XX, seja onde se mostrou mais evidente o paradoxo entre o aumento da qualificação técnico-profissional dos marinheiros e o trato a eles dispensado pela própria instituição naval, cujo aspecto mais simbólico eram os castigos corporais, com destaque para o emprego da chibata. Assim, quando o historiador Jorge Magasich Airola (2008, p.60) afirma que:

Não é uma coincidência que as duas primeiras revoltas navais do século tenham ocorrido em modernos navios, recém-construídos, mas regidos por hierarquias particularmente arcaicas, onde a tensão entre modernidade técnica e anacronismo social se tornaram insuportáveis. [Tradução nossa]

Podemos depreender que essa tensão entre os avanços sociais e tecnológicos, latente em muitas Armadas, emergiu nessas duas Esquadras em contextos específicos, desdobrando, internamente às instituições navais, conflitos de classe existentes em suas sociedades. Destarte, cabe então uma breve análise sobre essa importante revolta de marinheiros brasileiros, que guarda grande relevância para um dos objetos sobre o qual se debruça o presente estudo.

Oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, em sua maioria absoluta negros e pardos⁸⁹, os marinheiros de 1910 ingressavam na Marinha como voluntários ou por meio de recrutamento⁹⁰. Uma parcela significativa

⁸⁹NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**, Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p.76-77. O autor apresenta uma breve amostragem, acerca dos homens matriculados na Décima Terceira Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais, onde 75% não eram brancos. Álvaro Pereira do Nascimento ainda apresenta um levantamento feito por MORGAN, Zachary. **Legacy of the lash: race & corporal punishment in the Brazilian Navy (1860-1910)**. Providence (EUA), Brown University, PhD, 2001; onde, ao analisar os registros dos réus em processos criminais julgados pela Armada entre os anos de 1860-1894, concluiu que 83,1% de um quantitativo de 344 homens eram “não-brancos”. Em ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. **Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910, Antíteses**, Londrina, vol. 3, nº esp., p.90-114, dez. 2010; a historiadora apresenta alguns resultados de sua Tese de doutorado, defendida junto à École des Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris; onde analisou um total de 250 fichas do Gabinete de Identificação da Marinha (GIM) referentes a marinheiros do ano de 1908, e concluiu que 68% deste total eram classificados como pretos e pardos, havendo ainda 10,4% de morenos, 0,4% de “pardos claros”; sendo apenas 20% classificados como brancos e 1,2% de “brancos corados”.

⁹⁰ Sobre o histórico de recrutamento e serviço de praças na Armada brasileira ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania**. In: MUGGE, Michéias H. e COMISSOLI (Orgs.), Adriano. **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011. SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. **A Companhia de Aprendizes-Marinheiros: o recrutamento da infância para a marinha imperial**. In: CASTRO, Robert Wagner Porto da S. e NASCIMENTO, Moacir Silva do. **Marinheiros e cidadania no Brasil, contribuições para uma história social militar-naval**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

desses “não-voluntários” era proveniente de uma “relação de colaboração [...] entre os serviços policiais e militares” (ALMEIDA, 2010, p.95) além daqueles entregues pelas próprias famílias e pelas autoridades judiciárias, que, já no século anterior, forneciam muitos braços para o serviço na Armada⁹¹. Encaminhados para as Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM), onde deveriam receber instrução escolar básica e ter os primeiros contatos com as atividades marinheiras e com a rígida disciplina da Marinha, de onde eram distribuídos pelas diversas unidades da Marinha, após a conclusão do curso. Cabe destacar que esses marinheiros deveriam servir durante, no mínimo, 10 anos (os voluntários) e 15 anos (aqueles oriundos das EAM), a contar da data de sua matrícula⁹². Somente então lhes era permitido deixar o serviço ativo da Marinha, se não restasse nenhuma pendência disciplinar ou administrativa com a instituição naval.

Essa formação inicial era fundamental não apenas para instruir e capacitar, minimamente, esses homens para o serviço na Armada, mas contribuía sobremaneira para ensinar-lhes o seu “lugar” na instituição. Evidenciando o abismo social que os separava da oficialidade, em sua maioria branca, oriunda das camadas mais abastadas da sociedade e preparados em seus cursos de formação para “representar” o Brasil por ocasião das constantes viagens ao longo de suas carreiras. No entendimento de José Murilo de Carvalho (2005, p.19), esse padrão

⁹¹ Ver: DIAS, Jorge Antonio. **O processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial**. 2017. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2017 e SANTOS. Wagner Luiz Bueno dos. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

⁹² Conforme o Decreto nº 2.112, de 5 de outubro de 1909, que fixa a força naval para o exercício de 1910, foi possível constatar que a partir do ano de 1907 – Decreto nº 1.752 de 24 de outubro de 1907 – o tempo de serviço para os marinheiros passou a ser estabelecido no decreto que fixava a força naval para o exercício do ano seguinte. Em 1911, através do Decreto nº 2.336 de 28 de dezembro de 1910, o tempo mínimo de serviço para os voluntários caiu para cinco anos, permanecendo os mesmos quinze anos para aqueles oriundos das EAM. A partir do ano seguinte – Decreto nº 2.530-A de 30 de dezembro de 1911 – o tempo de serviço para os voluntários caiu para três anos enquanto para os marinheiros oriundos das EAM este período passou a ser de seis anos. O tempo de serviço para os marinheiros voluntários permaneceu nos mesmos três anos durante os anos seguintes, mas para aqueles das EAM este tempo mínimo voltou a ser de quinze anos no ano de 1914 – Decreto nº 2.844 de 7 de janeiro de 1914 – permanecendo assim até o ano de 1922, quando caiu para nove anos – Decreto nº 4.531 de 28 de janeiro de 1922 – ficando assim estabelecido também nos anos seguintes.

elitista de recrutamento e o perfil aristocrático da oficialidade naval brasileira eram reforçados pelo reduzido número de oficiais da Marinha – em comparação ao Exército – e pelas recorrentes viagens ao exterior que realizavam.

Ao abordar os levantes ocorridos na Marinha, mais especificamente a revolta de marinheiros de 1910, esse mesmo autor coloca como problema central a tensão social – com aspecto de luta de classes – existente nas relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros (CARVALHO, 2005, p.52-53). Em suas palavras:

As praças eram de fato recrutadas entre as camadas proletárias da população, diferentemente do que acontecia com os oficiais. [...] Como a socialização nos princípios da disciplina não era suficientemente forte para superar a consciência da exploração, o conflito permanecia latente e podia explodir quando surgisse conjuntura favorável.

Em que pese o uso indevido da expressão “camadas proletárias”, haja vista o recrutamento de praças não se verificar apenas entre os segmentos proletários, mas, fundamentalmente junto às camadas mais pobres da sociedade brasileira, à época majoritariamente rural. Podemos compreender que José Murilo de Carvalho, no intuito de destacar a relevância da tensão social e do conflito de classes latente no seio da Armada, buscou indicar que seriam nas camadas trabalhadoras a origem social daqueles marinheiros recrutados, o que não ocorria com a oficialidade, selecionada em meio às elites nacionais e por estas também assim percebida, como Tobias Monteiro (*apud* CARVALHO, 1978, p.189) evidencia ao afirmar que “as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em direito, medicina e engenharia, e, fora isto, só talvez oficial da marinha”.

Nesse sentido, a obra *Política versus Marinha*, de José Eduardo de Macedo Soares⁹³, tem fundamental relevância para que possamos compreender a perspectiva de “um oficial da Armada” que vivenciou os anos iniciais do século XX a

⁹³ Assinada sob o pseudônimo de “um oficial da Armada”, possivelmente pelo fato de o autor tê-la escrito enquanto ainda estava nas fileiras na Marinha, que deixou em 1912 e passou a dedicar-se ao jornalismo, José Eduardo de Macedo Soares é identificado pelo historiador Álvaro Pereira do Nascimento (2008) como seu autor anônimo. Primeira obra a abordar diretamente os acontecimentos da revolta dos marinheiros de 1910, o livro apresenta severas críticas ao cenário político do período, ao governo e ao tratamento por este dispensado à Marinha. Criticando também a postura de parte importante da alta oficialidade naval naquele quadro em que se encontrava a Marinha. Publicado em Paris, ao que parece antes ainda de Macedo Soares deixar a Marinha, teve sua circulação proibida no Brasil.

bordo dos navios da Marinha. Afirmado serem as guarnições “o rebotalho do crime e da escravidão, mantido pelo vergalho” (SOARES, s/d, p.19) a bordo dos vasos da Armada brasileira, José Eduardo de Macedo Soares denota em suas palavras um quadro social complexo e significativamente tensionado que se observava na Marinha, com destaque para a relevância que atribui à questão étnico-racial, a partir de um discurso marcado pelo darwinismo social e pelos ideários eugenista e racalista, muito em voga no país no início do século XX.

A primeira impressão que produz uma guarnição brasileira é a de decadência e incapacidade física. *Os negros são raquíticos, mal-encarados com todos os signos deprimentes das mais atrasadas nações africanas. As outras raças submetem-se à influência do meio criado pelos negros sempre em maioria.* Profundamente alheios a qualquer noção de conforto os nossos marinheiros vestem-se mal, não sabem comer, não sabem dormir. *Imprevidentes e preguiçosos eles trazem da raça a tara da incapacidade de progredir.* [...] Analfabetos, sem os freios da religião, sombrios e sentimentais, a massa dos marinheiros oferece a mais propícia cultura do vício e do crime. Ajunte-se a essa contingência psicológica a preguiça incorrigível e a negligência.⁹⁴ (SOARES, s/d, p.85-86, grifos nossos)

Apontando para características, que o autor entende como “os signos deprimentes das mais atrasadas nações africanas”, como: preguiça, imprevidência, sentimentalismo, negligência e a incapacidade de progredir. Fica evidente a centralidade que confere ao aspecto étnico-racial no que afetava à qualidade das guarnições, especialmente quando aponta para o fato de que eram compostas em sua maioria por negros⁹⁵ que “submetiam as outras raças à influência do ambiente que criavam a bordo”. Cabe ainda destacar que, quando Macedo Soares menciona que os marinheiros se mostravam “profundamente alheios a qualquer noção de conforto” e ainda, que “vestiam-se mal, não sabiam comer ou dormir”, ele desconsidera as péssimas condições de habitabilidade e conforto dispensadas aos marinheiros a bordo dos navios da Armada, que contrastava com a opulência

⁹⁴ No presente estudo, todas as citações dessa obra tiveram sua ortografia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa atualmente em vigor.

⁹⁵ Segundo José Eduardo de Macedo Soares (s/d, p.85), “nas guarnições 50% são negros, 30% mulatos, 10% caboclos, 10% brancos ou quase brancos”. Porcentagens que o autor não indica qualquer referência ou o modo como resultou nas mesmas, mas que se aproximam dos números apresentados por Zachary Morgan (2001), Álvaro Pereira do Nascimento (2008) e Sílvia Capanema (2010) no que afeta aos não-brancos, distando no que se refere aqueles classificados como pretos no levantamento realizado por essa historiadora.

desfrutada pela oficialidade. Questão que ainda se faria presente, anos depois, na mobilização de 1962-1964, como poderemos observar mais adiante.

Ao defender o emprego da chibata e dos castigos físicos nos navios da Armada brasileira, Macedo Soares afirma o seguinte:

Habitados a tutela dos oficiais, os nossos homens não veem nos castigos senão o cumprimento de um direito que vem do alto e inapelável. Eles não reagem, mas também não se humilham, nem se envergonham. [...] Todo o mundo sabe que o castigo corporal faz parte dos regimes penitenciários da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Ele fortifica-se pela necessidade de manter a ordem e de salvaguardar a vida dos empregados e guardas das prisões. Na nossa marinha o quadro habitual é o abandono de 12 ou 15 oficiais quase indefesos à sanha de 400 ou 500 marinheiros. Só uma força pode conter a disciplina: a força moral. Só um elemento pode constituir força moral no meio mais atrasado e rudimentar que é possível: o temor do castigo. Enquanto persistirem os costumes e a moral atualmente reinantes nos navios, a chibata é literalmente indispensável. Proibi-la é ameaçar a vida dos oficiais e abrir a porta da indisciplina. (SOARES, s/d, pp.87-89, grifos nossos)

O trecho acima denota como se faz presente no pensamento do autor o paternalismo estrutural da sociedade brasileira – que remete às relações sociais de caráter senhorial estabelecidas durante todo o período escravista – quando ele apresenta sua percepção acerca do modo como os marinheiros entendiam os castigos corporais, que seriam “um direito inapelável daqueles que os tutelavam” e que, portanto, estariam naturalmente acima deles. Pensamento que, como poderemos verificar melhor mais adiante, ainda se fazia presente entre a alta oficialidade naval na década de 1960⁹⁶ e mesmo, ainda que de modo distinto, no ano de 2012⁹⁷.

⁹⁶ Palestra proferida pelo almirante Antão Álvares Barata, em 20 de novembro de 1961, e publicada pela Revista Marítima Brasileira em sua edição referente aos meses de abril, maio e junho de 1962. Meses subsequentes à fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, em março daquele ano. Ver: BARATA, Antão Álvares. Revolta dos Marinheiros em 1910. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, ano LXXXII, p.103-117, abr/mai/jun, 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=008567&pagfis=89507> Acesso em: 12 de março de 2022. Esse oficial, ainda no posto de capitão de mar e guerra, foi o segundo comandante do 5º Distrito Naval; com jurisdição sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; assumindo o cargo em 31 de outubro de 1946 com a missão de instalar e inaugurar os serviços daquele distrito na cidade de Florianópolis-SC.

⁹⁷ Em 2012 a mesma palestra foi novamente publicada, na íntegra e sem quaisquer comentários, pela Revista do Clube Naval, na coluna denominada “Reminiscência”. Ver: BARATA, Antão Álvares. Revolta dos Marinheiros em 1910. **Revista do Clube Naval**. Rio de Janeiro, ano 120, n.361, p.10-16, jan/fev/mar, 2012.

Apesar de hegemônico na sociedade brasileira e, portanto, entre a oficialidade naval à época do levante de 1910, esse pensamento encontrava seu contraponto nas ideias de alguns intelectuais, como o Adolfo Caminha e Álvaro Bomilcar⁹⁸. O primeiro, ex-oficial da Armada brasileira, já nos últimos do século XIX apresentava em sua literatura⁹⁹ intensas críticas aos castigos corporais aplicados aos marinheiros, em especial a chibata, com base em sua experiência na Marinha. Em *Bom-Crioulo*, o autor, com todas as liberdades literárias, detalha alguns aspectos que envolviam a vida a bordo dos navios da Armada, em especial a aplicação do castigo da chibata, como no trecho a seguir:

Admiravelmente manso, quando se achava em seu estado normal, longe de qualquer influência alcoólica, submeteu-se à vontade superior, esperando resignado o castigo. [...] A chibata não lhe fazia mossa; tinha costas de ferro para resistir como um Hércules ao pulso do guardião Agostinho. [...] Uma! cantou a mesma voz. — Duas!... Três!... Bom-Crioulo tinha despido a camisa de algodão, e, nu da cintura para cima, numa riquíssima exibição de músculos, [...] nem sequer gemia, como se estivesse a receber o mais leve dos castigos. Entretanto, já iam cinqüenta chibatadas! Ninguém lhe ouvira um gemido, nem percebera uma contorção, um gesto qualquer de dor. Viam-se unicamente naquele costão negro as marcas do junco, umas sobre as outras, entrecruzando-se como uma grande teia de aranha, roxas e latejantes, cortando a pele em todos os sentidos. [...] Marinheiros e oficiais, num silêncio concentrado, alongavam o olhar, cheios de interesse, a cada golpe. — Cento e cinquenta! Só então houve quem visse um ponto vermelho, uma gota rubra deslizar no espinhaço negro do marinheiro e logo este ponto vermelho se transformar numa fita de sangue. [...] Basta! Impôs o comandante. Estava terminado o castigo. (CAMINHA, 2013, Kindle, posição156-170)

Em outra obra sua, *No país dos ianques*, Caminha deixa claro sua repulsa à prática da chibata, que presenciou durante os tempos em que serviu à Marinha:

Sempre manifestei-me contra esse bárbaro castigo que avilta e corrompe em vez de corrigir. Um castigo de chibata é a coisa mais revoltante que já tenho visto, mormente quando é mandado aplicar por autoridade desumana, sem noções do legítimo direito que a cada homem assiste, quem quer que ele seja, soldado ou paria. O meu primeiro passo ao deixar a Escola e envergar a farda de guarda-marinha foi publicar um protesto contra essa pena infamante, e fi-lo desassombradamente, convicto mesmo de que sobre mim ia cair a odiosidade de meus superiores em geral apologistas da chibata. A primeira vez que minha posição oficial me obrigou a assistir um desses castigos, tive ímpetos de bradar com toda a força dos pulmões contra semelhante atentado à natureza humana. [...] Despir-se a meio corpo

⁹⁸ Ver: BOMILCAR, Álvaro. **O preconceito de raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 1916.

⁹⁹ Destacadamente em duas de suas obras *No país dos ianques* e *Bom-Crioulo*, publicadas pela primeira vez em 1894 e 1895, respectivamente.

um pobre homem, um servidor da pátria, pés e mãos algemados, muita vez depois de três dias de solitária a pão e água, e descarregar-lhe sobre a espinha, sobre as espáduas, sobre o peito, sobre o ventre, na cara mesmo, em todo o corpo cinquenta, cem, duzentas chibatadas, em presença de todos os seus companheiros, me parece indigno duma geração que se preza, de uma sociedade de homens civilizados, de cidadãos, de cavalheiros que ostentam triunfalmente galões dourados na farda – na farda, que significa a nobreza, a coragem, o patriotismo e a honra duma nação. (CAMINHA, 2013, Kindle, pos.237-241)

Outro aspecto que merece destaque na obra de José Eduardo de Macedo Soares, é o paralelo que traça entre os navios da Armada e estabelecimentos penitenciários, dada sua percepção acerca dos marinheiros que tripulavam os navios enquanto elementos notadamente perigosos. Segundo Macedo Soares (s/d, pp.86-87):

Dominando a vida das guarnições paira uma nuvem de sentimentalidade doentia que irrompe constantemente em violências e tragédias. A violência sanguinária é admirada; o macho impõe-se pela força [...] As partes diárias são um rosário de pequenas indisciplinas, de intrigas, de perseguições, de violações e imoralidades que se passavam entre a guarnição. O roubo simples e com violência chegou a ser o noticiário habitual dos livros de partes. A tentativa e o homicídio são crimes relativamente comuns a bordo dos navios.

Importa compreendermos o ponto de vista de José Eduardo Macedo Soares não apenas em razão de ter sido ele um oficial da Marinha. Mas, sobretudo, por exemplificar o pensamento vigente na sociedade brasileira à época, na qual a cor da pele tinha fundamental relevância no que concerne à hierarquia social, na medida em que, estruturada a partir de um paternalismo senhorial, era essa sociedade então, como já mencionado, permeada pelos ideários eugenista e racalista.

A oficialidade de marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil, por que ela merecerá menos crédito quando afirma a imprescindível necessidade do castigo do que indignos políticos que advogam os próprios inconscientes interesses explorando uma falsa piedade pelo negro boçal que mata e rouba? (SOARES, s/d, p.90, grifos nossos)

O alcance desse pensamento pode ser observado no seguinte trecho da obra de Sílvio Romero, um dos grandes intelectuais racialistas do início do século XX, ao discorrer sobre a revolta dos marinheiros de 1910:

Tudo estava a indicar que algumas centenas de *marinheiros boçais, quase todos negros*, sem chefes hábeis, sem o ideal desses que eletrizam

homens, sem tino, sem direção, sem o calor das grandes causas não prolongariam a luta por muitos dias. (ROMERO, 2001, p.119, grifos nossos)

Do mesmo modo, a literatura de Lima Barreto ilustra bem o abismo social existente entre oficiais e marinheiros, onde o fator étnico-racial se mostra preponderante:

O ruído de uma fanfarra militar, enchendo a rua, veio agitar a multidão que passava. [...] São os fuzileiros, disse alguém que ouvi. [...] Veio por fim o batalhão. Os oficiais muito cheios de si, arrogantes, apurando a sua elegância militar; e as praças bambas, moles e trôpegas arrastando o passo sem amor, sem convicção, indiferentemente, passivamente, tendo as carabinas mortíferas com as baionetas caladas, sobre os ombros, como um instrumento de castigo. *Os oficiais pareceram-me de um país e as praças de outro.* Era como se fosse um batalhão de sipaios ou de atiradores senegaleses. (BARRETO, 1917, p.48, grifos nossos)

Em outra de suas obras, ao comparar os oficiais da Marinha aos do Exército, ele coloca:

Ela [Marinha] é estritamente militar e seus oficiais julgam-se descendentes dos primeiros homens que saíram de Pamir. Não há neles preocupação constante de mudança de fardamento; mas há a de raça, para que a Bruzundanga não seja envergonhada no estrangeiro possuindo entre os seus oficiais de mar alguns de origem javanesa¹⁰⁰. (BARRETO, 1922, p.96)

Nos trechos ora citados, é possível perceber que a tensão social existente entre oficiais e marinheiros a bordo dos navios da Armada era o desdobramento – em um contexto, militar-naval, bastante peculiar – das relações sociais estabelecidas na própria sociedade brasileira. Portanto, a percepção da oficialidade em relação aos marinheiros não apenas se espriava para além das bordas da Marinha, encontrando eco junto a parcela significativa da sociedade, mas denotava, em grande medida, o modo como segmentos das elites do país percebiam aqueles que integravam as camadas mais basilares da pirâmide social brasileira¹⁰¹.

Compreendermos o alcance desse pensamento e sua penetração em meio à sociedade é fundamental para um entendimento ampliado não somente da “Revolta

¹⁰⁰ Termo empregado pelo autor em alusão aos não-brancos.

¹⁰¹ Ver: CARONE, Edgar. **A República Velha. Instituições e Classes Sociais**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975 e DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

da Chibata”, como do processo de mobilização dos marinheiros brasileiros entre os anos de 1962-1964, como poderemos perceber ao longo deste estudo.

Nesse cenário, profundamente marcado pela latência do conflito social em uma sociedade fortemente hierarquizada a partir de uma perspectiva paternalista e autoritária, que, nas palavras de Bolivar Lamounier (1978, p.367), ao se referir à sociedade brasileira durante a Primeira República e a atuação do Estado no controle¹⁰² dos conflitos sociais, pode ser “vista mais ou menos como uma panela de pressão, inofensiva, ou facilmente controlável, desde que manipulada com prudência”. Frente às novas tecnologias incorporadas aos novos navios que eram então incorporados pela Armada, no contexto da mencionada corrida armamentista-naval observada entre as três principais potências sul-americanas, muitos marinheiros passaram a ser enviados para a Inglaterra a fim de receberem qualificações necessárias para operar e manter os complexos sistemas e equipamentos que compunham os novos vasos de guerra, em especial os *dreadnoughts*.

Em contato com marinheiros militares e trabalhadores civis ingleses, significativamente mais bem organizados e qualificados tecnicamente, e sob a influência dos ideais liberais e socialistas que se espraiavam pela Europa e das mobilizações sociais que sacudiam o continente, os marinheiros brasileiros conheceram o feito de seus colegas russos a bordo do encouraçado *Potemkin*, em 1905, e a participação dos marinheiros portugueses no contexto da Proclamação da República em Portugal. Assim, a partir desses contatos *in loco* com realidades profissionalmente próximas, mas socialmente distantes às suas, e da percepção da relevância da experiência revolucionária levada a cabo pelos marinheiros russos. Percebendo o paradoxo entre a nova condição que lhes era exigida pela Marinha, enquanto profissionais cada vez mais qualificados tecnicamente, e o tratamento que

¹⁰² Sobre o controle social exercido pelo Estado, ver: THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984 e SAMET, Henrique. **Construção de um padrão de controle e representação na Polícia Civil do Distrito Federal por meio do Corpo de Investigação e Segurança Pública (1907-1920)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

lhes era dispensado na Armada, marinheiros brasileiros passaram a se organizar em grupos de atuação, aproveitando a própria estrutura material e organizacional da instituição naval, com o objetivo de pleitear questões relativas à carreira e condições de trabalho, e, principalmente, o fim dos castigos corporais, cujo símbolo maior era a chibata.



Figura 12: Charge “Depois de bala...pedra”
Fonte: *O Paiz* – RJ, 17nov.1910, capa.

A charge acima, publicada em jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, denota que chegavam ao Brasil notícias sobre importantes acontecimentos no continente europeu, no caso a participação de marinheiros da Armada portuguesa no processo que culminou no fim da dinastia dos Bragança e consequente Proclamação da República em Portugal, em outubro de 1910.

Ao discorrer sobre as eventuais influências e motivações do movimento, Hélio Leôncio Martins (2010, p.73) procurou afastar quaisquer fundamentações de caráter político, afirmando o seguinte:

Uma possível influência socialista, fazendo-se sentir no Brasil e na Inglaterra – quando lá estiveram as guarnições que recebiam a nova

Esquadra – também não pode ser considerada, porquanto no incipiente socialismo nativo da época nenhuma referência existe de contatos com a marinhagem e, na Inglaterra, além das dificuldades da linguagem, a primeira intervenção conhecida do movimento socialista na Marinha inglesa data de 1921¹⁰³.

No que concerne ao trecho acima, cabem algumas considerações. O autor descarta a influência do ideário socialista sobre os marujos brasileiros enquanto estiveram na Inglaterra simplesmente pelo que entende como as “dificuldades da linguagem”, subestimando as capacidades intelectual e de adaptação daqueles militares, e o fato de que estavam eles realizando capacitação técnico-profissional para operar e manter equipamentos e sistemas fabricados naquele país e, portanto, com grande carga de conteúdo teórico em língua inglesa. Hélio Leôncio Martins ainda afirma que tal influência não teria ocorrido em razão de a “primeira intervenção conhecida do movimento socialista na Marinha inglesa” ter se dado no contexto da revolta de Invergordon. O autor desconsidera o fato de que, por natureza da própria atividade marinheira, o porto é lugar de intenso fluxo de pessoas e informações, onde marinheiros militares têm contato com trabalhadores civis. Desse modo, não necessariamente essa influência teria partido dos militares ingleses, mas de trabalhadores civis e das notícias sobre os avanços dos socialistas na Rússia e Alemanha, principalmente. Entretanto, o próprio comandante H. Pereira da Cunha, chefe de gabinete do ministro da Marinha à época, almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, deixa evidente em suas palavras esse efeito dos marinheiros militares ingleses em relação aos brasileiros:

“Mas, assim como não era possível aos oficiais olhar tudo em seus detalhes, menos ainda o era prestar atenção, observar e compreender a psicologia das guarnições, influenciadas pela estadia na Inglaterra, de modo tão diverso em cada homem [...] e lá, em contato com a marinha inglesa, adiantada de um século sobre o nosso pessoal, essa gente foi sofrendo a inevitável influência da comparação”. (CUNHA, 1949, p.358-359).

¹⁰³ Possivelmente, há aqui um pequeno equívoco, pois, em nota de rodapé, o autor refere-se ao motim de Invergordon, que ocorreu, de fato, em 1931. Ao mencionar “um batalhão de reservistas, estacionado em Portsmouth que recusou-se, por influência das *trade unions*, a intervir em uma greve de portuários”, cita como referência EDWARDS, Kenneth. *Growth of socialist influences. In: The Mutiny at Invergordon*. London: Putnam, 1937, p.69; obra que não nos foi possível acessar.

Nesse sentido, no que afeta à relevância do cenário político nacional à época, cabe destacar a acirrada disputa política travada ainda nos primeiros anos da República entre o Exército, na figura do Presidente Floriano Peixoto, e fração importante da alta oficialidade da Marinha, que se sublevou no episódio conhecido como Revolta da Armada (1891-1894)¹⁰⁴, denotando o caráter deliberante desse grupo e a relativização dos preceitos da hierarquia e da disciplina em determinados contextos. Nos anos subseqüentes, o ambiente político do país permaneceu tensionado, sobretudo pela disputa entre os chamados blocos “civilista” e “militarista”, que concorriam pelo controle do Executivo federal, principalmente no que se refere à Presidência do país. Quadro que, possivelmente, com a vitória do marechal Hermes da Fonseca nas eleições de 1910, teria influenciado na decisão pelo levante. Haja vista, ter sido outro “marechal-presidente”, Manoel Deodoro da Fonseca, que, logo no dia seguinte à Proclamação da República, abolira os castigos corporais na Armada¹⁰⁵. Reinstituídos menos de seis meses depois, como veremos mais adiante.

Indicativos que nos permitem verificar o grau de organização e as influências do movimento também estão presentes na carta destinada ao comandante do cruzador *Bahia*, escrita durante a viagem que o navio realizou ao Chile como parte de uma Divisão Naval enviada, em agosto de 1910, para representar o Brasil naquele país durante as celebrações pelo centenário de sua Independência. O texto, que posteriormente descobriu-se ser de autoria do marinheiro de primeira-classe Francisco Dias Martins, foi publicado pelo capitão de corveta Alberto Durão Coelho, imediato do cruzador *Bahia* à época, no *Jornal do Commercio*, sob o título “Sobre a revolta dos reclamantes – algozes e vítimas”¹⁰⁶. Além das ameaças e da evidente insatisfação com os castigos corporais a que estavam sujeitos os marinheiros, é possível observar indicações de que já havia um movimento sendo organizado e suas principais influências.

¹⁰⁴ Ver: MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

¹⁰⁵ Decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889. Extingue o castigo corporal na Armada.

¹⁰⁶ Ver: *Jornal do Commercio*, 6dez.1910. Transcrita em: MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta dos Marinheiros 1910**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010, p.74-75, (nota de rodapé nº20).

[...] deixei o seio de minha família para ser espectador de desonrados anúncios que deploram o meu caráter, o vosso respeito, e o brilho desta enganada chibata. A chibata, a vinte anos de constituída a república brasileira, os decretos baixados ainda não são bastantes, lembre-se da *esquadra no Báltico* que despertou o nosso silêncio simbólico; *para isto também marchamos, em silêncio; quando interessamos para estas viagens aos países civilizados é que vamos observar os meios mais necessários.* Cuidado! Não queira deixar de ver sua família [...] [Grifos nossos]

Apesar do equívoco em relação ao mar em que teria ocorrido a revolta do encouraçado *Potemkin*, não no Báltico mas no Mar Negro, é notória no texto a percepção do significado daquele levante por parte dos marinheiros brasileiros. Especialmente no que se refere ao processo de identificação que se verificava entre esses militares, no sentido do que aponta Kathryn Woodward (2014, p.13-15), e à busca pela mudança das condições que lhes eram dispensadas na Armada, bem como, da leitura que faziam das diferentes realidades de marinhas e sociedades estrangeiras por ocasião de suas viagens. Denotando que se tratava de um movimento organizado e de grande amplitude, que já se encontrava em marcha, indicando, inclusive, a importância da participação dos marinheiros que estiveram na Inglaterra.

Eventualmente, essa postura de afastar quaisquer aspectos políticos se deve não apenas pelo caráter essencialmente reivindicatório do movimento, cujas demandas se mantiveram dentro dos limites da instituição naval, não se estendendo para temas políticos e/ou afetos à sociedade de modo mais amplo. Mas em razão de carta apócrifa¹⁰⁷ que teria sido enviada ao comandante Luiz Autran de Alencastro Graça¹⁰⁸, em 1948, e cuja autoria Hélio Leôncio Martins (2010, p.76) atribui ao

¹⁰⁷ Carta apócrifa, datada de 5 de setembro de 1948, que teria sido enviada ao Comandante Luiz Autran de Alencastro Graça e atribuída ao marinheiro de primeira-classe Francisco Dias Martins, uma das principais lideranças do levante de 1910. Transcrita com a supressão de significativos trechos em: CUNHA, H. Pereira da. A Revolta na Esquadra Brasileira em 1910. *In: Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, ano LXIX, p.406-413, out/nov/dez, 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=008567&pagfis=140368> Acesso em: 14 de março de 2022. Original no acervo do Arquivo da Marinha, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Todas as citações a esta fonte constantes do presente estudo tiveram sua ortografia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa atualmente em vigor.

¹⁰⁸ Cabe destacar que nesse mesmo ano esse oficial escreveu artigos para o jornal *Diário de Notícias* onde tratou de questões afetas à revolta de 1910, com o intuito de desprestigiar e desconstruir a imagem de João Cândido enquanto liderança do movimento. Nesse sentido, a carta apócrifa que teria

marinheiro Francisco Dias Martins – a quem considera principal liderança intelectual do movimento, posição compartilhada por Edmar Morel (2016, p.99-100) – onde consta o seguinte:

[...] os marinheiros conspiradores nada entendiam nem queriam entender de política. Conspiravam no sentido exclusivamente reivindicador (*sic.*) sem qualquer relação ou correlação com a política nacional, tendo por fim exclusivo na revolta, as reivindicações que reclamavam. (1948, p.8)

O autor da carta afirma ainda que o dia do levante, sugerido para 14 de novembro de 1910 – durante a revista naval da Esquadra em que estariam presentes o Presidente da República recém-eleito, Marechal Hermes da Fonseca, e o alto comando da Marinha – foi alterado para não denotar “qualquer parcela ou interesse político partidário (*sic.*)” (1948, p.9)

Entretanto, considerando que o político “é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003, pp. 35 e 36), o fato de os revoltosos não apresentarem entre as suas demandas alguma de caráter político-partidário, ou a mencionada escolha de uma data de menor impacto para a deflagração do levante, não elimina a relevância do aspecto político nesse processo. Especialmente quando observamos a própria organização dos marinheiros, em núcleos que atuavam em alguns dos principais navios da Esquadra brasileira; sua mobilização; a efetivação do movimento a partir da leitura do momento político que o país atravessava e a importância paradoxal à condição a que estavam submetidos na Armada naquele contexto de renovação da força naval.

recebido se mostrou “providencial” para fundamentar sua argumentação. Ver: “O ex-marinheiro João Cândido entre os imortais” em *Diário de Notícias*, 5set.1948, p.5 e “João Cândido e a Marinha” em *Diário de Notícias*, 26set.1948, capa e p.8. Em 10 de março de 1949, Luiz Autran de Alencastro Graça ministrou ainda palestra intitulada “A Marinha, essa desconhecida”, nas dependências do Clube Naval, no Rio de Janeiro. Na ocasião, mesmo abordando temáticas que em nada se relacionavam com o episódio de 1910, procurou, uma vez mais, deslegitimar a atuação de João Cândido no levante. Essa conferência foi transcrita em: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, ano LXVIII, p.1029-1045, abr/mai/jun, 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=008567&pagfis=77746> Acesso em: 14 de março de 2022.

Em entrevista¹⁰⁹ concedida ao historiador Hélio Silva, João Cândido Felisberto, mais emblemática liderança do levante de 1910, afirmou que a organização dos marinheiros teve início ainda na Inglaterra, de onde, segundo ele (CÂNDIDO, 1968), mandavam mensageiros para sondar a situação dos comitês que estavam trabalhando no Brasil. Os quais funcionariam na região central do Rio de Janeiro, de acordo com o próprio João Cândido (1968): na Vila Rui Barbosa – rua dos Inválidos nº 71; na rua Jogo da Bola – Morro da Conceição; e na rua São Jorge, onde residia. Em seu trabalho, Edmar Morel (2016, p. 74) não cita o endereço na rua São Jorge, mas um à rua Tobias Barreto nº 65, próximo à Praça Tiradentes, também no centro da urbe carioca. Endereço no qual, segundo extensa reportagem do jornalista Ney Machado, publicada pela Revista da Semana, na edição de outubro de 1947¹¹⁰, teria sido “instalado o comitê revolucionário, de 1906 a 1910”.

Já Hélio Leôncio Martins (2010, p.76) afirma que Francisco Dias Martins:

[...] refere-se exclusivamente ao movimento no Brasil, onde teria mantido contato com líderes escolhidos em todos os navios, havendo reuniões regulares do *Comitê Revolucionário na Rua do Lavradio nº71, mesmo enquanto ele viajava para o Chile*. [Grifos nossos]

Contudo, analisando o original da carta atribuída ao marinheiro Francisco Dias Martins, ainda que, de fato, apenas a organização do movimento no Brasil seja mencionada, cumpre destacar alguns equívocos na afirmação de Hélio Leôncio Martins. Em princípio, a data por ele informada – inclusive na transcrição da mesma, apêndice I de sua obra (MARTINS, 2010, p.237-251) – 5 de setembro de 1949, não confere com a carta original, datada de 5 de setembro de 1948. O autor afirma também que o “comitê revolucionário” se reunia na rua do Lavradio nº 71 ainda durante a viagem do cruzador *Bahia* – onde estava embarcado o marinheiro Francisco Dias Martins – ao Chile, o que não encontra respaldo na fonte, que, além

¹⁰⁹ Entrevista realizada no dia 29 de março de 1968, para o ciclo de História Contemporânea do Museu da Imagem e do Som, nas dependências do próprio museu, na cidade do Rio de Janeiro. Cópia no acervo do Arquivo da Marinha, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

¹¹⁰ *Revista da Semana* – RJ, nº41, 11out.1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_04&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=22512 Acesso em: 21 de março de 2022.

de não mencionar em momento algum a expressão “comitê revolucionário”, mas sim conspiradores, registra o seguinte:

A 23 de outubro de 1910 a Divisão fundeava, de regresso, na baía de Guanabara. Dias Martins passou a comunicar-se com os conspiradores, e para melhor articulação, foi alugado o sobrado da rua dos Inválidos nº 71, onde os conspiradores se reuniam diariamente. (1948, p.7, grifos nossos)

O termo comitê é empregado por João Cândido durante a entrevista para indicar os grupos de atuação a partir dos quais se estruturou o movimento. Cumpre destacar a semelhança entre as formas de organização dos marinheiros brasileiros e dos revolucionários do *Potemkin* e, posteriormente, de Kiel.

Em que pese não ser objetivo do presente trabalho uma análise aprofundada acerca da autoria da carta e da exatidão de seu conteúdo, não podemos desconsiderar sua importância para o presente estudo, tendo em vista os detalhes e indicações que apresenta acerca das demandas dos marinheiros e da organização do movimento. Sobre suas reivindicações, João Cândido afirmou em sua entrevista que a principal motivação do movimento era “combater os maus tratos e as más alimentações da Marinha, e acabar definitivamente com a chibata na Marinha” (1968). Sintetizando as demandas apresentadas ainda em setembro de 1910 – na carta escrita a bordo do cruzador *Bahia*, destinada ao comandante do navio, por ocasião da viagem ao Chile – e naquela de setembro de 1948, ambas atribuídas ao marinheiro Francisco Dias Martins.

Homem franco, de caráter independente e altivo, Dias Martins era um revoltado – não se conformando com o *estado de semiescravidão em que viviam os marinheiros nacionais, sujeitos aos mais desumanos e deprimentes castigos corporais, desde a chibata às palmatoadas nas nádegas, e impedidos de olhar de cabeça erguida para os superiores*. [...]

Dias Martins, homem instruído e estudioso, homem franco, positivo e altivo, sentia-se revoltado contra o tratamento mesquinho e deprimente que era dado ao marinheiro nacional. [...] passou a catequizar e a conspirar, com o fim de levar seus companheiros à revolta armada, a fim de exigir, com armas na mão, *a abolição dos castigos corporais, a diminuição do tempo obrigatório de serviço, a alfabetização normal dos marujos, a melhoria dos vencimentos e da refeição, a criação de uma Escola Profissional (sic.) e o tratamento humano de superior para subalterno*. (1948, p.2-4, grifos nossos)

Quando observamos o memorial assinado pelos marinheiros revoltosos, destinado ao Presidente Hermes da Fonseca e datado de 22 de novembro de 1910,

é possível notar as semelhanças com o trecho acima, especialmente no que concerne aos pleitos.

[...] *vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados* em defesa da pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V.Ex^a faça nós, marinheiros brasileiros, possuímos os direitos sagrados que as Leis da República nos facultam, acabando com as desordens e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servirem à nação brasileira, reformar o Código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim de que *desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo* pelos últimos planos do ilustre Senador José Carlos de Carvalho; *educar os marinheiros* que não tem competência para vestirem a orgulhosa farda; mandar pôr em vigor a tabela de serviço diário que a acompanha. [Grifos nossos]

As semelhanças são significativas, não apenas pelo paradoxo que evidencia quando discorre sobre o “estado de semiescavidão” em que se encontravam os marinheiros, mesmo passados “vinte anos de República”. Mas pela atenção que confere, para além dos castigos corporais, a questões como: a relação com os oficiais, a educação dos marinheiros, a qualidade da alimentação e a remuneração. Denotando ainda a leitura que aqueles marinheiros realizaram do momento político do país e do contexto europeu naquele início de século, percebendo na sua capacidade de mobilização organizada e nos poderosos navios da Esquadra de 1910, instrumentos que teriam que empregar para alcançar seus objetivos, no campo da política. Ao contrário do que pensava (e, talvez, ainda pense) parcela relevante da alta oficialidade naval. Algumas dessas demandas estariam presentes, ainda que com uma “nova roupagem”, anos mais tarde, por ocasião da fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Planejado para ocorrer, inicialmente, nos dias 14 ou 15 de novembro de 1910, o levante foi postergado até que, no dia 21, foi “chibateado” a bordo do encouraçado *Minas Gerais* o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, punido, segundo Hélio Leôncio Martins (2010, p.77), “por ter cortado à navalha o rosto e o ombro do cabo Waldemar de Souza [...] vingando-se de parte dada de que havia introduzido duas garrafas de cachaça a bordo”. Castigo que teria sido decisivo para a deflagração do levante, na noite seguinte, quando o comandante do navio, capitão de mar e guerra João Batista das Neves, acabara de regressar de um jantar oferecido pela

oficialidade do navio francês *Duguay-Trouin*. Naquele momento, grande parte da guarnição do *Minas Gerais* se levantou aos gritos de “viva a liberdade” e “abaixo a chibata”. O então segundo-tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva, que estava de serviço naquela noite, foi o primeiro oficial a ser ferido pelos insurrectos, que logo tomaram o convés, lá encontrando o comandante Batista das Neves, outros oficiais e praças que tentaram, sem sucesso, contê-los. O confronto resultou na morte do comandante João Batista das Neves, do capitão-tenente José Claudio da Silva e praças que não se insubordinaram, entre os quais alguns marinheiros, além de muitos militares feridos.

Rapidamente a guarnição sublevada dominou o *Minas Gerais*, sinalizando para o levante nos outros navios da Esquadra, dispostos pela Baía de Guanabara. Praticamente todos esses navios tinham a bordo núcleos de marinheiros que conspiravam pela revolta então deflagrada, contudo, efetivamente, apenas em outros três a situação se mostrou tão favorável aos revoltosos como no Minas Gerais, que passaram, junto a esse, a intimar os demais navios a aderirem ao levante, sob pena de serem destruídos por seus poderosos canhões: os encouraçados *São Paulo* e *Deodoro* e o cruzador *Bahia*. Frente ao imenso poder de fogo, especialmente dos dois dreadnoughts, permaneceram em silêncio as fortalezas de São João e Santa Cruz, assim como a ilha das Cobras e a fortaleza de Villegagnon, e a bandeira vermelha passou então a tremular nos mastros de quase todos os navios de guerra brasileiros nas águas da Guanabara.



Figura 13: Charge “Nas buchas do bombardeio”, de J.R.Lobão.
Fonte: *O Malho* – RJ, 3dez.1910.

Sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto, a bordo do *Minas Gerais*; cabo Manuel Gregório do Nascimento, no encouraçado *São Paulo*; marinheiro Francisco Dias Martins, no cruzador *Bahia* e cabo José Araújo, no encouraçado *Deodoro*; os marinheiros revoltosos cuidaram para que os cadáveres dos que tombaram durante os combates fossem levados à terra e a Esquadra sublevada passou então a realizar manobras nas águas da Baía de Guanabara, inclusive entrando e saindo da barra do Rio de Janeiro e realizando disparos com seus canhões. Intimidando as demais forças de mar e de terra que permaneciam fiéis à autoridade do governo central, incapazes de lhes combater naquele cenário, e mantendo a capital federal sob constante ameaça de bombardeio.



Figura 14 – Fotografia de marinheiros sublevados - cruzador *Bahia*.
Fonte: *Careta* 03dez.1910 p.7.

Surpreendido e incerto das reais intenções daquele movimento, haja vista o quadro político do país e o passado não muito distante marcado por levantes na Armada, o presidente Hermes da Fonseca demorou a organizar as ações do governo em relação aos revoltosos. Assim, logo no dia 23, a convite do senador Pinheiro Machado, o deputado federal pelo Rio Grande do Sul, comandante de Marinha, José Carlos de Carvalho seguiu para os navios sublevados a fim de estabelecer um diálogo com os revoltosos e verificar, *in loco*, a situação a bordo das belonaves. No caminho, recebeu de um mensageiro um memorial¹¹¹ escrito pelos marinheiros e destinado ao Presidente da República, onde apresentavam suas reivindicações e intenções com aquele levante, ameaçando, ao final, “aniquilar a pátria” caso não fossem atendidos.

O “deputado-comandante” dirigiu-se primeiro para bordo do *São Paulo*, de onde foi chamado para seguir até o *Minas Gerais*, onde, após ser recebido com as honras protocolares, conversou com as lideranças observou o estado em que se

¹¹¹ Documento reproduzido em: CUNHA, H. Pereira da. A Revolta na Esquadra Brasileira em 1910. In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, ano LXIX, p.404-405, out/nov/dez, 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=008567&Pesq=%22Francisco%20Dias%20Martins%22&pagfis=78309> Acesso em: 21 de março de 2022. Cópia do original no acervo do Arquivo da Marinha, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

encontrava o navio, em ordem e perfeito funcionamento, tendo, inclusive, sido levado até o cofre, que se encontrava intacto e sob a guarda de sentinelas armados. O parlamentar ouviu dos revoltosos suas demandas e testemunhou a situação a bordo dos dois principais navios da Esquadra brasileira, verificando também a condição do marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, que segundo ele, “assemelhavam-se a uma tainha lanhada para ser salgada” (*apud* MOREL, 2016, p.96) e que seguiu com ele para terra a fim de ser recolhido ao Hospital da Marinha. Essa iniciativa do deputado José Carlos de Carvalho, que relatou na Câmara Federal o ocorrido em sua visita aos encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*, não foi bem recebida pelo alto comando naval, que não admitia quaisquer negociações com os marinheiros enquanto estivessem em situação de revolta e começavam a articular junto ao presidente e seus ministros uma reação armada contra os navios sublevados. Ao passo que, no Congresso Nacional, se articulava uma saída negociada com garantias de anistia aos marinheiros revoltosos.

Teve início então uma intensa troca de comunicações via rádio entre os navios e destes com unidades de terra. Em meio à incerteza quanto às negociações por uma solução pacífica no Congresso e as intenções de parte da cúpula do Executivo em assumir uma postura hostil, a situação permaneceu tensa e elevou o temor da população em relação a um bombardeio. Os marinheiros emitiram então uma comunicação de rádio em que afirmavam: “Não queremos fazer mal a ninguém, porém, não queremos mais a chibata” (*apud* MOREL, 2016, p.100). Na sequência, emitiram outras duas comunicações, a primeira destinada “ao povo e ao Chefe da Nação”¹¹² e a segunda “ao Ministro da Marinha Brasileira”¹¹³. Em ambas, destacavam suas demandas, cuja principal era o fim dos castigos corporais. Nesse sentido, cabe ressaltar dois trechos das respectivas comunicações:

Os marinheiros do Minas Gerais, do São Paulo, do Bahia, do Deodoro e mais navios de guerra vistos no porto com a bandeira encarnada não têm outro intuito que não seja o de ver abolido das nossas corporações armadas o uso infame da chibata que avilta o cidadão e abate os caracteres (*sic.*).

¹¹² *O Paiz*, 26nov.1910, p.3.

¹¹³ *O Paiz*, 26nov.1910, p.3.

Por isto pedimos a V. Ex^a. abolir o castigo da chibata e os demais castigos bárbaros, pelo direito de nossa liberdade, *a fim de que a Marinha Brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados.* [Grifos nossos]

No dia 24, diante da queda de braço que se travava entre aqueles favoráveis à anistia e os que viam no enfrentamento aos revoltosos a única saída honrosa para o governo e, conseqüentemente, para a oficialidade naval, o deputado José Carlos de Carvalho voltou ao *Minas Gerais* no intuito de acalmar os ânimos dos marinheiros e levar-lhes notícias quanto ao atendimento de suas solicitações e de que estaria sendo preparada uma anistia. Contudo, ainda que a anistia estivesse de fato sendo negociada no Congresso, o comando da Marinha tentava articular um ataque com torpedos contra os navios revoltados. Diante das notícias que lhes chegavam acerca da reação que vinha sendo organizada pelo alto mando naval, os marinheiros decidiram por pernoitar em águas abertas, fora da Baía de Guanabara, onde estariam distantes do alcance dos canhões das fortalezas e poderiam combater melhor eventuais ataques de outros navios.

A noite de 24 e madrugada de 25 de novembro foram de negociações pela anistia e preparativos para um ataque aos navios quando regressassem às águas da Guanabara. Que consistia em torpedeá-los e, em seguida, abrir fogo a partir das fortalezas e de alguns navios fiéis ao governo que estivessem em condições de combater. Entretanto, esse plano de ataque não pode ser levado a cabo em razão das dificuldades em preparar as armas subaquáticas, cujas partes detonantes e propulsoras estavam distribuídas em diferentes locais da Baía de Guanabara, e por não ter havido ordem do Presidente da República para tal ofensiva. Haja vista, durante esse mesmo dia, ter sido aprovado no Senado um projeto de anistia apresentado pelo senador Rui Barbosa, que seguiria então para votação na Câmara dos Deputados logo no dia seguinte.

De volta à Baía de Guanabara, os marinheiros permaneceram em suas posições aguardando o desfecho das negociações em terra. Aprovado também na Câmara, na tarde do dia 25, o projeto de anistia seguiu então para a sanção presidencial, que ocorreu no início daquela noite e foi imediatamente comunicada via

rádio ao *Minas Gerais* e demais navios sublevados. O Decreto nº 2.280¹¹⁴, que lhes concedeu a anistia, dispunha o seguinte:

Art.1º É concedida anistia aos insurrectos de posse dos navios da Armada Nacional, se os mesmos, dentro do prazo que lhes for marcado pelo Governo, se submeterem às autoridades constituídas.

Em que pese não lhes terem sido oferecidas quaisquer garantias formais por parte do governo quanto ao atendimento de suas demandas, inclusive o fim dos castigos corporais. Tomada a decisão pela anistia, naquela noite novamente os quatro navios revoltados saíram da Guanabara, mas dessa vez para que os marinheiros pudessem realizar os procedimentos de descarregamento de seus canhões em águas seguras e preparar os navios para receber os novos comandos e oficialidades designados. Na manhã do dia 26, os quatro navios entraram pela barra do Rio de Janeiro e arriaram enfim as bandeiras vermelhas, sinalizando o fim da revolta e a disposição de suas tripulações e submeterem-se às autoridades navais. A bordo do *Minas Gerais*, João Cândido recebeu com as devidas honras o capitão de mar e guerra João Pereira Leite, nomeado para assumir o comando do navio. Após a leitura do Decreto de anistia, acompanhou o comandante nomeado em mostra para que pudesse verificar as condições da embarcação.

A deflagração do movimento na Esquadra a partir da punição a que foi submetido o marinheiro Marcelino Rodrigues a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, no dia 21, é significativamente emblemática no sentido de indicar a centralidade do fim dos castigos corporais entre as reivindicações daqueles militares. Em que pese haver entre os pesquisadores do tema uma incerteza quanto à quantidade de chibatadas que lhe foram aplicadas, 250, segundo relato de João Cândido (*apud* MOREL, 2016, p.86), o fato é que o emprego da chibata contra aqueles marinheiros, de maioria negra, em plena República, se apresentava para muitos deles como uma prática absolutamente paradoxal naquele contexto em que construían uma identidade que não se limitava mais apenas às suas atividades marinheiras / militares, passando a abarcar suas cada vez mais complexas capacitações técnico-

¹¹⁴ Decreto nº 2.280 de 25 de novembro de 1910.

profissionais, que lhes aproximava do universo laboral de segmentos de trabalhadores civis. Contradição que se mostra evidente quando solicitavam o fim dos “castigos bárbaros para que a Marinha Brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos”.

Destarte, a expressão “viva a liberdade”, que ecoou nos conveses dos navios da Esquadra na noite do dia 22 e que se pode ver escrita no cartaz na imagem abaixo, para além de denotar a influência do movimento dos marinheiros russos do *Potemkin*, que por ocasião do sepultamento do marinheiro Gregori Vakulinchuk exibiram inscrições onde constava essa mesma expressão, materializava a maneira como aqueles militares sentiam-se em relação à sua condição na Armada, como escravizados.



Figura 15 – Fotografia de marinheiros sublevados - encouraçado *São Paulo*.

Fonte: *Careta* 03dez.1910 p.11.

Nesse sentido, sem o intuito de discorrer sobre a moralidade da prática desses castigos corporais naquele contexto histórico, consideramos importante compreender o aspecto legal de tais práticas, muito destacado por aqueles que, como José Eduardo de Macedo Soares, defendiam o uso da chibata.

Não obstante o texto constitucional de 1824 já estabelecer, em seu Artigo 179, § XIX, que ficavam “abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”¹¹⁵, a pena de açoite seguiu sendo aplicada, apenas aos escravizados, com base no dispositivo, infraconstitucional, previsto no Artigo 60 do Código Criminal do Império do Brasil, de 16 de dezembro de 1830, que dispunha o seguinte:

Se o réu for escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue ao seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o juiz designar. O número de açoites será fixado na sentença e o escravo não poderá levar, por dia, mais de cinquenta.¹¹⁶

Cumprido destacar que as penas de açoites aplicadas aos escravizados foram abolidas em 1886, por ocasião da publicação da Lei nº 3.310, de 15 de outubro desse ano¹¹⁷, que revogou o supramencionado Artigo e a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835¹¹⁸, no que se referia aos açoites.

No que concerne, especificamente à Armada, o Decreto nº 8.898, de 3 de março de 1883¹¹⁹, que passou a regular as faltas e a aplicação dos castigos mencionados pelo Artigo 80 dos Artigos de Guerra da Armada, estabeleceu a medida das punições, cujo máximo passou a vinte e cinco chibatadas. Proclamada a República, foram abolidos os castigos corporais na Armada, por força do Decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889¹²⁰, reestabelecidos menos de cinco meses depois pelo Decreto nº 328, de 12 de abril de 1890¹²¹, que criou a Companhia Correccional.

¹¹⁵ Constituição Política do Império do Brasil – 1824. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf Acesso em: 23 de março de 2022.

¹¹⁶ Código Criminal do Império do Brasil – 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em: 23 de março de 2022.

¹¹⁷ Lei nº 3.310, de 15 de outubro de 1886. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm#art1 Acesso em: 22 de março de 2022.

¹¹⁸ Lei nº 4, de 10 de junho de 1835. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm Acesso em: 22 de março de 2022.

¹¹⁹ Decreto nº 8.898, de 3 de março de 1883. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8898-3-marco-1883-544315-publicacaooriginal-55377-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

¹²⁰ Decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3-16-novembro-1889-524482-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

¹²¹ Ver ANEXO B.

Restabelecendo, exclusivamente para a Armada, castigos corporais, que já não eram aplicados sequer aos escravizados ou apenados civis, trazia o seguinte em seu *caput*:

[...] Considerando ainda que o restabelecimento do castigo severo, *abolido por ocasião do advento da República e aplicável unicamente às praças arroladas na referida Companhia* dentro de um limite restrito, *é uma necessidade reconhecida e reclamada por todos os que exercitam autoridade sobre o marinheiro*, tanto mais quanto não é possível corrigir e melhorar pelos mesmos processos benévolos porque o são as praças que compreendem a sua nobre e alta missão. [Grifos nossos]

O desconforto do legislador em restabelecer, sob a justificativa da “necessidade reconhecida e reclamada por todos os que exercitam a autoridade sobre o marinheiro”, castigos vedados pelo texto constitucional de 1824 e pelo Decreto nº 3 de 1889, fica patente quando observamos a tramitação incomum do Decreto nº 328, que, inclusive, não foi publicado em Diário Oficial¹²². Fato que, segundo Hélio Leôncio Martins (2010, p.103), surpreende na medida em que o referido texto legal, assinado apenas pelo Presidente do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, e pelo então ministro da Marinha, almirante Eduardo Wandenkolk, tramitou sem o conhecimento dos demais ministros. Henrique Samet (2011, p.50) afirma que “estas condições de produção levantam suspeitas de que, na confecção da lei, se tinha clara consciência da sua inconstitucionalidade e interessava sua pouca repercussão exatamente por essa razão”.

A partir desse instante, houve um esforço no sentido de conferir um aspecto de legalidade aos castigos corporais que seguiram sendo aplicados na Armada. Foi então criado o Código Disciplinar para a Armada¹²³, que previa, em seu artigo 5º as penas para todo o pessoal da Armada, dispensando apenas aos marinheiros os castigos corporais, estando a goliinha manifesta textualmente e a chibata

¹²² Na compilação dos Decretos do Governo Provisório, de abril de 1890, há um salto do Decreto nº 327 direto para o 329 no qual consta uma observação informando que “o Decreto nº 328 não foi publicado no Diário Oficial”. Ver: BRASIL, **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Quarto Fascículo, 1 a 30 de abril de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao1.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

¹²³ Decreto nº 509, de 21 de junho de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-509-21-junho-1890-541890-publicacaooriginal-48444-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

subentendida na pena de “passagem para a companhia correcional”. Na sequência, em 21 de agosto de 1890, foi criado o Regulamento para o Corpo de Marinheiros Nacionais¹²⁴, que previa o seguinte sobre a Companhia Correcional:

Art.38 Haverá uma companhia correcional com *número de praças ilimitado*, para o qual serão transferidas, por sentença de um *conselho sumário de disciplina, as de má conduta habitual*. [Grifos nossos]

Ainda nesse mesmo ano, foi aprovado o Código Penal para a Armada¹²⁵, que não previa quaisquer penas que visassem a imposição de sofrimento físico, mas deixava a brecha para a aplicação do Código Disciplinar da Armada em seu Artigo 4º, ao estabelecer o seguinte:

Art.4º O presente código não compreende:

a) as contravenções de polícia cometidas a bordo dos navios da Armada ou embarcações sujeitas ao mesmo regime, nas fortalezas, quartéis e estabelecimentos navais;

b) as infracções dos regulamentos disciplinares.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1891, o Código Penal foi alterado por meio do Decreto nº 18 de 7 de março de 1891, que não trouxe alterações substanciais no que se refere à aplicação dos castigos corporais, ainda vedados pelo novo texto constitucional. Por fim, em 1908, foi aprovado o novo Regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais, que, em seu Artigo 133, estabelecia que “as punições das praças do corpo serão aplicadas de acordo com o Código Disciplinar da Armada”. Mantendo assim a suposta brecha legal para a aplicação dos castigos corporais aos marinheiros.

No que afeta aos fuzileiros navais, cabe destacar que, em que pese desde 1852 eles não receberem os castigos corporais na presença de outros militares, mas em seus alojamentos¹²⁶, o Decreto nº 328, de 12 de abril de 1890, em seu Artigo 18,

¹²⁴ Decreto nº 673, de 21 de agosto de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-673-21-agosto-1890-552097-publicacaooriginal-69100-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

¹²⁵ Decreto nº 949, de 5 de novembro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-949-5-novembro-1890-553428-publicacaooriginal-71316-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

¹²⁶ Art.32 do Decreto nº 1.067-A, de 24 de novembro de 1852. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1067-a-24-novembro-1852-559461-publicacaooriginal-81686-pe.html> Acesso em: 26 de março de 2022.

estendia suas disposições aos praças do Batalhão Naval e, em 23 de maio de 1890, por meio da Ordem do Dia nº 107, foi criada uma Companhia Correccional no Batalhão Naval, regida pelas instruções do Decreto supramencionado. Nesse sentido, o Decreto nº 7.035, de 16 de julho de 1908, que reorganizava o Corpo de Infantaria da Marinha¹²⁷, manteve a possibilidade da aplicação dos castigos corporais também aos soldados fuzileiros navais e os nivelava, em termos de castigos, aos sentenciados da Marinha (marujos e fuzileiros) custodiados naquele Batalhão na medida em que estabelecia o seguinte:

Art. 226. Nas contravenções disciplinares os inferiores (suboficiais e sargentos) e praças (cabos e soldados) serão punidos segundo o Código Disciplinar da Armada.

Art. 256. Os sentenciados serão sujeitos aos castigos dos correccionais.

Assim, ao contrário do que afirma Henrique Samet (2011, p.52) ao analisar a revolta do Batalhão Naval, ocorrida logo em dezembro de 1910, na sequência do levante dos marinheiros, de que “a questão dos castigos corporais foi incorporada na Revolta do Batalhão Naval por afinidade, localizando-a nos maus-tratos aos sentenciados no presídio da Ilha das Cobras”. As legislações acima denotam que, do mesmo modo que os marinheiros, ainda em 1910 os praças fuzileiros navais estavam sujeitos à aplicação dos castigos físicos previstos no Decreto que criou as Companhias Correccionais.

Especificamente acerca dessa legislação, podemos perceber que, para além da alegada “necessidade reconhecida e reclamada por todos os que exercitam a autoridade sobre o marinheiro”, alguns outros pontos merecem destaque. Os primeiros são seu elevado grau de subjetividade – sobretudo no que afeta às faltas elencadas no Artigo 2º, pelas quais poderiam ser incluídos na Companhia Correccional – e o arbítrio concedido aos comandantes de navios e unidades de terra em relação aos marujos e fuzileiros sob sua autoridade, estendendo-se aos seus corpos e, em última análise, às suas vidas. Aspecto que se evidencia,

¹²⁷ Decreto nº 7.035, de 16 de julho de 1908. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/173969-reorganiza-o-corpo-de-infanteria-de-marinha.html>. Acesso em: 26 de março de 2022.

principalmente, no seguinte artigo do Decreto, que, no que concerne à Correccional, relativizou não apenas a pena máxima de vinte e cinco chibatadas previstas desde o Decreto nº 8.898, de 3 de março de 1883, mas todos os castigos:

Art.10 No fim de três meses de permanência na Companhia Correccional, se a praça houver modificado o comportamento, tornando-se ele notoriamente bom, será excluída da Companhia e reverterá ao seu anterior estado, solicitando-se da autoridade competente a expedição das ordens para esse fim. Se o contrário tiver lugar, o relapso, pelas faltas que cometer, *sofrerá maior castigo que o cominado no presente regulamento, o qual ficará ao prudente arbítrio do Comandante.* [Grifos nossos]

Considerando ainda o esforço do alto comando da Marinha junto ao governo central em procurar manter no serviço ativo a maior quantidade possível de marinheiros, tão necessários naquele contexto em que, cada vez mais, os navios necessitavam de braços para sua operação e manutenção. Merece destaque também o fato de o referido dispositivo legal deixar a cargo dos próprios oficiais dos navios e unidades de terra da Marinha a atribuição de incluir ou retirar seus militares da Companhia Correccional, conforme Artigos 3º e 12, e não fixar um tempo limite de permanência desses militares na citada Companhia, indicando assim que esses homens poderiam passar anos nessa condição. E ainda, conforme §§ “f”, “g” e “h” do Artigo 7º, recebendo remunerações menores, sem eventuais gratificações e com a contagem de seus tempos de serviço pela metade. Esse aspecto significativamente “providencial” para a Marinha, tanto no sentido de pessoal quanto no orçamentário, é reforçado pelo Parágrafo Único do Artigo 23 do Regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais, que não estabelecia um limite para o quantitativo de militares que poderiam integrar o efetivo da Companhia Correccional.

Ademais do aspecto meramente disciplinar alegado por aqueles que procuraram (e ainda hoje) reduzir assim o movimento de 1910, uma análise mais detida acerca da questão legal relativa aos castigos corporais e, conseqüentemente, da criação da Companhia Correccional, nos confere um melhor entendimento sobre algumas das principais motivações do levante. Homens, em sua maioria negros, que vivenciavam um momento de profundas transformações tecnológicas e sociais, ainda se viam submetidos a regulamentos e legislações, flagrantemente inconstitucionais, que estabeleciam condições que, ao arbítrio da oficialidade,

poderiam levar-lhes, nas palavras atribuídas a Francisco Dias Martins, “a um estado de semiescraavidão” na Armada.

Retomando a sequência dos acontecimentos, os dias que se seguiram ao fim do levante na Esquadra foram marcados por uma tensão ainda maior que aquela já existente entre oficiais e marinheiros antes do levante. Era evidente o desconforto da oficialidade naval com a solução negociada para a crise, com a anistia aos revoltosos. Atingida em sua imagem frente à opinião pública e em sua autoridade em relação às guarnições das diversas unidades da Marinha, e sem a oportunidade aplicar aos revoltosos o castigo de sangue que julgavam necessário para honrar não somente a si próprios, mas, em especial, aos seus colegas mortos durante a revolta, os oficiais encontravam dificuldades para seguir com suas atividades rotineiras a bordo dos navios. Não apenas pelo aspecto da autoridade dessa oficialidade estar fragilizada frente aos marinheiros revoltosos, que permaneciam embarcados. Mas, também pela desconfiança desses marinheiros em relação a uma eventual vingança da oficialidade e ao atendimento das demandas que os levaram à revolta. Haja vista que, formalmente, até então não havia ocorrido quaisquer alterações nas leis e regulamentos em vigor, nem mesmo nos que normatizavam a aplicação dos castigos corporais. Adicionalmente, corria um boato que atemorizava os marujos – o qual, possivelmente, se espalhava com a ajuda da oficialidade naval – de que tropas do Exército estariam na iminência de invadir os navios para matar os marinheiros que tomaram parte na sublevação.

Nesse contexto, logo no dia 27 de novembro, foram retirados os armamentos portáteis, suas munições e as partes móveis dos canhões dos principais navios da Armada, notadamente dos dois *dreadnoughts*. Fato que causou ainda mais temor entre as guarnições. Além dessa iniciativa, foi aprovado o Decreto nº 8.400, de 28 de novembro¹²⁸, que, na prática, tornou significativamente vulnerável na Marinha a condição dos praças, sobretudo daqueles envolvidos no levante, na medida em que estabelecia o seguinte:

¹²⁸ Decreto nº 8.400 de 28 de novembro de 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8400-28-novembro-1910-519237-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Atendendo ao que lhe expos o ministro da Marinha, resolve autorizar a baixa, por exclusão, das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais cuja permanência no serviço se tornar inconveniente à disciplina; dispensando-se a formalidade exigida pelo Art. 150 do regulamento anexo ao Decreto nº 7.124, de 24 de setembro de 1908¹²⁹, e revogadas as disposições em contrário. (sic.)

A partir desse momento teve início um expurgo entre os marinheiros da Armada, onde, ainda ao arbítrio da oficialidade, passou-se a decidir – com base nos mais diferentes critérios que aqui não nos é possível precisar – sobre a permanência no serviço ativo daqueles “inconvenientes à disciplina”. Nesse sentido, ainda que os marinheiros da revolta de 22 de novembro estivessem amparados pela anistia, não se faz necessário grande esforço cognitivo para que possamos compreender a quais militares destinava-se o Decreto nº 8.400, ou seja, quem seriam os “inconvenientes à disciplina” na Armada naquele contexto. Contudo, pelo fato de não ser possível enquadrar esses militares com base nos acontecimentos abarcados pela anistia, deveriam eles serem enquadrados em razão de ocorrências anteriores ou ainda por novas punições.

Muitos marinheiros passaram então a ser punidos e presos no presídio da Ilha das Cobras¹³⁰, no complexo naval onde também se situa o Batalhão Naval, que, já nos primeiros dias de dezembro de 1910, se encontrava com suas celas lotadas de marinheiros. Muitos dos quais, “convenientemente”, haviam tomado parte no levante da Esquadra e agora encontravam-se agrupados em um mesmo lugar, encarcerados e distantes de seus companheiros, que estavam desarmados e embarcados em navios cujos canhões estavam inoperantes. Destarte, diante da perseguição e do expurgo que se abateu sobre muitos marinheiros, e ainda, do boato cada vez mais intenso sobre uma eventual ação das tropas do Exército com

¹²⁹ Decreto nº 7.124, de 24 de setembro de 1908. Regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais. Art.150. A baixa por exclusão será feita como resultado de um conselho de disciplina, e inabilita o indivíduo para qualquer função pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7124-24-setembro-1908-501692-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

¹³⁰ Onde ainda hoje se situa, contíguo ao Batalhão Naval, no complexo da Fortaleza de São José.

apoio da oficialidade da Marinha, inclusive do próprio Batalhão Naval, na noite de 9 de dezembro revoltou-se sua guarnição.

Segundo Henrique Samet (2011, p.102-103): “o mote para a revolta foi, sem dúvida, a premissa ou o boato de que o batalhão seria invadido e constrangido a participar das abordagens aos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* visando um desforço contra os marinheiros”. Assim, não teria sido aquele levante a continuidade do movimento de novembro, mas uma resposta daqueles que ainda detinham condições de se impor, de armas na mão, à desforra que se abatia sobre os marinheiros e à inércia do governo e do alto comando naval em relação às demandas por eles apresentadas por ocasião do levante na Esquadra. Nesse sentido, ainda segundo Samet (2011, p.103) “os sublevados acreditavam estar fazendo parte de um movimento de autodefesa e de solidariedade aos marinheiros”.

Cumprе ressaltar que, não obstante as significativas diferenças profissionais entre marinheiros e fuzileiros navais, cujas destinações na Marinha são absolutamente distintas. Sendo os marinheiros militares com funções de caráter “menos militar” e mais afetas às diversas atividades técnico-profissionais demandadas pelos navios, enquanto os fuzileiros constituem uma tropa estruturada à semelhança de grandes unidades de Exército, adaptada às particularidades das ações de caráter naval. Suas origens sociais e a condição a que estavam submetidos na Marinha à época, subordinados diretamente aos oficiais da Armada e sujeitos aos mesmos regulamentos disciplinares que os marinheiros – como veremos mais adiante – diminuíam significativamente a distância entre esses dois segmentos, concorrendo, inclusive, para o desenvolvimento de uma empatia entre seus integrantes. Ainda que, por norma, fossem os fuzileiros navais muitas vezes os responsáveis por reprimir os marinheiros, haja vista ser o Batalhão Naval “destinado aos serviços militares nos navios, fortalezas e estabelecimentos da Armada e outros determinados pelo Governo”¹³¹.

¹³¹ Decreto nº 7.035, de 16 de julho de 1908. Art.2º É destinado aos serviços militares nos navios, fortalezas e estabelecimentos da Armada e outros determinados pelo Governo. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/173969-reorganiza-o-corpo-de-infanteria-de-marinha.html> Acesso em: 26 de março de 2022.

Assim, aos gritos de “viva a liberdade” e sob a liderança do sargento Benedicto Rodrigues de Oliveira e do cabo Jesuíno da Lima Carvalho, vulgo “Piaba”, o Batalhão foi rapidamente dominado pelos insurrectos e, diferente do levante na Esquadra, seu comandante, o capitão de fragata Francisco José Marques da Rocha, e a oficialidade não manifestaram resistência e logo deixaram o complexo naval. Foram ainda postos em liberdade os detentos do presídio naval e liberados muitos internados no Hospital da Marinha¹³².

Movimento semelhante teve início a bordo do cruzador *Rio Grande do Sul*, logo controlado pela oficialidade do navio que, ciente da real possibilidade de um motim a bordo e assim já previamente preparada, notou ter sido uma reação da guarnição em relação à propalada invasão de tropas do Exército aos navios da Armada. Fora o *Rio Grande do Sul*, não houve levantes em quaisquer outros navios ou unidades de terra da Marinha, pelo contrário, muitos, inclusive o *Minas Gerais* e o *São Paulo*, apoiaram o bombardeio que, ainda na madrugada do dia 10 de dezembro, iniciou-se contra o Batalhão Naval.

Importa destacar que em alguns vasos, especialmente naqueles que se sublevaram dias antes, a oficialidade se ausentou de bordo. Não se sabe se por receio de serem mortos em um novo levante ou se para imputar aos marinheiros alguma responsabilidade na revolta do Batalhão Naval. O fato é que, mesmo sem parte de seus oficiais a bordo e com seus canhões de maior calibre inoperantes, diversos navios da Esquadra abriram fogo contra os fuzileiros navais na Ilha das Cobras e detiveram aqueles que lhes procuravam em busca de abrigo, como o fez a guarnição do *Minas Gerais* onde, uma vez mais, João Cândido figurou como seu “comandante” quando os oficiais se ausentaram do navio.

Frente a absoluta desvantagem militar e ao intenso bombardeio das forças de terra e mar, os revoltosos do Batalhão Naval capitularam ainda na tarde do próprio dia 10, sendo logo restituído ao comando o capitão de fragata Marques da Rocha. Nesse mesmo dia, antes mesmo de debelada a revolta, o governo solicitou ao Congresso a instalação de estado de sítio, o que foi autorizado, por um período de

¹³² Atual Hospital Central da Marinha.

trinta dias, para a região do Distrito Federal e Niterói¹³³. Instrumento legal que possibilitou acelerar o expurgo já em curso nas fileiras da Armada e, principalmente, imputar responsabilidades na revolta do Batalhão Naval aos marinheiros que haviam tomado parte do levante de novembro, então amparados pela anistia.

Nesse sentido, ainda na manhã do dia 10, intensificaram-se as prisões de marinheiros e fuzileiros navais, sendo alguns levados para o Quartel-General do Exército, inclusive o próprio João Cândido, e outros tantos para a Casa de Detenção, onde foram interrogados e permaneceram presos. Assim, tempestivamente, muitas das principais lideranças da “revolta da chibata” estavam presas e expostas ao arbítrio “legal” das autoridades navais e do governo federal, haja vista a vigência do estado de sítio e do Decreto nº 8.400. De modo que, logo no dia 16, estabelecia-se um Conselho de Investigação para apurar a participação de militares anistiados em novembro no levante do Batalhão Naval. Contudo, o “curto” período de estado de sítio, previamente estabelecido pelo Decreto nº 2.289, exigia ações rápidas para “limpar” as fileiras da Armada.

Sobre a conveniência da revolta do Batalhão Naval nesse contexto, Henrique Samet (2011, p.153-154) afirma o seguinte:

Pode-se até supor uma continuidade entre as medidas repressivas adotadas antes e depois da revolta. Em 16 de dezembro de 1910, quando já instalado o Conselho de Investigação formal sobre as responsabilidades dos marinheiros na revolta do Batalhão Naval, nota-se claramente que ele já estava instruído de investigações preliminares, sendo-lhe entregue prontamente uma relação de “cabeças” da revolta dos fuzileiros. Oito dias depois, em 25 de dezembro de 1910, deu-se o embarque clandestino, no navio Satélite do Lloyd, de centenas de marinheiros presos no Quartel da Força Policial e no Quartel-General do Exército, bem como de presos civis na Casa de Detenção, através de listas preparadas anonimamente.

Enquanto corriam os preparativos para enviar às selvas do Acre algumas dezenas de marinheiros e mais de três centenas de civis, entre homens e mulheres, no dia 24 de dezembro João Cândido e outros marujos e fuzileiros foram remetidos ao Presídio da Marinha sob escolta de militares do Exército, com a observação de

¹³³ Decreto nº 2.289 de 12 de dezembro de 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2289-12-dezembro-1910-586778-publicacaooriginal-110425-pl.html> Acesso em: 23 de março de 2022.

que se tratava de elementos perigosos. Segundo testemunho do capitão-tenente reformado Antero José Marques (*apud* MOREL, 2016, p.198-199) – então sargento-ajudante do Batalhão Naval – tendo em conta o grande número de presos custodiados no presídio naquela ocasião, por ordem do comandante Marques da Rocha foram eles trancados na cela número 5, denominada solitária. Ainda segundo o mesmo oficial, o comandante teria exigido que o carcereiro, sargento Rufino de Souza, lhe entregasse as chaves da referida cela.

Na madrugada de 25, foi notada agitação e ouvidos gritos na cela número 5, que não pode ser aberta pois, segundo versão que se firmou como hegemônica, Marques da Rocha teria seguido para um baile no Clube Naval, onde pernoitou, levando consigo as chaves da cela. Contudo, há fontes que apontam para a ideia de que foram dadas ordens que indicariam a intenção de causar a morte daqueles militares¹³⁴. Pela manhã, dos dezoito militares presos naquela “solitária”, restaram dezesseis mortos e apenas dois sobreviventes em estado de agonia, João Cândido e o soldado fuzileiro naval João Avelino Lira. Apesar desses números de presos nas solitárias, bem como dos mortos e sobreviventes desse cárcere durante os últimos dias de dezembro de 1910 terem se consolidado no discurso comum e mesmo em parte da historiografia, não há consenso, conforme Edmar Morel (2016, p.200) e Henrique Samet (2011, p.192-200) evidenciam em suas obras.

Nesse mesmo dia de Natal, o navio *Satélite* partia do porto do Rio de Janeiro rumo à região amazônica¹³⁵, transportando uma “carga” de centenas de “indesejáveis necessários”, ou seja, indivíduos que, situados na base da pirâmide social brasileira, eram o grosso da força de trabalho e do braço armado dessa sociedade, mas que estavam à margem do processo político-decisório e não se enquadravam no estereótipo de civilidade almejado pelas elites dominantes. Isto é, aqueles que, segundo Samet (2011, p.62), “em uma sociedade em que a

¹³⁴ Ver: SAMET, Henrique. **A Revolta do Batalhão Naval**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.190-201.

¹³⁵ Especificamente, de acordo com o relatório do comandante Carlos Storry, a viagem tinha como destino final a localidade de Santo Antônio do Rio Madeira, base portuária do que se compreendia como território do Acre durante a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Atualmente é um bairro da cidade de Porto Velho-RO.

incorporação política de segmentos menos abonados não aconteceu, situavam-se entre uma existência necessária e uma inexistência desejada”, como já citado. Segundo o relatório do comandante do navio, Carlos Brandão Storry, publicado na íntegra por Edmar Morel (2016, p.184-186), entre os deportados estavam 105 ex-marinheiros, 292 vagabundos e 44 mulheres¹³⁶. Ainda segundo o comandante Storry, em razão de um suposto plano dos marinheiros para tomar o navio, nove desses militares teriam sido executados, entre os dias 26 de dezembro de 1910 e 2 de janeiro de 1911, pela guarnição do Exército que se encontrava a bordo sob o comando do tenente Francisco de Melo. Tendo ainda falecido mais um, no dia 6 de janeiro, possivelmente por motivo de doença. Entre esses mortos, alguns desempenharam papel de destaque durante o levante de novembro na Esquadra, como: Victalino José Ferreira, Aristides Pereira da Silva e Pedro Justino de Sousa¹³⁷.

Em 3 de fevereiro de 1911 o *Satélite* atracava em Santo Antônio, trazendo em seus porões uma “carga” de mais de 400 pessoas para serem entregues aos trabalhos na Comissão Rondon, 200 homens, e nos seringais ao longo do rio Madeira. O que, na prática, à época significava uma condenação à morte.

Sem quaisquer processos ou garantias legais, João Cândido e outras centenas de marinheiros e fuzileiros navais foram excluídos da Marinha e sofreram toda sorte de violências, mesmo muitos deles amparados pela anistia de novembro de 1910. Assim, as circunstâncias que culminaram no levante do Batalhão Naval, colocadas após o levante da Esquadra quando parcela importante da oficialidade naval se ressentia por uma punição aos marinheiros sublevados, enquanto esses passaram a enfrentar o expurgo “legal” estabelecido pelo Decreto nº 8.400, de 28 de novembro de 1910, e o temor por uma propalada (intencionalmente ou não) eventual ação de tropas do Exército, com apoio da oficialidade naval, em um desforço contra

¹³⁶ Henrique Samet (2011, p.273-274) apresenta números um pouco diferentes, com base na análise das listas daqueles que deveriam ser deportados a bordo do *Satélite*, elaboradas conforme o local onde estavam presos: Quartel da Força Policial, Quartel-General do Exército e Casa de Detenção.

¹³⁷ Para os nomes dos marinheiros mortos a bordo do *Satélite* ver: SAMET, Henrique. **A Revolta do Batalhão Naval**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.276.

os marinheiros, são fundamentais para o entendimento desse fatídico desfecho das revoltas de 1910.

Uma sociedade que assistiu com naturalidade militares brasileiros, confiados aos cuidados do Estado, encontrarem a agonia e a morte confinados em celas minúsculas e sob condições desumanas. E ainda, outros tantos serem deportados para a morte junto a centenas de civis pobres em uma viagem marcada por execuções sumárias e condições torturantes a que foram submetidos esses brasileiros. Aceitando o destino que foi imposto a esses homens enquanto aqueles responsáveis por seu martírio seguiam gozando de prestígio e reconhecimento social, como o comandante Marques da Rocha¹³⁸. Em uma lógica social que reconheceu como adequada a desforra que se observou por parte da administração naval e do governo central em relação aos marujos, negros na maioria e pobres em sua totalidade. Subalternos sociais, representantes dos “indesejáveis necessários”, que ousaram se levantar em armas contra “a fina flor da Marinha”¹³⁹, reivindicando o fim dos “necessários e legais” castigos corporais na Armada. Em um contexto oportuno de um estado de sítio decretado com base em uma conveniente revolta de fuzileiros.

4.2 Os levantes na Esquadra chilena – Chile (1925 / 1931)

Na esteira da guerra civil de 1891¹⁴⁰, as Forças Armadas chilenas permaneceram como atores fundamentais no cenário político do país também durante o século XX. Nesse sentido, sobretudo a oficialidade naval, historicamente vinculada às oligarquias dominantes, desempenhou papel central nas principais crises institucionais vivenciadas pelo Estado chileno durante o século passado, com destaque para as duas mobilizações anteriores ao golpe de 1973, os levantes navais de 1925 e 1931. Sobre os quais as obras de Carlos Tromben Corbalán, Carlos

¹³⁸ Absolvido por um Conselho de Guerra, em 13 de junho de 1911, das acusações acerca das mortes no Batalhão Naval durante a madrugada do Natal de 1910; foi promovido ao posto de capitão de mar e guerra, a contar de maio de 1911 e, logo em seguida, foi promovido a contra-almirante. Ver: SAMET, Henrique. **A Revolta do Batalhão Naval**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.201.

¹³⁹ Expressão utilizada pelo almirante Antão Álvares Barata (2012, p.12) em referência aos oficiais mortos durante o levante dos marinheiros, em novembro de 1910.

¹⁴⁰ Ver: DÍAZ, Francisco Javier. **Guerra Civil de 1891**. Santiago: Imprenta Sud América, 1942.

López Urrutia e Rodrigo Fuenzalida Bade são referências¹⁴¹ para esta breve exposição.

Durante os anos iniciais do século XX, o Chile, que ainda se beneficiava dos vultosos recursos provenientes da atividade mineradora – especialmente da exploração do cobre e do salitre no norte do país, por mineradoras estrangeiras – seguia colhendo os frutos de um período de expansão econômica e desenvolvimento material. Que se refletia na modernização da Armada, especialmente com a aquisição de novos navios e equipamentos, no contexto da já mencionada corrida armamentista naval que se verificava no subcontinente sul-americano.

Entretanto, esse cenário se viu afetado com os desdobramentos negativos da Primeira Guerra Mundial, que afetou, diretamente, os principais mercados compradores dos minerais chilenos. Assim, em um contexto socioeconômico característico das jovens nações latino-americanas, marcado pelo desenvolvimento industrial periférico e tardio e pela profunda desigualdade social, com o predomínio de elites brancas, vinculadas à terra e ao mercado exportador de matérias-primas, sobre uma massa de trabalhadores pobres que, no caso chileno, concentravam-se, principalmente, nas regiões mineradoras e no entorno dos grandes centros urbanos. A tensão social na sociedade chilena se agudizou na medida em que a crise econômica se intensificava e os ventos revolucionários do hemisfério norte sopravam sobre os mares do sul. Levando alguns segmentos sociais a mobilizarem-se no sentido de questionar o domínio das oligarquias rurais associadas ao capital estrangeiro, que controlavam o Estado e, principalmente, com o uso de seu aparato repressivo, subjugavam as camadas trabalhadoras visando potencializar seus ganhos.

Foi nesse contexto de declínio econômico e consequente enfraquecimento

¹⁴¹ Ver: CORBALÁN, Carlos Tromben. **La Armada de Chile, una historia de dos siglos**. Tomo II, Santiago: RIL Ediciones, 2019; CORBALÁN, Carlos Tromben. **The Chilean Naval Mutiny of 1931**. Tese (Doutorado), University of Exeter, Exeter, 2010; URRUTIA, Carlos López. **Historia de la Marina de Chile**. Santiago: El Ciprés Editores, 2007 e FUENZALIDA BADE, Rodrigo. **La Armada de Chile. Desde la alborada al sesquicentenario**. Tomo IV, Valparaíso: Imprenta Carroza, 1988. Citações por nós traduzidas para o português.

das antigas elites oligárquicas, associado a um ambiente político-social tensionado, sob influência direta dos desdobramentos políticos e econômicos do conturbado cenário europeu, que Arturo Alessandri Palma, candidato da Aliança Liberal, derrotou o representante das oligarquias, Luis Barros Borgoño, nas eleições presidenciais de 1920. Contudo, mesmo com amplo apoio popular, Alessandri, que chegou à presidência do Chile com um programa de governo que abarcava as aspirações reformistas de parcela importante da classe média e das camadas trabalhadoras mais pobres, não conseguiu levar adiante muitas de suas propostas frente a um Legislativo de maioria conservadora e significativamente próximo às elites do país. Então, buscando assegurar a continuidade de seu governo e ainda pressionar o Congresso, Alessandri iniciou um movimento de aproximação com o Exército, nomeando altos oficiais para importantes funções no executivo. Em resposta, à exemplo de 1891, os representantes das velhas elites buscaram apoio junto ao alto comando naval, em Valparaíso, no sentido de conspirar para derrubar o governo¹⁴².

No que concerne à Marinha, em que pese sua histórica importância no processo de independência e consolidação do Estado chileno, cumpre destacar que era uma instituição notadamente independente do aparato administrativo estatal e cuja oficialidade se mantinha isolada, política e socialmente, em relação ao todo da sociedade chilena. Situação que se acentuou após a guerra civil de 1891, quando o almirante Jorge Montt Álvarez reorganizou a Armada de modo a funcionar, nas palavras do almirante José Toribio Merino Saavedra (1932, p.5 *apud* CORBALÁN, 2019, p.168) como “um estado dentro do Estado”. Ainda assim, organicamente vinculada às elites chilenas, a oficialidade naval tradicional¹⁴³ se mantinha alinhada

¹⁴² Ver: CORBALÁN, Carlos Tromben. **La Armada de Chile, una historia de dos siglos**. Tomo II, Santiago: RIL Ediciones, 2019, p.48-64.

¹⁴³ Os chamados *oficiales ejecutivos* eram aqueles formados na *Escuela Naval* para funções essencialmente afetas à atividade naval a bordo dos navios da Armada, detendo, desde os tempos dos navios propulsados à vela, os conhecimentos sobre a navegação e o combate naval. Com os avanços tecnológicos incorporados aos navios de guerra, especialmente na virada do século XIX para o século XX, houve a necessidade de incorporar-se oficiais com conhecimentos mais específicos, profissionais que desempenhavam funções afetas aos modernos sistemas e equipamentos que passaram a integrar os meios navais, principalmente a propulsão, eram os chamados *oficiales ingenieros*. Que, socialmente oriundos das classes médias da sociedade chilena, adquiriam fundamental importância profissional na Armada na medida em que os navios se tornavam mais modernos e seus sistemas mais complexos, mas que no primeiro quarto do século passado

ao conservadorismo e ao reacionarismo desses grupos frente a eventuais transformações sociais.

No entanto, considerando que, como já mencionado, as Forças Armadas, enquanto parte integrante de suas sociedades, são permeadas por todas as tensões e conflitos que a estas afetam, sendo a Marinha o “quebra-mar” dessas disputas sociais. Na Armada do Chile não era diferente, as contradições observadas na sociedade se desdobravam para dentro dos quartéis, evidenciando-se ainda mais na Marinha. Onde a crescente qualificação profissional de segmentos de militares oriundos das classes médias e das camadas sociais mais pobres, *oficiales ingenieros* e praças cada vez mais técnicos, pressionavam o alto-comando naval por reconhecimento e melhorias para esse pessoal na instituição. Ao passo que *oficiales ejecutivos* se mostravam resistentes, buscando manter inalterado um *status quo* que lhes era predominantemente favorável e as prerrogativas dele advindas, transcendendo os limites da instituição naval a partir de uma suposta superioridade social. Sobre o modo como esses percebiam os *ingenieros* na Armada, a seguinte afirmação de José Toribio Merino Saavedra (1932, p.6 *apud* CORBALÁN, 2019, p.169-170), um *oficial ejecutivo*, é significativamente emblemática:

Quanto ao seu espírito de corpo e moral disciplinar, eles nunca os assimilaram e formaram um bloco antagônico ao pessoal de guerra [*ejecutivo*] que abriria a brecha pela qual foi introduzido o germe da indisciplina e da subversão por onde essa importante instituição seria quebrada. [...]

Carlos Tromben Corbalán (2019, p.205) assim define essa situação da Marinha chilena:

A Marinha estava extremamente dividida, como estria também mais tarde, quando teve início o motim naval de 1931. Em 1925 esta instituição era composta por duas gerações de oficiais muito diferentes. Os que compunham o alto comando aderiram ao setor que impôs um regime pseudoparlamentar em 1891, incluindo suas virtudes e defeitos. Os oficiais mais jovens apoiaram os anseios surgidos na classe média, que alcançaram sua expressão política com a eleição de Alessandri, em 1920, o que abriu expectativas de um futuro melhor para esse setor.

ainda não gozavam do prestígio e reconhecimento correspondentes na força naval chilena. Ver: MAGASICH A., Jorge. **Los que dijeron “No”**. Historia del movimiento de los marineros antigolpistas de 1973. Vol.I, Santiago: LOM Ediciones, 2008, p.144-149.

Destarte, em setembro de 1924, concomitantemente à sedição levada a cabo na cúpula naval, já com a concordância e participação do comando do Exército¹⁴⁴, jovens oficiais, na maioria do Exército e sob a liderança dos Tenentes-Coronéis Carlos Ibañez del Campo e Marmaduke Grove Vallejos, constituíram uma Junta Militar que logo passou a contar com o apoio de *oficiales mayores*¹⁴⁵ da Marinha, especialmente dos *ingenieros*. Esses oficiais passaram então a pressionar o Congresso para que fossem votadas propostas de reformas apresentadas pelo governo, e ainda apresentaram ao presidente Arturo Alessandri uma lista de outras iniciativas reformistas de caráter estrutural, entre as quais destacavam-se: a reforma da Constituição; instauração de um modelo de imposto de renda progressivo; votação das propostas de leis bloqueadas no Congresso (orçamento, código trabalhista, sindicatos, direito de greve etc.) e aumento salarial para o pessoal das Forças Armadas e dos *Carabineros*¹⁴⁶.

Pressionado, e com a renúncia do ministro do Interior, Pedro Aguirre Cerda, o presidente nomeou, em 5 de setembro de 1924, o então general Luis Altamirano para o cargo e, adicionalmente, o almirante Francisco Neff para a Fazenda. Rapidamente, visando reduzir as tensões com segmentos das Forças Armadas, o Congresso votou diversas das propostas de leis apontadas pela Junta Militar-Naval. Contudo, frente ao acirramento das disputas sociais e da crescente “militarização” do cenário político do país, Arturo Alessandri solicitou ao Congresso autorização para sair do país, o que lhe foi autorizado, por um prazo de seis meses, como forma de mantê-lo na Presidência da República. Mas, ainda antes que isso ocorresse, o almirante Francisco Neff e os generais Luis Altamirano e Juan Pablo Bennett constituíram uma Junta de Governo e, em 11 de setembro de 1924, assumiram o governo, determinando o fechamento do Congresso e acelerando a saída do presidente Alessandri do país.

¹⁴⁴ À época o almirante Francisco Neff era o chefe da Marinha enquanto o general Luis Altamirano comandava o Exército chileno.

¹⁴⁵ Denominação atribuída aos seguintes oficiais: *ingenieros*, *cirujanos*, *contadores* e *pilotos*.

¹⁴⁶ Força policial chilena estruturada, em âmbito nacional, como uma corporação militar com atribuições de policiamento ostensivo, controle de distúrbios e força militar auxiliar às Forças Armadas do Chile.

Em que pese os jovens oficiais da Junta Militar-Naval não terem participado desse golpe de Estado, sua postura criou condições para que a cúpula das Forças Armadas colocasse em prática suas intenções conspiratórias contra o presidente da República. Nesse quadro, os meses que se seguiram foram de aumento das tensões entre esses dois blocos, haja vista a posição reacionária dos oficiais-generais enquanto a Junta Militar-Naval propugnava pela reforma estrutural do Estado. O que culminou no levante desses oficiais, em janeiro de 1925, que destituiu do poder os três integrantes da Junta de Governo – os mantendo presos, junto ao ministro da Marinha, almirante Luis Gómez Carreño, no palácio de *La Moneda* – e exigiu o regresso do presidente Arturo Alessandri e a elaboração de uma nova Constituição. Nesse cenário, os revolucionários conseguiram assegurar a adesão da maior parte das unidades do alto-comando do Exército, enquanto a Marinha rejeitava o regresso de Arturo Alessandri à Presidência e permanecia fiel à Junta de Governo. Situação que colocava, uma vez mais, Exército e Marinha em lados opostos, remetendo à guerra civil de 1891.

Com um contingente notadamente dividido, onde *oficiales ingenieros* e praças se mostravam majoritariamente favoráveis às ações da Junta Militar-Naval e às propostas de governo de Alessandri, enquanto a maioria da cúpula naval e dos *oficiales ejecutivos* apoiavam a Junta de Governo do almirante Neff e dos generais Altamirano e Bennett. O Comando Naval, em Valparaíso, se manifestou contrário às ações e intenções da Junta Militar-Naval, determinando então a ocupação do porto e outros pontos estratégicos da cidade, inclusive com o apoio de contingentes de algumas unidades do Exército. Foram ainda expedidas ordens à base naval de Talcahuano para que fossem preparados três submarinos a fim de, junto aos navios lá atracados, estabelecer um bloqueio marítimo aos principais portos do país e seguir em apoio à Valparaíso, para onde se dirigiam tropas do Exército fiéis ao governo revolucionário.

No dia 24 de janeiro, quando as notícias sobre a deposição da Junta de Governo e as ordens do Comando Naval chegaram em Talcahuano, imediatamente *oficiales mayores*, trabalhadores civis e praças das unidades navais e da base se manifestaram contrários às ordens vindas de Valparaíso, recusando-se a

movimentar ou realizar quaisquer ações bélicas que pudessem levar a uma guerra civil (MAGASICH A., 2008, p.144-145). A partir desse momento, diante da posição de Ismael Huerta, comandante da base naval de Talcahuano, que se apressava em cumprir as ordens do Comando Naval, preparando os três submarinos para colocá-los sob o comando de oficiais “leais” (MAGASICH A., 2008, p.145), uma série de acontecimentos inviabilizaram a movimentação das belonaves atracadas naquela base. O que, segundo Carlos Tromben Corbalán (2019, p.207-211), evidenciou a divisão e a fragilidade disciplinar na Armada.

O comandante Agustín Prat declarava que as tripulações dos cruzadores *Esmeralda* e *O’Higgins* apoiavam os revolucionários da Junta Militar-Naval, enquanto praças e trabalhadores civis da base naval realizavam paralisações e protestos a fim de impedir os preparativos para a movimentação dos navios e submarinos. Em contrapartida, o comandante Ismael Huerta, recebendo informações de que as tripulações dos navios *Blanco Encalada*, *Uribe* e *Lynch* lhes eram fiéis, procurava acelerar os trabalhos para que os submarinos pudessem se fazer ao mar. No dia 27 de janeiro, com intensos protestos de rua mobilizados em Talcahuano e diante das notícias sobre o aprestamento dos submarinos, uma multidão de manifestantes invadiu a base naval e, com apoio de trabalhadores e militares, seguiu até os navios, onde exigiram que suas tripulações interrompessem os preparativos e se recolhessem às suas casas. No dia anterior, trabalhadores da própria base já haviam feito algo semelhante em relação a dois dos submarinos.

Ainda que a situação fosse grave e pudesse escalar para um embate que, possivelmente, resultaria em muitas mortes, o comandante Huerta conseguiu controlar o ímpeto dos manifestantes ao determinar que cessasse o aprestamento das embarcações, autorizando, inclusive, que parte de suas guarnições desembarcasse e comprometendo-se, publicamente, que nenhum navio ou submarino deixaria Talcahuano. Assim, nesse mesmo dia, foram libertados os almirantes Francisco Neff e Gómez Carreño, e, no dia seguinte, sob a mediação de Agustín Edwards Mc Clure, partidário de Arturo Alessandri e então diretor do periódico *El Mercurio* de Valparaíso, foi anunciado o acordo entre Exército e Armada para o retorno de Alessandri à Presidência do Chile. Uma Junta Provisória –

composta pelo general Pedro Pablo Dartnell Encina, pelo almirante Carlos Ward Rodríguez e presidida por Emílio Bello Codesido – governaria o país até o regresso do presidente ao território chileno. Ao passo que este apresentou as seguintes condições para tal: imediata constituição de um governo civil; reforma constitucional mediante Assembleia Constituinte habilitada para estabelecer normas para eleger Congresso e Presidência; entrega do cargo de Presidente da República ao fim de seu mandato constitucional e regresso das Forças Armadas às suas funções próprias (CORBALÁN, 2019, p.212). Essa composição política fez arrefecer a crise que beirava o conflito fratricida, permanecendo tensionado o quadro político-social do país.

Em que pese as mobilizações de 1924-1925 terem sido fruto, fundamentalmente, da atuação política de diferentes segmentos da oficialidade militar-naval, as guarnições de diversas unidades da Marinha, assim como seus trabalhadores civis, tiveram participação central no movimento que evitou uma nova guerra civil no Chile. Denotando, para além das diferenças políticas e sociais internas às Forças Armadas, a capacidade dos praças da Marinha chilena de, a partir da leitura do cenário político vigente no país e da percepção da realidade a que estavam submetidos na Marinha e condição social que ocupavam / aspiravam em sua sociedade, mobilizarem-se por objetivos específicos. Como o fizeram oficiais do Exército e da Marinha, em especial os oficiais *mayores* da Armada.

Assim, é possível considerar que essa postura politicamente deliberante das cúpulas das instituições armadas chilenas foi decisiva para que a Armada fosse, à época, segundo Carlos Corbalán (2019, p.207), “uma instituição desarticulada disciplinarmente”. Na medida em que a hierarquia e a disciplina foram relativizadas, quando segmentos das Forças Armadas passaram a deliberar sobre assuntos políticos e a adotar posicionamentos institucionais (ou de classe) a partir de determinados interesses e objetivos constituídos com base em diferentes percepções sociais derivantes de posições distintas na pirâmide social. Situação que, no contexto das já mencionadas transformações ocorriam em muitas Armadas ao redor do mundo, associado ao cenário político-ideológico e social predominante na Europa, com desdobramentos na América, durante a primeira metade do século

XX e aos exemplos de outros levantes nesses dois continentes, concorreu para o avanço da mobilização dos marinheiros na Marinha chilena durante esse século.

Sob essa perspectiva, o suboficial Ernesto González (1932, p.5-6 *apud* MAGASICH A., p.149), uma das principais lideranças do levante de 1931, afirma o seguinte:

Esta atitude dos oficiais destruiu o princípio da nossa Carta Fundamental que proíbe a deliberação das Forças Armadas e, o que é ainda mais importante, despertou nas tripulações [se refere aqui aos praças] o desejo de intervir diretamente em seu destino. Estes, muito logicamente diziam: Se somos a força que os oficiais dispõem à sua vontade para pedir o que os beneficia particularmente, por que não tentamos por nós mesmos corrigir o que nos afeta desfavoravelmente, tanto em termos de salários, quanto na Lei de Aposentadoria, etc. [...] [Tradução nossa]

Com a crise econômica de 1929, que afetou duramente as frágeis economias das nações latino-americanas, o conturbado cenário político-social chileno se degradou rapidamente, levando à queda da ditadura do general Carlos Ibañez del Campo, em julho de 1931. Um governo provisório foi então estabelecido até as eleições de dezembro desse ano, tendo como chefe de Estado Manuel Trucco, então ministro do Interior.

Buscando dar respostas à calamitosa situação econômica em que se encontrava o país, o governo aprovou, entre outras medidas, uma redução nos salários do funcionalismo público, que também se aplicava aos vencimentos dos militares. Diminuindo 12% das remunerações menores que 250 pesos e 30% para aquelas maiores que esse valor, no que seria um empréstimo forçado ao governo que, ainda durante a gestão de Ibañez, já havia aplicado um corte de 10% nos vencimentos (CORBALÁN, 2019, p.259-260).

Essa iniciativa elevou o descontentamento nas Forças Armadas, especialmente a Marinha, onde as tensões sociais que haviam emergido em 1925 permaneciam latentes. Sobretudo no que afetava aos praças, que, apesar da complexa qualificação técnico-profissional que lhes era demandada pela instituição, ainda estavam submetidos uma relação de dominação pessoal que ultrapassava os limites da hierarquia militar no que, segundo Ernesto González (1932, p.4 *apud*

MAGASICH A., 2019, p.152) consistia em uma disciplina colonial fundamentada na obediência cega ao superior.

Cabe destacar que esses militares ainda vivenciavam mais intensamente no meio social em que conviviam com suas famílias, as duras consequências da crise econômica. Compartilhando com trabalhadores civis algumas das suas percepções de classe e posicionamentos político-ideológicos. Assim como faziam com marinheiros de outras nacionalidades, com os quais trocavam experiências e influências acerca de mobilizações marinheiras em Armadas de outros países. Como o fizeram os marujos chilenos que, em anos anteriores, haviam estado em portos importantes na América e na Europa, em especial na Inglaterra, onde o encouraçado *Almirante Latorre* passou por um período de modernização, entre maio de 1929 e abril de 1931.

Nesse país, mais especificamente em Devonport, Plymouth, puderam presenciar a capacidade de mobilização dos marinheiros britânicos e o modo como se davam as relações entre estes e a oficialidade e o alto-comando naval. Quando, em janeiro de 1931, marujos do navio da Armada inglesa, HMS *Lucia* – que se encontrava fundeado aguardando para realizar manobras navais – se insubordinaram após terem negada pelo comandante a concessão de um fim de semana de folga para que a tripulação pudesse visitar suas famílias, o que não haviam feito no Natal em razão das atividades do navio. Os marinheiros insubordinados foram logo presos e retirados do navio por uma guarda armada. No entanto, instalada uma comissão para apurar o ocorrido, foram punidos o comandante e alguns oficiais do navio, pois foi verificado que o fator causador do incidente disciplinar fora a incapacidade desses oficiais em gerenciar e lidar, humanamente, com seus subordinados (GUTTRIDGE, 2002, p.184-185).

Rapidamente, as notícias sobre a nova redução nos soldos se espalharam pelas principais cidades chilenas, contribuindo para elevar a temperatura das agitações sociais. Em Coquimbo, onde se encontrava parte importante dos navios da Armada chilena, que, buscando diminuir os custos de operação, estava

fracionada em duas Divisões de Esquadra, sendo uma de “evoluções”¹⁴⁷, que seguia operando, e outra de “instrução”¹⁴⁸, que permanecia parada e cujo capitânia era o encouraçado *Almirante Latorre*, recém-chegado da Inglaterra. Essas notícias causaram grande insatisfação entre as tripulações, que reunia um contingente de milhares de homens, somados os efetivos de todos os navios estacionados naquela localidade.

Integrantes de diferentes guarnições passaram a se reunir para deliberar sobre essa situação. Com destaque para os marinheiros do encouraçado *Almirante Latorre*, que se organizaram no sentido de levar aos comandantes dos navios das duas Divisões de Esquadra uma solicitação para que não se efetivasse o mencionado corte de vencimentos, a qual deveria ser redigida pelos marinheiros de cada navio e entregue aos seus respectivos comandantes.

Ao tomar conhecimento dessa mobilização, o comodoro Roberto Hozven decidiu reunir toda a tripulação de seu navio, além dos comandantes e representantes das guarnições dos demais navios que estavam sob sua autoridade, com o intuito de chamar seus subordinados à disciplina e ao patriotismo. Nessa reunião, no dia 31 de agosto, afirmou que considerava aquelas iniciativas atentatórias à disciplina e que qualificava como antipatriotas os militares nelas envolvidos, instando todos a aceitarem a redução nos soldos em atenção à situação vigente no país (CORBALÁN, 2019, p.260). Notadamente insatisfeitos, tanto oficiais quanto praças se dispersaram e, ainda naquele mesmo dia, parte significativa da guarnição daquele navio se reuniu em secreto para deliberar sobre as ações a

¹⁴⁷ Comandada pelo contra-almirante Abel Campos Carvajal, lotava os militares com mais tempo de serviço na Armada e era composta pelos seguintes navios: cruzador *O’Higgins*; contratorpedeiros *Riquelme*, *Hyatt*, *Videla* e *Aldea*; submarino *Simpson* e os rebocadores *Gálvez* e *Artilleros*. Ver: PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018, p.31. Disponível em: <http://www.academiahistoriamilitar.cl/academia/wp-content/uploads/2018/06/Combate-Talcahuano-Sandrino-Vergara.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2022.

¹⁴⁸ Sob o comando do comodoro Alberto Hozven, destinava-se à instrução dos militares recém-chegados na Armada e daqueles com menos tempo de serviço, era composta pelos seguintes navios: encouraçado *Almirante Latorre*, comandado pelo próprio comodoro Hozven, e pelos contratorpedeiros *Lynch*, *Orella* e *Serrano*. Ver: PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018, p.31. Disponível em: <http://www.academiahistoriamilitar.cl/academia/wp-content/uploads/2018/06/Combate-Talcahuano-Sandrino-Vergara.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2022.

serem empreendidas, tendo em conta o posicionamento do comodoro Hozven. Nessa reunião, na qual também estavam presentes representantes de outros navios das duas Divisões estacionadas em Coquimbo, destacaram-se nomes como: os suboficiais Ernesto González – praça mais antigo do navio e secretário do comandante Roberto Hozven, foi eleito presidente da assembleia – e Victoriano Zapata; o sargento Lautaro Silva e o cabo Manuel Astica (JUSTO, 1971, p.3). Decidiram então por acatar a sugestão do cabo Julio Tapia (GONZÁLEZ, 1932, p.11 *apud* MAGASICH A., 2019. p.154):

Se estamos apoiados pelos oficiais e não se encontra o camino conveniente para conseguir que o comodoro e o Almirante Campos façam eco de nossas solicitações, me parece que o único que nos resta é tomarmos os navios e dirigirmos nós mesmos ao Governo. [Tradução nossa]

Tendo em vista a decisão por tomar os navios na madrugada de 1º de setembro, foram definidas algumas ações a serem adotadas para esse fim, como: comunicar às guarnições dos demais navios sobre o que fora decidido e como agir; prender os oficiais em seus camarotes; recolher o armamento portátil; nomear comitês executivos em todos os navios e um Estado-Maior no *Almirante Latorre* e elaborar um manifesto conjunto das tripulações, praças e oficiais aderentes ao movimento (MAGASICH A., 2008, p.154). Imediatamente, passaram a ser distribuídas comunicações às guarnições dos demais navios, de modo que, na noite de 31 de setembro, realizou-se uma última reunião a bordo do *Almirante Latorre*, na qual foram definidos os detalhes da ação, a ser desencadeada logo nos primeiros instantes daquela madrugada, quando toda tripulação deveria estar dormindo a bordo, à exceção daqueles militares que tinham familiares na região de Coquimbo, autorizados a regressar aos seus navios pela manhã (CORBALÁN, 2019, p.261).

Seguindo o planejado, foram rapidamente dominados os navios capitânia de cada Divisão, encouraçado *Almirante Latorre* e cruzador *O'Higgins*, e, na sequência, sem maiores enfrentamentos com a oficialidade e com o apoio de integrantes das guarnições desses dois navios, os revoltosos assumiram o controle dos outros vasos estacionados em Coquimbo, de modo que, antes do amanhecer, todos os navios já exibiam a luz vermelha como sinal de adesão ao levante. As guarnições de cada

navio passaram então a eleger seus comitês executivos, cujos representantes foram indicados para compor o comitê central do movimento, instalado no encouraçado *Almirante Latorre* e denominado Estado-Maior das Tripulações, cuja presidência ficou a cargo do suboficial Ernesto Gonzáles e que, ainda no dia 1º de setembro, apresentou ao governo um manifesto¹⁴⁹ onde procuravam justificar o movimento expondo sua natureza e as principais reivindicações. Entre as quais destacamos: não efetivar as reduções salariais, responsabilizar legalmente aqueles que tenham concorrido para a grave situação econômica do país e manter as duas Divisões de Esquadra em Coquimbo até que fossem atendidas as demandas apresentadas. Os revoltosos afirmavam ainda que não disparariam seus canhões contra o povo e que não estavam defendendo apenas seus próprios interesses, mas também ajudar seus concidadãos, molestados pelo desemprego em razão da incapacidade governativa (CORBALÁN, 2019, p.261-265).

Esse manifesto denota a percepção que os marinheiros tinham acerca do cenário político do país e da crise socioeconômica que afligia severamente as camadas menos favorecidas da sociedade chilena. O que ficou ainda mais evidente quando, em uma segunda mensagem telegráfica¹⁵⁰, ainda nesse mesmo dia, os marinheiros apresentam novas demandas que transbordavam aquelas atinentes aos soldos e às questões internas à Armada, como: suspensão do pagamento da dívida externa; subdividir as terras produtivas e desapropriar aquelas improdutivas; redução das taxas de juros e medidas para a criação de empregos. Além destas, ainda: fechar temporariamente as escolas de grumetes, torpedos, comunicações e artilharia; melhoria na qualidade da alimentação a bordo e alterações que

¹⁴⁹ Manifesto enviado ao governo, por meio de mensagem telegráfica, redigido pelo cabo Manuel Astica Fuentes, cuja liderança e desenvoltura frente ao movimento revoltoso levou alguns a crer que havia nele influência comunista, conforme menciona Carlos Corbalán (2019, p.267). Transcrição do manifesto publicado em JUSTO, Liborio. La sublevación de la Escuadra. **Punto Final**. Santiago: Prensa Latinoamericana, n.140, suplemento, p.4-5, 28 de setembro, 1971 e PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018, p.36-37.

¹⁵⁰ Transcrição da segunda mensagem dirigida pelo Estado-Maior das Tripulações ao governo, publicado em PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018, p.38-39.

melhorassem as promoções e a aposentadoria dos praças (MANNS, 2001, p.146 *apud* MAGASICH A., 2019, p.158).

Na esteira dos acontecimentos em Coquimbo, as tripulações das unidades navais de Talcahuano também se sublevaram. Ainda no dia 3 de setembro, as guarnições dos principais navios estacionados na mais importante base naval chilena já dominavam os mesmos, inclusive os submarinos. Situação que também se verificava em alguns quartéis, como o Grupo de Artilharia de Costa e a Escola de Mecânicos, e entre os trabalhadores civis da base naval que rapidamente se engajaram ao movimento. Em Valparaíso, aderiram à revolta o quartel Silva Palma, a Escola de Comunicações e a Base Aérea de Quintero; enquanto estudantes e trabalhadores, especialmente da mineração, mobilizavam protestos e greves em apoio aos marinheiros. Os navios sublevados na base de Talcahuano seguiram então para Coquimbo, à exceção do contratorpedeiro *Riveros*, que permaneceu na base sulina. Semelhante à segunda mensagem apresentada pelos revoltosos das Divisões de Esquadra ao norte, no qual expunham uma série de demandas, os militares e trabalhadores civis sublevados na Base Naval de Talcahuano encaminharam uma comunicação¹⁵¹ às autoridades navais e demais tripulações da Armada com pleitos e “sugestões”.

Destarte, para além da Esquadra ao norte, a tempestiva adesão das unidades navais em Talcahuano ao levante iniciado em Coquimbo e a coordenação das ações a bordo dos navios estacionados naquela base apontam para o amplo alcance das ações organizadas a bordo do encouraçado *Almirante Latorre*. Nesse sentido, Carlos Corbalán (2019, p.270-271) menciona uma carta enviada desde um dos navios sublevados ao norte, por um tripulante nominado Mellado, e recebida por Manuel Neira, praça do contratorpedeiro *Condell* – navio que integrava a Divisão de “evoluções”, mas se encontrava em reparos na base de Talcahuano. Nessa carta, Mellado informava a data em que teria início o levante, caso não fosse cancelada a

¹⁵¹ Transcrição da mensagem dirigida pelos militares e civis sublevados na Base Naval de Talcahuano, publicado em: Diário *La Patria*, 4set.1931, p.1. e PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018, p.51-52.

redução nos salários, e ainda, que comunicações semelhantes teriam sido enviadas aos outros navios daquela base. Documento que, segundo Corbalán (2019, p.271), evidencia a intenção de coordenar as ações entre os organizadores do movimento em Coquimbo e aqueles na base austral. O que também é possível considerar para as unidades da Marinha em Valparaíso.

Em poucos dias, praças da Armada chilena, na maioria cabos e marinheiros, imobilizaram praticamente toda a Marinha do país, colocando fora de ação aquela que, até então, figurava como um poderoso instrumento historicamente utilizado pelas elites oligárquicas do país para assegurar seus interesses políticos e privilégios sociais. Denotando que, de modo semelhante às transformações que ocorriam no meio civil, também na Armada, o “proletariado” tomava consciência de sua importância e força naquele contexto, marcado por inovações tecnológicas e uma consequente divisão do trabalho, e organizava-se de modo a buscar seus interesses por meio da mobilização coletiva. Nas palavras de Jorge Magasich Airola (2019, p.159):

Desde 1920, la añeja oligarquía no tiene más remedio que compartir el escenario político con las emergentes clases medias, pero no con el naciente proletariado que pesa aun muy poco. [...] Ahora, por primera vez, una acción de los de abajo paraliza un dispositivo neurálgico del sistema, colocando fuera de control a la importante flota de guerra, orgullo de la aristocracia.

Em um primeiro momento, a resposta do governo se mostrou ponderada, designando o contra-almirante Edgardo Von Schroeders, ainda na noite de 1º de setembro, para estabelecer negociações com as lideranças do levante. O que ocorreu logo no dia 3, quando Schroeders reuniu-se com o Estado-Maior das Tripulações a bordo do encouraçado *Almirante Latorre*, já com informações de Santiago de que o governo não mais aplicaria o corte sobre os vencimentos naquele momento. Entretanto, as reuniões não chegaram a um acordo que pusesse termo ao levante, haja vista a postura cada vez mais belicosa e intransigente do governo em não negociar as outras demandas das tripulações sublevadas, ao passo que estes se negavam a aceitar qualquer compromisso antes da chegada dos navios de Talcahuano. Esse impasse, provocado, principalmente, pela mudança de postura do

governo, que passou considerar uma ação de força contra os revoltosos como principal opção para o fim do motim, fez com que as negociações fossem encerradas ainda no dia 4. Um dia depois de Manuel Trucco nomear um novo gabinete ministerial, no qual ocupavam as pastas da Marinha e da Guerra, respectivamente, o almirante Carlos Spoerer e o general Carlos Vergara Montero, ambos considerados “linha dura” (CORBALÁN, 2019, p.267-270).

Logo no dia 5, com a chegada dos navios de Talcahuano em Coquimbo, o ministro da Guerra determinou o ataque às unidades sublevadas em Valparaíso e Talcahuano. Enquanto a Escola de Comunicações, o quartel Silva Palma e a Base Aérea de Quintero foram dominadas sem maior resistência; marinheiros e trabalhadores civis da Base Naval de Talcahuano resistiram ao ataque de tropas do Exército durante horas. Contando com o apoio do contratorpedeiro *Riveros* e outras unidades, como o forte Borgoño e a Escola de Grumetes na ilha Quiriquina, além do próprio encouraçado *Prat* que, mesmo impossibilitado de se fazer ao mar em razão dos reparos a que estava sendo submetido, teve seus canhões e metralhadoras empregados pelos revoltosos. Cabe destacar que, apesar da imprecisão quanto ao total de baixas nesse confronto, mas considerando sua violência, acredita-se que tenha sido elevado o número de mortos e feridos¹⁵². Na manhã do dia 6 o governo já controlava a situação em todos os quartéis e navios da Marinha nas regiões de Valparaíso e Talcahuano¹⁵³, restando submeter os navios em Coquimbo.

Cientes do duro ataque sofrido por seus companheiros em Talcahuano, os integrantes do Estado-Maior das Tripulações passaram então a preparar seus navios para o iminente combate contra as forças do governo. Diante do ultimato do

¹⁵² Ver: MAGASICH A., Jorge. **Los que dijeron “No”**. Historia del movimiento de los marineros antigolpistas de 1973. Vol. I, Santiago: LOM Ediciones, 2008, p.171; CORBALÁN, Carlos Tromben. **La Armada de Chile, una historia de dos siglos**. Tomo II, Santiago: RIL Ediciones, 2019, p.283 e PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018, p.86-89. Este último apresenta relações nominais que totalizam: 20 mortos (entre revoltosos e militares do Exército) e 35 sublevados feridos. Quantitativo que o autor levantou a partir das fontes que se dispôs a analisar em seu trabalho, o que não indica o total de mortos e feridos no confronto.

¹⁵³ Sobre o combate de Talcahuano, ver: PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018, p.57-86. Disponível em: <http://www.academiahistoriamilitar.cl/academia/wp-content/uploads/2018/06/Combate-Talcahuano-Sandrino-Vergara.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2022.

governo, ainda no dia 5, exigindo a imediata e incondicional rendição dos revoltosos (CORBALÁN, 2019, p.284), foi decidido então que os navios deixariam as águas calmas da baía de Coquimbo e rumariam para mar aberto, onde seria possível dar combate à aviação militar sem maiores riscos à cidade. Nessa ocasião, o Estado-Maior das Tripulações enviou uma mensagem ao governo indicando uma eventual radicalização política do movimento, que não se confirmaria:

[...] Las tripulaciones al ver la intransigencia antipatriótica del Gobierno, y al considerar que el único remedio para la situación es el cambio de régimen social, hemos decidido unirnos a las aspiraciones del pueblo y zarpa junto con nosotros una comisión de obreros que representa el sentir del proletariado de la nación, de la Federación Obrera y del Partido Comunista. La lucha civil a que nos ha inducido el Gobierno se transforma desde este momento en una revolución social (CORBALÁN, 2019, p.285).

Na manhã do dia 6 de setembro os navios deixaram a baía de Coquimbo, para onde regressaram na tarde desse mesmo dia, quando tiveram início os combates contra a aviação militar. O ataque empreendido pelos aviões não causou maiores perdas aos navios sublevados, já que apenas o submarino *Quidora* foi atingido por uma bomba, causando a morte de um marinheiro e ferindo outro (MAGASICH A., 2008, p.173). Ainda assim, contribuiu para aprofundar as divisões internas do movimento revoltoso, enfraquecendo seu núcleo decisório cuja autoridade sobre as ações das guarnições dos demais navios ficou seriamente comprometida. Diante do que havia se passado em Talcahuano e sem uma definição quanto aos rumos do movimento, as guarnições dos navios, passaram a libertar os oficiais e apresentar sua rendição. Por fim, no dia 8 de setembro, a guarnição do encouraçado *Almirante Latorre* e todos os integrantes do Estado-Maior das Tripulações renderam-se, encerrando levante da Esquadra chilena.

Ato contínuo, as lideranças do movimento e outras centenas de marinheiros foram presos e sentenciados a penas que variavam desde anos de cárcere, passando pela prisão perpétua, até a pena capital. Contudo, as penas de morte logo foram comutadas em prisão perpétua. O que se deu por razões diversas, entre as quais podemos destacar: as manifestações contra a execução dos condenados; a inércia dos comandantes das duas Divisões de Esquadra por ocasião das mobilizações iniciais em Coquimbo; a simpatia e mesmo o apoio que muitos oficiais

prestaram ao movimento sedicioso, haja vista o interesse comum na questão salarial, e a pressão social e política em favor dos marinheiros. Circunstâncias que, no contexto político significativamente conturbado, de um país com profundos problemas econômicos que contribuía para o tensionamento da cena social, concorreram para que todos os envolvidos no levante da Esquadra fossem anistiados antes do final de 1932. No entanto, como evidencia Carlos Corbalán (2019, p.291), um total de 2.142 militares foram expulsos da Marinha, dos quais 1.202 em definitivo e 592 por um período de dois anos, quantitativo que, somado aos demais militares afetados por sentenças judiciais ou medidas administrativas, representava pouco mais de 23% do efetivo de praças da Armada à época. O que, para além da crise ocasionada na Marinha com a escassez de militares qualificados em seus quadros, agravou o já degradado quadro social então vigente no Chile.

A rápida mobilização das guarnições e a organização / coordenação das ações desse levante que ora abordamos, nos leva a questionar se um movimento que foi capaz de imobilizar a Marinha chilena, ao tomar o controle de praticamente toda a Esquadra e de algumas de suas principais unidades de terra, teria sido planejado e executado em menos de uma semana. Essa questão, ainda não pacificada pela historiografia chilena que se debruça sobre esse instante histórico do país, merece uma análise mais aprofundada, o que não faremos no presente estudo. Contudo, observando outros movimentos de marinheiros que precederam esse levante e mesmo alguns que o sucederam, em outros países, podemos considerar que esses militares já gozavam de uma organização prévia em seus navios, que, associada ao domínio que exerciam sobre suas funções dentro da própria estrutura organizacional e administrativa da Armada, tornou possível mobilizarem, tempestivamente, contingentes de diferentes unidades navais espalhadas pelo extenso litoral chileno. O que contribui para um melhor entendimento da própria dinâmica do movimento e da capacidade de mobilização daqueles militares a partir de uma leitura específica do contexto político-social em que estavam inseridos e de sua realidade na Armada, em um processo de identificação e conscientização de classe, que emerge em momentos específicos e crise. O que não avaliza tampouco descarta um planejamento prévio para as ações levadas a cabo no dia 1º de

setembro de 1931. Naquele que consideramos aqui, no que afeta ao contingente e às unidades navais que foi capaz de mobilizar, bem como na virtual possibilidade em converter-se em um estalido social com potencial revolucionário, como o principal levante marinho da América Latina.

4.3 Olhar sobre as “ondas”, um breve comparativo

Vetores de difusão de ideias e tendências em um mundo em que as regiões portuárias ainda figuravam como os principais espaços de encontro entre diferentes culturas e sociedades, os homens do mar eram os elos desses contatos, sendo, ao mesmo tempo, influenciados e influenciadores nesse espaço significativamente diverso e transitório. Assim, para além da própria prática da atividade marinha e algumas de suas tradições e costumes, que muitas vezes transcendem fronteiras políticas e culturais, desde a revolta do encouraçado *Potemkin* até o movimento dos marinheiros chilenos em oposição ao golpe de Estado em seu país, no ano de 1973, essas mobilizações tanto guardam aspectos que as atravessam de modo quase transversal, como também apresentam singularidades, em especial aquelas relativas às suas sociedades e aos contextos históricos em que estavam inseridas.

Nesse sentido, tendo em conta o já mencionado pressuposto da análise historiográfica em perspectiva comparada fixado por Marc Bloch (1998, p.121), ainda que não seja o objetivo neste ponto da pesquisa aprofundar uma análise comparativa, cumpre realizarmos um breve exercício nessa direção a fim de iluminar semelhanças e diferenças entre os movimentos abordados até este instante. Apontando para aspectos que consideramos fundamentais para uma compreensão mais ampla da articulação dos marinheiros brasileiros e chilenos nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente. De modo a escapar às análises reducionistas que, ao classificar seus movimentos como “espontâneos” e / ou “manipulados”, retiram desses marinheiros-trabalhadores sua condição de sujeitos do processo histórico cujos levantes se situam historicamente em cenários politicamente tensionados e marcados por intensas disputas e mobilizações sociais, característicos da maior parte do século XX.

Inseridos em um recorte temporal marcado pela consolidação do liberalismo

político em grande parte das nações ocidentais e de práticas econômicas liberais que ressignificaram as relações entre os países e acirraram as disputas por mercados ao redor do mundo, esses movimentos ocorreram na esteira do processo de transformação das relações de trabalho e consequente mobilização das camadas trabalhadoras urbanas a partir de diferentes processos de identificação ocorridos no curso das lutas por direitos, avanços e garantias sociais e trabalhistas. No quadro do desenvolvimento e da difusão de ideais socialistas que questionavam o modelo político-econômico liberal e o lugar nele reservado às camadas trabalhadoras das sociedades, reafirmando antigas lógicas de dominação e exploração desses segmentos a partir dos interesses das “novas aristocracias liberais”. De modo que, à exceção dos levantes ocorridos na primeira década do século passado, todas as demais mobilizações marinheiras abordadas no presente estudo ocorreram em uma conjuntura histórica que o historiador Eric Hobsbawm (2003) denominou como “Breve Século XX”, durante a qual se evidenciaram o tensionamento e os pontos de ruptura desse quadro, ainda que em diferentes instantes e de maneiras distintas.

Nesse cenário, tendo sempre em conta o já citado entendimento da “nova” história militar, de que não podemos considerar os militares como apartados das sociedades que integram, ainda que guardem certa autonomia em determinados aspectos e épocas (CASTRO, IZECKSOHN e KRAAY, 2004, p.11) e que, por assim ser, que as Forças Armadas são perpassadas por todas as questões que atravessam essas sociedades. Podemos compreender que o impacto do rápido incremento tecnológico observado nas Esquadras e a decorrente transformação nas relações de trabalho a bordo dos navios de guerra, foram fundamentais para que os marinheiros assumissem papel de vanguarda em alguns dos principais movimentos revolucionários e levantes sociais do século passado, como foi possível observar no presente capítulo. Militares que, em razão da natureza da própria atividade marinheira e por força das novas capacitações técnico-profissionais, passaram a se identificar com marinheiros de outras nações e com segmentos de trabalhadores civis, com os quais compartilhavam mais que aspectos profissionais, espaços de convivência e origens sociais. Mas insatisfações, anseios e demandas sociais e trabalhistas.

Aspectos como o trato de cunho servil dispensado aos marinheiros por parte da oficialidade e a alimentação a eles oferecida, observados entre as demandas de mais da metade dos movimentos ora abordados, figuram como fatores que, para além de fontes de profunda insatisfação entre as guarnições, materializam e reforçam a forte hierarquia social mantida nas Armadas. Aspecto que remete à própria maneira como essas sociedades foram estruturadas ao longo da história, em uma perspectiva de tempo estrutural ou de longa duração de Fernand Braudel (1965), e que, nesse sentido, se mostra relativamente semelhante em todos esses eventos. Outras similaridades que merecem destaque são as reivindicações de caráter trabalhista e aquelas que transcendiam os limites das instituições navais em direção aos segmentos trabalhadores e menos favorecidos de suas sociedades. O modo como foram organizados e conduzidos, de maneira quase sempre independente e sem atuação efetiva de partidos políticos, partir da estrutura administrativa e operacional das Marinhas, também se mostra notadamente transversal na maioria absoluta das mobilizações em tela. Evidenciando que, mesmo em um processo de aproximação com segmentos de trabalhadores civis, aqueles marinheiros mantiveram a percepção de que eram militares e, nesse sentido, procuraram guardar um relativo afastamento de questões político-partidárias e das mobilizações de rua de caráter civil. Resguardando assim a “autonomia relativa em certos aspectos”, característica dos militares.

Diferenças importantes entre esses movimentos também podem ser destacadas, como a característica singular dos levantes no Brasil, em 1910, de colocar lado a lado marinheiros e fuzileiros navais, o que também seria observado anos mais tarde na AMFNB. E o funcionamento regular da ORA, na Marinha portuguesa, enquanto uma organização político-partidária atuante internamente à uma instituição armada, que, fora o caso da Rússia soviética, é outra especificidade importante.

Em que pese a comparação entre os fatos abarcar parte dos contextos em que estes se deram, evidenciando assim parecenças e dissemelhanças, o exercício comparativo também pode ser aplicado fundamentalmente aos contextos históricos em que esses eventos ocorreram. Ainda que possam parecer notadamente

próximos, eles guardam diferenças significativas, como o caso dos levantes na Espanha e em Portugal, em 1936. Enquanto o governo popular espanhol se batia contra uma tentativa de golpe de Estado de cunho fascista, em Portugal o governo constitucional consolidava um regime nacionalista de direita, pautado por uma política autoritária e violenta de viés anticomunista. Em ambos os casos, os marinheiros se sublevaram no mesmo sentido.

No intuito de facilitar a percepção dessas e outras similaridades e distinções entre esses movimentos, a tabela a seguir sintetiza: os ambientes históricos em que cada um ocorreu, seus principais objetivos e demandas, a forma como se organizaram e a repressão eventualmente empregada por governos e instituições navais contra seus integrantes.

TABELA 1 - RESUMO COMPARATIVO DOS LEVANTES MARINHEIROS	
Rússia - 1905	A revolta do encouraçado <i>Potemkin</i> se situa no contexto da intensa corrida armamentista naval levada a cabo entre as principais potências militares e industriais, onde a doutrina da “batalha decisiva” norteou as disputas pelo controle de territórios e mercados, concorrendo decisivamente, para o acelerado incremento tecnológico observado nas Esquadras a partir do último quarto do século XIX. Internamente, a Rússia czarista vivia um cenário político tensionado com o avanço das ideias liberais e socialistas que, no quadro da grave crise econômica e social vivenciada pelo país, colocava em questão os antigos privilégios das aristocracias feudais e o próprio regime monárquico.
	<u>Principais objetivos e demandas:</u> Melhor alimentação; tratamento digno por parte da oficialidade, o fim dos privilégios dos oficiais em detrimento das péssimas condições de trabalho dos marinheiros e a deposição do regime czarista.
	<u>Organização:</u> A partir de um comitê de marinheiros, com a participação ativa do POSDR.
	<u>Repressão:</u> As principais lideranças e outras dezenas de marinheiros foram executados ou enviados para campos de trabalhos forçados.
Brasil - 1910	A revolta dos marinheiros e a revolta do Batalhão Naval, ambos inseridos no contexto histórico da chamada “Revolta da Chibata”, ocorreram em um Brasil recém-saído de um regime monárquico fundamentado em séculos de comércio / trabalho escravo negro, cuja sociedade foi estruturada a partir do caráter servil das populações não-brancas e, principalmente, da lógica paternalista e

	<p>autoritária das casas-grandes. Em um momento em que o país buscava se afirmar enquanto nação moderna e pujante, investindo vultosos recursos em modernos navios de guerra no quadro da escalada armamentista naval levada a cabo entre as três potências sul-americanas.</p> <p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Fim dos castigos corporais, principalmente a chibatada, e consequente revisão do Código Disciplinar da Armada; melhores condições de trabalho; tratamento digno por parte da oficialidade; aumento dos vencimentos e alfabetização / educação formal para os marinheiros.</p> <p><u>Organização:</u> A partir de comitês a bordo dos navios.</p> <p><u>Repressão:</u> Muitos desses marinheiros e fuzileiros navais, inclusive muitas de suas principais lideranças, foram presos e/ou mortos ou executados no próprio cárcere, ou ainda deportados para “trabalhar” na região do então território do Acre, sem quaisquer julgamentos.</p>
Alemanha - 1918	<p>Inserido no quadro do processo revolucionário alemão, cerca de meio século após a unificação do país, o levante dos marinheiros de Kiel eclodiu nos estertores da Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha – já uma das principais potências militar-industrial do mundo – com um cenário interno de iminente revolução social, se submetia aos duros termos de um acordo de paz que selou sua derrota e, portanto, o fim do conflito.</p> <p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Abolição da saudação obrigatória; redução dos períodos de trabalho; mais autorizações para que pudessem se ausentar de suas unidades; o fim dos privilégios dos oficiais em detrimento das péssimas condições de trabalho dispensadas aos marinheiros; liberdade aos detidos por ocasião do descumprimento das ordens de zarpar com a Esquadra para enfrentar a força naval inglesa; fim da guerra e a deposição do regime imperial.</p> <p><u>Organização:</u> A partir de comitês a bordo dos navios, que depois se converteram em conselhos de marinheiros e soldados, estabelecendo contatos com lideranças políticas de esquerda, principalmente do USPD.</p> <p><u>Repressão:</u> Nos desdobramentos do processo revolucionário alemão, muitos desses marinheiros foram mortos, presos e/ou executados.</p>
Rússia - 1921	<p>A revolta de Kronstadt se deu em um contexto de profunda crise econômica e social vivenciada pela Rússia, devastada pela Primeira Guerra Mundial e pelos anos de guerra civil que se seguiram à revolução de 1917, cujo recém-instituído governo soviético ainda buscava consolidar seu regime político a partir de uma postura contraditória em relação às propostas revolucionárias,</p>

	<p>especialmente no que concerne à centralização política e decisória e ao rigoroso controle social por ele exercido.</p> <p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Aumento dos vencimentos; melhor alimentação; tratamento digno por parte da oficialidade; eleições imediatas, com voto secreto, para composição de novos sovietes; liberdade de imprensa e expressão para operários, camponeses, anarquistas e partidários socialistas de esquerda; fim da política do “comunismo de guerra”, com a desmobilização dos destacamentos armados nas fábricas e nos campos e a liberdade aos camponeses para trabalharem suas terras e possuírem gado, sem a contratação de trabalho empregado.</p> <p><u>Organização:</u> A partir de comitês a bordo dos navios e outras unidades militares situadas em Kronstadt, sob a autoridade de um comitê revolucionário provisório.</p> <p><u>Repressão:</u> O ataque do governo soviético à Kronstadt resultou em milhares de baixas de lado a lado, sendo outros milhares de marinheiros, soldados e operários, presos e enviados para campos de trabalhos forçados e/ou executados.</p>
Chile - 1925	<p>Mobilização que opôs segmentos da jovem e média oficialidade, sobretudo oficiais <i>mayores</i> da Armada, especialmente <i>ingenieros</i>, à parcela importante da alta oficialidade das Forças Armadas que tomaram o governo por meio de um golpe de Estado contra o presidente Arturo Alessandri, no contexto de uma profunda crise social e econômica que concorreu de modo decisivo para o enfraquecimento das antigas elites oligárquicas. Em um ambiente político-social tensionado, sob influência direta da onda revolucionária que sacudia a Europa e dos desdobramentos do conturbado cenário do Velho Continente, que colocou Exército e Marinha em posições opostas e às raias de uma nova guerra interna.</p> <p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Aumento dos vencimentos dos militares das Forças Armadas e <i>Carabineros</i>; fim das distinções de tratamento, formação e carreira oficiais <i>ejecutivos</i> e <i>ingenieros</i> e evitar uma nova guerra civil.</p> <p><u>Organização:</u> Grupos de oficiais <i>ingenieros</i>, praças e trabalhadores civis sem uma articulação mais elaborada.</p> <p><u>Repressão:</u> Não foram observadas ações mais efetivas nesse sentido.</p>
Chile - 1931	<p>No quadro da crise econômica de 1929, que castigou severamente a economia primária chilena e agravou ainda mais o já conturbado cenário político-social do país, o governo anunciou uma série de medidas visando estabilizar a</p>

	<p>economia, entre as quais um novo corte nos vencimentos do funcionalismo público, incluindo os militares.</p> <p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Não efetivar as reduções salariais; responsabilizar legalmente aqueles que tenham concorrido para a grave situação econômica do país; suspensão do pagamento da dívida externa; aumento de impostos sobre as terras improdutivas; reforma agrária; investimento de recursos das caixas de crédito no sentido de gerar empregos em indústrias, construção de moradias para os trabalhadores, etc.; redução das taxas de juros; substituição por militares do pessoal contratado nos Arsenais de Marinha; fechamento por dois anos das Escola de Grumetes, Torpedos, Comunicações, Artilharia Naval e Máquinas; reduzir para um ano o serviço naval obrigatório; melhorar a qualidade da alimentação; distribuição de fardamento gratuito ao pessoal da Marinha, nos moldes do que ocorre no Exército; melhores condições de carreira e aposentadoria e manutenção das Divisões de Esquadra em Coquimbo até que fossem atendidas as demandas apresentadas.</p> <p><u>Organização:</u> A partir de comitês a bordo dos navios sob a autoridade de um comitê central, o Estado-Maior das Tripulações.</p> <p><u>Repressão:</u> Tropas do governo atacaram unidades sublevadas em Valparaíso, Talcahuano e Coquimbo, causando dezenas de mortes entre marinheiros, soldados e trabalhadores civis sublevados e tropas governistas. Após o término do levante, milhares de marinheiros foram presos, expulsos da Marinha e/ou submetidos a outras medidas administrativas / judiciais.</p>
Inglaterra - 1931	<p>Na esteira da crise econômica que assolava as principais economias do mundo, associada ao avanço acelerado dos ideais socialistas e comunistas sobre a Europa, marinheiros da <i>Atlantic Fleet</i> optaram por reduzir suas atividades ao básico para a manutenção dos navios e seus equipamentos, recusando-se a executar ordens necessárias para que se fizessem ao mar.</p> <p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Suspensão e revisão do corte salarial aplicado ao pessoal da Marinha.</p> <p><u>Organização:</u> A partir de comitês a bordo dos navios.</p> <p><u>Repressão:</u> Como o movimento contou com uma certa convivência e mesmo o apoio de parte significativa da oficialidade naval, não houve maiores punições aos marinheiros envolvidos. Contudo, suas principais lideranças foram submetidas a “curso disciplinar” e outras centenas de marinheiros deixaram a <i>Royal Navy</i> em razão de um expurgo promovido nos meses que seguiram.</p>

Espanha - 1936	<p>Levante ocorrido no contexto da Guerra Civil Espanhola, na esteira do tensionado quadro político-social em que se encontrava o continente europeu às vésperas do que seria a Segunda Guerra Mundial. Na Marinha, enquanto parcela relevante da oficialidade naval apoiava o projeto golpista do general Francisco Franco, milhares de praças se mantinham simpáticos ao governo da Frente Popular.</p>
	<p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Impedir o golpe de Estado.</p>
	<p><u>Organização:</u> A partir de grupos que adotavam o modelo de conselhos de marinheiros a bordo dos navios.</p>
	<p><u>Repressão:</u> Durante a guerra civil e a ditadura que a ela se seguiu muitos desses marinheiros foram mortos, presos e/ou executados.</p>
Portugal - 1936	<p>Inserido no conturbado cenário europeu e sob o governo de Antônio Salazar, marcadamente nacionalista, autoritário e contrário às ideias comunistas e socialistas, Portugal posicionou-se oficialmente simpático ao projeto do general Francisco Franco na Espanha. Na Marinha, o abismo social observado entre oficiais e marinheiros concorreu decisivamente para que estes se mobilizassem a partir dos desdobramentos do conflito espanhol e do que percebiam no cenário político interno.</p>
	<p><u>Principais objetivos e demandas:</u> Melhor alimentação; aumento dos vencimentos; melhores condições de trabalho; tratamento digno por parte da oficialidade; apoiar os governistas espanhóis e impedir que o governo de Salazar prestasse qualquer apoio de caráter militar ao general Franco.</p>
	<p><u>Organização:</u> A partir de grupos que adotavam o modelo de conselhos de marinheiros a bordo dos navios, com a participação ativa do Partido Comunista Português, por meio da ORA.</p>
	<p><u>Repressão:</u> Muitas foram as baixas entre os marinheiros sublevados durante o bombardeio aos seus navios. Debelada a revolta, dezenas de marinheiros foram presos e condenados a penas de prisão e/ou trabalhos forçados.</p>

A percepção que temos após nos debruçarmos sobre esses levantes de marinheiros ocorridos em diferentes forças navais e momentos históricos, é que em todos eles se fazem presentes os contornos das lutas de classes empreendidas em suas sociedades no curso do processo histórico. É nesse sentido, a partir de uma concepção estrutural do tempo histórico, que nos cabe pensar sobre as transversalidades e especificidades entre esses movimentos. E é nessa direção que

analisaremos, a partir de agora, dois outros eventos que figuram como estágios de um longo processo de lutas por parte desses militares e que, talvez, sejam as duas últimas importantes mobilizações de marinheiros ocorridas no quadro histórico do “Breve Século XX”.

Ajustemos então o nosso foco para o referencial que mais nos interessa nesse horizonte: as mobilizações legalistas no contexto dos golpes de Estado – Brasil (1964) e Chile (1973).

5 MARINHEIROS LEGALISTAS, BRASIL (1964) E CHILE (1973): AS “CLASSES MARINHEIRAS” CONTRA OS GOLPES DE ESTADO.

Em se tratando de temáticas afetas ao campo da história do tempo presente, especialmente àquelas relacionadas ao contexto significativamente tensionado em que foram solapadas diversas democracias latino-americanas a partir da metade do último século, as mobilizações de marinheiros das Armadas de Brasil e Chile, respectivamente em 1962-1964 e 1973, levadas a cabo em instantes de absoluto esgarçamento dos limites democráticos em ambos os países, fazem parte de passados ainda muito presentes nessas sociedades, cujas memórias ainda se encontram em franca disputa.

Mesmo gozando de relevante centralidade nos contextos em que se deram os golpes de Estado nesses países, as articulações de marinheiros brasileiros, junto à Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, e chilenos, em oposição ao movimento golpista gestado internamente à *Armada de Chile*, estão ainda submetidos a um relativo silêncio historiográfico e um incômodo esquecimento institucional por parte das duas forças navais. Uma vez que, se tratando de segmentos internos às Forças Armadas que não se alinharam às intenções das cúpulas militares à época dos golpes de Estado, as fontes oficiais sobre esses marinheiros se mostram bastante fugidias e seu acesso significativamente dificultoso, característica dos vestígios desses “passados que ainda não passaram” e cujas memórias ainda “batalham”.

Ponto alto do processo histórico sobre o qual nos debruçamos durante esta análise, cujo marco inicial situa-se na emblemática revolta do encouraçado *Potemkin* e o principal aspecto transversal reside na capacidade de mobilização desses militares a partir da identificação enquanto marinheiros-trabalhadores em suas instituições navais, os movimentos sobre os quais deitaremos nossos olhares a partir deste momento figuram como episódios centrais nos desdobramentos dos contextos de notada polarização política e efervescência social que caracteriza o recorte temporal em que se encontram.

Assim, por meio, principalmente, da memória reavivada desses homens simples; marinheiros-trabalhadores que se mobilizaram a partir de demandas específicas das realidades em que se encontravam, buscando na arena política a oportunidade para alcançar seus objetivos junto aos mais altos escalões da República; procuraremos compreender as origens das tensões sociais latentes nos seios das Armadas brasileira e chilena. Identificando os espaços sociais onde se potencializaram e as razões pelas quais isso ocorreu, de modo a contribuir para uma compreensão mais ampla acerca do próprio processo de identificação entre esses militares e do modo como essas tensões concorreram para as articulações políticas daqueles marinheiros, para além dos quadros das duas instituições navais.

5.1 Guerra Fria, uma “calmaria” conjuntural

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a decorrente ascensão de Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas à condição de superpotências globais, o mundo se viu “dividido” em zonas de influência desses dois países. Contudo, a disputa entre socialistas / comunistas e liberais, seus respectivos espectros político-ideológicos e o que representavam na seara econômica e social, já se fazia presente desde o século XIX, como foi possível observar nos dois capítulos anteriores. Nesse contexto, Brasil e Chile, que, como as demais nações latino-americanas, historicamente sempre estiveram vinculadas às potências da Europa Ocidental, ainda durante o conflito passaram a adotar uma postura de absoluto alinhamento político-militar em relação aos EUA, já consolidado enquanto principal expoente econômico e militar do Ocidente. Em que pese já ocupar um espaço privilegiado nas relações com os países da América Latina, sobretudo no aspecto econômico, a guerra possibilitou aos EUA ampliar essa posição até um status hegemônico, também no que se refere ao fornecimento de materiais bélicos e ensino de doutrinas militar-naval no subcontinente, que até então tinha como principais parceiros: Inglaterra, França, Alemanha e, em menor medida, a Itália.

O ataque à Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, não apenas fez com que os EUA entrassem de fato no conflito, mas lhes evidenciou uma necessidade

estratégica premente de controle sobre o continente, no sentido de reforçar o que previa a Doutrina Monroe¹⁵⁴ e a já adotada política do “*Big Stick*”¹⁵⁵. Foi nessa direção que se desenvolveram suas relações com os países latino-americanos a partir desse instante, com os quais passou a estreitar ainda mais os vínculos militares por meio de acordos bilaterais que previam o fornecimento de equipamentos bélicos, sobretudo para aqueles que efetivamente enviariam tropas para o combate, e coordenando / apoiando suas ações de defesa desde uma perspectiva continental. Postura que se consolidaria, mesmo após o término das beligerâncias, no contexto da chamada Doutrina Truman¹⁵⁶. Com a adoção de políticas e ações em diferentes áreas, para além da diplomacia (militar), com o objetivo de estabelecer zonas de influência por meio de projeção de poder político-econômico e militar. Em uma lógica que iria pautar as relações internacionais e mesmo as políticas internas de muitos desses países durante as décadas seguintes, especialmente por meio da consolidação da chamada Doutrina de Segurança Nacional, durante um período de guerra permanentemente travada nos planos: militar, político, econômico e psicológico; na qual se evitava o confronto armado (COMBLIN, 1980, p.39), conhecido como Guerra Fria.

Nesse quadro, que tem como pano de fundo o processo histórico em que se

¹⁵⁴ Doutrina oficialmente instituída pelos EUA em 1823, durante o governo do presidente James Monroe, que, sintetizada no lema “América para os americanos”, marcava posição contra a quaisquer interferências ou a elevação da influência de nações europeias sobre os nascentes Estados americanos ou aqueles em processo de independência.

Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/monroe-doctrine#:~:text=The%20Monroe%20Doctrine%20is%20the,further%20colonization%20or%20puppet%20monarchs>. Acesso em: 09 de junho de 2022.

¹⁵⁵ O Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe, de 1904, ou política do “Big Stick”, foi um posicionamento político adotado pelo governo dos EUA durante o governo do presidente Theodore Roosevelt, que previa a atuação estadunidense como polícia no cenário internacional, especialmente nas questões regionais afetas ao continente americano, indicando, inclusive, a possibilidade de intervenção armada em caso de necessidade.

Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1899-1913/roosevelt-and-monroe-doctrine> Acesso em: 09 de junho de 2022.

¹⁵⁶ Doutrina oficialmente instituída durante o governo do presidente Harry S. Truman, em 1947, a qual estabelecia que os EUA forneceriam assistência política, militar e econômica a todas as nações democráticas sob ameaça de forças autoritárias externas ou internas. A Doutrina Truman foi externada pelo presidente durante um discurso antes de uma sessão conjunta do Congresso, em 12 de março desse ano. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/truman-doctrine#:~:text=With%20the%20Truman%20Doctrine%2C%20President,external%20or%20internal%20authoritarian%20forces>. Acesso em: 09 de junho de 2022.

desenvolveram o sistema capitalista moderno e suas contradições, as nações latino-americanas, que desde sempre ocuparam posições periféricas nesse cenário, passaram a orbitar na área de atuação dos EUA. Que procurou cimentar esse alinhamento por intermédio da fixação de convenções e a criação de organismos supranacionais que previam, entre outras coisas, o auxílio mútuo entre as nações do continente americano em caso de necessidade. Foi nesse escopo que, ainda nos meses de fevereiro e março de 1945, foi realizada a Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, na Cidade do México, em cuja ata final¹⁵⁷, ratificada por todas as nações, considerava-se “indispensável a existência de um organismo militar permanente” e reforçava-se a resolução da Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no ano de 1940, em Havana, no sentido de afirmar que “as Repúblicas do Continente se declaravam solidárias, ao ponto de que qualquer ameaça ou ataque a uma delas constituir um ataque ou ameaça a todas”. Cerca de dois anos depois, em setembro de 1947, já no contexto da Doutrina Truman, foi realizada a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi celebrado o Tratado de Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹⁵⁸, que, segundo informa a própria Organização dos Estados Americanos (OEA):

“[...] com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, era um modo de assegurar a autodefesa coletiva legítima no caso de um ataque de potência estrangeira de fora da região e decidir ações conjuntas no caso de um conflito entre dois Estados partes do tratado”¹⁵⁹.

Fundamentalmente voltado para questões de defesa mútua, o TIAR ampliava o alcance de dispositivos já previstos na ata da Conferência de 1945, com foco nas ameaças que o cenário de Guerra Fria então apresentava. Nesse intuito, cumpre

¹⁵⁷ Ata final da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz – Cidade do México, 21 de fevereiro a 8 de março de 1945. Disponível em: <https://www.dipublico.org/conferencias-diplomaticas-naciones-unidas/conferencias-inter-americanas/conf-inter-amer-1945-1954/conferencia-interamericana-sobre-problemas-de-la-guerra-y-de-la-paz-ciudad-de-mexico-21-de-febrero-al-8-de-marzo-de-1945/> Acesso em: 08 de junho de 2022.

¹⁵⁸ Tratado de Interamericano de Assistência Recíproca. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/spanish/Tratados/b-29.html> Acesso em: 16 de junho de 2022.

¹⁵⁹ História da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp Acesso em: 08 de junho de 2022.

destacar seus seguintes artigos:

Art. 3º - 1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes, se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

Art. 6º - Se a inviolabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano for atingida por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extracontinental ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxílio do agredido, ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no Continente.

Nessa esteira, logo no ano seguinte, por ocasião da Nona Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, foi celebrada a Carta da Organização dos Estados Americanos¹⁶⁰, na qual, segundo seu Artigo 1º, esses países consagravam:

[...] a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência.

Todo esse arcabouço, que notadamente buscava fortalecer as relações entre as nações americanas, com destaque para a defesa mútua, concorria para aumentar a dependência latino-americana em relação aos EUA e assegurar o efetivo controle do continente por meio do total e incontestado alinhamento político-militar desses países em sua “órbita mais próxima”. De acordo com Jorge Magasich Airola (2008, p.189):

A nova coalisão da Guerra Fria reservava aos Estados latino-americanos os contornos de um protetorado: perdendo a possibilidade de desenvolver uma política externa independente e podendo decidir sua política interior somente quando as decisões não afetassem os objetivos da Guerra Fria. Contrariamente à relativa independência anterior, não se aceitam posicionamentos neutros ou não alinhados.

¹⁶⁰ Carta da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch1 Acesso em: 08 de junho de 2022.

Essa percepção se comprova na prática quando observamos a onda de golpes de Estado que solaparam as democracias de diferentes países da subcontinente durante esse período. Em especial, para o que nos interessa neste capítulo, os casos de Brasil e Chile são notadamente emblemáticos, pois, gozando de certa normalidade institucional e com os respectivos governos de João Goulart e Salvador Allende eleitos à luz de suas Constituições, buscavam estabelecer políticas internas e externas relativamente independentes e fora do padrão de alinhamento preconizado pelos EUA.

Celebrando acordos bilaterais, os *Mutual Defense Assistance Pact*¹⁶¹, o governo estadunidense passou a transferir para diversos países da América Latina uma gama de excedentes de equipamentos bélicos que compunham seus arsenais da Segunda Guerra, sob forma de empréstimos, doações ou vendas subvencionadas. Concorrendo para acentuar o endividamento e o atraso industrial / tecnológico desses países e, conseqüentemente, sua dependência econômica em relação aos EUA. No que afeta ao aspecto político, esses pactos ampliavam sobremaneira o alcance da influência estadunidense sobre esses Estados, possibilitando, inclusive, intervenções de diferentes naturezas em suas políticas interna e externa. Adicionalmente, no campo militar favorecia à padronização de meios e doutrinas operacionais para atuação conjunta, tanto no enfrentamento às potenciais ameaças externas, quanto aos inimigos internos a elas vinculados.

No Brasil, que desde 1922 já recebia missões navais estadunidenses¹⁶² com o objetivo de modernizar a estrutura e os procedimentos de sua força naval e cuja atuação militar na Segunda Guerra Mundial se deu sob a coordenação das Forças

¹⁶¹ Firmados com base no *Mutual Defense Assistance Act*, assinado pelo presidente Harry S. Truman, em 6 de outubro de 1949, esses pactos também foram celebrados com países não-americanos. Discurso do presidente Truman por ocasião da assinatura do Ato, disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/statement-the-president-upon-signing-the-mutual-defense-assistance-act> Acesso em: 09 de junho de 2022. Ver também a aplicação do *Mutual Defense Assistance Act* em apoio às nações europeias signatárias do Tratado do Atlântico Norte, cujo pedido de assistência aos EUA foi formalmente realizado um dia após a assinatura do referido Tratado, em 5 de abril de 1949. Disponível em: <https://www.nato.int/archives/1st5years/chapters/3.htm> Acesso em: 09 de junho de 2022.

¹⁶² Sobre a Missão Naval Estadunidense de 1922, ver: AMARAL, Misael Henrique Silva do. O desenvolvimento da Marinha brasileira e a relações militares entre Brasil e EUA a partir da Missão Naval Americana de 1922. **Dia-logos**. Rio de Janeiro. v.10, n.2, p.52-61, 2016.

Armadas dos Estados Unidos, esse alinhamento encontrava eco sobretudo na oficialidade que havia vivenciado a experiência da guerra junto aos contingentes desse país, tanto na Europa, quanto no Atlântico. A Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a recém-criada Força Aérea Brasileira¹⁶³; que atuaram subordinados, respectivamente, ao Comando da 4ª Esquadra da *US Navy*, ao 5º Exército dos Estados Unidos e ao 350º Grupo de Caça da *US Air Force*; encontravam-se em situação de severo despreparo material quando o Brasil, após uma sequência de ataques do submarino alemão U-507 que afundou seis navios mercantes brasileiros no litoral do país¹⁶⁴, declarou-se em estado de guerra¹⁶⁵ contra Alemanha e a Itália. Quadro que foi bastante atenuado com a instituição do *Lend-Lease Act*¹⁶⁶, que possibilitou ao Brasil a obtenção de créditos de 200 milhões de dólares para aparelhamento e adequação de suas forças combatentes. Desse montante, coube à Marinha o valor de 50 milhões de dólares, além de mais de vinte navios da *US Navy* cedidos à Armada brasileira, cujo aluguel foi computado em uma linha de crédito à parte (CASTRO, 2018, p.249). Em relação a esses navios, cabe destacar que, por ocasião do término do conflito, sua cessão ao Brasil foi tornada permanente – sob a condição de não serem repassados a outros países – e o valor referente ao aluguel não foi incluído nas negociações da dívida brasileira atinente ao *lend-lease* (CASTRO, 2018, p.249). Toda essa iniciativa configurou um esboço dos Acordos de Assistência Militar, pactos bilaterais que, poucos anos depois, seriam firmados no contexto do *Mutual Defense Assistance Pact*.

Junto com os novos equipamentos e meios de combate, oficiais e praças

¹⁶³ O Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941, criou o Ministério da Aeronáutica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 09 de junho de 2022.

¹⁶⁴ Sobre os ataques aos navios brasileiros e a atuação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ver: CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. A participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: ABREU, Guilherme Mattos de (Org.). **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

¹⁶⁵ Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-10358-31-agosto-1942-467907-norma-pe.html> Acesso em: 16 de junho de 1942.

¹⁶⁶ A *Lend-Lease Act* (Lei de Empréstimos e Arrendamentos), aprovada em 11 de março de 1941, permitiu aos EUA arrendar ou emprestar suprimentos de guerra a qualquer país considerado essencial para sua defesa. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/lend-lease-act> Acesso em: 16 de junho de 2022.

brasileiros receberam treinamento militar, operacional e doutrinário, por parte dos militares estadunidenses. Esse contato com novas tecnologias e doutrinas militares, somado à experiência em combate incorporados às forças dos Estados Unidos, exerceram importante influência sobre as tropas brasileiras, especialmente sobre a oficialidade. Concorrendo, de modo decisivo, para o alinhamento político-ideológico e militar das Forças Armadas do Brasil em relação aos EUA. Postura que se materializou com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, cujo primeiro diretor foi o marechal Cordeiro de Farias, oficial que integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) atuando no *front* europeu junto às tropas estadunidenses.

Conforme seu histórico, a ESG foi concebida:

[...] sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria. Esses militares acreditavam que o País poderia tornar-se uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de planejamento próprio¹⁶⁷.

Nesse sentido, tendo em conta as experiências da guerra, sobretudo no que se refere à percepção do atraso tecnológico em que se encontrava o Brasil, a ESG solidificou e difundiu, junto às elites militar e civil¹⁶⁸ do país, a ideia de alinhamento aos EUA, especialmente no que afeta à Doutrina de Segurança Nacional que, em um cenário internacional de Guerra Fria, pautava-se por um anticomunismo que interpretava como ameaça quaisquer manifestações políticas e/ou sociais de cunho popular que buscassem avanços em direitos e garantias no exercício de suas liberdades (COMBLIN, 1980, p.17). Sendo a Segurança Nacional compreendida como:

[...] “a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos à todas as forças oponentes [...] desfaz a distinção entre política externa e política interna. O inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país”. (COMBLIN, 1980, p.54-56)

¹⁶⁷ Histórico da Escola Superior de Guerra. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/a-esg/historico-1> Acesso em: 09 de junho de 2022.

¹⁶⁸ Já a partir de 1951 a ESG passou a receber “além de militares dos estamentos superiores das três forças, também a contribuição de civis do mais alto nível dos diversos segmentos profissionais da sociedade”. Ver: histórico da Escola Superior de Guerra.

Em uma concepção de unidade continental contra eventuais “ameaças externas”, especificamente a influência das potências comunistas na região.

No que se refere ao Chile, em que pese sua sociedade experimental, desde as primeiras décadas do século XX, uma importante polarização política entre os segmentos vinculados às elites orgânicas do país / capital estrangeiro e aqueles associados às camadas médias / trabalhadoras que avançavam a nível global, na esteira das contradições do modelo político-econômico liberal. Situação que concorreu para o fortalecimento e expansão de uma filosofia “anticomunista” no país¹⁶⁹. Diferente do Brasil, o Chile manteve um relativo afastamento político e militar no que concerne aos Estados Unidos até a Segunda Guerra Mundial, privilegiando as relações com outras potências, como a Inglaterra, origem da maior parte dos navios da Armada chilena até esse conflito e cuja Marinha mantinha missões navais no país e dispensava cursos e treinamentos à sua oficialidade naval. Ainda que a participação chilena na guerra não tenha sido tão efetiva quanto a do Brasil, haja vista somente em ter ingressado no conflito em abril de 1945, quando declarou estado de guerra em relação ao Japão¹⁷⁰, o Chile também foi contemplado pelo *Lend-Lease Act* com créditos em dólar e a cessão de equipamentos bélicos, além do estabelecimento da primeira missão naval estadunidense no país, antes mesmo da declaração oficial de guerra (CORBALÁN, 2019, p.352-353). Desse modo, semelhante ao caso brasileiro, ao fim do conflito mundial as Forças Armadas chilenas tinham os EUA como seu principal fornecedor de materiais bélicos, inclusive belonaves, e referência em tecnologia e doutrina militar-naval.

Situação que se verificou em todo o continente americano e que se viu reforçada pelas supramencionadas ações no campo diplomático em nível continental. Consolidando a absoluta hegemonia político-econômica e militar dos

¹⁶⁹ Sobre o desenvolvimento do anticomunismo no Chile, ver: PINTO, Raúl Burgos. Aproximaciones a la construcción del anticomunismo em la derecha política conservadora en Chile, 1941-1948. **Estudios Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v.40, n.2, p.258-276, jul.-dez., 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/18280/12643> Acesso em: 28 de junho de 2022.

¹⁷⁰ Lei nº 8.109, de 11 de abril de 1945. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1045158> Acesso em: 16 de junho de 2022.

EUA na América Latina e, principalmente, o alinhamento e o caráter complementar das instituições armadas dos países do subcontinente em relação à política estadunidense frente às “novas ameaças” que emergiram no cenário internacional no quadro da Guerra Fria. O que se intensificou ainda mais quando, já a partir de 1952, Acordos Assistência Militar passaram a ser firmados entre EUA e diversos países latino-americanos. Tendo Chile e Brasil assinado os seus em 1952 e 1953, respectivamente.

No âmbito doutrinário; antes mesmo do Brasil com a Escola Superior de Guerra, que se espelhava no *National War College*, dos EUA; foi criada no Chile a *Academia de Defensa Nacional*, em 1947, cuja estrutura e denominação foram alteradas em 1974, quando passou a *Academia Superior de Seguridad Nacional*, hoje *Academia Nacional de Estudios Políticos e Estratégicos*¹⁷¹. Instituição por meio da qual foi difundida em alto nível a ideologia anticomunista e onde a Doutrina de Segurança Nacional passou a ser pensada e, conseqüentemente, consolidada no âmbito das elites sociais, civis e militares, do país (COMBLIN, 1980, p.21-23).

A absoluta preponderância estadunidense sobre a América Latina e a decorrente vulnerabilidade dos países do subcontinente em relação aos seus interesses e variações político-econômicas se verificava na medida em que os EUA:

Pela primeira vez na História (*sic.*), adquiriam o virtual monopólio de influência na região, constituindo praticamente sua única fonte de capitais, da assistência técnica e militar e seu mais importante mercado: quase 60% das importações latino-americanas no triênio 1946-48 provinham dos EUA, que absorviam quase metade das exportações latino-americanas (FAUSTO, 2007, p.73-74).

Nesse panorama, no qual os EUA concentravam seus esforços econômicos na recuperação e apoio aos seus parceiros europeus, enquanto reservava importância à América Latina apenas no que afetava à segurança continental contra ameaças atinentes ao bloco comunista, aspecto em que cumpre destacar o golpes de Estado no Paraguai e na Guatemala¹⁷², em 1954. Os países latino-americanos;

¹⁷¹ Histórico da *Academia Nacional de Estudios Políticos e Estratégicos*, disponível em: <https://anepe.cl/quienes-somos/#historia> Acesso em: 28 de junho de 2022.

¹⁷² O golpe de Estado que derrubou o presidente guatemalteco Jacobo Arbenz Guzmán, eleito democraticamente, e “marcou o fim de duas décadas de não-interferência direta e armada dos EUA

cujas economias, notadamente dependentes dos EUA, se encontravam significativamente fragilizadas em razão do alto índice de endividamento, industrialização débil e situação desfavorável no mercado internacional de matérias-primas, associado à prevalência da pauta anticomunista sobre quaisquer outras; passaram a pressionar os Estados Unidos pela adoção de iniciativas que favorecessem o desenvolvimento econômico e o combate à miséria. Foi nesse sentido que o governo brasileiro, durante a administração presidente Juscelino Kubitschek, propôs a Operação Pan-Americana (OPA)¹⁷³, com foco no estabelecimento de políticas de preços mais favoráveis às matérias-primas de origem latino-americana exportadas aos EUA e de estímulo à industrialização dos países da região.

Ainda que tenham sido observados avanços como a fixação das bases do que seria o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de um grupo especial de trabalho na OEA, denominado “Comitê dos 21”, incumbido de analisar a viabilidade das propostas da OPA, o governo dos EUA seguia resistente às pressões latino-americanas. Postura que se alterou após a Revolução Cubana, em 1959, quando ficou patente a urgência da implementação de ações que possibilitassem o enfrentamento à miséria, ao subdesenvolvimento e à desigualdade social extrema observada nos países da América Latina, condições que figuravam como fatores de extrema insatisfação popular e, portanto, como ameaças internas de real potencial subversivo. Foi nesse ambiente que, em agosto de 1961, foi assinada a Carta de Punta del Este¹⁷⁴, que lançava a Aliança para o Progresso, sob inspiração da OPA, consagrando as recomendações resultantes dos trabalhos do “Comitê dos 21”, apresentadas durante a Conferência de Bogotá, em 1960, reconhecendo a premência de ações que possibilitassem profundas transformações sociais, econômicas e políticas na região.

em assuntos de política interna dos países latino-americanos” (FAUSTO, 2007, p.109), inaugurando nesse ano, junto com o golpe no Paraguai, uma sequência que deterioraria significativamente as democracias do subcontinente nas duas décadas seguintes.

¹⁷³ Ver: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III O Brasil republicano, v.11 Economia e cultura (1930-1964), 4ªed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

¹⁷⁴ Disponível em: <https://www.dipublico.org/119066/carta-de-punta-del-este-1961/> Acesso em: 17 de junho de 2022.

O avanço de políticas como as relacionadas à Aliança para o Progresso e de outras iniciativas capitaneadas pelo governo estadunidense; nos âmbitos diplomático, econômico e militar; ampliaram a supremacia e a influência dos EUA sobre o continente americano. O que também podia ser observado, ainda que em menor medida, em uma escala global. Dinâmica na qual se situam historicamente as turbulentas décadas de 1960 e 1970, período de intensas mobilizações populares, sobretudo estudantis, de caráter contestatório e em busca de mudanças políticas, econômicas e, principalmente, por avanços em direitos civis e garantias sociais. Em diferentes pontos do globo, segmentos populares mais esclarecidos, trabalhadores urbanos e camponeses articularam-se em manifestações de protesto e outras ações contra a postura belicista adotada pelas principais potências mundiais e aos conflitos armados e regimes de exceção entabulados na esteira do estado de permanente beligerância estabelecido no contexto da Guerra Fria.

É nesse ambiente notadamente polarizado, caracterizado pela intensa mobilização política e social dos segmentos populares, que estão inseridos os processos de ruptura democrática levados a cabo em diversos países da América Latina. Conduzidos por importantes segmentos de suas Forças Armadas e sociedades civis, com o apoio e, em diferentes medidas, coordenação dos EUA, esses golpes de Estado se enquadram na lógica de Segurança Nacional difundida a partir dos EUA, que primava pela contenção a potenciais e reais avanços de movimentos político-sociais e iniciativas políticas que pudessem favorecer a implementação de governos que de alguma maneira tendessem à esquerda, se afastando da órbita de influência estadunidense no subcontinente, como ocorrido em Cuba. Sentido em que se destaca a relevância das ações de “aproximação” e “controle” adotadas pelos EUA em relação aos países latino-americanos desde a Segunda Guerra Mundial. As quais, devidamente consolidadas ao longo dos anos, deitaram raízes nos campos político-ideológico e militar, além de comprometer esses Estados no que se refere ao aspecto econômico, possibilitando o adequado enfrentamento às potenciais ameaças internas, sobretudo na conjuntura tensionada dos anos 1960 e 1970, os quais podemos, talvez, considerar como o clímax do “Breve Século XX”.

Foi nesse cenário multifacetado que marinheiros brasileiros e chilenos se levantaram e enfrentaram as primeiras “ondas” de uma “tormenta” que se abateu sobre suas sociedades, iniciando regimes ditatoriais que durariam décadas em ambos os países. É sobre suas mobilizações que passaremos a nos debruçar a partir deste momento.

5.2 “Herdeiros do “Almirante Negro””, AMFNB (1962-1964)

Com suas origens na Marinha Portuguesa, a Marinha do Brasil, mesmo após a independência política e ainda durante a República, preservou muitas de suas tradições e regulamentos, em especial aqueles afetos à manutenção do status aristocrático e elitista de sua oficialidade e servil da marinhagem. Esse aspecto coloca em destaque o fator étnico-racial associado ao elemento negro, muito presente na constituição da sociedade brasileira e, conseqüentemente, na formação da própria instituição militar-naval do país, como foi possível observar no capítulo anterior. Nesse sentido, cumpre destacar o simbolismo da manutenção de determinados costumes e tradições, como o fato de – em que pese não ser uma particularidade da Marinha brasileira – ainda hoje seu Regulamento de Uniformes¹⁷⁵ preconizar para oficiais, suboficiais e sargentos; a possibilidade da utilização de sapatos brancos em conjunto com a farda branca, característica da força naval, enquanto cabos, soldados e marinheiros devem utilizar o calçado preto. Normatização que nos foi possível observar deste modo, pelo menos, desde o Plano de Uniformes para o Corpo da Armada e Classes Anexas, de 1895¹⁷⁶. Considerando que a grande maioria dos marinheiros era composta por pretos ou pardos, o fato de manter seus pés “negros” quando fardados de branco, aparentando estarem descalços, é bastante emblemático e, indubitavelmente, nos remete a um passado senhorial e escravista não tão distante dos marinheiros de 1964 e, menos ainda, daqueles de 1910.

¹⁷⁵ Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil, disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dabm/rumb> Acesso em: 18 de junho de 2022.

¹⁷⁶ Decreto nº 2.036 de 4 de julho de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2036-4-julho-1895-519634-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 de junho de 2022.

Assim, a partir de uma perspectiva estrutural do tempo histórico, podemos depreender que, no que concerne aos marinheiros brasileiros, o movimento conhecido como “Revolta da Chibata” se constitui enquanto marco de um processo de identificação, em uma cotidianidade significativamente marcada por relações de dominação e resistência. Sendo João Cândido, para além de liderança daquele movimento e sujeito histórico de seu tempo, o símbolo e representante maior desse processo contínuo de identificação e tomada de consciência. Percepção muito presente na memória dos marinheiros brasileiros, em especial daqueles que se articularam pela fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, em 1962, como Avelino Bioen Capitani, uma de suas principais lideranças:

A história da revolta da Chibata estava gravada na memória dos marinheiros. Foi uma das primeiras histórias que me contaram ao chegar no quartel. [...] Contada de geração em geração, ao longo dos tempos, um forte sentimento de injustiça percorria os porões e convés dos navios. João Cândido, um simples marinheiro que ficou conhecido como Almirante negro, sublevou toda a esquadra de navios brasileiros contra o castigo físico da Chibata, entre outras reivindicações. Conseguiu acabar com a Chibata, trocando o castigo físico por outro moral: o livro de Cortico [Pórtico]¹⁷⁷ (*sic.*) (CAPITANI, 1997, p.17)

Como poderemos observar mais à frente, essa condição de destaque conferida a João Cândido em relação aos marinheiros se evidencia, principalmente, pelo fato dele estar presente nos dois principais momentos dessa “marcha”. Aspecto destacado por outra liderança da AMFNB, Antônio Duarte, que em seu relato afirma o seguinte: “É bom lembrar aqui que João Cândido ainda estava vivo, e a revolta que ele havia comandado estava presente na mente dos marinheiros dos anos de 1960, ou seja cinquenta anos após”.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Possivelmente, Avelino Capitani se refere ao Livro de Contravenções Disciplinares, também conhecido como Livro de Pórtico / Livro de Castigo, onde são registradas as contravenções disciplinares cometidas pelos praças e o resultado das audiências disciplinares com o comandante do navio ou quartel, responsável por admoestar ou punir o eventual contraventor. Como poderemos observar mais adiante, esse recurso administrativo poderia impactar sobremaneira na carreira desses militares.

¹⁷⁸ Relato do ex-marinheiro Antônio Duarte dos Santos intitulado “O mar contra os mariscos”, conferido ao historiador Flávio Luís Rodrigues e por este cedido a mim para a presente pesquisa. Ver: RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

José Alípio Ribeiro (2011), ex-integrante da associação “fuzinauta”, também destaca a relação com o levante de 1910 e indica uma das principais demandas internas dos marinheiros que se mobilizaram em torno dessa entidade:

[...] a nossa luta para a defesa da cidadania é uma continuação daquela luta que os marinheiros em 1910 tiveram para abolir a chibata, o castigo físico. No nosso caso para abolir o castigo moral, não tinha o castigo físico, mas teve esse castigo moral com um livro que chamava “*livro de castigo*”. Se é livro de castigo é um castigo, entende?! Quer dizer, não tinha a chibata, o castigo físico, mas tinha o castigo moral. [Grifos nossos]

João Cândido, que em 1910 pleiteava o fim dos castigos corporais que ainda açoitavam o dorso de muitos marinheiros, em 1962, com a fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, representava a continuidade da luta dos marinheiros, naquele instante pelo fim da “chibata moral” que persistia em “açoitar a alma” de todos eles. Reforçando, diuturnamente; por meio de tradições, regulamentos e “normas surdas” (THOMPSON, 2001, p.235); a colocação social que lhes era devida, marcada pelo caráter de submissão e inferioridade sociais, em uma hierarquia que transbordava os limites da instituição naval.

Destarte, para um melhor entendimento acerca do processo de mobilização desses militares, cabe uma breve explanação sobre alguns aspectos atinentes à sua formação militar-naval e carreira.

Ainda no início do século XX, buscando maneiras de não depender tanto do modelo de recrutamento herdado do período imperial, a Marinha passou a estimular o alistamento de jovens¹⁷⁹ nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros. Dessa maneira, ao aceitar o alistamento de menores entre 12 e 16 anos nas EAM, a administração naval intencionava, por meio desses meninos, uma renovação para seus quadros de marinheiros nacionais e, principalmente, evitar a dependência do recrutamento de indivíduos oriundos das instituições policiais e judiciárias que, na maioria dos casos, já tinham uma vivência maior no meio civil, demandando assim um esforço maior da instituição para adaptá-los à rígida disciplina naval e à própria atividade marinha.

¹⁷⁹ Conforme Decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907, que dava novo regulamento às Escolas de Aprendizes-Marinheiros, a idade para ingresso nas EAM era entre doze e dezesseis anos. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6582-1-agosto-1907-514091-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

No ano de 1907, as EAM se encontravam distribuídas por quase todos os estados do país¹⁸⁰, sendo elas divididas em duas categorias, a saber: escolas modelo (Rio Grande do Norte, Bahia, Distrito Federal e Rio Grande do Sul) e escolas primárias (nos demais estados marítimos do país e nos estados do Amazonas e Mato Grosso)¹⁸¹. Nas escolas primárias os alunos passavam um ano, onde cursavam disciplinas como português e aritmética, e ainda outras disciplinas básicas do ensino profissional marítimo¹⁸². Após esse período, os jovens seguiam para as escolas modelo, onde passariam dois anos cursando disciplinas tanto do ensino regular quanto profissional marítimo e militar-naval¹⁸³.

No ano de 1939 estavam funcionando apenas seis escolas, das quais quatro situadas nas regiões Norte e Nordeste do país, a saber: Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Rio de Janeiro¹⁸⁴. Indicativo da naturalidade de parcela considerável desses marinheiros que se manteve durante todo o século passado. O que confere uma ideia sobre suas origens sociais e vem corroborar o posicionamento do almirante Alexandrino de Alencar quando, ao sugerir o fechamento de diversas EAM ao Presidente da República, afirmou o seguinte: “Não ousou propor a extinção da escola do Ceará [...] à vista da facilidade de ali obter-se bom pessoal e em abundância”¹⁸⁵. Naquele mesmo ano, o então ministro da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, sugeriu ao Presidente que fossem ampliadas as escolas situadas nos estados da Bahia, Pernambuco e Santa Catarina, e ainda, que fossem reestabelecidas – em edifícios próprios e remodelados – aquelas dos estados do Rio Grande do Sul e Ceará. Tendo em conta o aumento da demanda por pessoal devido a aquisição de novos navios e o surgimento de novas atividades inerentes às tecnologias que então se apresentavam, o almirante Henrique Guilhem ressaltava a necessidade do aumento

¹⁸⁰ No ano de 1907 existiam funcionando EAM nos seguintes estados: Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Capital Federal. Por força do Decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907, foram criadas ainda as escolas do Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo.

¹⁸¹ Art. 5º e 6º do Decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907.

¹⁸² Art. 12, 13 e 14 do Decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907.

¹⁸³ Art. 16, 17 e 18 do Decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907.

¹⁸⁴ Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1937-1939, p.177. ARQMAR

¹⁸⁵ Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1915, p.70. ARQMAR

da “produção das escolas para evitar que se recorra ao voluntariado ou ao sorteio”¹⁸⁶.

Desse modo, mesmo variando a quantidade de escolas em funcionamento ao longo dos anos, sobretudo por questões financeiras, e, considerando o constante avanço tecnológico da Marinha, a administração naval empenhou-se, desde os anos iniciais do séc. XX, na formação básica e militar-naval de seus futuros marinheiros, para que fossem utilizados o mínimo possível os recursos do voluntariado e/ou do sorteio.

Destarte, na já mencionada conjuntura da segunda metade dos anos 1950 e início da década de 1960, quando a maioria dos marinheiros envolvidos no movimento da AMFNB iniciou sua carreira na Marinha e a força naval brasileira procurava transitar de um estágio de obsolescência, no qual se encontrava durante a Segunda Guerra Mundial, para uma condição mais moderna e adequada à realidade que se impunha à posição do país no contexto da Guerra Fria, apenas quatro EAM estavam em funcionamento nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina. As quais o ministro da Marinha, almirante de esquadra Jorge do Passo Mattoso Maia, em seu relatório anual encaminhado ao presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, dizia que recrutavam os seus alunos entre as famílias mais pobres daqueles estados¹⁸⁷. Considerando estas palavras do ministro e o fato de que aquelas escolas atendiam em maior parte a demanda da Armada por pessoal subalterno¹⁸⁸, podemos compreender melhor as razões pelas quais a maioria dos marinheiros envolvidos diretamente com a AMFNB servia embarcada e era oriunda da região Nordeste¹⁸⁹ do país.

Com “novos” navios e equipamentos navais; além de doutrinas organizacionais, administrativas e operacionais; que compunham os pacotes de

¹⁸⁶ Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1937-1939, p.177. ARQMAR

¹⁸⁷ Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1959, p.14. ARQMAR

¹⁸⁸ Termo empregado à época pela Marinha do Brasil em seus regulamentos para fazer referência aos praças.

¹⁸⁹ Observando o quantitativo de marinheiros atuados no processo nº 8.167 da 1ª Auditoria da Marinha, com base no Art. 130 §1 do Código Penal Militar (motim ou revolta), é possível perceber que os militares de origem nordestina representavam mais que o dobro do quantitativo daqueles oriundos das demais regiões do país, a saber: 197 contra 86 militares, respectivamente (CASTRO, 2016, p.103-104).

“ajuda” recebidos dos EUA no âmbito dos Acordos de Assistência Militar, a Marinha passava por importantes transformações materiais e doutrinárias. Que impactaram diretamente sobre sua tropa nesse período, sobretudo naqueles que lidavam diretamente com essas novas tecnologias, os praças. Que passaram a dedicar cada vez mais tempo de suas carreiras ao estudo, realizando cursos de especialização e aperfeiçoamento em diferentes áreas do conhecimento técnico-profissional, em detrimento da prática essencialmente militar. Em um processo de profissionalização de caráter técnico, já abordado neste estudo, percebido por Avelino Capitani (1997, p.19) da seguinte maneira:

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Marinha brasileira precisou se modernizar [...] Com o incremento tecnológico, o marinheiro tornou-se um *operário especializado*, trocando o trabalho de puxar corda, levantar velame e esfregar convés, por complicados cálculos, manobras difíceis e operação de máquinas complexas. [Grifo nosso]

Ao final da década de 1950, o pessoal subalterno da Marinha do Brasil estava organizado em dois diferentes “corpos”, nos quais o jovem poderia ingressar e seguir carreira, a saber: o Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais (CPSCFN) e o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada (CPSA). O primeiro, constituído por militares do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), tinha como finalidades: participar de operações anfíbias e assegurar a defesa imediata e a guarda de bases e estabelecimentos navais¹⁹⁰. Como o CFN estava estruturado à semelhança das grandes unidades de Exército, adaptado às particularidades das ações de caráter naval, seu pessoal subalterno tinha uma carreira bastante diferente de seus pares da Armada – regida inclusive por regulamentos distintos – desde a seleção e ingresso na força naval até suas qualificações profissionais e denominações das graduações iniciais.

Conforme o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais¹⁹¹, o ingresso no CFN se dava por intermédio de voluntariado e

¹⁹⁰ Decreto nº 27.956 de 4 de abril de 1950, aprova e manda executar o Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-27956-4-abril-1950-324098-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de junho de 2022.

¹⁹¹ Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível:

aprovação / classificação em provas de conhecimentos, sendo permitido a menores de vinte e um anos mediante apresentação de permissão legal do pai ou tutor. Caso aprovado e classificado, o voluntário ingressava no CPSCFN na graduação de soldado recruta, devendo obter aprovação em exame de suficiência ao final de um determinado período, para então ser promovido à graduação de soldado de segunda classe. Segundo o mesmo regulamento, partir desta graduação o subalterno poderia realizar dos cursos de especialização em algum dos três Ramos Gerais, nos quais todo pessoal subalterno do CFN estava distribuído e dentro dos quais poderiam cursar as mais diversas especializações, a saber: Ramo Geral de Fileira (composto pelas especialidades de Infantaria, Artilharia ou Engenharia); Ramo Geral de Serviços Especiais (compreendia as qualificações de Escrevente, Sinaleiro, Telegrafista, Enfermeiro, Músico, Corneteiro/Tambores e Motorista) e Ramo Geral de Artífice (onde Carpinteiros, Eletricistas, Torneiros, Sapateiros, Soldadores, Ferreiros e Bombeiros Hidráulicos eram lotados).

Já o CPSA compunha a estrutura responsável por, de fato, manter a força naval em pleno funcionamento. Esse era o maior dos dois e onde estava concentrada a maior parte dos praças da Marinha, cuja principal atribuição era o guarnecimento dos navios e demais embarcações da Armada, tanto no mar quanto nas águas interiores do país. De acordo com o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada¹⁹², o ingresso desses militares na Marinha ocorria principalmente por meio das EAM. Contudo, o mesmo regulamento previa também o recurso do voluntariado e/ou convocação, quando a quantidade de marinheiros formados pelas escolas de aprendizes não atendesse integralmente à demanda da Armada. Os convocados deveriam ter entre 18 e 25 anos e não realizavam nenhum tipo de prova ou exame de admissão, sendo-lhes exigida apenas aptidão física comprovada em inspeção de saúde. Já os voluntários deveriam ter entre 17 e 25 anos de idade e eram admitidos mediante prova de seleção, razão pela qual

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28880-20-novembro-1950-331832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de junho de 2022.

¹⁹² Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 de junho 2022.

deveriam ser alfabetizados. Tanto voluntários quanto convocados passavam por um período de adaptação/instrução que normalmente era conduzido nas Escolas de Formação de Reservistas Navais (EFRN) existentes em diversos estados do país. Durante esse período, a exemplo dos aprendizes nas EAM, ocupavam as graduações de grumetes ou taifeiros¹⁹³ de segunda classe. Ao final do período de adaptação/instrução, em caso de bom aproveitamento, eram promovidos à graduação de marinheiro de segunda classe ou taifeiro de primeira classe.

O CPSA, segundo preconizava seu regulamento, estava fundamentado em três subdivisões, nas quais todo seu pessoal era distribuído conforme suas qualificações profissionais, a saber: Serviço Geral de Convés (abarcava as especialidades de Manobra, Artilharia, Torpedos/Minas e Bombas, Sinais, Telegrafia, Escrita/Fazenda, Enfermagem, Educação Física, Radiotécnica, Direção de Tiro, Operação de Radar, Operação de Sonar, Hidrografia/Navegação e Paioleiro); Serviço Geral de Máquinas (Carpintaria, Máquinas Principais, Motores/Máquinas Especiais, Caldeiras, Eletricidade, Torneiro Fresador, Ferreiro-Serralheiro e Caldeireiro-Soldador) e Serviço Geral de Taifa (composto por militares Arrumadores, Cozinheiros, Barbeiros e Padeiros).

Na tabela abaixo estão dispostas hierarquicamente, em ordem decrescente, as graduações e equivalências entre os praças do CPSA e CPSCFN¹⁹⁴:

<u>Tabela 2 – Quadro hierárquico de graduações do Pessoal Subalterno</u>	
<u>Marinha do Brasil</u>	
CPSA	CPSCFN
Suboficial	Suboficial
1º Sargento	1º Sargento
2º Sargento	2º Sargento
3º Sargento	3º Sargento

¹⁹³ Graduação que, em termos hierárquicos, era equivalente à de grumete. Porém, somente voluntários e conscritos poderiam ocupá-las, pois, eram destinadas ao Serviço Geral de Taifa (SGT), vedado aos marinheiros das EAM que deveriam pertencer ao Serviço Geral de Convés (SGC) ou ao Serviço Geral de Máquinas (SGM).

¹⁹⁴ Conforme Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950 e Decreto nº 44.061, de 23 de julho de 1958.

Cabo / Taifeiro Mór	Cabo
Marinheiro / Taifeiro de 1ª	Soldado de 1ª Classe
Marinheiro / Taifeiro de 2ª	Soldado de 2ª Classe
Grumete	Soldado Recruta

Todo funcionamento da Marinha brasileira ao final da década de 1950 se estruturava sobre o CPSA e o CPSCFN. Desse modo, observando sua complexidade, podemos perceber a dinâmica que envolvia as carreiras desses militares, especialmente dos integrantes do CPSA, cujas atividades profissionais se aproximavam do universo dos trabalhadores civis, haja vista a constante evolução tecnológica característica das forças navais.

Como veremos mais adiante, essa peculiaridade afeta aos marinheiros, associada à tensão social interna à Marinha, contribuiu sobremaneira para a consolidação de uma consciência de grupo e, conseqüentemente, para a própria fundação da AMFNB no contexto tensionado dos anos iniciais da década de 1960. Em um panorama relacional entre oficiais e marinheiros, fundamentado em uma rotina de dominação e resistência, o processo de identificação se deu no transcurso dessas relações sociais, culminando em uma entidade que se constituiu como “ato de resistência” (CHAUI, 1986, p.63) daqueles marinheiros. É nesse sentido que buscaremos representar a realidade em que esses militares se situavam e algumas das principais dificuldades a ela inerente, por meio da memória reavivada de ex-marinheiros que, de algum modo, experienciaram esse ambiente.

No que concerne ao período de formação nas EAM, Paulo Fernando Santos da Costa (2013), destaca alguns aspectos:

Depois de iniciado o curso, todo o marinheiro, o aprendiz-marinheiro, ele tinha uma escala de serviço em diversos pontos chave na escola, uns faziam na piscina, outros na casa dos oficiais para vigiar a casa dos oficiais, outros no portaló, e você só saíria de licença ou sábado ou domingo. É um internato incrível mesmo. O regresso à meia noite, você podia sair depois de manhã e teria que regressar meia noite, quando estivesse de folga. Isso durante um ano e oito meses¹⁹⁵ foi assim, sempre essa rotina. As

¹⁹⁵ Conforme Decreto nº 3.554 de 5 de janeiro de 1939, que dava novo regulamento para as escolas de aprendizes-marinheiros, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3554-5-janeiro-1939-348572-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 15 de junho de 2022; o curso nas EAM tinha duração de um ano. Contudo, como poderia variar em alguns anos

disciplinas, eu vou te falar francamente, quanto ao conteúdo disciplinar, era excelente, na prática propedêutica principalmente. Eu não digo a profissional porque ali tu tinhas noções de algumas coisas, o cara de serviço de convés tinha noções das bases das especialidades que o convés, que quem optou pelo convés iria cursar, entendeu. Então a turma se dividia em duas, quem ia pro serviço de máquina e quem ia pro serviço de convés. (sic)

Acerca dos vencimentos durante essa fase da carreira, ele afirma que:

Recebia uma ninharia, na época mal dava pra tu manter o teu, comprar coisas de higiene pessoal, quem fumava comprar o seu cigarro. Na época, eu me recordo, seria uns vinte por cento do salário-mínimo, mais ou menos. Então, nesse período, lógico tu tinhas tudo, alimentação, tu tinhas tudo a escola te dava tudo. Então, aquele pouco que tu ganhavas daria pra aqueles pequenos, pequenas despesas que tu terias, pro teu divertimento, alguma coisa que tu quisesses, mas que não dava pra muita coisa. (sic) (COSTA, 2013)

Após concluírem seus cursos nas EAM, a maioria absoluta desses militares era designado para o Rio de Janeiro, onde se situava a sede da Esquadra Brasileira e, portanto, a maioria dos quartéis e navios da Marinha. Ao chegarem, se deparavam com dificuldades de diversas ordens, especialmente aqueles oriundos de outros estados do país, a começar pela questão da moradia em uma localidade estranha e com elevado custo de vida. Situação que colocava muitos desses marinheiros em condição de significativa vulnerabilidade social e que era de pleno conhecimento da administração naval, conforme evidencia o seguinte trecho de documento enviado pelo ministro da Marinha, almirante Ernesto de Mello Baptista, ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em 16 de novembro de 1964, no qual o ministro, tendo em conta a recente experiência da AMFNB, sugere a construção de um espaço destinado ao lazer e à socialização dos praças e seus familiares¹⁹⁶:

devido a questões ligadas à carreira, pessoal e recursos financeiros, naquele ano foi ampliado para um ano e oito meses.

¹⁹⁶ Iniciativa que culminou no que, atualmente, é a Área Recreativa Esportiva e Social “Casa do Marinheiro”. Organização militar de caráter recreativo e assistencial destinada aos praças e civis assemelhados da Marinha do Brasil, que reuniu parte das demandas da AMFNB e a partir da qual se estabeleceram outras iniciativas de Assistência Social da instituição naval. Ver: <https://www.marinha.mil.br/cmnr/institucional>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

A maioria dos praças que integram o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e o Corpo de Fuzileiros Navais provém dos Estados, principalmente do Norte e Nordeste, maior fonte de recrutamento para a Marinha. Este fato trás, como consequência, uma concentração, aqui no Rio – principal base de apoio de nossas forças navais – de marinheiros e fuzileiros solteiros e afastados de suas famílias, sem o conveniente ambiente social e familiar, expostos, pois, aos conhecidos desvios para frequência de lugares pouco recomendáveis à formação do desenvolvimento dos jovens. [...] A existência de ambiente social adequado é, sem dúvida, fator concorrente para a formação do caráter dos moços [...] A falta de tal ambiente, no nosso meio, por outro lado, tem sido apontada como uma das causas do desvio de comportamento por que passou nosso pessoal subalterno ultimamente [...] Daí, Senhor Presidente, o empenho que tem a Marinha do Brasil em, rapidamente, solucionar este problema de aspecto social tão importante, dotando os nossos marinheiros e fuzileiros navais de um centro social à altura da época e de suas aspirações e necessidades.¹⁹⁷ (sic.)

Com o agravante de que, devido aos reduzidos vencimentos, dificilmente conseguiam regressar às suas cidades de origem durante o período de férias, permanecendo assim longos anos distantes de suas famílias. A questão salarial também impactava no modo como esses militares se estabeleciam na urbe carioca, formando grupos para alugar pequenos imóveis em localidades próximas à região portuária ou fixando residência em suas unidades militares, principalmente a bordo dos navios. Prática comum entre aqueles militares que serviam embarcados, pois, junto ao problema dos baixos salários, havia ainda as constantes viagens que exigiam disponibilidade absoluta das tripulações, lhes submetendo a intensas rotinas de manutenção e instrução. Situação que fazia com que muitos decidissem permanecer como “crônicos” ou “mexilhões” que, no linguajar marinho, eram aqueles militares que residiam a bordo ou que ali permaneciam durante os dias úteis da semana. Condição que os expunha a toda sorte de atividades comuns ao *locus* portuário, tais como: prostituição, alcoolismo, jogos, etc.. Itagildo Alencar (2013) evidencia essa situação de significativa vulnerabilidade social a que eram expostos no Rio de Janeiro, especialmente aqueles marinheiros naturais de outros estados:

[...] depois, passou um tempo, o meu irmão alugou um barraco lá no Santo Cristo¹⁹⁸, ali perto da Central. Aí alugou, alugou um quarto lá. [...] O cara

¹⁹⁷ Exposição de Motivos do ministro da Marinha, nº 0190, de 16 de novembro de 1964. - Fundo Ministro da Marinha Almirante Ernesto de Mello Baptista, ARQMAR.

¹⁹⁸ Bairro portuário da cidade do Rio de Janeiro, bem próximo à estação de trem da Central do Brasil.

com o que ganhava como é que ia procurar mulher? Não tinha condições! O que que o cara fazia? O cara vivia ali, na Central do Brasil. Ali tinha um abriguinho, um abrigo, tipo esse abrigo que nós tínhamos aqui [abrigo para espera de bondes e ônibus]. Onde passava os bonde ali. E ali estava sempre cheio de vagabunda¹⁹⁹. E o marinheiro ia ir aonde? Se metia sempre no meio das vagabundas ali, entendeu!? O nosso meio social; de quem não era de lá, de quem não tinha família lá; era estar no meio das vagabundas ali. (sic.) [Grifos nossos]

Paulo Costa (2013) também relata uma das muitas dificuldades enfrentadas por aqueles marinheiros que residiam a bordo:

Eu ganhava meio salário-mínimo no Tamandaré, o navio atracado a lavanderia de bordo não funcionava, vinham lavadeiras pro cais pra pegar a roupa dos marinheiros, mas nós não tínhamos como pagar. Então, ou nós pagávamos com peças de roupas, de roupas nossas que eram cedidas, ou com alimentos que eram cedidos todo fim de semana; era lata de goiabada, lata disso, lata daquilo. Fazia um escambo, pra poder tua roupa ser lavada, entendeu!? [...] Mas nós éramos obrigados a fazer isso pra poder manter o uniforme em dia. (sic)

A situação apresentada pelo entrevistado no trecho acima ilustra bem um ditado muito recorrente entre os militares da Marinha do Brasil, que diz: “a Marinha mandou marchar não mandou chover!” Ou seja, não importa se aqueles marinheiros que residiam nos navios não tinham onde lavar suas fardas ou dinheiro para pagar pelo serviço. O Regulamento Disciplinar para a Marinha²⁰⁰ preconizava que todos deveriam estar sempre com seus uniformes devidamente alinhados, sob pena de serem impedidos de deixar o navio por ocasião do término do expediente e até mesmo punidos administrativamente.

Os trechos das narrativas apresentadas anteriormente evidenciam apenas algumas das dificuldades enfrentadas por aqueles militares, as quais tinham suas “raízes” em demandas relacionadas diretamente à tensão social existente no seio da força naval, decorrente da relação de dominação e resistência entre oficiais e praças, que se acentuava diante de questões afetas, principalmente, à carreira e a

¹⁹⁹ Termo empregado pelo entrevistado em referências às mulheres, majoritariamente não-brancas, que, em condições de acentuada vulnerabilidade social, atuavam como profissionais do sexo na região portuária do Rio de Janeiro e adjacências.

²⁰⁰ As contravenções disciplinares estão elencadas no Artigo 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM) - Decreto nº 38.010, de 5 de outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 de junho de 2022.

direitos que lhes eram negados. Nesse sentido, a partir de uma identificação fundamentada em suas vivências enquanto “marinheiros-trabalhadores” em uma cotidianidade marcada por um rígido controle hierárquico / disciplinar, característico das instituições armadas, que se ampliava para além dos limites da caserna, se desdobrando em uma dominação social que se estabelecia sobre esses militares com base em tradições e normas que os impediam, entre outras coisas, de contrair matrimônio²⁰¹ sem autorização superior e de trajar roupas civis quando em folga fora de suas residências²⁰². Esses homens se articularam e, diante da inércia da instituição naval em atuar no sentido de assisti-los em suas necessidades mais prementes, decidiram buscar maneiras de mudar ou ao menos melhorar sua realidade na Marinha e, conseqüentemente, na própria sociedade. A partir de uma leitura própria dos tensionados anos iniciais da década de 1960, já no governo do presidente João Goulart, criaram então uma entidade em torno da qual passaram a se mobilizar, a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Fundada com base no item 12 do Artigo 141 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, no dia 25 de março de 1962, a AMFNB era, segundo o Artigo 1º de seu estatuto, “órgão de representação social das classes de Marinheiros e Fuzileiros Navais e de coordenação social, desportiva e cultural de seus associados”²⁰³. Resultado de um processo histórico de lutas por direitos e avanços em garantias sociais e profissionais que tem como marco os movimentos revoltosos de praças da Esquadra e fuzileiros navais no ano de 1910, respectivamente a “Revolta da Chibata” e o levante do Batalhão Naval. Uma entidade que figura como experiência peculiar entre as mobilizações e levantes marinheiros ocorridos no último século, haja vista seu caráter sindical e, principalmente, sua atuação assistencial e política em favor não apenas de seus associados e apoiadores, mas de todo o segmento de praças nas graduações até cabo. Que, além de perceberem as remunerações mais baixas, não gozavam de estabilidade profissional na força naval. O que precarizava suas carreiras e, conseqüentemente, os expunha a situações de vulnerabilidade

²⁰¹ Item 52 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

²⁰² Item 39 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

²⁰³ Projeto Brasil Nunca Mais Digital – BNMDigit@l. BNM 149, p.2588-2594.- Estatutos da AMFNB.

frente a eventuais excessos de seus superiores, tanto no que afeta às exigências laborais quanto à aplicação do rígido e notadamente subjetivo, especialmente em seu Artigo 7º, Regulamento Disciplinar para a Marinha (CASTRO, 2016, p.76-78). Nesse sentido, no que afeta à criação da AMFNB, Pedro Viegas (2004, p.41) afirma que:

Os problemas que afligiam o corpo do pessoal subalterno, em especial de cabo para baixo, eu conhecia, e bem, por vivê-los na pele. Mas não imaginava que entre nós tivesse alguém tão disposto a enfrentá-los de modo coletivo e organizado, como *categoria profissional*. A condição de militar era um impedimento para tanto, segundo os regulamentos, e por isso qualquer reivindicação que pudesse apresentar como efeito *mudanças nas tradicionais relações internas na Marinha*, não poderia deixar de ser um bom combustível para a fogueira dos que a rechaçavam por princípio, *ancorados no pretexto de rompimento da hierarquia*. [...] [Grifos nossos]

Pedro Viegas aponta para alguns aspectos fundamentais do processo de mobilização dos marinheiros brasileiros nesse período, a saber: a consciência daqueles marinheiros de sua condição profissional específica, a profundidade das transformações por eles desejadas e a questão hierárquica; que se mostraria central para os desdobramentos da crise no ano de 1964.

Composta exclusivamente por militares da Marinha do Brasil até a graduação de cabo, inclusive, a associação trazia no Artigo 3º de seu estatuto as seguintes finalidades:

- a) Manter seus associados unidos em torno dos *seus problemas*, prestando as assistência: social, cultural, desportiva, educacional a Marinheiros e Fuzileiros Navais associados e assistência geral a seus familiares;
- b) Zelar pela *elevação do nível social* dos Marinheiros e Fuzileiros Navais;
- c) Orientar, prestando assistência social, aos grumetes e Fuzileiros Navais recém-incorporados;
- d) Pugnar pela *democracia e liberdades fundamentais* dentro da AMFNB, sem distinção de graduação, *raça* e nível cultural;
- e) Prestar assistência social aos Marinheiros e Fuzileiros que estejam estudando e proporcionar meios para os que não estejam o fazerem;
- f) Promover relações amistosas entre Marinheiros e Fuzileiros associados;
- g) Proporcionar aos Marinheiros e Fuzileiros ambiente social digno deles. [Grifos nossos]

Cumprir destacar que somente duas das sete finalidades da associação se encerravam em seus associados, ao passo que as demais buscavam abarcar todo o

segmento de marinheiros e fuzileiros navais nas graduações iniciais, algumas das quais diretamente relacionadas às situações que impactavam na condição de vulnerabilidade social que afetava a muitos deles, como: elevação do nível social, orientação e assistência aos recém-incorporados e aos que estudam, além de ações no sentido de ampliar o acesso aos estudos. Outro aspecto que nos cabe ressaltar é o simbolismo da quarta finalidade, que, ao “pugnar pela democracia e liberdades fundamentais, sem distinção de raça”, indica a ideia de que na AMFNB seriam estabelecidas relações sociais absolutamente distintas daquelas observadas na Marinha, especialmente no que afeta à oficialidade. Podemos considerar que essa finalidade ilustra bem a histórica tensão latente na Armada brasileira, sobretudo no que concerne ao aspecto étnico-racial.

Estas finalidades se materializavam em diversas ações empreendidas junto aos membros e suas famílias, tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de inglês e atividades recreativas. Desse modo, os marinheiros encontravam na associação um importante apoio frente às dificuldades por eles enfrentadas. Na palavras de Paulo Fernando da Costa (2013):

[...] a associação pra quem queria algo diferente na Marinha, poder estudar, ela dava uma [...] Só que as reivindicações, nós não podia andar civil na rua, era umas das reivindicações era andar civil. [...] Então era uma série de regras, você não podia casar, o pessoal não podia, era proibido casar. Então tinha uma série de reivindicações que a associação fazia. Servir, por exemplo, em locais de origem. [...] (*sic*)

Para José Xavier Cortez (*apud* ALMEIDA, 2010, p.40), ex-integrante da associação, a atuação da entidade no que afetava às atividades de lazer e de inclusão social do marinheiro em ambientes sociais no meio civil era relevante na medida em que, segundo ele:

Não fazia parte do nosso cotidiano, as festas. Nós não éramos convidados para nada. O nosso mundo se resumia àquele mundo da Marinha e nós achávamos que a Associação tinha a função de integrar o marinheiro à sociedade [...]. O objetivo da Associação era, também, quando nós chegássemos a um porto qualquer [...], no Recife, na Bahia ou em Porto Alegre, ter alguém da Associação que fosse capaz de fazer um jantar, convidar-nos para um almoço, ir a um baile à noite, nos divertir. Porque o

lazer faz parte da vida das pessoas. Nós tínhamos direito ao lazer. *Por que só os oficiais?* [Grifo nosso]

Desde sua fundação, a AMFNB procurou atuar junto aos marinheiros, tanto nas unidades navais sediadas no Rio de Janeiro, quanto nas escolas de formação e demais organizações da Marinha situadas nos diversos estados do país. A divulgação era feita entre marinheiros e fuzileiros com objetivo de obter novos associados e, entre estes, designar representantes da associação, denominados “delegados”, a bordo das organizações militares da força naval. Entre algumas das principais funções desses delegados estava: divulgar as ações da associação a bordo de seus navios ou estabelecimentos; alcançar novos associados e/ou colaboradores e recolher as mensalidades e/ou contribuições junto aos militares. Assim, o alcance da associação junto aos marinheiros e fuzileiros era potencializado pela própria estrutura organizacional da Marinha, especialmente por ocasião das constantes viagens dos navios, quando se intensificava o trabalho de divulgação, cujo principal instrumento era o jornal *A Tribuna do Mar*²⁰⁴. Paulo Costa narra uma das ocasiões em que representantes da associação “fuzinauta” estiveram na EAMSC, durante o período em que ele ainda realizava seu curso de formação:

Legalmente a administração naval acatava, acatou essa associação; basta dizer que antes de terminar o curso foi uma comissão da associação, foi liberado a biblioteca, o auditório da biblioteca, pra eles explanarem o que pretendia a associação. [...] A primeira diretoria da associação inclusive na escola eles tiveram na escola. Trouxeram cartão de endereço, pediram colaboração de livro que nós pudéssemos doar livros e tal. [...] (*sic*.)

Paulo Costa se refere à primeira diretoria da AMFNB, cujo presidente era o cabo artilheiro²⁰⁵ João Barbosa de Almeida. Esse primeiro grupo de dirigentes da associação caracterizou-se por uma postura de aproximação em relação à alta administração naval, com quem evitava o enfrentamento a fim de obter o reconhecimento oficial e a decorrente autorização para arrecadar as mensalidades diretamente na folha de pagamento, o que ampliaria a arrecadação da associação e,

²⁰⁴ Periódico informativo próprio da AMFNB, *A Tribuna do Mar* passou a ser distribuído ainda durante a gestão da primeira diretoria.

²⁰⁵ Especialidade militar-naval referente à artilharia, isto é, aquele que é capacitado para operar, manter e reparar o armamento portátil e fixo nos navios e quartéis da Marinha.

consequentemente, a variedade e o alcance de suas ações em benefício dos marinheiros e fuzileiros. Procurando, por meio do diálogo e da conciliação com o comando naval, as mudanças por eles almejadas na instituição.

Essa postura e a busca pelo reconhecimento da AMFNB junto à administração naval pode ser observado desde o primeiro ofício²⁰⁶ emitido pela entidade, por meio do qual o cabo João Barbosa de Almeida se dirigia ao ministro da Marinha, almirante Ângelo Nolasco de Almeida, comunicando a fundação da associação e solicitando seu reconhecimento através da publicação do estatuto em boletim e da divulgação do ato de fundação.

Na esteira dos diversos movimentos vinculados a segmentos de trabalhadores e estudantes que se mobilizavam em torno de reivindicações ligadas a questões sociais durante os anos 1960. Um grupo mais combativo e politizado, formado em sua maioria por marinheiros que serviam embarcados nos navios da Esquadra, passou a fazer forte oposição interna à primeira diretoria da associação, a partir dos meses finais do ano de 1962. Posicionamento que se fundamentava em críticas à tendência de aproximação em relação ao Conselho do Almirantado²⁰⁷, em detrimento de ações mais significativas em favor das demandas dos marinheiros. Essa polarização interna culminou na convocação de eleições em abril de 1963, vencidas pelo grupo de oposição que compôs uma nova diretoria cujo presidente era o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos.

De acordo com Pedro Viegas (2004, p.47), que exercia função na elaboração da *Tribuna do Mar*, Anselmo não era nome forte para assumir a presidência da associação naquele momento, uma vez que tinha pouco tempo de atuação efetiva na entidade, onde exercia função de relações públicas. Sua candidatura somente ganhou força devido a uma série de recusas por parte daqueles que tinham a preferência dos associados, segundo Viegas (2004, p.46-47):

²⁰⁶ BNM 149, p.2580-2581.

²⁰⁷ De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 22.070 de 10 de novembro de 1932, que aprovou o Regulamento do Conselho do Almirantado, este é um órgão consultivo da administração naval para o estudo de problemas técnicos e administrativos que não sejam de caráter privativo do Ministro da Marinha. Disponível em: Disponível: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151878>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

[...] a primeira preferência incidia sobre Neguinho – Geraldo Costa²⁰⁸ – [...] ele próprio vinha trabalhando, com todo vigor e crédito que havia conquistado nas bases, o nome de Antônio Duarte, que também não quis ser candidato. Aí, sim, entrou Omena²⁰⁹ na linha sucessória [...] Mas também Omena “pulou fora”, desvencilhando-se dessa hipótese. [...] um dos argumentos que apresentou como saída, apoiando-se nos estatutos, foi o de que estava prestes a ser promovido a sargento, o que era verdade [...] Assim surgiu a candidatura de José Anselmo, a quem Omena e, principalmente os críticos mais acerbos de João Barbosa não só deram integral apoio como partiram para a defesa e a promoção desse nome.

Cabe destacar que, à época, Anselmo servia no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), organização militar que concentrava diversos cursos de especialização técnico-profissional de praças, onde, segundo Pedro Viegas (2004, p.45), “escrevia, por iniciativa própria, um boletim cultural interno, pelo qual divulgava seus poemas”. Por concentrar uma grande quantidade de subalternos da Armada em seus cursos de especialização e, principalmente, pelo fluxo constante desses militares chegando e saindo de/para diferentes unidades militares da Marinha nas diferentes regiões do país, o CIAW tinha um peso político considerável dentro da AMFNB, pois era como:

[...] um núcleo irradiador das ideias do Movimento dos Marinheiros para além das fronteiras do Rio de Janeiro, como também o era o Quartel de Marinheiros, ponto de recepção dos novos marinheiros saídos das Escolas de Aprendizes e de concentração e deslocamento de praças para todos os cantos do país” (VIEGAS, 2004, p.45)

Sob a presidência de Anselmo a segunda diretoria da AMFNB era composta por nomes como: Marco Antônio da Silva Lima, Avelino Bioen Capitani, os irmãos José e Antônio Duarte dos Santos, Antônio Geraldo Costa, Adilson Aquilino e outros. Os dois primeiros ocupando os cargos de vice-presidente e segundo vice-presidente, respectivamente. Militares que, com uma postura mais incisiva, implementaram uma gestão focada em apresentar alternativas e soluções para o que figurava na primeira das finalidades apresentadas no estatuto da associação, ou seja, os “problemas” que afligiam a “classe”. Entre os quais, o acesso aos estudos

²⁰⁸ Sobre Antônio Geraldo Costa, ver: ALMEIDA, Anderson. Militância, exílio e anistia. Travessias de um marinheiro e as tormentas de um “passado” que não passa (1964-2009...). In: CASTRO, Robert Wagner Porto da S. e NASCIMENTO, Moacyr Silva do. **Marinheiros e cidadania no Brasil, contribuições para uma história social militar-naval**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

²⁰⁹ Cabo Moacyr Omena de Oliveira, diretor da *Tribuna do Mar*.

era o que mais impactava na possibilidade de ascensão profissional e, portanto, social daqueles militares. Uma vez que, para acender à graduação de terceiro-sargento era necessário que o militar realizasse uma prova de conhecimentos profissionais e militar-naval, no qual o número de reprovações entre os marinheiros que serviam embarcados era elevado. Haja vista o fato de que, além da própria rotina de viagens não favorecer à atividade estudantil, a obrigatoriedade do uso do uniforme mesmo quando em horários de folga fora das unidades navais e a proibição de transitar pelas ruas após determinado horário também concorriam para tal. João Onofre (2014) narra uma ocasião em que foi detido por não estar trajando o uniforme militar no meio civil:

[...] Eu uma vez, o meu oficial, da minha divisão, me prendeu e mandou eu me apresentar no navio porque eu tava paisano na frente do Ministério da Marinha. Eu tava na rua, em frente ao ministério, ele passou e me prendeu. Que não podia andar a paisano ali. [...] (*sic.*)

Do mesmo modo, Paulo Costa (2013) também narra uma ocasião em que foi preso por estar nas ruas após a meia noite:

[...] Depois da meia noite se - mesmo fardado - tu estiver pela rua, não podia estar depois da meia noite na rua. Chegava o camburão, que vinha com a escolta naval feita de fuzileiros, e recolhia. Eu mesmo fui recolhido duas vezes pro Presídio Naval e no outro dia de manhã era solto. [...] (*sic.*)

No que afeta às dificuldades enfrentadas pelo pessoal embarcado para alcançar a aprovação nos exames para promoção à sargento, Pedro Viegas (2004, p.42) afirma que:

As autoridades navais não pareciam sensibilizadas com isso, apesar da reivindicação no sentido de que os chamados para esse exame fossem desembarcados e concentrados para que passassem por um curso preparatório elaborado e conduzido pela própria Marinha.

Além da importância para progressão na carreira, os estudos significavam novos horizontes, em termos profissionais e humanos, para aqueles militares que, em muitos casos, ingressavam na Marinha com uma escolaridade baixa ou mesmo semianalfabetos. Nessa perspectiva, a AMFNB envidava esforços para criar condições e alternativas para aqueles que desejassem dar continuidade aos estudos e mesmo buscar uma formação técnica e/ou universitária. Esse

posicionamento da associação estava exposto já em seu estatuto, nos Artigos 27 e 28, onde se estabelecia, respectivamente, a possibilidade de disponibilizar leitos e lanchonete para aqueles marinheiros e fuzileiros navais que, servindo em navios fundeados, ilhas e/ou boias fossem obrigados a pernoitar na cidade por falta de condução e que, por motivo de aulas, deixassem de jantar em suas unidades.

No trecho abaixo, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, marinheiro preso em 1964 como uma das lideranças da AMFNB, ilustra a importância da atuação da associação no que se refere ao apoio aqueles marujos e fuzileiros que desejassem prosseguir seus estudos. Evaldo teria afirmado o seguinte em depoimento prestado no curso do IPM mandado proceder pela autoridade naval imediatamente após o golpe:

[...] sócio da Associação de Marinheiros da categoria de contribuinte desde março de 1963; que entrou para a associação com a finalidade de usufruir das facilidades fornecidas no que diz respeito a estudo; que desde que veio da Escola de Aprendizes procurou levar adiante seus estudos, para isso ingressando no Humaitá Atlético Club, que permaneceu no curso Humaitá somente três meses, pois, recebendo somente Cr\$ 2.600,00 tinha que pagar a mensalidade de Cr\$1.000,00 no referido curso, o que não conseguiu aguentar; que a seguir transferiu-se para o curso Central [...] porém, como ainda pagava Cr\$ 1.000,00 por mês teve que abandonar, procurando então o Colégio Benjamin Constant que era da Associação de Marinheiros e Fuzileiros onde tinha que pagar somente sua mensalidade de sócio de Cr\$ 300,00 [...] ²¹⁰ (sic.)

Nesse sentido, na gestão da segunda diretoria a AMFNB conseguiu um prédio junto à Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, situado na região central do Rio de Janeiro, que, após reformado pelos próprios marinheiros e fuzileiros, passou a abrigar uma escola onde eram conduzidos diversos cursos destinados a esses militares no período noturno (RODRIGUES, 2004, p.84-85). Acerca da reforma do prédio *A Tribuna do Mar* (in RODRIGUES, 2004, p.84-85) publicou o seguinte:

[...] está parecendo um dique, onde os marujos pintam e remodelam a sua belonave. Mas já podemos considerar realmente o nosso trabalho, pois a cultura é um bem inestimável. [...] ²¹¹

²¹⁰ BNM 149 – p.686.

²¹¹ *A Tribuna do Mar*, ano II, nº 12, jan/fev. 1964.

Segundo Antônio Duarte (*apud* RODRIGUES, 2004, p.85) as aulas de Matemática e História eram ministradas por um grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro e um oficial lotado no gabinete do vice-almirante Cândido Aragão ministrava as aulas de português. Desta maneira, em janeiro de 1964 a escola contava com “seis turmas de marinheiros, em um total de 229 alunos” (RODRIGUES, 2004, p.85). O que vem corroborar o discurso apresentado por José Raimundo da Costa: “[...] que apesar da proibição de alguns navios em não deixar que os marinheiros estudem, tem havido frequência em massa em nosso colégio [...]”²¹²

Ademais de todas essas dificuldades para frequentar as salas de aula, os marinheiros ainda se viam obrigados a enfrentar a discricionariedade da aplicação do RDM por parte de seus superiores, especialmente os oficiais. Sem o apoio formal da instituição, parte daqueles militares que desejassem estudar dependia da simpatia de seus superiores para frequentar as salas de aula. Em seu relato, Avelino Capitani (1997, p.19) afirma que:

A maioria dos oficiais era contrária a que os marinheiros estudassem. Para sair da repartição após o expediente, o marinheiro tinha que passar pela inspeção do oficial de serviço. Se este percebesse que o marinheiro estava estudando, aumentava as dificuldades para a saída. Todos em forma, o oficial passava revista e dizia: “Teu chapéu tem uma pequena sujeira”. O marinheiro voltava ao alojamento e só depois de uma hora poderia tentar sair novamente. [...] [Grifos nossos]

Em sua narrativa, Paulo Costa (2013) também relata como sofreu com esta prática a bordo do cruzador *Tamandaré*:

*[...] esse oficial da primeira divisão começou a pegar no meu pé, entendesse. Começou a pegar no meu pé e [...] Dava licença e eu ia formar; por que lá você pra baixar terra²¹³ no *Tamandaré*, você tinha que formar e o oficial vinha te vistoriar de cima a baixo pra ver como é que tu tá pra poder sair. Esse oficial chegava e ele olhava, se eu tava ele passava pelos outros e olhava eu, dizia: “Paulo, vem aqui.” E sempre arrumava uma desculpa: “Vai passar um Kaol²¹⁴ no cinto, vai engraxar o sapato, vai cortar o cabelo”; e eu não conseguia baixar terra, entendesse. [...] (*sic.*)*

²¹² BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

²¹³ Termo utilizado na Marinha, mesmo em estabelecimentos em terra, para referir-se a sair de bordo, isto é, sair do navio ou quartel.

²¹⁴ Marca de um produto utilizado para dar brilho em metais, muito empregado na Marinha.

Por “tradição”, que muitas vezes era institucionalizada por intermédio de normas e regulamentos internos de cada unidade, todos os praças nas graduações iniciais deveriam formar em local determinado a fim de serem inspecionados para que, só então, pudessem deixar seu navio ou quartel ao final do expediente. Essa inspeção consistia na verificação – por parte de um oficial, suboficial ou sargento – das condições relativas à apresentação pessoal do militar, ou seja, barba, cabelo e uniforme. Nesse instante também deveriam ser verificados eventuais volumes particulares desses militares, como: sacolas, bolsas e mochilas. Procedimento este que visava coibir furtos ou a saída materiais da unidade sem a devida autorização.

Adicionalmente a essas inspeções, existiam horários para que os praças pudessem deixar o navio, isto é, na rotina das organizações militares da Marinha existiam horários preestabelecidos em normas internas para que esses militares pudessem “baixar terra”. Caso, por qualquer motivo, perdessem um desses horários, somente seria autorizada a saída no horário seguinte, quando passaria por uma nova inspeção. Práticas que remontam ao século XIX, quando os navios dificilmente atracavam devido à dificuldade em “suspender”²¹⁵ rapidamente caso fosse necessário. Permanecendo fundeados e estabelecendo-se horários para a guarnição deixar o navio em escaleres que os conduziam até o cais. Tais procedimentos permaneceram, fundamentados em “tradições”, sendo aplicados em todos os navios e estabelecimentos da Marinha, sendo mais ou menos rigorosos conforme o perfil de seus comandantes e demais oficiais.

Situações que este “historiador-marinheiro” testemunhou e vivenciou na Marinha durante os primeiros anos deste século, quando assisti muitos colegas que serviam embarcados encerrarem suas carreiras como cabos ou mesmo deixarem as fileiras navais por não conseguirem aprovação no referido exame e, ainda na graduação de marinheiro embarcado no porta-aviões *São Paulo*, quando já frequentava o curso universitário de História, enfrentei o rigor excessivo de alguns superiores por ocasião da inspeção antes de “baixar terra”.

²¹⁵ Termo utilizado na Marinha para fazer referência ao ato de um navio deixar o cais ou fundeadouro para navegar.

Destarte, podemos depreender que o regulamento disciplinar era aplicado de maneira diferenciada de acordo com o posto ou a graduação dos militares, de modo que o rigor dispensado aos marinheiros era excessivo, colocando-os em uma condição de constante precariedade na carreira. Pois, para que os militares das graduações inferiores à de terceiro-sargento permanecessem servindo à Marinha, não poderiam contabilizar, em suas cadernetas-registro²¹⁶, mais de trinta pontos perdidos com punições,²¹⁷ sob pena de serem excluídos do serviço ativo da Marinha. Desta maneira, esses militares estavam constantemente expostos aos excessos de muitos superiores, que os coagiam ou aplicavam punições como “impedimento a bordo” ou “pagar uma faina²¹⁸” após o expediente, sem que estas fossem contabilizadas em suas cadernetas-registro.

Diante de tal situação, os marinheiros reivindicavam, além da reformulação dos regulamentos, especialmente o RDM, que, de acordo com Avelino Capitani, era aplicado dependendo “do humor ou da ideologia dos oficiais” (1997, p.18); também a extinção das cadernetas-registro e do Livro de Contravenções Disciplinares, pois, segundo eles, estes documentos se constituíam em instrumentos poderosos de dominação, já que os registros neles contabilizados ficavam a critério dos oficiais. Que poderiam punir seus subordinados por questões como: entender que o militar “estava com a barba grande” ou com o “sapato não condizente com a farda da Marinha”. Ou seja, situações altamente subjetivas que poderiam ser utilizadas de acordo com a simpatia de um oficial por um determinado militar ou de seus interesses pessoais. Essa subjetividade se evidenciava em diversas contravenções disciplinares elencadas no Artigo 7º do RDM, tais como: “responder de maneira desatenciosa ao superior”, “portar-se sem compostura em lugar público”, “ser descuidado no asseio do corpo e da roupa”, “estar fora do uniforme ou tê-lo em desalinho” e “simular doença”. De acordo com a contravenção o militar poderia ser

²¹⁶ Documento administrativo comum a todos os militares da Marinha (oficiais e praças) onde se realizava o acompanhamento da carreira do militar, registrando todas as ocorrências relativas ao mesmo, não somente as punições.

²¹⁷ Conforme os Art. 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e parágrafo 1º do Art. 28 do RDM.

²¹⁸ Expressão marinheira que significa “determinar algum serviço ou tarefa”.

punido por seu superior com penas que variavam desde a repreensão, passando pelo impedimento de ausentar-se do quartel ou navio, até a expulsão do serviço à Marinha²¹⁹.

As condições de trabalho, alimentação e o conforto a bordo também geravam grande descontentamento entre os marinheiros, sobretudo pelo fato de se constituírem enquanto fatores que reforçavam diuturnamente a hierarquia social vigente na Marinha. Destarte, quando questionado sobre as condições de trabalho e conforto de oficiais e praças a bordo do cruzador *Tamandaré*, Paulo Costa (2013) utilizou uma expressão que ainda hoje é muito empregada na Marinha e que denota essa significativa diferença entre os dois segmentos: “A situação dos oficiais [...] *existia (sic.) duas Marinhas, entendesse*” [Grifo nosso]. Referindo-se aos privilégios desfrutados pela oficialidade em detrimento das péssimas condições de trabalho e acomodação dos marinheiros a bordo do navio. Nesse sentido, João Onofre (2014) relata que, também no *Tamandaré*; cabos, soldados e marinheiros “almoçava (*sic.*) era em *bandeja e caneco de alumínio [...]*”. Algo bastante comum em muitas unidades da Marinha à época, especialmente nos navios, onde os cabos e marinheiros faziam suas refeições em bandejas de alumínio enquanto oficiais, suboficiais e sargentos utilizavam pratos e xícaras de porcelana. No que se refere a qualidade das refeições a bordo, Avelino Capitani (1997, p.18) afirma que “a alimentação era péssima na maioria dos navios e repartições. Três cozinhas diferentes: dos oficiais, dos sargentos e dos marinheiros...o que sobrar”.

Do mesmo modo, devido ao pouco espaço e ao elevado número de militares a bordo dos navios, oficiais e praças eram distribuídos em locais de convivência e habitação, considerando-se a antiguidade hierárquica no que concerne ao conforto²²⁰ a bordo. Sendo assim, aos praças das graduações iniciais eram reservados alojamentos coletivos – com beliches ou macas²²¹ – e banheiros

²¹⁹ Somente aplicada para os praças das graduações de sargento até marinheiros e soldados, conforme o Art. 13 do RDM.

²²⁰ Conforme Art. 14 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

²²¹ Conforme Art. 14 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

comuns. Tal situação se evidencia em relatos como o de Antônio Duarte dos Santos (2005, p.92):

O espaço reservado aos marinheiros eram os alojamentos e beliches apodrecidos pelo uso de décadas e privadas coletivas, uma valeta comum. Para os oficiais, ainda se conservava o conforto dos camarotes e banheiros individuais.

Com a mudança de postura da AMFNB, por ocasião da atuação de sua segunda diretoria e da própria conjuntura política vivenciada no país à época, a alta administração naval intensificou sua oposição às ações da associação e permaneceu inflexível em relação às reivindicações e demandas apresentadas pelos marinheiros. No contexto tensionado do ano de 1963, marcado pelo avanço das mobilizações de grupos populares ligados a movimentos de trabalhadores e estudantes que reivindicavam mudanças no cenário social do país. Diante das negativas da alta administração naval em estabelecer um canal de diálogo acerca das demandas dos marinheiros, a associação “fuzinauta” passou a apresentar suas reivindicações de maneira mais incisiva, buscando apoio em movimentos sociais e mesmo um alinhamento aos posicionamentos do presidente João Goulart. Postura que levou a um rápido afastamento entre os marinheiros e as autoridades navais, culminando em uma crise que levou à “radicalização” do movimento marinho no ano de 1964. Quando suas reivindicações ganharam a arena política, em âmbito nacional, e a AMFNB passou a fazer coro a sindicatos, entidades de representação de classe e associações de subalternos das Forças Armadas e Auxiliares que apoiavam o projeto reformista proposto pelo Presidente da República.

Em um cenário de crescente polarização política e de temor por um novo levante de subalternos, a exemplo da mobilização dos sargentos²²², teve início uma tentativa de pressionar a associação para que alterasse seu estatuto, dele

²²² Movimento que reivindicava o direito de elegibilidade dos sargentos das Forças Armadas que culminou em uma revolta no mês de setembro de 1963. Os revoltosos se mobilizaram em Brasília ocupando parte da esplanada dos ministérios, a Base Aérea e o Grupamento de Fuzileiros Navais. Durante as ocupações os militares revoltosos prenderam alguns oficiais destas organizações militares, mas acabaram sendo rendidos por militares que não haviam aderido à revolta. Ver: PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

escoimando tudo que não tivesse relação com questões de natureza cívica, cultural, beneficente e desportiva. Pressão que se intensificou, conforme evidencia o ofício do ministro da Marinha, almirante Sylvio Borges de Souza Motta, ao chefe do Estado-Maior da Armada, datado de 16 de setembro de 1963, no qual determinava providências urgentes em relação à AMFNB, entre as quais:

[...] a AMFNB deverá, dentro do prazo de 30 dias, a contar desta notificação, modificar seus Estatutos [...] sob pena de ter a Alta Administração Naval que tomar outras providências de caráter mais urgente e enérgico, com amparo na própria Constituição Federal, no sentido de preservar, *a qualquer custo*, a disciplina na Marinha [...] ²²³ (*sic.*) (*apud* RODRIGUES, 2004, p. 85) [Grifo nosso]

Por sua vez, a diretoria da AMFNB rejeitava esse posicionamento e, mesmo sem o reconhecimento da administração naval, alcançava um significativo crescimento, tanto em número de associados, quanto em sua atuação junto aos marinheiros e fuzileiros. De maneira que, ao final do mês de fevereiro de 1964, a entidade já contava com sucursais em: Ladário-MS, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA e Belém-PA, conforme divulgação da edição de número 12 do jornal *A Tribuna do Mar* (VIEGAS, 2004, p.60). Estando ainda em formação a sucursal da cidade de Vitória-ES²²⁴.

O comando naval adotou então uma posição de enfrentamento em relação à associação. Diretores e delegados passaram e ser transferidos para organizações militares mais distantes e/ou perseguidos nas unidades em que estavam lotados, sendo punidos administrativamente com base no RDM. Ou seja, como a Constituição Federal assegurava o direito de associação aos marinheiros e fuzileiros, a cúpula naval não podia impedir, deliberadamente, que os membros da AMFNB se reunissem. Desse modo, passou então a punir seus diretores e delegados com o objetivo de desarticular a associação “fuzinauta”. Como exposto por Paulo Costa em sua narrativa:

[...] a associação, ela foi se agigantando demais, entendeu. E aí a oficialidade começou a pressionar. Queria que ela acabasse. Prendiam,

²²³ Trecho do Ofício nº 4.393, de 16 setembro de 1963, do ministro da Marinha ao chefe do Estado-Maior da Armada.

²²⁴ BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

prendiam os diretores e depois soltavam. O pessoal a bordo era perseguido, quem era da associação, dirigente ou que recolhia as mensalidades, eles eram repreendidos ou presos, entendeu.

O próprio Paulo Costa (2013) foi submetido a esse tipo de perseguição, sofrendo uma série de punições que tinham como objetivo impedir que ele se ausentasse do navio, além de prejudicar sua carreira a ponto de possibilitar sua exclusão das fileiras da Marinha. Prática que fica evidente quando observamos as informações lançadas em sua caderneta registro²²⁵. Onde consta que, entre os dias 22 de março e 6 de maio de 1964, teria sido punido disciplinarmente cinco vezes, totalizando dezessete dias impedido de ausentar-se da unidade onde servia, o cruzador *Tamandaré*. Dentre as punições aplicadas ao ex-marinheiro, destacam-se os dez dias de prisão rigorosa²²⁶ a que foi submetido por ter incidido nas transgressões previstas nos itens 3, 6 e 49 do artigo 7º do RDM²²⁷. Assim como ocorreu com Paulo Costa, essa prática de utilizar o regulamento disciplinar para perseguir membros e lideranças da AMFNB impediu que muitos daqueles militares estivessem presentes na assembleia do dia 25 de março desse ano.

A resposta da associação veio, principalmente, por meio de notas e colunas publicadas em seu jornal, mas também de assembleias onde se faziam presentes diversas lideranças de entidades de representação de segmentos ligados aos trabalhadores, estudantes e praças das Forças Armadas e Auxiliares. *A Tribuna do Mar* em sua edição de nº 12 trouxe uma reportagem cuja manchete, na capa do periódico, exibia a seguinte frase: “Perseguição e Onda de Prisão na Associação Fuzinauta”. Na matéria, Pedro Viegas apontava para a pressão sobre os dirigentes da associação e o interesse da alta administração naval em fechar a entidade, indicando ainda a postura intransigente dessa oficialidade em relação às

²²⁵ Arquivo pessoal de Paulo Fernando Santos da Costa.

²²⁶ Neste tipo de sanção disciplinar os militares permanecem presos a bordo de suas unidades. Mas, de acordo com o art. 23 do RDM; os oficiais, suboficiais e sargentos deveriam ser recolhidos aos recintos de bordo destinados aos seus círculos hierárquicos; enquanto cabos, soldados e marinheiros seriam recolhidos à prisão fechada em célula ou solitária, o chamado “bailéu” a bordo dos navios.

²²⁷ Item 3 do Art. 7º do RDM – Responder de maneira desatenciosa ao superior; item 6 do art. 7º do RDM – Deixar deliberadamente de cumprir ordem recebida de autoridade competente; e item 49 do art. 7º do RDM – Ausentar-se sem licença, de bordo ou da embarcação em que achar.

reivindicações dos marinheiros. De acordo com Viegas (*apud* RODRIGUES, 2004, p.94):

Já não se pode esperar o sonhado apoio dos nossos superiores, quando vemos desabar de encontro a nós todo o peso da arrogância que se funda em uma dúvida propositada que por mais nos esforcemos para elidi-la, mais toma proporções de ponto de vista sumarizante de quem nunca faltamos com o devido respeito. Tudo o que vem ocorrendo é puro fruto da incompreensão desde o primórdio de nossa fundação – 25 de março de 1962 – começando por não sermos reconhecidos e sim, tidos apenas como insulto à soberania das nossas autoridades. Nada, no entanto, veio de encontro a qualquer item dos regulamentos pelos quais somos regidos. (*sic.*)²²⁸

Em um dos artigos publicados pelo jornal nessa mesma edição, intitulado “A responsabilidade do militar”, Antônio Duarte dos Santos (*apud* RODRIGUES, 2004, p.93) dizia o seguinte:

A história tem-nos dito que na vida dos povos colonizados, subdesenvolvidos, principalmente em países como o nosso, *subsiste uma acentuada e violenta discriminação, particularmente em nossas Forças Armadas*. A própria natureza da sociedade neocolonialista proporciona este implacável *método separativista*. Tudo isso fundamentado na torpe mentira da fraternidade e equidade de direitos inexistentes. [...] Antes de mais nada, queremos crer que é indispensável modificar este velho ponto de vista do “militar disciplinado” e alheio aos problemas de sua pátria, porque os problemas de sua pátria são os problemas de seu país e irmãos [...] o militar tem que estar atento a todos estes problemas, do contrário ficará relegado a simples objeto de repressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por este pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência? (*sic.*)²²⁹

Antônio Duarte chamava atenção para a hierarquia social que pautava as relações sociais no Brasil que, segundo ele, se fundamentava em um “método “separativista” onde a discriminação era particularmente mais acentuada e violenta nas Forças Armadas”, expondo assim sua percepção e, principalmente, seu descontentamento no que se referia ao tratamento dispensado aos marinheiros na força naval brasileira que, em seu entendimento, remetia à própria realidade social do país e aos problemas que afetavam “seu país e irmãos”.

²²⁸ *A Tribuna do Mar*, ano II, nº 12, jan/fev. 1964, p.3.

²²⁹ *A Tribuna do Mar*, ano II, nº 12, jan/fev. 1964, p.2.

Foi nesse ambiente conturbado que, no dia 1º de fevereiro de 1964, foi realizada uma assembleia extraordinária²³⁰ na sede da AMFNB na qual foram deliberados assuntos atinentes às punições sobre suas lideranças e ameaças de fechamento. Na ocasião, foram aprovadas demandas que integrariam uma pauta a ser encaminhada para apreciação do ministro da Marinha e autoridades governamentais. Entre essas reivindicações destacamos as seguintes: a anulação do processo contra os seus dirigentes, desconto das mensalidades em folha de pagamento, revisão dos regulamentos, inclusão de cabos e soldados nos estudos quando fosse reformulado o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (CVVM) e o direito de votar e ser votado. Estiveram presentes a essa assembleia diversas lideranças de entidades de representação com abrangência nacional, tanto civis quanto militares, que manifestaram apoio à AMFNB frente à crise com a alta administração naval.

As solicitações aprovadas nessa assembleia foram remetidas ao ministro da Marinha por meio de ofício²³¹. Contudo, o comando naval permaneceu inflexível e o processo de desarticulação da entidade “fuzinauta” continuou em curso. Assim, na esteira do cenário sociopolítico nacional à época, os marinheiros passaram a crer que as mudanças por eles almejadas na Marinha não poderiam ser realizadas pelo diálogo com seus chefes navais, mas pelo próprio Presidente da República caso se seu projeto reformista para o país fosse adiante. Desse modo, em um contexto político marcado pela ameaça iminente de intervenção militar desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, os marinheiros optaram por permanecer fiéis ao governo e à Constituição. Passando de um discurso restrito às suas demandas, para um posicionamento alinhado aos demais movimentos e grupos sociais que apoiavam as reformas propostas pelo presidente João Goulart.

Com a escalada da crise e visando impedir a realização da assembleia comemorativa pelo segundo aniversário da AMFNB, planejada para o dia 25 de

²³⁰ BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

²³¹ BNM 149, p.2647-2650 - Mencionado no Relatório do IPM mandado instaurar por meio da Portaria nº0540, de 3 de abril de 1964, do ministro da Marinha.

março nas dependências da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, várias lideranças da associação tiveram suas prisões determinadas pelo mando naval por terem tomado parte em debates sobre as reformas de base durante reunião no Sindicato dos Bancários da Guanabara. Cabe ressaltar que as reformas de base eram um conjunto de medidas propostas pelo Presidente João Goulart. O que confere um caráter paradoxal às ordens de prisão na medida em que esses marinheiros discutiam propostas defendidas por seu comandante-em-chefe, o Presidente da República. Fato que suscita questionamentos, que abordaremos mais adiante, acerca da relativização do princípio da hierarquia nesse contexto da crise entre a alta oficialidade naval e a associação “fuzinauta” e no próprio cenário de ruptura institucional que se avizinhava. Nesse sentido, o Flávio Rodrigues (2004, p.105) diz o seguinte:

Não deixa de ser irônico que o ministro da Marinha ordenasse a punição de seus subordinados que haviam discutido medidas defendidas por seu próprio chefe e superior hierárquico, o presidente da República.

Entretanto, as ordens de prisão não impediram a realização da assembleia comemorativa, mas alteraram seu caráter. O que seria um ato festivo transformou-se em uma reunião permanente diante das notícias das prisões e da divulgação pela imprensa que “os militares que iriam cumprir a terceira pena disciplinar seriam licenciados da Marinha após a conclusão do castigo”²³², conforme preconizado pelo regulamento²³³. Muitos dirigentes e lideranças da AMFNB estavam nesta situação e seus nomes constavam daqueles cujas prisões tinham sido determinadas pelo ministro da Marinha. Tinha início uma “queda de braço” entre o comando da força naval e a associação “fuzinauta”.

Visando desmobilizar os marujos e fuzileiros reunidos no “Palácio de Aço”²³⁴, no dia 26 de março o ministro da Marinha determinou prontidão rigorosa em toda força. O que, em tese, obrigava seus militares a se apresentarem às suas unidades

²³² *Diário de Notícias*, 25 mar. 1964, p.3. Na verdade o militar não seria licenciado, que consiste em um afastamento temporário de suas atividades, mas sim excluído do serviço ativo da Marinha.

²³³ Conforme os Art. 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e parágrafo 1º do Art. 28 do RDM.

²³⁴ Denominação conferida à sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, situado no bairro de São Cristóvão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro-RJ, nas proximidades da região central.

e nelas permanecerem até determinação em contrário. Contudo, temendo novas punições, decidiram continuar reunidos no sindicato dos metalúrgicos até que suas reivindicações fossem atendidas, inclusive o cancelamento das punições então aplicadas a muitos de seus colegas.

Diante da prontidão determinada pelo ministro Silvio Mota, todos os militares presentes no sindicato a partir daquele momento estavam passíveis de serem enquadrados nos crimes de motim²³⁵ e/ou insubordinação²³⁶, previstos no Código Penal Militar (CPM).

Ao tomarem conhecimento dos acontecimentos, muitos marinheiros deixaram, ou tentaram deixar, seus navios e unidades de terra para seguir até o sindicato a fim de apoiar seus companheiros. Momento em que foram registrados enfrentamentos, especialmente na área do Ministério da Marinha/1º Distrito Naval e a bordo de alguns navios. Um contingente significativo de marinheiros passou a deslocar-se dentro do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ)²³⁷ em direção a saída do complexo naval. Durante o deslocamento pelo cais do AMRJ, passaram a conclamar os companheiros dos diversos navios lá atracados para que saíssem de suas belonaves e os acompanhassem em apoio à assembleia da AMFNB. Em alguns navios o ambiente ficou tenso, havendo inclusive confrontos entre oficiais e marinheiros, conforme relato de Paulo Costa (2013) acerca da situação no cruzador *Tamandaré*:

[...] o pessoal, o navio tava a contrabordo do *Barroso*, então era uma simples prancha que separava um navio do outro. A oficialidade armada impediu os marinheiros de saírem, impediu e em determinado momento um cabo [...] se agarrou com o oficial que tava com a metralhadora, houve uma rajada de metralhadora no convés do navio. O pessoal recuou, uns conseguiram passar e outros não conseguiram. Aqueles que não conseguiram ficaram a bordo [...] (*sic.*)²³⁸

²³⁵ Art. 130 do CPM.

²³⁶ Art. 141 do CPM.

²³⁷ Organização Militar situada no interior do Complexo Naval onde se encontram, entre outras unidades: o antigo Ministério da Marinha, atual Comando do Primeiro Distrito Naval; o Batalhão Naval; o Presídio Naval e o Hospital Central da Marinha. No AMRJ são executados reparos e manutenções nos navios da Esquadra que, frequentemente, ficam atracados em seu cais. Via de regra, em razão do tamanho, os porta-aviões ficam sempre atracados nesse local.

²³⁸ BNM 639, p. 32 – Folha B do dia 27 mar.1964 do cruzador *Tamandaré*. Nesta data, Paulo Fernando Santos da Costa cumpria pena de impedimento a bordo do navio e presenciou os fatos narrados. Respondeu Inquérito Policial Militar (IPM) pela acusação de participar ostensivamente

Em outros navios houve manifestações de apoio à associação. No contratorpedeiro *Pernambuco* ocorreram atos de insubordinação, tentativa de invasão do navio por militares do contratorpedeiro *Paraíba*, que estava atracado a contrabordo²³⁹, e enfrentamento entre oficiais e marinheiros. Estando o capitão de corveta Luis Carlos Cordeiro armado com um rifle calibre doze, este conseguiu impedir a invasão do navio. Porém, ao determinar que o grumete Ronaldo Saldanha guarnecesse a espia²⁴⁰ para a desatracação do navio, este se recusou a fazê-lo, no que foi seguido por outros militares que também se recusaram. No total vinte e seis marinheiros foram denunciados por este episódio ocorrido no dia 27 de março a bordo do contratorpedeiro *Pernambuco*²⁴¹

Em terra a situação também ficou tensa, tendo ocorrido, talvez, o episódio mais violento de toda mobilização dos marinheiros. Ao tentar cruzar a ponte que liga a Ilha das Cobras²⁴² ao continente, um grupo de marinheiros que havia saído dos navios com o objetivo de seguir para o “Palácio de Aço” foi alvejado por disparos vindos do prédio principal do ministério. Alguns militares ficaram feridos e outros se lançaram na água com o intuito de escaparem dos disparos. Em seu depoimento²⁴³ o soldado Osiel Costa de Araujo relata que o grupo de marinheiros e fuzileiros vinha caminhando do interior do AMRJ e cantando o Hino Nacional e que ao sentir o ferimento em sua perna logo ouviu disparos. Ficando imobilizado devido ao ferimento foi logo preso por um oficial e em seguida conduzido ao pronto socorro. No Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para averiguar o ocorrido, consta uma relação com os nomes de onze praças presos na ocasião – entre marujos e fuzileiros – inclusive o soldado Osiel, que era também sócio da AMFNB. Esta relação é anexa a um ofício onde o comandante do 1º Distrito Naval relata o ocorrido ao

deste episódio ocorrido no “Tamandaré”. Conforme BNM 639, p.616-619 – Ofício 503 de 1964 do Comando da Força de Cruzadores e Contratorpedeiros.

²³⁹ Termo que significa que um navio ou embarcação está “ao lado” de outro.

²⁴⁰ Cabo ou corda que prende o navio ao cais quando está atracado.

²⁴¹ BNM 506, p.523 e 578.

²⁴² Ilha situada na região do antigo Ministério da Marinha, atual Comando do 1º Distrito Naval, onde está instalado o AMRJ e onde ficam atracados parte dos navios da Marinha.

²⁴³ BNM 045, p. 159-161 – Depoimento do soldado Osiel Costa de Araujo.

chefe do Estado-Maior da Armada, e informa sobre os três militares que teriam ficado feridos “sem gravidade devido a terem ricocheteado os projetis disparados”²⁴⁴

Dílson da Silva (2008), que à época servia no porta-aviões *Minas Gerais* e tomou parte nesse episódio no AMRJ afirma que:

Quando nós saímos ainda apanhamos uma bandeira no dique *Rio de Janeiro*, que tinha um navio lá com a bandeira do Brasil, aí botamos a bandeira na frente, fomos cantando o hino e tal [...] Mas, quando chegamos ali na saída, nós fomos impedidos por um caminhão dos fuzileiros navais atravessado de um lado e o Ministério do outro e o pessoal atirando. É lógico que eles não atiraram pra cima [dos marinheiros] porque, quase setecentos homens, se eles atirassem [não completou a frase]. Mas fez um estardalhaço danado, muito tiro e nós voltamos correndo. Alguns que tentaram o enfrentamento eles foram atingidos, né. Uns dois ou três foram atingidos. (*sic.*)

Mas, de acordo com o relato de João Onofre (2014), que estava a bordo do cruzador *Tamandaré* naqueles dias, a situação no Ministério da Marinha foi mais grave. O que demonstra a disposição de parte da oficialidade em recorrer à violência para desmobilizar a assembleia e o próprio movimento dos marinheiros. Segundo ele:

Fiquei sabendo que os caras atiraram neles. E foi aquela debandada né meu. Pô, o cara lá de cima do primeiro distrito atirando ali pra ponte. Já imaginou que alvo bom né? Agora, deu muita morte aí que o cara não ficou sabendo né tchê! Teve muita coisa ali que abafaram. O HCM lá, o Hospital da Marinha, aquilo ali ficou cheio. Ah ficou muita gente, muita gente ferida. Teve muita gente ferida. (*sic.*)

Com a simbólica presença de João Cândido, além de políticos e lideranças de entidades de representação, o clima no interior do sindicato foi ficando mais tenso, especialmente depois da decretação de prontidão rigorosa e dos acontecimentos na área do Ministério da Marinha e AMRJ. Se seguiram diversos pronunciamentos, com destaque para o discurso do presidente da AMFNB, José Anselmo dos Santos, previamente elaborado e lido logo no dia 25. Ele declarou apoio ao presidente Goulart e ao seu projeto reformista, manifestando alinhamento às pautas defendidas pelos segmentos sociais e categorias que apoiavam João Goulart. Segue abaixo trechos de sua fala:

²⁴⁴ BNM 045, p. 13-15 – IPM, Ofício nº462-A de 2 abr.1964 do Comando do 1º Distrito Naval ao Chefe do Estado-Maior da Armada.

Aceite senhor presidente, a saudação de marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das donas-de-casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas. [...] Aceite senhor presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis. A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de Liberdade, as perseguições e as injustiças sofridas que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura e da recreação marinheiros e fuzileiros navais do Brasil.[...] (sic.)²⁴⁵

Anselmo rejeitou os rótulos de subversiva e insubordinada, que eram conferidos à associação pela administração da Marinha e parte da imprensa carioca. E apresentou, uma vez mais, as principais reivindicações do movimento.

Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo e escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos institucionais, qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobras? Será subversivo convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado? [...] Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas [...] Quem tenta subverter a ordem são aqueles que proibiram os marujos do Brasil, nos navios, de ouvir a transmissão radiofônica do Comício das Reformas²⁴⁶[...] É necessário que se reforme a Constituição para estender o Direito do Voto aos soldados, cabos, marinheiros e aos analfabetos. [...] Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos:

- Reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento;
- Não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil;
- Reconhecimento pelas autoridades navais da AMFB;
- Anulação das faltas disciplinares que visam apenas intimidar os associados e dirigentes da AMFB;
- Estabilidade para cabos, marinheiros e fuzileiros;
- Ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília; [...] (sic.)²⁴⁷

²⁴⁵ *Tribuna da Imprensa*, 26mar.1964, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pagfis=15779 Acesso em: 2 de julho de 2022.

²⁴⁶ Comício das Reformas de Base realizado no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, região central da cidade do Rio de Janeiro. Muitos marinheiros compareceram a este comício, alguns inclusive fardados, contrariando os regulamentos disciplinares e a orientação da própria associação.

²⁴⁷ *Tribuna da Imprensa*, 26mar.1964, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pagfis=15779 Acesso em: 2 de julho de 2022.

Itagildo Alencar (2013) relata a atuação de Anselmo e o ambiente no sindicato dos metalúrgicos naquela ocasião:

A reunião, quando chegamos lá, aí a turma começou a falar. Não me lembro a ordem e como é que foi, mas eu sei que esse Anselmo era muito bom de papo, ele era um cara novo, mas bom de papo. Aí ele começou a falar o que a associação ia reivindicar [...] Então ele disse que ia reivindicar, que a associação ia reivindicar aumento e que ia reivindicar também pro marinheiro poder casar e mais uma série de reivindicação que eles iam fazer. Bah! Aquilo tudo ia ser uma boa pra nós! E aí agente foi se entusiasmando e ficando. Aí, daqui a pouco, e isso aí sim foi um erro nosso, começou a falar os políticos, entrou político. Acho que, não sei se foi o Anselmo que convidou como é que foi. Que não tava previsto, quer dizer, não tava previsto por nós, mas talvez o Anselmo tivesse previsto isso. (*sic.*)

Estando presente à supramencionada assembleia, Itagildo Alencar (2013) apresenta uma situação com acentuado grau de espontaneidade, onde sua participação, bem como a de outros marinheiros, estava relacionada com as reivindicações apresentadas pela AMFNB em nome dos seus representados, sem vínculo algum com questões político-partidárias.

A partir do discurso de Anselmo e dos pronunciamentos de outras lideranças, a mobilização no “Palácio de Açç” ganhou contornos de uma grave crise institucional na força naval. O ministro da Marinha determinou ao almirante Cândido Aragão²⁴⁸, então comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, que um destacamento de fuzileiros fosse enviado ao sindicato para colocar fim à assembleia. Ao alegar não poder cumprir aquela ordem, Aragão pediu exoneração do cargo e foi afastado de suas funções. Um grupo de fuzileiros foi enviado, conforme determinado pelo almirante Silvio Mota, mas ao chegarem à frente do sindicato vinte e seis daqueles militares depuseram suas armas e entraram no sindicato, juntando-se às centenas de marinheiros e fuzileiros ali reunidos. Como Itagildo Alencar (2013) destacou em sua narrativa:

[...] aí foi ficando tenso, aí os almirante mandaram um batalhão de fuzileiros naval pra nos tirar de lá. [...] Aí a turma trancou o portão lá, “ninguém vai sair, ninguém vai sair” e a turma já tava também embalada, aí os fuzileiros chegaram lá, o Anselmo fez um falatório lá, o cara era bom de papo mesmo, fez um falatório lá. Sabe o que aconteceu? Os fuzileiro naval largaram as

²⁴⁸ Sobre o vice-almirante Cândido da Costa Aragão, ver: ALMEIDA, Anderson. **...como se fosse um deles**: Almirante Aragão. Memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia. Niterói: EdUFF, 2017.

armas no chão e aderiram à revolução, entraram pra dentro do sindicato também. Os que sobram recolheram o armamento, deram volta e aí veio o Exército. (*sic.*)

Frente à adesão do contingente de fuzileiros à reunião no sindicato, ainda no dia 26 tropas do 1º Batalhão de Guardas do Exército Brasileiro²⁴⁹ foram enviadas ao local. Diante da escalada da crise com os marinheiros, o almirante Silvio Mota manteve o afastamento do vice-almirante Cândido Aragão e em seguida solicitou ao Presidente Goulart sua exoneração do cargo. No gozo de uma prerrogativa que lhe assiste enquanto comandante das Forças Armadas, João Goulart exonerou Silvio Mota e nomeou o almirante da reserva Paulo Mario da Cunha Rodrigues para a pasta da Marinha. Titular de uma vaga no Tribunal Marítimo e tido como oficial nacionalista e simpático às causas dos marinheiros, Paulo Mario atuou no sentido de debelar a crise que se instaurara na força naval. O novo ministro determinou que os militares reunidos no sindicato fossem levados para o 1º Batalhão de Guardas do Exército e lá permanecessem presos até ordem em contrário. Na sequência, Paulo Mario tomou uma série de medidas que descontentaram profundamente o Almirantado, entre as quais a anistia a todos os marinheiros e fuzileiros envolvidos nos episódios do “Palácio de Aço”, a recondução de Aragão ao comando dos fuzileiros e a nomeação do almirante Araújo Suzano para o cargo de chefe do Estado-Maior da Armada.

Acerca das negociações para o fim da assembleia e os desdobramentos que se seguiram, Itagildo Alencar (2013) ressalta a presença do general Assis Brasil no sindicato dos metalúrgicos, muito provavelmente para conduzir as tratativas no sentido de pôr termo à assembleia:

E aí, aí mandaram o Exército. Mas nesse meio tempo veio o general Assis Brasil, que parece que era assessor do presidente. Veio e falou com o Anselmo. Aí o Anselmo chegou e disse que era pra nós se entregar, porque ele já tinha resolvido tudo e que era pra nós se entregar. Aí começou a encostar viatura do Exército lá e a turma ia embarcando, embarcando e nos mandaram preso lá pro Exército. Nesse meio tempo aí eles se comprometeram que tal hora iam nos soltar e nos soltaram mesmo. E aí o presidente, quando nos soltaram, o presidente em seguida nos deu a anistia. Só que aí os militares pegaram e a anistia foi pro espaço. (*sic.*)

²⁴⁹ Unidade militar do Exército situada também no bairro de São Cristóvão.

Ao tomar conhecimento das decisões do almirante Paulo Mário, o Conselho do Almirantado iniciou uma feroz ofensiva contra o ministro e o Presidente Goulart. Com amplo apoio de diversos veículos da imprensa carioca, teve início o “tiro de misericórdia” contra o projeto reformista e o próprio mandato de um presidente constitucionalmente eleito e no gozo pleno de suas prerrogativas. O jornal *O Globo* no dia 30 de março trazia a seguinte manchete em sua primeira página: “Punição dos rebeldes e afastamento do Alm. Aragão, exige a oficialidade.²⁵⁰” Já o editorial do *Jornal do Brasil* de 29 de março trazia o seguinte posicionamento acerca da mobilização dos marinheiros e da forma como se encerrou a assembleia no sindicato dos metalúrgicos:

As Forças Armadas foram todas, – todas, repetimos – feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos da autoridade e da hierarquia, da disciplina e do respeito às leis militares. Sem esses fundamentos a hierarquia se dissolve e em lugar dela surgem as milícias político-militares, preconizadas pelos comunistas e fidelistas. [...] A audácia dos líderes comunistas no soviete de operários e marinheiros instalado virtuosamente na Rua Ana Néri. [...] O *JORNAL DO BRASIL* e o País querem que sejam restabelecidos a legalidade e o estado de direito. Mas isso só será possível quando existirem Forças Armadas intactas. Quando o *germe da divisão* for *eliminado* das Forças Armadas, quando as ideologias não tiverem nelas ingresso para explorar certas reivindicações, que podem ser justas, mas que jamais deverão ser defendidas pelo caminho da sedição e da indisciplina.²⁵¹ [Grifos nossos]

Do mesmo modo, o periódico *Correio da Manhã*, publicou um editorial em 31 de março onde, dirigindo-se ao Presidente Goulart, posicionava-se da seguinte maneira:

Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? [...] Não contente de intranquilizar o campo, com o decreto da Supra, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas, destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional.²⁵²

O Almirantado e o Clube Naval passaram então a emitir uma série de notas e manifestos ao ministro da Marinha. Em um dos quais, denominado *O Memorial*²⁵³, a

²⁵⁰ *O Globo*, 30mar.1964, p.1.

²⁵¹ *Jornal do Brasil*, 29mar.1964, p.1.

²⁵² *Correio da Manhã*, 31mar.1964, p.1.

²⁵³ *Diário de Notícias*, 31mar.1964, p.10.

alta oficialidade naval expressava sua desaprovação quanto às últimas decisões do titular da pasta e informavam não reconhecer a autoridade do almirante de esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano e do vice-almirante Cândido da Costa Aragão no exercício das funções que desempenhavam.

No mais contundente dos manifestos, denominado *À Nação, ao Congresso Nacional, às Assembleias, aos governadores, aos chefes militares e a todos os cidadãos*²⁵⁴ a cúpula da Marinha fazia abertas críticas aos atos do ministro Paulo Mario e do próprio presidente Goulart. Conclamando a Nação para se defenderem da ameaça de comunização do país. Logo o Clube Militar e da Aeronáutica se solidarizaram ao posicionamento dos almirantes do Clube Naval e do Conselho do Almirantado. Havia sido lançado o sinal para o golpe.

Cumprir destacar a contradição que marca esse momento, onde muitos daqueles altos oficiais que então vociferavam contra a afronta à disciplina e à hierarquia na Marinha, conspiravam contra o Presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Esse paradoxo, que caracterizou a repressão aos marinheiros e todo o período até o golpe, pode ser melhor compreendido quando percebemos em que circunstâncias e por quais segmentos essa disciplina e hierarquia (sociais) podem e costumam ser relativizados. Não obstante nas palavras do historiador e oficial general do Exército Brasileiro Nelson Werneck Sodré (2010, p.470) “a disciplina é inteiriça: não há uma disciplina para oficiais e outra para marinheiros; não há uma disciplina para superiores e outra para inferiores”.

Diante das argumentações de ameaça à disciplina e à hierarquia nas Forças Armadas, no que parcela importante da grande imprensa participação relevante, parte da oficialidade que se mostrava favorável à manutenção da legalidade passou a considerar a solução da crise por meio de um golpe de Estado. Comprometendo assim o chamado “dispositivo militar” do Presidente João Goulart e sua base de apoio político. Nesse cenário, Goulart seguiu para o Rio Grande do Sul abrindo espaço para a implementação definitiva do golpe que a muito se mostrava iminente. Na noite do dia 1º de abril era declarada vaga a Presidência da República e o

²⁵⁴ O *Globo*, 30mar.1964, p.22.

deputado federal Ranieri Mazzilli²⁵⁵ empossado “figurativo” Presidente, pois, de fato, o governo do Brasil estava com o autointitulado *Comando Supremo da Revolução*, composto pelos seguintes oficiais: general de exército Arthur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

A partir desse momento teve início uma intensa repressão contra aqueles que de alguma forma apoiaram o governo Goulart. Foram depredadas as sedes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da AMFNB; concomitantemente à ocupação da Rádio Nacional, da Rádio Mayrink Veiga, da Rádio Mauá e prédios do governo federal. No Nordeste, foram presos Miguel Arraes, Seixas Dória e o líder comunista Gregório Bezerra, entre outras dezenas de cidadãos ligados ou que manifestavam apoio ao governo Goulart. No Rio Grande do Sul, dezenas de lideranças civis e militares das cidades de Rio Grande²⁵⁶ e Pelotas foram presas a bordo do navio hidrográfico *Canopus*, que também foi empregado para bloquear a entrada do porto de Rio Grande – único porto oceânico do estado gaúcho – nos primeiros dias de abril²⁵⁷. No Rio de Janeiro, navios como os mercantes *Princesa Leopoldina* e *Raul Soares*, além dos navios-transporte *Ary Parreiras* e *Custódio de Mello*, foram utilizados como centros de detenção para centenas de militares e civis, conforme consta do Relatório da Comissão Nacional da Verdade²⁵⁸. Muitos marinheiros e fuzileiros navais foram mantidos presos por vários dias nesses “navios-prisão”, sendo interrogados e aguardando os desdobramentos de inquéritos, processos administrativos e judiciais. O que pode se comprovar pelo fato de, no dia 27 de março, um total de 42 praças estarem presos a bordo do navio-transporte *Ary Parreiras*, e, logo a partir do dia 2 de abril, dezenas de oficiais e praças terem sido

²⁵⁵ Presidente da Câmara dos Deputados.

²⁵⁶ Sobre a repressão na cidade de Rio Grande-RS, ver: CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva. **Na esteira da memória. A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964)** Dissertação (Mestrado História) Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, 2016.

²⁵⁷ Sobre a atuação do navio hidrográfico *Canopus* em Rio Grande-RS durante os meses de março e abril de 1964, ver: CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva e GANDRA, Edgar Ávila. *Canopus nos mares do Sul. O “navio branco” em águas rio-grandinas: repressão na cidade de Rio Grande-RS no contexto do golpe civil-militar de 1964. História e Culturas*. Fortaleza, vol.V, nº.10, jul./dez., 2017.

²⁵⁸ BRASIL, **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. vol 1 tomo II e vol.3, Brasília: CNV, 2014. Disponível em: Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> Acesso em: 26 de abril de 2022.

recolhidos presos à disposição do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)²⁵⁹. Os interrogatórios no transcurso dos IPM²⁶⁰ e os atos administrativos punitivos²⁶¹ que retiraram centenas de marinheiros das fileiras da Marinha antes mesmo da conclusão dos processos administrativos ou das decisões da justiça, também atestam essa intensa repressão conduzida internamente à Marinha logo após o golpe.

Enquanto no meio civil a “operação limpeza” era conduzida de maneira implacável, na Marinha não era diferente. No dia 3 de abril o então empossado ministro da Marinha, almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, determinou a instauração de inquérito para apurar os fatos ocorridos na assembleia da AMFNB no dia 25 de março. Sucederam-se então atos administrativos determinando expulsões, afastamentos e transferências para a reserva; tanto de oficiais quanto de praças simpáticos ao governo Goulart e/ou ao movimento “fuzinauta” Muitos marinheiros foram expulsos sumariamente da força naval sem sequer serem submetidos ao devido processo administrativo, o que lhes era garantido pelos regulamentos uma vez que tinham seus compromissos vigentes com a Marinha. Posteriormente, no intuito de “cumprir tabela”, muitos daqueles militares “responderam aos devidos” processos legais na esfera da justiça militar. Sendo a grande maioria condenada à revelia devido ao fato de que, após sumária exclusão das fileiras navais por ocasião do golpe, muitos fugiram ou voltaram para suas cidades de origem ou ingressaram na clandestinidade, alguns inclusive partindo para a luta armada²⁶² durante os anos que se seguiram. Destarte, ordens de prisão em

²⁵⁹ Livro de Quartos de Serviço do navio de transporte de tropas *Ary Parreiras*, mar./abr.1964 – ARQMAR. O CENIMAR, atual Centro de Inteligência da Marinha (CIM), era então o órgão de inteligência da força naval, criado em 21 de novembro de 1957, cujas origens remetem ao ano de 1947, com a criação do antigo Serviço Secreto da Marinha. Histórico do CIM disponível em: <http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/centro-de-inteligencia-da-marinha> Acesso em: 25 de setembro de 2022.

²⁶⁰ BNM 149.

²⁶¹ Boletins do Ministério da Marinha do ano de 1964 / Diretoria de Pessoal Militar da Marinha – ARQMAR.

²⁶² Sobre a mobilização desses militares em torno da AMFNB e a trajetória de alguns pela luta armada, ver: ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia**. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

desfavor dos membros da diretoria da AMFNB e de outros associados/apoiadores foram encaminhadas às forças policiais e, principalmente, às Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e ao Centro de Informações da Marinha.

Em 29 de julho a União entrava com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que em 23 de novembro foi julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação “fuzinauta”.

5.3 *Marineros de Chile* contra o golpe (1973)

Semelhante à sua congênere brasileira, a Marinha chilena tem em sua gênese fundamentos de costumes e tradições navais ingleses. Guardando um perfil elitista e aristocrático, sua oficialidade, de maioria absoluta branca e recrutada entre os segmentos mais abastados da sociedade, historicamente constitui um grupo social notadamente fechado e, desse modo, pouco afeto aos avanços e demandas dos segmentos medianos e das camadas trabalhadoras. Reproduzindo, internamente à Armada, a lógica das relações sociais que se estabeleciam no Chile ainda no século XIX, na medida em que os praças; ou *suboficiales de la gente de mar*, que até o início do século passado eram recrutados por “*enganche*”, ou seja, contratados diretamente nos portos (MAGASICH A., 2008, p.131-132), e cujas origens sociais remetiam aos segmentos menos favorecidos; eram mantidos “socialmente distantes” dessa “elite naval”. Distanciamento há muito assegurado por normas e tradições que pautavam as relações sociais estabelecidas entre os militares e, assim como na Marinha do Brasil, exerciam a função de garantir a manutenção da disciplina e hierarquia sociais nessa instituição armada. Concorrendo para um permanente tensionamento das relações entre esses dois segmentos.

Foi nesse quadro que a Armada chilena vivenciou os dois grandes levantes marinheiros da primeira metade do último século. Nos quais a questão social interna à força naval se mostrou central para o desenrolar dos acontecimentos, visto que tornava cada vez mais evidentes as contradições entre o desenvolvimento técnico-profissional exigido dos praças, na esteira do rápido incremento tecnológico

observado nos meios navais, e o esforço da instituição em mantê-los na antiga condição social. Segundo Jorge Magasich Airola (2008, p.131), ainda durante o século XX:

A estrutura das forças de mar e terra se assemelhava à hierarquia social de finais do século XIX. A organização do Exército foi encomendada a oficiais prussianos, enquanto a Marinha herdara da *Royal Navy* a rigorosa hierarquia e a disciplina irreflexiva, que calçava perfeitamente com a ordem oligárquica, isto é, com a estrita submissão das classes subalternas. [Tradução nossa]

Situação que, em uma perspectiva histórica, se apresentava como pano de fundo desses movimentos, alimentando um continuado estado de inquietação entre as guarnições, como podemos observar nas palavras de Carlos García Herrera (2020), integrante do movimento de marinheiros chilenos que se opôs ao golpe de Estado no país em 1973:

As relações entre a tropa e os oficiais eram e são *antagônicas*. Há um classismo muito marcado. Os marinheiros devem sempre ser obedientes ante os oficiais, uma *obediência inconsciente*. Há um desejo permanente de rebelar-se frente essa *submissão irracional*. [Tradução nossa]

Percepção compartilhada por marinheiros de tempos anteriores, como Ernesto González e Manuel Astica Fuentes, lideranças do levante de 1931. Acerca do qual González afirma que, à época, existia na Armada uma disciplina colonial fundamentada na obediência cega ao superior (GONZÁLES, 1932 *apud* MAGASICH A., 2008, p.152), ao passo que Manuel Astica, ao ressaltar que a principal causa do movimento foi a humilhação constante das guarnições, afirma que “a oficialidade os tratava como seres inferiores, pouco menos que escravos às suas ordens, de modo que toda a vida do marinheiro estava marcada pela rigorosa disciplina de inferioridade” (*apud* MAGASICH, 2008, p.152, tradução nossa).

Décadas depois, muitos dos marinheiros que se opuseram ativamente ao golpe na década de 1970 também manifestavam entendimento semelhante sobre a natureza das relações sociais estabelecidas entre oficiais e praças na Armada. Segundo José Jara (2002), todos os poderes estariam concentrados na oficialidade, enquanto a *gente de mar* não era mais que utensílios para determinadas funções

(*apud* MAGASICH A., 2008, p.268). Porquanto, para Julio Gajardo (2003), os oficiais tinham uma atitude como que feudal, que acreditava ter origens históricas distantes.

A percepção do caráter servil nas relações entre oficiais e marinheiros enquanto desdobramento da lógica que balizava os vínculos na sociedade chilena, presente nas narrativas desses marinheiros que tomaram parte nessas importantes mobilizações, descortina a leitura própria que integrantes desse segmento específico de militares da Marinha chilena construíram acerca do processo histórico em que estavam inseridos e, especialmente, de sua condição de sujeitos nesse transcurso. Destarte, a compreensão de classe que eles manifestam se constrói a partir da identificação, por semelhanças e diferenças, no curso das relações estabelecidas na Marinha e fora dela. Contexto em que suas origens sociais e o notório entendimento que expressam acerca da condição de “marinheiros-trabalhadores”; ou, nas palavras de Mariano Ramirez (2020, tradução nossa), “operários / técnicos fardados”, como também indica Jaime Salazar (2020, tradução nossa), ao afirmar estar “o marinheiro especialista técnico mais identificado com um trabalhador industrial”; têm destacada importância no que afeta ao processo de mobilização experienciado por esses militares ao longo do último século.

É nesse sentido que podemos considerar o principal traço de continuidade entre esses levantes marinheiros levados a cabo na força naval chilena. Refutado, no entanto, por Mariano Ramirez (2020), que entende estar o processo de conscientização desses militares necessariamente associado à contiguidade do contato entre esses sujeitos e/ou suas experiências. Em sua opinião:

[...] na Marinha, de alguma maneira, se havia desenhado uma instituição com uma classe de oficiais e outra de *suboficiales*, administrativamente. De maneira alguma poderia haver outra percepção. Sim, devemos dizer que, na prática, existia o que chamamos de camaradagem e, também, uma unidade, mas nunca se relacionou com o conceito político de classe. Poderia ter sido diferente se então houvéssemos tido mais informações, por exemplo, o que aconteceu no ano de 1931, com o que se chamou “A Revolução da Esquadra” ou do *bandejas* da *Escuela de Ingenieria*, no ano de 1961. [Tradução nossa]

Contudo, ainda que esses contatos tenham se efetivado, como nos mostra o levantamento de Jorge Magasich (2008, p.273-276), e que figurem com grande importância nesse quadro de tomada de consciência, em uma perspectiva histórica

conjuntural eles não são imprescindíveis. Como podemos depreender quando notamos que esse processo se caracteriza, sobretudo, pela inquietação permanente desses homens em relação aos contrastes entre uma nova condição social almejada a partir das transformações decorrentes das complexas qualificações profissionais demandadas por uma Armada em franco processo de modernização, e o abismo social anacrônico reforçado diuturnamente nas relações estabelecidas com seus superiores, notadamente a oficialidade, remetendo aos vínculos que estruturam a própria sociedade. Aspecto que fica evidente quando Ernesto González (*apud* MAGASICH A., 2008, p.152) afirma que as guarnições de 1931 não eram semelhantes em nada à marinhagem analfabeta de antes e que, por isso, tudo havia mudado, referindo-se à sublevação daquele ano. Transformações que se acentuaram no quadro de modernização que a Armada chilena experienciou já partir da Segunda Guerra Mundial, que se consolidou no contexto da Guerra Fria.

Com a intensificação de uma política de defesa (controle) continental capitaneada pelos EUA, fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional, a Marinha do Chile estreitou ainda mais os laços com a força naval dos EUA, de quem recebia, no âmbito dos Acordos de Assistência Militar, meios / equipamentos e doutrinas, sobretudo aqueles afetos à guerra antissubmarino e aeronaval. Uma vez que, a exemplo do Brasil, que conta com o mais extenso litoral do continente americano no Atlântico Sul, o Chile ostenta essa mesma condição no Pacífico Sul, demandando dos EUA especial atenção no que afetava à marinha desse país. Destarte, acelerou-se a profissionalização desses marinheiros e, com ela, a já mencionada intranquilidade e a decorrente tensão social latente na Armada chilena. Posto que, paradoxalmente à modernização da Esquadra e o resultante incremento técnico-profissional de sua *gente de mar*, “o sistema de castas tornava-se cada dia menos adaptado à eficiência do serviço e resulta difícil de suportar por uma tropa que adquire novas capacidades, que termina cansada e alimenta esperanças de mudanças e de mais igualdade” (MAGASICH A., 2008, p.270, tradução nossa). Situação que concorria para trazer à tona questões sociais há muito latentes instituição naval chilena, como já mencionado. Expondo, desse modo, um cenário

que, segundo Juan Cárdenas (2002), denotava uma luta de classes indireta, mas muito forte, a partir de uma posição “antioficial” observada em meio aos praças.

Destarte, foi na década de 1960 que a maioria dos marinheiros que se articularam contrariamente ao golpe contra o presidente Salvador Allende ingressou na Marinha do Chile. Em um ambiente marcado por avanços dos movimentos sociais em diferentes partes do mundo e pelo consequente tensionamento das ações de contenção dessas mobilizações e seus desdobramentos na seara política. Assim, visando melhor situar esta análise, cabe aqui uma breve explanação acerca de alguns aspectos da carreira desses militares nessa força naval.

De acordo com a estrutura organizacional do pessoal da Armada chilena, o ingresso e a formação inicial na condição hierárquica de praça se dava, principalmente, por meio de três organizações militares: *Escuela de Grumetes*, *Escuela de Artesanos Navales* e *Escuela del Cuerpo de Infantería de Marina* (CABEZON C., 1968, p.645-648). As duas primeiras destinavam-se a formar, respectivamente, os militares para compor as guarnições dos navios e unidades de terra da Armada e os operários para o serviço nos *Departamentos de Armamentos y Astilleros y Maestranzas de la Armada* (ASMAR). Ao passo que a terceira escola se encarregava de preparar aqueles que iriam integrar o *Cuerpo de Infantería de Marina*, sobre os quais trataremos mais adiante (CABEZON C., 1968, p.646-647).

Em razão do quantitativo de navios, bases navais e demais unidades de terra afetas ao serviço da Armada; o contingente de *marineros* era naturalmente maior que o de operários e *infantes*, o que fazia com que a demanda por esse pessoal fosse maior e, portanto, a *Escuela de Grumetes “Alejandro Navarrete Cisterna” da Armada de Chile*, situada na Isla Quiriquina, região litorânea de Talcahuano, fosse o meio principal pelo qual os praças da Marinha chilena ingressavam na instituição.

Caracteristicamente destinado à formação militar-naval para tropa, o curso na *Escuela de Grumetes* tinha algumas características típicas de cursos com essa destinação, como: a separação abrupta e o isolamento daqueles jovens em relação ao seio familiar e à sociedade civil, a elevada exigência física e o reforço diuturno das noções de hierarquia e disciplina. Em um processo de desconstrução do “eu”,

característico de instituições que se pretendem totalizantes, como o caso da Marinha.

Entretanto, alguns aspectos são particulares e se revestem de significativa importância no que concerne à compreensão das relações estabelecidas entre marinheiros e oficiais, e, especialmente, sobre o lugar social reservado pela instituição aos militares que compunham sua marinhagem. Nesse sentido, além do “conhecimento humanístico-matemático adequado, junto a uma sólida formação militar-naval, moral, intelectual e física, que os capacitassem para o desempenho de funções a bordo e posterior curso de especialização” (CABEZON C., 1968, p.646, tradução nossa), ensinava-se aos futuros marinheiros a submissão à disciplina e a obediência incontestes aos seus superiores, especialmente à oficialidade (MAGASICH A., 2008, p.219).

De acordo com Pedro Blaset Castro (2019), o período de formação na *Escuela de Grumetes “Alejandro Navarrete Cisterna”* se constituiu enquanto:

[...] um processo muito duro, rígido e estrito em termos disciplinares. O trato que recebemos no sentido de nos doutrinar foi bastante difícil. Esse impacto prevaleceu aqui como um elemento pedagógico para nos formar e nos proporcionar, digamos, o elemento que nos permitiria incorporar a nossa mente o que era a obediência, a obediência de vida. Disciplina e obediência. Obediência inquestionável, *obediência inquestionável ao superior*. [Tradução e grifos nossos]

Ao recordar seu período na *Isla Quiriquina*, Carlos García (2020) ilustra bem esse quadro:

No início do ano de instrução, a vida de um jovem, ainda quase adolescente, muda drasticamente. Eu estava completando 16 anos de idade. A mudança é violenta. De um dia para o outro você percebe que tem gente que grita com você; te faz nadar no mar de madrugada, com muito frio; te ensina a formar uma companhia e todos os movimentos são dirigidos por um instrutor. Parece que tudo é proibido; proibido de falar e proibido de se mover sem uma ordem superior. Três meses depois o grumete adapta-se melhor a essa mudança. E a vida militar se transforma em vida estudantil, misturada à brutalidade militar. Desde o primeiro dia, a *diferença de classe social* é evidente. Os oficiais aparecem apenas para cumprimentar, dar algumas ordens e depois desaparecem. A relação se dá com os instrutores: cabos, sargentos e suboficiais. Oficiais *são deuses* que aparecem em momentos especiais, para cerimônias e para dar instruções gerais. [Tradução e grifos nossos]

Carlos García (2002, tradução nossa) destaca ainda, que, desde cedo, o grumete aprende “que os oficiais ou superiores são os destinados a pensar e os subordinados não têm que pensar”, aspecto que, para ele, “é a expressão máxima da brutalidade militar”. Mas que podemos compreender como uma síntese do tipo de despersonalização e, principalmente, de obediência que se busca nessa etapa de formação militar inicial.

Essa relevância atribuída à obediência incondicional a uma oficialidade que se fazia crer social e humanamente superior em relação às suas guarnições, presente nas narrativas de muitos desses marinheiros, não se estabelecia apenas por meio do trato verbal, exigências disciplinares e cerceamento de diversas (pequenas) liberdades durante essa fase inicial em Quiriquina. Os castigos corporais também eram empregados como instrumentos desse violento processo pedagógico, que objetivava desconstruir parcialmente a identidade pessoal daqueles militares a fim de assegurar sua absoluta submissão e obediência ao segmento que, em uma perspectiva social mais ampla, representava a elite da sociedade chilena. Prática empregada, deliberada e arbitrariamente, pelos instrutores a título de castigo por eventuais faltas. Entre as punições mais comuns estavam: tapas, socos, chutes e coronhadas com o fuzil.

Mariano Ramirez (2019), relata uma ocasião em que foi submetido a esse tipo de situação:

Se utilizou o castigo corporal. Uma vez eu fui obrigado a escolher entre um golpe no peito ou outro nas nádegas. E decidi pelo golpe no peito, pois, no outro caso poderia acertar meus testículos, aí decidi pelo peito. O guarda-marinha Gutiérrez foi quem aplicou o golpe em meu peito, recordo de uma pancada no peito. Era usual, quando havia uma falta, tinha duas opções: peito ou nádegas [...] [Tradução nossa]

Pedro Blaset (2003) narra a ocasião em que foi castigado com a chamada “*calle del medio*”, conhecido também como “corredor polonês”:

Estávamos formados e, diante de uma piada de um companheiro, eu sorri. Então, o homem que estava comandando a formatura, ao me ver sorrindo, pensou que estava rindo dele. Então, nos formaram em duas linhas que era como um corredor. Eu teria que passar pelo meio desse corredor e os companheiros teriam que me golpear, o que não golpeasse poderia ter ele que passar pelo corredor depois. Eu acredito que foi muito ruim de passar, pois fiquei sangrando e fui retido pelos socos e chutes. [...] [Tradução nossa]

Luis Jorquera (2019) narra outras formas de castigos corporais a que eram submetidos os marinheiros durante o curso na *Escuela de Grumetes*, com destaque para o já mencionado humilhante golpe nas nádegas:

[...] durante o período de instrução era frequente que nos castigassem com pancadas. Com golpes aqui (no peito) ou nas [aponta para as nádegas] [...] Tínhamos um sargento, que era nosso chefe e ele nos anotava e dizia: "Você vai ao banheiro de noite". Os banheiros eram uma grande sala onde estavam todos os sistemas de chuveiro. E então, à noite, ele nos chamava e dizia: "Abaixe-se!" A gente se abaixava e ele ia com uma prancha e paá, ele começava a bater em nossas nádegas. [...] muitas vezes eles nos colocavam de plantão. Estando de plantão, você teria que ficar parado durante uma ou duas horas com o fuzil no ombro, ao sol. [...] [Tradução nossa]

Víctor López (2003, tradução nossa), para quem “o tratamento era muito vexatório e muito brutal”, ressalta que o doutrinamento se dava por meio do maltrato físico e que, antes de tudo, se forjava toda a disciplina através de agressões praticadas regularmente. Ainda segundo ele:

[...] a norma era que todos os instrutores tivessem um instrumento para bater, cada um tinha suas características, havia o “ioiô”, que era usado pelo cabo Chávez. O ioiô era um peça feita de borracha, com uma alça, que, obviamente, quando batiam com isso ficava um medalhão marcado nas costas. Tinha o “chocolito”, que era uma vara assim, uma tábua pintada como um chocolate, comprida, que era usada pelo cabo Hayssen. Tinha o chicote, que era um chicote de couro, que não lembro quem usava. [...] Bem, cada um dos instrutores tinha uma vara ou algo para nos bater quando eles queriam fazer valer os meios de instrução. [Tradução nossa]

Ainda que não nos tenha sido possível precisar qual norma autorizava e qual orientação normativa ou determinação (administrativa e/ou judicial) colocou termo nessa prática, muitos dos marinheiros entrevistados indicam para o fato de que os castigos corporais foram aplicados na *Escuela de Grumetes “Alejandro Navarrete Cisterna”* até 1969, uma vez que a partir do ano seguinte não teriam sido mais aplicadas quaisquer punições dessa natureza.

No que afeta aos oficiais, Gerardo Hiriart (2003), que frequentou a Escola Naval durante a década de 1950, afirma que os cadetes eram submetidos a castigos corporais e que muitos desses futuros oficiais quiseram depois aplicar esses castigos aos marinheiros.

Em que pese o caráter violento e desumano dessa prática absolutamente anacrônica, tanto no que afeta aos grumetes quanto aos cadetes, não podemos deixar de destacar uma diferença fundamental entre esses casos: as origens sociais da oficialidade. Que, em última análise, é quem permite ou determina a aplicação desses castigos. Destarte, enquanto nas escolas de praças essas sanções adquirem um viés de afirmação da hierarquia social vigente; na Escola Naval isso não ocorre, na medida em que essa relação punitiva se verifica entre “iguais” socialmente.

Após cerca de um ano de curso, caso alcançassem a aprovação, os grumetes eram promovidos à graduação de marinheiro-segundo, sem qualquer especialização técnica e, assim sendo, empregados em serviços de caráter geral e menos especializado nas unidades da Marinha. A partir desse instante, alguns eram designados para servirem a bordo dos navios da Esquadra, enquanto outros – em razão da qualificação técnico-profissional que traziam da vida civil ou mesmo do desempenho durante a referida instrução – seguiam para a realização de cursos de especialização profissional nas *Escuelas de Especialidades*, onde aprenderiam e/ou ampliariam seus conhecimentos nas mais diversas áreas técnico-profissionais demandadas pela Armada. Ao concluírem seus cursos de especialização, esses militares eram promovidos à graduação de marinheiro-primeiro.

Como nas demais marinhas modernas, essas especialidades técnico-profissionais demandadas aos marinheiros durante suas carreiras estavam diretamente relacionadas à manutenção e operação dos diferentes sistemas e equipamentos integrantes dos navios, submarinos, meios anfíbios e aeronavais. Além daquelas capacitações afetas ao funcionamento da própria estrutura organizacional, administrativa e operacional da Marinha. Nesse sentido, os praças da Marinha chilena estavam distribuídos, basicamente, em duas “filiações”. De acordo com a natureza de suas especialidades ou das atividades que desempenhassem, conforme Art.17 do Decreto nº 204, de 28 de maio de 1969²⁶³, a saber:

²⁶³ Decreto nº 204, de 28 de maio de 1969, que aprovou o Regulamento Complementar do Decreto com Força de Lei nº 1, de 6 de agosto de 1968 – *Estatuto del Personal de las Fuerzas Armadas*. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=144684> Acesso em: 26 de junho de 2022.

- Pessoal de Linha ou de “Filiação Branca” – que tem por função desempenhar atividades de combate e técnicas, de acordo com sua especialidade e que indistintamente presta serviços em terra, a bordo ou no ar; e
- Pessoal de Serviços ou de “Filiação Azul” – tem por função dar apoio logístico ou administrativo de acordo com sua especialidade. [Tradução nossa]

Cabe ressaltar que os *infantes de marina*²⁶⁴, ou fuzileiros navais, estavam classificados como Pessoal de Linha. Em que pese estarem sujeitos aos mesmos regulamentos e terem origens sociais comuns, ou muito próximas, marinheiros e *infantes* não guardavam qualquer proximidade em suas relações internas à Marinha. Havendo mesmo uma evidente animosidade entre os dois segmentos. Ademais das fundamentais diferenças afetas às suas atividades profissionais – de modo semelhante ao já mencionado quando abordamos o caso brasileiro – trata-se de um contingente que, para além de suas atribuições em um cenário de guerra convencional, historicamente desempenha funções relacionadas à segurança da oficialidade e das unidades de terra da Marinha. Além de polícia interna e, às vezes, externa nas áreas de influência e atuação da força naval, com uma tradição repressiva, especialmente no que se refere aos marinheiros (MAGASICH A., 2008, p.217). Por ocasião do golpe de 1973, muitos marinheiros foram presos e torturados por *infantes de marina* e nas dependências de unidades dessa tropa.

Questionado sobre as relações entre marinheiros e *infantes*, Carlos García (2020) responde:

As relações entre marinheiros e *infantes de marina* foram sempre tensas, sem possibilidade de desenvolver um clima fraterno. Nós, marinheiros, sempre os vimos como uma força repressiva, também contra nós. Sua disciplina é sempre irracional. Nós, marinheiros, tínhamos uma formação diferente, porque éramos principalmente técnicos e menos militares. Não tínhamos a mentalidade repressiva. [Tradução nossa]

²⁶⁴ Sobre o histórico do Cuerpo de Infantería de Marina de la Armada de Chile, ver: LEAL, Guillermo Toledo. Continuidad histórica y orgánica de la Infantería de Marina en la Armada de Chile. **Revista de Marina**. Año CXV, v.116, n.853, p.522-543, nov./dez., 1999. Disponível em: <https://revistamarina.cl/revista/853> Acesso em: 22 de junho de 2022.

Já Mariano Ramirez (2020, tradução nossa) afirma que “as relações eram muito distantes, nunca foram boas porque eles representavam um corpo repressivo e absolutamente leal ao comando em qualquer circunstância”.

Na tabela abaixo estão dispostas hierarquicamente, em ordem decrescente, as graduações e equivalências entre os praças das duas filiações²⁶⁵:

<u>Tabela 3 – Quadro hierárquico de graduações da <i>Gente de Mar</i></u> <u><i>Marina de Chile</i></u>	
Filiação Branca	Filiação Azul
Suboficial Maior	Maestro Maior / Auxiliar Maior
Suboficial	Maestro 1º / Auxiliar 1º
Sargento 1º	Maestro 2º / Auxiliar 2º
Sargento 2º	Maestro 3º / Auxiliar 3º
Cabo 1º	Operário 1º / Ajudante 1º
Cabo 2º	Operário 2º / Ajudante 2º
Marinheiro 1º / Soldado 1º	Operário 3º / Ajudante 3º
Marinheiro 2º / Soldado 2º	Operário 4º / Ajudante 4º

Sobretudo a bordo dos navios, a realidade enfrentada por esses militares se mostrava distante daquela que imaginavam ao ingressarem na Armada e, para aqueles mais qualificados profissionalmente, notadamente contraditória àquela que entendiam lhes ser devida enquanto profissionais da Armada.

Da divisão do trabalho a bordo, passando por questões afetas às liberdades individuais básicas, até requisitos elementares de sobrevivência como a alimentação. Uma forte diferença se fazia presente em praticamente todos os aspectos do cotidiano de oficiais e marinheiros, especialmente a bordo dos navios. Exercendo a função básica de reforçar o lugar devido à cada grupo, não somente na hierarquia da instituição, mas, principalmente, na hierarquia social chilena.

²⁶⁵ Decreto com Força de Lei nº 1, de 6 de agosto de 1968 – *Estatuto del Personal de las Fuerzas Armadas*.

Nesse sentido, ainda no ano de 1961, um movimento de base social e cunho essencialmente contestatário, ocorreu na esteira da histórica tensão entre oficiais e marinheiros: o “*bandejazo*” na Escuela de Ingeniería. No ambiente conturbado dos anos 1960, marinheiros-alunos da *Escuela de Ingeniería*, uma das escolas de especialidades da Armada, realizaram um *bandejazo*, isto é, recusaram a refeição oferecida no dia 11 de maio de 1961. Não obstante a má qualidade da alimentação dispensada aos marinheiros ser, à primeira vista, o principal motivo da ação, outros fatores concorreram para tal. Ademais da questão salarial, o tratamento dispensado aos marinheiros por parte da oficialidade e os privilégios a estes garantidos em detrimento das restrições impostas a eles, inclusive no que se refere à alimentação, também contribuíram decisivamente para a recusa. Nesse mesmo dia, setenta e quatro desses marinheiros que se negaram a comparecer ao refeitório para o almoço foram presos e, logo no dia seguinte, mais sessenta e um outros que, em solidariedade aos colegas presos, não compareceram às aulas (MAGASICH A., 2008, p.239). Essa mobilização, embora pontual e rapidamente reprimida, se revelaria emblemática para os marinheiros de 1973 na medida em que representou uma “primeira rachadura” na barreira hierárquico-disciplinar que mantinha esses marinheiros “socialmente contidos”, desde 1931.

Outros aspectos também se apresentavam de modo ainda mais crítico no cotidiano de vida e trabalho desses militares. Especialmente aqueles relativos às suas liberdades individuais mais básicas, como, por exemplo: deixar o local de trabalho após o expediente, mesmo não estando escalado para o serviço de guarda; trajar roupas civis quando fora do local de trabalho e contrair matrimônio.

No que concerne à liberação para deixar o navio ou unidade de terra ao término do expediente de trabalho, esse era um instante em que os marinheiros ficavam expostos ao arbítrio de superiores hierárquicos, sobretudo aqueles marujos que estudavam e/ou tinham familiares na localidade. Uma vez que, nesse momento, com respaldo da *Ordenanza de la Armada*²⁶⁶ e do *Reglamento de Disciplina para las*

²⁶⁶ Decreto Supremo nº 387, de 13 de maio de 1970 – *Ordenanza de la Armada*.

*Fuerzas Armadas*²⁶⁷ no que afeta à autorização para os militares deixarem a organização militar²⁶⁸ e eventuais sanções²⁶⁹ caso assim o fizesse sem a devida permissão, cabia ao oficial de guarda do dia proceder uma inspeção onde deveria verificar, entre outros aspectos, a “apresentação pessoal” de cada marinheiro. Podendo, a seu critério, impedir que quaisquer deles deixassem o navio por considerar não estarem “bem apresentados”, à luz do que lhes facultava a combinação dos artigos 49, 57 e o inciso 1 do Art. 76 do referido regulamento. Importa ressaltar o fato de que o rigor dessa revista poderia ser maior ou menor, a depender das relações estabelecidas entre inspetor e inspecionado, somente sendo permitido aos cabos, soldados e marinheiros deixarem suas unidades após essa inspeção, devidamente fardados²⁷⁰. Em sua narrativa, Patricio Barroilhet (2002) evidencia essa situação:

No horário da saída, os marinheiros são submetidos a uma “revista”, ou seja, a uma inspeção, que costuma ser ocasião de arbitrariedades. O oficial é o único juiz, seu poder discricionário é enorme. Se encontra alguma imperfeição no uniforme de saída, no brilho dos sapatos, na limpeza das orelhas, no corte de cabelo, no penteado ou no barbear, o marinheiro fica retido. [Tradução nossa]

Luis Ayala (2000) também relata essa prática por parte da oficialidade:

[...] os oficiais muitas vezes se aproveitavam dessa supremacia, dessa autoridade, muito arbitrariamente, porque era sua maneira de impor a lei. [...] sabíamos que naquele dia, para sairmos após o expediente, as coisas iam ser difíceis, porque sabíamos que existia tal oficial e aquela pessoa era muito exigente. Por exemplo, ele estabeleceu condições materiais, verificou as solas dos sapatos, se estivessem um pouco gastas não podíamos sair. Mas isso era algo que não podíamos remediar, já que eles nos davam um ou dois pares de sapatos por ano e no final estavam desgastados. Com isso, percebe-se que são as pessoas que finalmente aplicam a disciplina de forma absurda. Por que não nos deixar sair? É difícil explicar que quando você está na Marinha, você é jovem e quer sair, porque você tem uma

²⁶⁷ Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*. Segundo foi possível apurar, somente em 1986 a Marinha chilena passou a contar com um regulamento disciplinar próprio, por meio do Decreto nº 1232, de 21 de outubro desse ano. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1017601> Acesso em: 22 de junho de 2022.

²⁶⁸ Art. 618 do Decreto Supremo nº 387, de 13 de maio de 1970 – *Ordenanza de la Armada*.

²⁶⁹ Art. 49 do Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*.

²⁷⁰ A partir do governo de Eduardo Frei Montalva, o uso do uniforme no meio civil permaneceu obrigatório apenas para as graduações inferiores a sargento. Conforme previsto no Art. 141 do Decreto nº 387 de 13 de maio de 1970 – *Ordenanza de la Armada*.

família, tem uma namorada que está te esperando e você não pode sair. Então você tem que esperar até que essa pessoa deixe o serviço de guarda, ou seja, 24 horas, para tentar sair novamente após a inspeção de um novo oficial de guarda. [Tradução nossa]

A subjetividade regulamentar, evidenciada especialmente nesses dois ordenamentos, proporcionava aos oficiais uma autoridade discricional no que afetava à liberdade da *gente de mar* em poder se ausentar de suas organizações militares, sobretudo cabos e marinheiros quando embarcados nos navios. Nesse sentido, o domínio que a instituição naval exercia, ou que buscava exercer, sobre a vida de seus militares, especialmente dos praças de menor graduação, por meio desses e outros estatutos normativos e tradições que pautavam o comportamento dos militares e, portanto, suas relações sociais, ampliava os obstáculos a eles impostos para além dos limites da Armada. Como, por exemplo, a obrigatoriedade do subalterno em saudar (prestar continência) aos superiores, mesmo quando não uniformizados²⁷¹ ou a proibição aos cabos, marinheiros e grumetes de transitar fora do uniforme no meio civil, mesmo quando em horários de folga. Restrições que, como muitas outras previstas em regulamentos ou determinações escritas ou mesmo verbais, poderiam acarretar punições disciplinares de acordo com o entendimento dos superiores hierárquicos.

Situações que contribuía sobremaneira para esse controle pretendido pela instituição e que causava consideráveis danos à vida pessoal e profissional de muitos marinheiros, em especial no que se relacionava à possibilidade de darem continuidades aos seus estudos. Uma relação vertical que objetivava a dominação, mas que, como todas as relações sociais, por se estabelecer por meio de um processo de interação, abriu espaço para atos de resistência, individuais e/ou coletivos (CHAUI, 1986, p.63), como o “*bandejazo*” da *Escuela de Ingeniería* e outros que ocorreram durante a década de 1960 (MAGASICH A., 2008 p. 245-247), e ainda para a própria oposição ao golpe de Estado em 1973. Alguns desses atos de resistência, ainda que simples aos olhos de muitos, para esses militares representavam atitudes significativas e notadamente emblemáticas naquela

²⁷¹ Art. 219 do Decreto Supremo nº 387, de 13 de maio de 1970 – *Ordenaza de la Armada*.

realidade em que se inseriam na Armada. Como o caso daqueles que, mesmo arriscando serem punidos disciplinarmente, optavam por frequentar estabelecimentos de ensino ou locais de lazer em trajes civis. Sobre essa questão, Oscar Carvajal (2003) diz o seguinte:

Mas, de cabo para baixo, era obrigatório o uso do uniforme. E é tão absurdo que em nenhum lugar se diz que roupas civis são permitidas em determinadas situações²⁷². Ou seja, a obrigação, a obrigatoriedade de usar uniforme se aplica em todos os momentos. [...] Porque não há nenhum lugar que diga 'você tem o direito de se vestir de civil em tais ou tais condições'. Quer dizer, aquele regulamento era realmente absurdo, não podíamos absolutamente sair do navio em trajes civis e não podíamos andar em trajes civis no Parque Itália ou na Praça Victoria ou em qualquer lugar. Não podia. [Tradução nossa]

Além das dificuldades já mencionadas, ademais da característica itinerante da própria atividade marinheira e da rotina intensa de trabalho e serviços de guarda mesmo quando não estavam no mar, muitos marinheiros enfrentavam a má vontade de parte da oficialidade no tocante ao fato de estarem frequentando estabelecimentos de ensino civis. Mariano Ramirez (2019) ilustra bem esse posicionamento de alguns oficiais que, para além da questão relacionada a potencial “ameaça” à hierarquia social vigente na Armada, em uma perspectiva institucional também buscavam evitar a perda de mão-de-obra, principalmente aquela especializada:

No ano de 1961 houve um movimento dentro da Marinha, dos especialistas (eletricistas, eletrônicos...) que aproveitaram a oportunidade de chegar à Universidade através de um exame geral que era realizado a nível local. No qual as melhores notas poderiam chegar à Universidade. E então, no cruzador *Prat*, em nossa divisão, começamos a ouvir que havia vários do setor de eletricistas que tiraram notas excelentes para entrar na Universidade. E então eles não podiam fazer isso porque a Marinha nunca lhes deu permissão. Ou seja, não lhes deu permissão para ir para a Universidade. Bem, se não me dava permissão, e eu era um marinheiro especializado, então deixo a Marinha, renuncio à Marinha. Proibido!!! Em outras palavras, não poderia ir para a Universidade nem deixar a Marinha. [Tradução nossa]

Pedro Blaset (2019), evidencia sua percepção acerca desse posicionamento de parte dos oficiais em relação ao fato de que alguns marinheiros procuravam, em

²⁷² Conforme o Art. 141 do Decreto Supremo nº 387, de 13 de maio de 1970 – *Ordenaza de la Armada*, as Comandâncias estavam autorizadas, ocasionalmente, a permitir o uso de trajes civis em ocasiões específicas, como “feriados ou folgas no campo, praias ou lugares afastados”.

seu tempo de folga, dedicarem-se aos estudos e, portanto, ao aprimoramento profissional e humano:

[...] e nesse período, muitas Universidades foram abertas para quem desejasse cursar uma carreira superior, uma Engenharia. “Poderíamos fazer e estudar também? Avançando como seres humanos? E muitos marinheiros entraram, mais ou menos, para estudar para uma carreira superior. E, obviamente, os oficiais não olharam com bons olhos para eles. “Como serão engenheiros? [o entrevistado faz menção ao pensamento dos oficiais] Cinco anos, porque Engenharia são cinco anos. E eles, para serem engenheiros, estudam dois anos. E os professores que os ensinavam nas aulas eram os mesmos que ensinavam todos os meninos da Universidade. “Tem algo errado! Primeiro, eles saberão mais do que nós. E como vamos fazer?” [novamente o entrevistado faz menção ao pensamento dos oficiais] [Tradução nossa]

Palavras que reforçam a percepção que esses marinheiros tinham dos estudos enquanto meio de aprimoramento pessoal e profissional, além de um modo para ascender na carreira e socialmente. Mas que, mesmo diante da necessidade que a Armada apresentava por mão-de-obra cada vez mais especializada e qualificada, como já mencionado, um segmento significativo da oficialidade considerava uma ameaça à hierarquia (social) o fato desses militares buscarem um maior aprimoramento por meio dos estudos.

Com base em normas e regulamentos que conferiam considerável discricionariedade aos superiores hierárquicos, conforme já mencionado, sobretudo em relação à aplicação de sanções e à composição das escalas dos serviços de guarda, muitos marinheiros foram perseguidos por seus chefes pelo fato de estarem estudando. Com práticas que iam desde inspeções de uniforme com rigor excessivo e punições disciplinares²⁷³ – com pouco ou nenhum fundamento – até alterações nas escalas de serviço de guarda de modo que fossem selecionados com maior frequência, proibindo-os ainda de apresentarem militares para substituí-los²⁷⁴ nesses serviços. Em todos esses casos, o objetivo era reter o militar em sua unidade, prejudicando / inviabilizando seus estudos e/ou outras atividades por ele

²⁷³ Conforme Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*; poderiam acarretar ao militar alguns dias de impedimento / prisão a bordo ou de serviço de guarda além daqueles para os quais estaria normalmente escalado. Em todas essas situações o militar punido não poderia ausentar-se de sua unidade.

²⁷⁴ Conforme Artigo 108 do Decreto nº 387 de 13 de maio de 1970 - *Ordenanza de la Armada*.

desenvolvidas no meio civil. Situação que levou alguns a frequentarem as aulas “clandestinamente”, ou seja, sem que muitos de seus companheiros e, principalmente, superiores hierárquicos tomassem conhecimento. Como afirma José Jara (2002, tradução nossa) ao relatar que a única indisciplina que cometeu na Marinha foi “ter estudado a noite sem pedir autorização ao Comando” (*apud*. MAGASICH A., 2008, p.267).

Permissão que também se mostrava necessária, inclusive, para que o militar contraísse matrimônio²⁷⁵, cuja solicitação deveria ser previamente apresentada ao comando da unidade por aqueles menores de 21 anos de idade ou com menos de 5 anos de serviço. O que se aplicava tanto aos oficiais quanto à tropa. Mas que, associado a outros aspectos, como os já mencionados até aqui, em especial à referida discricionariedade conferida aos oficiais por normas e regulamentos eivados de subjetividade, denota a interferência direta e indireta da instituição, por meio de sua oficialidade, na vida profissional e particular de sua tropa, notadamente dos marinheiros.

Para além desses aspectos normativos, havia outros de natureza material, vinculados diretamente às condições de trabalho desses militares. Aspectos relativos ao tratamento dos oficiais em relação aos marujos e aos privilégios daqueles em detrimento das inúmeras restrições impostas a estes, sobretudo no que afeta à alimentação e acomodações a bordo, escancaravam uma hierarquia que transcendia, em muito, o conceito estritamente militar. Uma separação que objetivava marcar, diuturnamente, como já mencionado, o lugar de cada militar, oficiais e praças, dentro da estrutura (social) não apenas da força naval, mas da própria sociedade. Tensionando, constantemente, as relações entre esses sujeitos, principalmente nos navios, onde os contatos e, portanto, as contradições, eram muito mais frequentes e evidentes, respectivamente.

Entre todas essas questões, a chamada “hierarquia alimentar” era, talvez, aquela que mais incomodava esses marinheiros (MAGASICH A. 2008, 254-255). Estopim e motivação de inúmeros atritos e alguns levantes marinheiros históricos, o

²⁷⁵ Item 36 do Art. 76 do Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*.

paradoxo entre a qualidade da alimentação que lhes era oferecida e aquela dispensada aos oficiais, associado a essa mesma percepção em relação às acomodações destinadas aos integrantes de cada um desses segmentos, figura entre as principais causas desses movimentos.

Tradicionalmente, a bordo das organizações militares da Marinha, a oficialidade desfrutava de um ambiente confortável e rebuscado para realizar suas refeições e passar os momentos de descanso e lazer a bordo. Sendo servidos, individualmente, em mesas postas com aparelhos para as refeições, talheres e copos de cristal ou vidro, dispunham de cozinha específica onde se preparavam diferentes pratos, como apontam Jaime Salazar (2020) e Mariano Ramirez (2020), e que permanecia guarnecida, quase que em tempo integral, por militares prontos a preparar algum lanche ou bebida fora dos horários das refeições, caso algum oficial solicitasse. Enquanto, na mesma unidade, o local destinado às refeições dos marinheiros, sintomaticamente denominado “rancho”, consistia em um ambiente amplo, dotado de vários conjuntos fixos de mesas e cadeiras e um balcão por onde os militares passavam em fila enquanto eram servidos em suas bandejas de metal por aqueles de serviço na cozinha, os “rancheiros”, destaca Oscar Carvajal (2003).

Diferente do caso da oficialidade, tratava-se de um local com o mínimo de conforto, destinado apenas à realização das refeições, não para o descanso ou lazer. Essa diferença se repetia em todos os aspectos da vida a bordo, desde esses locais onde se realizavam as refeições até aqueles destinados ao descanso e asseio corporal.

Dispondo de serviço de lavanderia e camarotes individuais, por vezes com banheiros, alguns oficiais ainda escolhiam entre seus subordinados um marinheiro para fazer as vezes de seu “camareiro”, ou seja, arrumar sua cama e seu camarote, prática que não era permitida, mas que, por tradição, ainda se observava na Armada, conforme afirma Juan Cárdenas.(2002) Aos suboficiais e sargentos eram reservados camarotes para duplas ou grupos reduzidos de militares, ao passo que os cabos e marinheiros eram alojados em ambientes coletivos onde dezenas deles dormiam em pequenas camas sobrepostas e faziam uso de banheiros coletivos, como nos indicam Jaime Salazar (2003) e Mariano Ramirez (2001). Uma

contradição que chegava a comprometer a operacionalidade dos navios, onde, segundo Juan Cárdenas (2002), referindo-se aos cruzadores, à oficialidade, que representava menos de dez por cento da tripulação, destinavam-se mais da metade dos espaços destinados à acomodação e conforto do pessoal. Jaime Salazar (2003), que serviu nos cruzadores *O'Higgins* e *Latorre* ilustra essa situação:

Os jovens oficiais dormiam aos pares, em camarotes para dois. Os tenentes, dependendo da unidade, dormiam em camarotes individuais ou, no máximo, para dois. Agora, os capitães tinham um camarote individual maior, e o comandante tinha sua cabine que era como um pequeno apartamento. A tripulação vivia em alojamentos, praticamente, em grandes dormitórios com trinta ou quarenta em cada, com guarda-roupas ou caixas, as caixas eram pequenas só para guardar o mínimo de bagagem. [Tradução nossa]

No microcosmo em que se constituíam os navios, essas circunstâncias se mostravam ainda mais paradoxais para esses marinheiros, a quem cabia a execução majoritária de todo o trabalho técnico mais pesado, sob condições de trabalho e convivência absolutamente desfavoráveis. Adicionalmente, a pressão sobre esses homens aumentava na medida em que suas carreiras e mesmo a própria permanência na Marinha, dependiam, necessariamente, das avaliações realizadas pelos oficiais. Processo que, como os regulamentos navais, estava eivados de subjetividade e, desse modo, conferia ainda mais poder à oficialidade sobre os marinheiros, cuja precariedade das carreiras era proporcional à discricionariedade conferida aos seus superiores.

Então, na medida em que se acirravam as tensões entre esses dois segmentos, aprofundava-se um processo de identificação a partir dessa cotidianidade marcada por uma permanente relação de dominação e resistência. Concorrendo para que, em um contexto político-social específico, muitos questionassem a realidade em que estavam inseridos na Armada e, conseqüentemente, a própria hierarquia social vigente que transbordava os limites da força naval chilena. Processo que foi significativamente potencializado com a eleição de Salvador Allende à Presidência da República, em setembro de 1970. Tornando possível o início de um incipiente processo de organização política por parte da tropa da Marinha, ainda por ocasião do processo eleitoral. Mas que, frente

ao iminente golpe de Estado que se gestava na Armada, converteu-se em uma mobilização que buscava denunciar as articulações da alta oficialidade naval e, de algum modo, impedir o desfecho do golpe que se apresentava.

Foi assim que a Marinha chilena atravessou os turbulentos anos 1960, com um ambiente social interno em crescente tensionamento, onde emergiam antigas questões sociais que davam cores aos históricos contornos de luta de classes na Armada. Destarte, em um quadro político nacional e internacional marcado por intensa polarização ideológica e fortes ações de mobilização das camadas trabalhadoras no sentido da luta política por avanços sociais, em 1970 foi eleito Presidente da República o socialista Salvador Allende.

Com um projeto reformista, de cunho essencialmente socialista, que propunha, principalmente, a reforma agrária e a estatização de bancos e da exploração, processamento e comércio de recursos naturais no país, especialmente do cobre e do salitre; o governo de Salvador Allende atingiu os latifundiários e o capital estrangeiro, que auferia lucros significativos com a exploração e o comércio mineral no norte do país. E ainda, uma elite oligárquica orgânica que representava esse capital e/ou se beneficiava, de algum modo, daquele *status quo* que favorecia à exploração das camadas trabalhadoras e o conseqüente avanço da desigualdade social no país.

As manifestações de apoio a Allende durante a campanha e por ocasião de sua vitória nas urnas foram evidentes em meio à tropa. Ainda durante o governo do Presidente Eduardo Frei muitos marinheiros e demais integrantes da tropa da Armada chilena passaram a integrar cooperativas habitacionais, que consistiam em associações de poupança e empréstimo para fins de aquisição de moradias para trabalhadores de baixa renda (MAGASICH, 2008, p.279). Mobilizando meios para adquirir terrenos, materiais de construção e realização de obras de urbanização.

Essa “aproximação” dos marinheiros com organizações civis de caráter assistencial fez com que muitos daqueles militares percebessem, naquele contexto destacadamente polarizado, a necessidade e o alcance da participação popular organizada na vida política. E ainda, que enquanto parte das camadas trabalhadoras do povo, era possível se organizarem e se fazerem representar direta ou

indiretamente na arena política em busca do atendimento de demandas afetas não apenas à Armada. Nesse sentido, no ano de 1970 muitos marinheiros organizaram comitês de apoio à candidatura de Allende em várias cooperativas habitacionais, formalmente compostas por suas mulheres a fim de evitar eventuais sanções disciplinares (MAGASICH A.,2008, p.280).

Na Marinha, as reações em relação à eleição de Allende à Presidência do Chile foram diametralmente opostas. Enquanto parte significativa da oficialidade reagiu negativamente à sua vitória no pleito de 1970, a marinhagem manifestava satisfação e contentamento com a conquista democrática daquele que entendiam como um representante dos seus anseios profissionais e, sobretudo, sociais. Com realidades e origens sociais muito similares daquelas comuns à maioria dos integrantes das camadas trabalhadoras, a vitória do senador socialista Salvador Allende foi considerada por muitos marinheiros como uma conquista pessoal de cada um. Percepção que se evidencia nas muitas manifestações de alegria observadas por parte de marinheiros a bordo de unidades da Armada. Nesse sentido, ao ser perguntado se foram ouvidos “vivas” na ocasião em que foi confirmada a vitória de Allende, Sebastián Ibarra (2003), que servia a bordo do contratorpedeiro *Riveros*, relata o seguinte:

Certamente. Estávamos em Valparaíso e não se podia deixar de escutar. Não era somente em nosso navio, eu acredito que em todas as unidades ocorreu o mesmo. Quando conversamos com os demais companheiros que estavam em outras unidades, ocorria o mesmo. [Tradução nossa]

Já Antônio Ruiz (2001), também a bordo do *Riveros*, relata que:

[...] nos congratulávamos porque não havia nenhum oficial e não tínhamos medo dos suboficiais que havia. Era tudo algazarra, tudo. Inclusive alguns “Hurras!” e “Viva ao Presidente Allende!”. [Tradução nossa]

Essas e outras muitas demonstrações de alegria se deviam, sobretudo, às esperanças depositadas por parte dos marinheiros no governo da UP e à “descoberta” da possibilidade de participação / representação política que eles poderiam alcançar meio de um processo organizado de mobilização. De acordo com Mariano Ramirez (2010, p.2):

A maioria da tropa estava feliz e identificada com o novo presidente do Chile. *Acreditávamos e tendíamos a pensar que foi algo que se manifestou naturalmente pelo fato de grande parte da tropa ser de origem operária e camponesa.* Foi assim que depois de muitos anos e pela primeira vez, a tropa da Marinha deu sinais claros de sua concordância e alegria com o resultado das novas eleições e do novo Presidente. Um fenômeno novo, um sinal que não havia se manifestado em outros períodos eleitorais ou com nenhum outro presidente eleito. [Tradução e grifos nossos]

No mesmo sentido, acerca do significado da ascensão de Salvador Allende à Presidência no Chile, Patricio Barroilhet (2002) relata que:

Na tropa eu experimentei isso como uma possibilidade de libertação, pois se abriu para nós uma janela de solução para os problemas que vínhamos enfrentando desde que entrei na Marinha. Falou-se que com Allende tudo iria mudar, então vimos muito favoravelmente o regime de Allende desde o início. [Tradução nossa]

De modo semelhante, Pedro Blaset Castro (2003) reforça o entendimento de que os marinheiros compreendiam aquele instante histórico como uma oportunidade para transformações estruturais na sociedade chilena, que trariam benefícios não apenas para eles, mas para os segmentos sociais dos quais eram oriundos e com os quais se identificavam. Segundo ele:

Acho que havia grandes expectativas, fundamentalmente pelo fato de que em muitas áreas, digamos, permitiria um desenvolvimento maior dos marinheiros, o fato de poder acessar escolas técnicas e universidades, continuar o ensino superior. [...] o próprio fato de *os trabalhadores, que eram nossa família*, poderem ter melhores condições de vida e renda. Obviamente, ele despertou grande simpatia. Isso foi verificado no fato de que as pessoas começavam a assumir um certo compromisso, um certo grau de desenvolvimento de consciência sobre o que estava acontecendo no país e que, sem dúvida, estava afetando favoravelmente toda a sociedade, e em particular nossa família [...] [Tradução e grifos nossos]

Em rumo oposto se deu a reação de parte da oficialidade naval, em especial da alta administração da Armada. Evidenciada desde pequenos gestos e manifestações de oficiais a bordo dos navios e unidades de terra, como destacam muitos dos entrevistados, especialmente durante as chamadas *reuniones divisionales*, quando, segundo Juan Cárdenas, os oficiais de cada divisão e/ou departamento aproveitavam para criticar o governo e levantar temas políticos a fim de sondar o posicionamento de seus subordinados. Por sua vez, Julio Gajardo (2003) considera que:

[...] havia uma espécie de desprezo pela autoridade e oposição ao regime a partir de 1971. Ou seja, os oficiais começaram a contestar as políticas de Allende, começaram a discuti-las abertamente e a se opor e promover dentro da unidade [Base Aeronaval de Belloto] um espírito de rebelião contra o governo estabelecido. [Tradução nossa]

Até um franco processo de sedição contra o governo Allende, levado a cabo por um importante segmento do almirantado, com destaque para a importante atuação sediciosa dos almirantes: José Toribio Merino, Patricio Carvajal, Sergio Huidobro e Ismael Huerta. Sendo José Merino considerado o ideólogo do processo golpista contra o Presidente Salvador Allende, enquanto Sergio Huidobro, comandante da *Infantería de la Marina* à época, o responsável por coordenar a repressão que se abateu sobre os marinheiros ainda antes do golpe.

. Denotando, já em 1970, um significativo incômodo político e social de parte da oficialidade a ponto de alguns externarem sua insatisfação mesmo diante de superiores e subordinados. Indicando um flagrante atentado aos princípios básicos das Forças Armadas, hierarquia e disciplina, haja vista que Salvador Allende – eleito em um processo democrático – quando empossado seria seu comandante supremo. Nesse sentido, podemos compreender que esses dois fundamentos, basilares em quaisquer instituições armadas, não se sustentaram frente a força do aspecto de classe que se impunha naquele contexto. Para Danny Monsálvez Araneda (2004, p.208, tradução nossa) “a conjuntura de 1970 havia exteriorizado um evidente [latente] conflito de classes entre a oficialidade e o pessoal da tropa [praças]”, em especial aqueles nas graduações mais baixas da Armada.

Allende liderou uma coalizão denominada *Unidad Popular* (UP), composta pelas duas principais forças da esquerda chilena – Partido Comunista e Partido Socialista – além de católicos do *Movimiento Accion Popular Unitario* (MAPU)²⁷⁶, os Partidos Radical e Social-Democrata e independentes do Movimento Ação Popular. Não contando com o apoio ou oposição formais do segmento da extrema esquerda, *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR).

²⁷⁶ Dissidência à esquerda da Democracia Cristã (DC).

Alcançada a vitória nas urnas, Allende levou ao governo uma série de propostas que tinham como objetivo principal construir uma sociedade socialista por meio da via democrática. Dentre essas propostas estavam aquelas destinadas às Forças Armadas, fundamentadas em “*una Concepción moderna patriótica y popular de la soberanía del país basada*”²⁷⁷ (UNIDAD POPULAR, 1970, p.18) em três critérios, entre os quais destacamos o primeiro: “*Afianzamiento del carácter nacional de todas las ramas de las Fuerzas Armadas. En este sentido rechazo de cualquier empleo de ellas para reprimir el pueblo o participar en acciones que interesen a potencias extrañas*” (UNIDAD POPULAR, 1970, p.18). A partir dessa base, o programa de governo da UP explicitava ainda a indicação que fomentou mais esperanças na tropa, especialmente nos marinheiros: avanços em aspectos relacionados diretamente às suas carreiras, condições de trabalho e realidade social vigentes. De acordo com o programa:

[...] es necesario asegurar a las Fuerzas Armadas los medios materiales y técnicos y un justo y democrático sistema de remuneraciones, promociones y jubilaciones que garanticen a oficiales, suboficiales, clases y tropas la seguridad económica durante su permanencia en las filas y en las condiciones de retiro y la posibilidad efectiva para todos de ascender atendiendo solo a sus condiciones personales. (UNIDAD POPULAR, 1970, p.19)

De modo particular, mas muito semelhante ao que já havia ocorrido em outros países do subcontinente, particularmente no Brasil, um golpe de Estado passou a ser gestado a partir das Forças Armadas chilenas, especialmente da Marinha. Destarte, na esteira do que preconizava a ideologia de segurança nacional, que reforçava uma perspectiva de mundo conservadora e, desse modo, avessa às transformações ou rupturas sociais” (MENDES, 2013, p.181), e com o apoio efetivo de segmentos organizados da sociedade civil chilena que vinham sendo, direta ou indiretamente, atingidos pelo projeto reformista do governo, as instituições armadas do Chile passaram a compor uma estrutura que se articulava para destituir Salvador Allende da Presidência da República. Nesse sentido, mesmo considerando o apoio estadunidense aos segmentos golpistas das Forças Armadas, o historiador Ricardo

²⁷⁷ Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-7738.html> Acesso em: 29 de junho de 2022.

Mendes (2013, p.182) atribui a setores da sociedade civil chilena papel preponderante nesse processo que culminou com a ruptura democrática no país.

Em suas palavras:

Diante de tal apoio, mas principalmente em função da resistência às transformações encaminhadas por setores civis importantes – tais como os proprietários em geral, a classe média receosa da proletarização e do “ateísmo comunista”, segmentos dos setores populares, bem como da ação fundamental dos militares -, desencadeou-se o “11 de Setembro” (*sic.*) [Grifo do autor].

Durante o governo Allende alguns marinheiros passaram a se articular internamente, e na arena política, buscando maneiras de apoiar o presidente e tentar mudanças na realidade em que se encontravam na Armada. Entre as suas principais demandas estavam questões afetas: às diferenças na alimentação, acomodações e tratamento entre oficiais e marinheiros; à precariedade da carreira dos marinheiros frente à discricionariedade dispensada aos oficiais pelos diferentes regulamentos e normas navais; uso do uniforme; matrimônio; melhores condições e oportunidades aos marinheiros que desejassem dar sequência em seus estudos e a criação de uma escola matriz única onde seriam formados para oficiais e praças a partir de um mesmo processo seletivo. Segundo muitos desses marinheiros, essas eram algumas de suas demandas mais prementes, as quais, segundo Julio Gajardo (2003) e Jaime Salazar (2003), estariam reunidas em uma lista ou, de acordo com Gajardo (2003), uma *declaración de principios*.

Contudo, diante da crescente radicalização de parcela importante da oficialidade naval e da franca campanha, interna e externa, de desestabilização do governo Allende (MONIZ BANDEIRA, 2008), essas reivindicações passaram ao segundo plano. Sobretudo quando alguns desses marinheiros notaram indícios do que se preparava na cúpula da Armada. Entre esses sinais, Luiz Jorquera (2003), Pedro Blaset (2003) e Sebastián Ibarra (2003) destacam as instruções “incomuns” de ações antidistúrbios e antiguerrilha urbana²⁷⁸, que passaram a ser ministradas

²⁷⁸ Conhecimentos que integravam o cabedal teórico e prático relacionado, respectivamente às doutrinas de Segurança Nacional e de Contrainsurgência. Sendo esta considerada a prática da perspectiva militar à luta política, contra um processo revolucionário compreendido como subversão provocada pela infiltração de um inimigo externo (MARINI, 2018, p.3). No Brasil, essas e outras instruções foram reunidas e divulgadas nas Instruções Provisórias 31-15, “O pequeno escalão nas

aos marinheiros. Jorquera (2003) ressalta ainda as reuniões do *Club Aéreo* realizadas na Base Aeronaval de Belloto, com a presença de autoridades civis locais e militares, e os encontros no Templo Mórmon de Quilpué, local que ele teve acesso e onde pôde verificar a presença de um mapa onde estariam marcadas “as residências de pessoas vinculadas ao Partido Comunista e ao Partido Socialista” [Tradução nossa]. Juan Cárdenas (2002) indica que a presença de *infantes de marina* a bordo dos navios passou a ser uma constante a partir do repentino aumento das visitas de oficiais estadunidenses às unidades da Armada chilena, especialmente por ocasião de operações conjuntas²⁷⁹. Sobre essas visitas, Cárdenas (2002) destaca também a presença de oficiais da Marinha brasileira e de reuniões entre essas oficialidades, como a ocorrida “no dia 24 de maio, a bordo do cruzador *Prat*” [Tradução nossa], entre chilenos e brasileiros.

Assim, a mobilização se intensificou no sentido de estabelecer contatos políticos, especialmente com os partidos que compunham a UP e com o MIR, e de alcançar o maior quantitativo possível de apoiadores entre a *gente de mar* de modo a possibilitar uma reação às intenções golpistas que fermentavam em meio à oficialidade naval. Desse modo, se estabeleceram pequenos grupos em diferentes unidades da Armada chilena, com destaque para aqueles nas *Escuelas de Especialidades*, na *Base Aeronaval de Belloto* e nos navios da Esquadra. Aproveitando-se da própria estrutura naval, como destacam Cárdenas e Jorquera, esses praças conseguiram mobilizar homens em várias unidades da Marinha apenas por meio do contato pessoal, mantendo frequentes reuniões de pequenos grupos internamente às unidades navais. Sem liderança ou agrupamento central que possibilitasse uma mobilização estruturada da marinhagem da Armada em torno de suas demandas e objetivos políticos, esses marinheiros seguiram se mobilizando com o intuito principal de alertar o governo sobre o que se passava na Armada e, se necessário, fazer oposição ao golpe. Foi nesse contexto que as lideranças dos

operações contraguerrilhas”, publicadas por meio da Portaria nº 85, do Estado-Maior do Exército, de 24 de setembro de 1969.

²⁷⁹ Especialmente a Operação UNITAS, exercício naval conjunto entre as marinhas de diversos países do continente americano, periodicamente organizado e conduzido pela *US Navy* desde 1959, até os dias atuais.

diferentes grupos decidiram realizar uma reunião em que pudessem conferir uma estrutura organizacional minimamente centralizada ao movimento. De maneira a favorecer uma melhor coordenação de suas ações, estabelecer objetivos e discutir alternativas para enfrentar a ameaça golpista na Armada. Essa reunião, que ficou conhecida pelo nome do restaurante onde foi realizada, *Los Pingüinos*, ocorreu nos primeiros dias de março (MAGASICH A., 2008, p.402) contou com a participação de, aproximadamente, duas dezenas de marinheiros. Não sendo possível precisar a data e o quantitativo de participantes, o fato é que, entre os muitos assuntos deliberados nessa reunião, ficaram evidentes as duas posições bastante distintas entre os marinheiros que integravam o grupo dos navios e aqueles das unidades de terra. Enquanto os militares da Esquadra, cuja liderança mais ativa era Juan Cárdenas, afirmavam a necessidade da realização de ações de força antes que o golpe de Estado fosse efetivado, ou seja, tomar os navios e assim garantir a presidência a Salvador Allende. Os demais marinheiros, com destaque para Julio Gajardo, insistiam em esperar para atuar em oposição à uma eventual tentativa de ruptura democrática, sem ações de força prévia. Ambos concordaram em seguir estabelecendo contatos políticos para tentar dar conhecimento ao presidente sobre o exato estado de sedição em que se encontrava a Armada.

Segundo Miguel Gonzáles (2003):

A reunião de *Los Pingüinos* foi para todos saberem que o movimento dos marinheiros, o movimento democrático dos marinheiros, estava florescendo em vários lugares. Porque participaram pessoas das escolas, da Esquadra, de Belloto, e pessoas dos departamentos administrativos da Marinha de Valparaíso. [Tradução nossa]

Questionado sobre a organização do movimento dos marinheiros, Julio Gajardo (2003) detalha:

[...] de forma um tanto simultânea e espontânea alguns movimentos começaram a ser gerados em diferentes unidades da Marinha, quase em todas as unidades da Marinha. Através do contato com indivíduos, com pessoas civis, com políticos, enfim, cada um foi adquirindo um certo grau de consciência e uma certa necessidade de poder chegar a algum tipo de organização. Assim nasceu uma organização em [Base Aeronaval] Belloto, nasceu nas Escolas [de Especialidades] e nasceu nos navios. [...] Ao mesmo tempo, começamos a ter algum tipo de relacionamento na universidade ou no bairro com pessoas políticas, que atuavam em partidos políticos, o que também nos permitiu ir além das limitações naturais que

tínhamos nas diferentes organizações militares. [...] Assim, conseguimos criar ligações com os diferentes unidades, até que convocamos uma grande reunião que foi a primeira reunião [...] no famoso restaurante de *Los Pingüinos* onde consolidamos alguma estrutura e alguns planos. [...] Digamos que tudo estava estruturado, a Esquadra tinha sua estrutura ou estava se estruturando, as escolas tinham sua estrutura [...] [Tradução nossa]

Em contrapartida, Víctor López (2003) e Juan Cárdenas (2002) afirmam que não havia planos e que, de acordo com Cárdenas (2002):

O que discutimos lá? Coisas que foram comentadas massivamente dentro da Marinha: o golpe que estava por vir, que se aproximava; todas as arengas de oficiais de diferentes unidades contra o Estado, contra o Governo estabelecido. Então, já estávamos discutindo a oposição ao golpe. Mas isso foi, como me explicou melhor, não eram os planos gerais que tínhamos, por exemplo: com outros homens, por exemplo com o MIR. Era conseguir mais apoio para ver as possibilidades de ter sucesso, de se opor ao golpe e ter sucesso. Para nós, ficou claro que o golpe ocorreria. Claríssimo! [...] Concordamos em nos opor ao golpe. Organizar-nos e estar com o Estado, ou seja, com o governo de Unidade Popular. Não havia dúvidas de que seríamos contra o golpe. [Tradução nossa]

Ainda no mês de junho, na esteira do levante do Regimento Blindado nº 9, o *Tanquetazo*, e às vésperas do período para o qual estava previsto o golpe (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.465-466) em meio a uma intensa campanha de desinformação levada a cabo por parte da grande imprensa e na esteira do rápido processo de desestabilização do governo de Salvador Allende, o então cabo-segundo, Julio Gajardo (2003), foi o primeiro dos marinheiros contrários ao golpe a ser preso sob a (falsa) acusação de “sedição e motim” (MAGASICH A., 2019, p.11) contra o governo, ou seja, acusado de articular um golpe de Estado junto a segmentos da extrema esquerda.

A situação política se agrava definitivamente quando uma série de atentados sacodem o país. Duas dessas ações de cunho terrorista, executadas na noite de 27 de julho de 1973, conhecida como *la noche de las mangueras largas*, ganharam notoriedade pelo alcance e proximidade ao Presidente Allende. Respectivamente, o corte do abastecimento de combustíveis de um importante centro de serviços de Santiago e o assassinato de seu oficial ajudante de ordens, o comandante de Marinha Arturo Araya Peters. Com a participação direta de integrantes de grupos de extrema direita, como o *Patria y Libertad*, e do *Servicio de Inteligencia Naval* (SIN),

que procuravam atribuir a responsabilidade aos grupos de esquerda, esses e outros atentados tinham a intenção de agravar a instabilidade do país (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.473-475). No caso do assassinato do comandante Arturo Araya, mesmo tendo sido revelados os reais envolvidos e seus vínculos com a Armada e a extrema direita, não houve responsabilizações, sendo o próprio assassino, Guillermo Claverie Bartet, anistiado por Augusto Pinochet tempos depois (GONZÁLEZ, 1988, p.37).

Nesse quadro, logo na noite de 3 de agosto, se reuniram Miguel Enríquez, Secretário-Geral do MIR; Carlos Altamirano, senador e dirigente do Partido Socialista; e um grupo de marinheiros liderados pelo sargento-segundo Juan Cárdenas (GONZÁLEZ, 1988, p.34). Na ocasião, buscando apoio junto às lideranças políticas de esquerda, Cárdenas insistiu na necessidade de uma ação de força na Armada, a partir dos navios da Esquadra, a fim de impedir o golpe que tinha como certo. Segundo Jaime Salazar (*apud* GONZÁLEZ, 1988, p.34), também presente à reunião:

Na reunião, Cárdenas disse que sabia que os oficiais da Marinha preparavam um golpe e que era necessário tomar os navios para impedi-lo, devendo deter os oficiais em seus camarotes. Pediu apoio do povo e aos políticos presentes. [Tradução nossa]

Sem uma decisão acerca do apoio solicitado, fundamental para as ações pretendidas pelo grupo de marinheiros da Esquadra, houve uma segunda reunião, desta feita com o deputado Oscar Guillermo Carretón, dirigente do MAPU, na qual, diante das intenções apresentadas por Cárdenas, o político teria se mostrado contrário. Segundo Salazar (*apud* GONZÁLEZ, 1988, p.36): “Ali o deputado Carretón nos disse que considerava uma loucura o que pensávamos em fazer e não nos ofereceu apoio” [Tradução nossa].

Na sequência, logo no dia 6 de agosto, fruto da forte atuação dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, Juan Cárdenas e outras lideranças do movimento dos marinheiros foram presas e seu movimento desarticulado. Nesse primeiro instante, ainda em pleno governo constitucional de Salvador Allende e sob as acusações de infiltração política na Armada e de articular ações subversivas de cunho extremista junto a grupos de esquerda, especialmente o MIR, dezenas de

marinheiros foram detidos em unidades da Marinha e submetidos a interrogatórios onde lhes foram aplicadas violentas sessões de tortura. Especialmente aqueles integrantes dos grupos vinculados à Esquadra, onde também se inserem aqueles da *Base Naval de Talcahuano / ASMAR*.

Nos dias seguintes o periódico *El Mercurio de Valparaíso*, alinhado com as articulações pelo golpe, estampava as seguintes manchetes:

Aquartelada a Armada: Se encontram aquartelados, em grau um, desde a noite os efetivos da Armada Nacional em Valparaíso, que, até às 20 horas, mantinham o aquartelamento em grau dois que se havia ordenado anteriormente.²⁸⁰ [Tradução nossa]

No *Latorre* e no *Blanco* – Movimento subversivo em duas unidades navais: O Serviço de Inteligência da Armada detectou um movimento subversivo em duas unidades da Esquadra, apoiado por elementos extremistas alheios à instituição, segundo informou ontem oficialmente a Marinha.²⁸¹ [Tradução nossa]

Nessa edição do dia 8 de agosto o periódico transcreve o boletim oficial da Armada²⁸² por meio do qual teria publicizado o início da repressão sistemática ao movimento dos marinheiros. Nesse documento, em tradução nossa, a instituição naval alega que as prisões se deram em razão de “faltas graves contra a disciplina e as disposições do Código de Justiça Militar”, resultado da “intensa campanha de propaganda desenvolvida por grupos extremistas com contínuos chamados à desobediência”. E ainda, que “a Armada Nacional condena violentamente todo intento destinado ao quebrantamento da disciplina e da coesão institucional que afeta à Armada”. Chamados à disciplina e à obediência dirigidos aos praças da Armada por aqueles que gestavam um golpe contra seu comandante-em-chefe. Um evidente contrassenso, quando consideramos a fundamental participação do alto mando das Forças Armadas na conspiração em curso, que caracterizaria não apenas a repressão contra os marinheiros, mas todo o processo que culminou naquele fatídico 11 de setembro.

²⁸⁰ *El Mercurio de Valparaíso*, 7 ago.1973, p.5.

²⁸¹ *El Mercurio de Valparaíso*, 8 ago.1973, p.1.

²⁸² Ver ANEXO C.

Outros periódicos, como o *Chile Hoy*, denunciavam as intenções golpistas da cúpula naval e as violações cometidas contra os marinheiros presos:

Plano golpista na Armada – Em meio a indícios cada vez mais claros do grau de hostilidade contra o governo e a esquerda a que estão chegando setores das Forças Armadas, a Marinha vive uma gravíssima situação, em que um grupo de marinheiros e suboficiais, acuados de subversão, são vítimas de brutal repressão de parte de oficiais abertamente sediciosos [...] ²⁸³ [Tradução nossa]

O processo de mobilização dos *marineros de Chile* e sua articulação com determinados setores políticos, no sentido resguardar um governo legítimo que representava a real possibilidade de transformações sociais para as camadas trabalhadoras e aquelas menos favorecidas da sociedade chilena, denota a amplitude do processo de identificação e conscientização desses militares enquanto segmento específico nos quadros da *Armada de Chile*. No transcurso desse processo de mobilização, tornam-se evidentes as disputas travadas nos espaços sociais daquela instituição naval, especialmente no que afeta às relações estabelecidas entre oficiais e praças a bordo dos navios. Contribuindo sobremaneira para o surgimento de condições favoráveis às ações empreendidas por esses marujos, até aquele 11 de setembro de 1973.

²⁸³ *Chile Hoy*, n.63, 24-30ago, 1973, p.16-17. Disponível em: http://www.socialismo-chileno.org/PS/ChileHoy/chile_hoy/63/index.html Acesso em: 2 de julho de 2022.

6 “ONDE AS ONDAS QUEBRAM”: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

“Quebra mar” para as “primeiras ondas” das ditaduras que passaram a vigorar no Brasil e no Chile a partir do terceiro quarto do século passado, esses marinheiros são sujeitos de um processo que, em uma perspectiva estrutural do tempo histórico, se caracteriza pelas profundas transformações verificadas nas relações sociais a partir do acelerado avanço tecnológico observado nas Esquadras, sobretudo desde a segunda metade do século XIX. Quando as forças navais das principais potências do mundo passaram a absorver, em um curto espaço de tempo, novas tecnologias que, por sua vez, demandaram aos marinheiros cada vez mais tempo e conhecimentos / qualificações técnico-profissionais em favor da operação e manutenção de modernos equipamentos e sistemas, em detrimento da prática de atividades de cunho essencialmente militar. Aspecto central no processo de identificação experienciado por esses militares, inclusive com segmentos de trabalhadores civis com os quais compartilhavam muitas de suas atividades e competências profissionais, como poderemos constatar nas próximas linhas.

6.1 Um olhar a “contrabordo”

Colocar lado a lado, ou, a contrabordo, no linguajar marinheiro, é, talvez, o modo mais antigo por meio do qual iniciamos quaisquer processos comparativos. Mesmo quando não é fisicamente possível ou quando se mostra de algum modo inviável estabelecer essa disposição, o ser humano sempre buscou alternativas para, ainda que de modo representativo, colocar “lado a lado” o que desejava comparar. Assim, por meio de desenhos, fotografias, imagens dinâmicas e outros recursos, representações de seres, objetos, paisagens e ambientes puderam ser comparadas de modo mais ou menos criterioso em épocas e por pessoas diferentes. Um exercício que, por mais que aparente ser simples, envolve a inevitável subjetividade de quem compara e, se for o caso, de quem representou o que se deseja comparar. No caso dos acontecimentos e processos históricos não é diferente, apenas, invariavelmente, haverá os dois pontos de subjetividade, uma vez que, por ofício, o historiador, necessariamente, representa passados. E, nesse

sentido, comparar em História pressupõe o debate sistemático de dois ou mais fenômenos históricos no que afeta às suas semelhanças e diferenças, buscando alcançar determinados objetivos. (KOCKA, 2003, p. 40).

Partindo desse entendimento, colocamos a contrabordo os processos de mobilização dos dois últimos importantes movimentos marinheiros do “Breve Século XX”, cujas releituras realizamos no capítulo anterior. Após um “ajuste de foco” que nos oportunizou percebê-los desde a perspectiva estrutural do tempo histórico, em uma variação de escalas que nos apresentou diferentes contextos e possibilidades de investigação, “tornando as variáveis da análise social mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p.23), nos foi possível estabelecer um comparativo entre essas duas mobilizações, sem, no entanto, esgotar as possibilidades desse tipo de análise acerca dos objetos sobre os quais ora nos debruçamos.

Nesse sentido, julgamos importante destacar primeiro aqueles que compreendemos como base sobre a qual se constitui o processo de identificação entre esses marinheiros, principal aspecto de caráter transversal em todas as mobilizações ocorridas no século passado: a natureza das relações entre oficiais e praças e a relevância do fator social nessas interações. Dois fatores que se mostraram centrais em todos esses levantes na medida em que fundamentaram não apenas a mencionada percepção de identidade de grupo, mas as tensões entre esses dois segmentos. Descortinando processos de aproximação e reconhecimento sociais internos e externos às instituições navais e, por vezes, precipitando transformações profundas em suas corporações e nas sociedades que integram.

Desde a revolta do encouraçado *Potemkin* até a articulação dos *marineros antigolpistas de Chile*, o tratamento dispensado pelas instituições navais aos seus praças, sobretudo aos marinheiros, figura como principal motivador em todos os movimentos abordados neste estudo. Trato estabelecido a partir da lógica de dominação que, na maioria dos casos, se sintetizou na relação despótica e paternalista dos oficiais com os marinheiros, mas que, em uma perspectiva mais ampla, se fazia presente nas estruturas desses organismos, constituídas para reforçar, no universo militar, a dominação social de determinados segmentos sobre

outros. É nesse sentido que tradições, normas e regulamentos se constituem enquanto instrumentos por meio dos quais essas relações sociais notadamente verticais são pautadas. No exercício de uma atividade de caráter militar, onde, historicamente, o controle das tripulações a bordo dos navios dependia, essencialmente, da autoridade imanente às origens sociais da oficialidade, que a exerciam por meio da força e dos privilégios e prerrogativas de que eram depositários nas Armadas.

Entendimento que Juan Cárdenas sintetiza do seguinte modo, ao se referir à Marinha chilena:

A oficialidade tem sua força não no número de homens nem em sua capacidade profissional, senão na própria institucionalidade dominante na Marinha. O sistema de regulamentos e de administração são os instrumentos de que se vale a oficialidade para fazer pesar seu poder sobre a classe e a marinhagem. [...] Sua mística superioridade por sobre a tropa está baseada em sua origem de classe [...] [Tradução nossa]²⁸⁴

Assim, como destacamos ao longo destas páginas, a natureza das relações humanas não acompanhou a velocidade como ocorreram as transformações materiais a partir de meados do século XIX. Aprofundando contradições e acirrando tensões sociais entre segmentos trabalhadores e as camadas mais abastadas das sociedades na medida em que potencializou antigas relações de exploração em um cenário de virtual afirmação das liberdades individuais e dos preceitos democráticos entre as nações ocidentais. Inevitavelmente, esse ambiente de transformações das relações e distribuição do trabalho se desdobrou internamente às Armadas, onde encontrou terreno fértil para dar contornos de luta de classes às historicamente tensionadas relações entre oficiais e marinheiros. Cujo ápice situamos nessas duas mobilizações que ora comparamos, ocorridas em um contexto de Guerra Fria marcado pelo esgarçamento dos limites democráticos em diversos países do subcontinente latino-americano.

Destarte, considerando que as hierarquias navais costumam ser o prolongamento das estruturas de suas sociedades (MAGASICH A., 2008, p.60), a

²⁸⁴ *Unidad Proletaria* nº8, 1978.

percepção desses marinheiros, brasileiros e chilenos, acerca dessas contradições atinentes ao tratamento anacrônico a eles dispensado em suas Armadas fica evidente no uso que fazem de termos como: “escravidão”, “feudal” e “imperial” quando se referem às relações estabelecidas com a oficialidade naval e ao lugar que lhes é destinado em suas corporações. Denotando, no curso de um tempo histórico estrutural, esse ambiente potencialmente conflituoso que, segundo Antônio Duarte (2005, p.93) referindo-se à Marinha do Brasil, teria suas origens “na estrutura envelhecida da Marinha, como se a instituição tivesse o direito de fazer do soldado uma propriedade semelhante a que se tinha na época da escravidão”

No entendimento de Avelino Capitani (1997, p.17):

A Marinha tem características diferentes das demais Forças Armadas, pois sua estrutura social não acompanhou seu desenvolvimento tecnológico. Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade.

Noção compartilhada por outros, como Antônio Duarte (2005, p.92) ao se referir à lógica paradoxal entre estórias sobre os antigos métodos de recrutamento empregados pela Marinha e a nova condição social almejada pelos marinheiros:

Esta mentira, que conta os métodos de recrutamento de antanho, tem função de mostrar aos *modernos marinheiros* quais as suas origens históricas [sociais], assegurando-os que a instituição a qual pertenciam havia passado por uma revolucionária transformação. Não se recrutava como antes, porém, o *lugar do soldado* [marinheiro] era o mesmo. (*sic.*) [Grifos nossos]

Dado o alcance dessa “questão político-social”, podemos compreender os fundamentos das distinções entre oficiais e marinheiros que transcendem os limites da hierarquia e da disciplina militares, desdobrando nas Armadas a lógica estruturante de suas sociedades. O que se evidencia desde aspectos como a “hierarquia alimentar”, passando pelos diferentes espaços de convivência e habitação nas unidades navais e pelas restrições de caráter social e de direitos impostas por regulamentos eivados de subjetividade, além da precariedade das carreiras frente à discricionariedade na aplicação dessas normas pela oficialidade.

Instrumentos de controle e subordinação que não escapam ao sentido de luta de classes que permeia o todo social em que se inserem essas instituições armadas.

Nesse diapasão, destacamos outro aspecto que atravessa todos esses movimentos e que podemos considerar como a base sobre a qual se sustentam, é o processo de identificação e consciência desses militares em relação à condição que alcançaram a partir dos incrementos tecnológicos e das decorrentes transformações na distribuição e na própria execução da atividade marinha observados nas Esquadras. Como marinheiros-trabalhadores, afastaram-se das atividades essencialmente militares na medida em que cada vez mais se qualificavam em suas funções técnico-profissionais. Aproximando-se assim da realidade de trabalhadores civis e estudantes, com os quais já compartilhavam origens e espaços sociais de convivência, na medida em que exerciam atividades profissionais bastante semelhantes e buscavam nas salas de aula o necessário aprimoramento profissional.

Foi a partir desse processo histórico de identificação, em um cenário socialmente conflitivo e marcado por relações de dominação e resistência, que, em contextos específicos, esses marinheiros constituíram “atos de resistência coletivos e organizados” (CHAUI, 1986, p.63) a partir da leitura própria do momento político-social em que se situavam. É nesse escopo que se mobilizaram marinheiros brasileiros e chilenos durante o conturbado terceiro quarto do século passado.

A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, percebida por suas lideranças e por muitos de seus membros e apoiadores como uma continuidade da luta pelo fim da chibata, em 1910, em que pese as muitas diferenças nas ações dos dois movimentos, surgiu como resposta dos próprios marujos e fuzileiros às dificuldades que enfrentavam na Marinha, em um momento em que os segmentos basilares da sociedade se articulavam politicamente em busca de avanços sociais e ampliação de direitos. Uma experiência de associativismo sindical militar notadamente peculiar entre as mobilizações e levantes marinheiros ocorridos no último século, haja vista sua organização e, principalmente, a atuação assistencial e política que desempenhava em favor não apenas de seus

associados e apoiadores, mas de todo o segmento de praças nas graduações até cabo.

Esse traço de continuidade em relação aos movimentos de 1910 se manifesta não pela presença emblemática de João Cândido na histórica assembleia do dia 25 de março, mas pelo modo como muitos daqueles militares depreendiam naquele momento o sentido histórico das lutas sociais estabelecidas internamente à Armada brasileira e o lugar que ocupavam em uma perspectiva social mais ampla, para além dos limites da força naval. Ainda que o “Almirante Negro” possa ser considerado, simbolicamente, o “elo patente” entre essas duas mobilizações, mesmo tendo manifestado certa desaprovação em relação ao movimento “fuzinauta” tempos depois.

Nesse sentido, consideramos que não é a presença de João Cândido que estabelece essa continuidade em relação a 1910, mas o próprio processo de identificação entre aqueles marinheiros-trabalhadores e o sentido histórico das lutas que há muito travavam, diariamente, no seio da Armada, por meio de pequenos atos de “indisciplina” [resistência].

De modo semelhante podemos compreender a mobilização dos *marineros antigolpistas* chilenos ainda por ocasião do pleito que levou Salvador Allende à Presidência do país em 1970. Ainda que, neste caso, não se possa cogitar a existência de uma organização formalmente estruturada e instituída, nos moldes da AMFNB, e ainda, que não se consiga verificar um “elo vivo” que os conecte com os levantes de 1925 e 1931, é evidente a articulação política daqueles militares em busca dos interesses de seu próprio segmento e daqueles com os quais se identificavam. O que possibilitou a constituição de uma organização informal que se arquitetou a partir da própria estrutura da Armada.

Entretanto, em razão do contexto político chileno à época e, principalmente, pelo estágio inicial em que se encontrava a própria organização, o caráter da iniciativa que, possivelmente, se mostraria de cunho reivindicatório no sentido de alcançar avanços e o atendimento de demandas afetas aos próprios marinheiros, haja vista o exemplo das cooperativas habitacionais ainda durante o governo de

Eduardo Frei, converteu-se em um movimento de defesa da própria democracia no país.

Como no caso brasileiro, os contornos de luta de classes ficam patentes quando observamos a posição adotada por aqueles marinheiros nos instantes em que a polarização política e os esgarçamento dos limites democráticos atingiam seu ponto de ruptura. Em ambos os casos, manifestaram-se publicamente, enquanto grupos organizados, ao lado dos segmentos trabalhadores e a favor de seus presidentes democraticamente eleitos e no gozo pleno de suas prerrogativas constitucionais, portanto, sob o ponto de vista hierárquico, seus comandantes-em-chefe. Como é possível perceber no seguinte trecho do discurso lido pelo presidente da AMFNB, José Anselmo dos Santos, durante a assembleia de 2 de março:

[...] Nós, marinheiros e fuzileiros que almejamos a libertação do nosso povo, assinalamos que não estamos sozinhos. Ao nosso lado, lutam, também, operários, camponeses, estudantes, mulheres, funcionários públicos e a burguesia progressista, enfim, todo o Brasil.²⁸⁵

De fato, em virtude do modo como se estruturou e do quadro político vigente no Brasil à época, a AMFNB mantinha estreitos contatos com diversas entidades de representação de classe e sindicatos de diferentes segmentos de trabalhadores, como evidencia a ata da assembleia geral extraordinária realizada no dia 1º de fevereiro de 1964, nas dependências do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro²⁸⁶, onde consta a presença de lideranças civis e militares dessas organizações.

O que não foi possível verificar, formalmente, em relação aos marinheiros chilenos, que buscaram apoio de grupos políticos de esquerda já em um cenário em que o golpe de Estado se mostrava iminente. No entanto, tendo em conta o momento conturbado em que o movimento começou a se estruturar e o estágio incipiente em que se encontrava quando muitos de seus principais líderes foram presos, podemos crer que seriam naturais os contatos com grupos organizados da

²⁸⁵ *Tribuna da Imprensa*, 26mar.1964, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pagfis=15779 Acesso em: 2 de julho de 2022.

²⁸⁶ BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

sociedade civil, em especial aqueles vinculados aos segmentos trabalhadores e estudantis, caso os marinheiros seguissem se articulando de algum modo. Uma vez que essa aproximação ocorre, sobretudo, pelas origens e condição social por eles compartilhadas. Sentimento expresso na carta escrita e assinada por lideranças marinheiras chilenas já no cárcere ainda antes do golpe. Como ilustra o seguinte trecho:

Sua Excelência Presidente da República e aos trabalhadores de todo o país: nós, os marinheiros antigolpistas, dizemos às autoridades, aos trabalhadores de todo o Chile e aos nossos familiares, que nem as ameaças que nos fazem nossos chefes de voltar a nos flagelar, nem mil torturas mais nos impedirão de dizer a verdade a nossa classe. A classe trabalhadora e nossos companheiros de tropa [...] Se defender o governo, a Constituição, a legalidade e o povo é um delito, e, ao contrário, derrubar o governo, atropelar a lei e terminar com a vida de milhares de seres humanos, isso é legal? Que respondam os trabalhadores.²⁸⁷ [Tradução nossa]

Podemos considerar que esse fenômeno social da proximidade entre o “povo fardado” e as camadas trabalhadoras, observado especialmente no transcurso do século XX em diferentes nações e culturas, para além do processo de identificação entre marinheiros-trabalhadores e trabalhadores civis, está relacionado, essencialmente, ao modo como se estruturaram as sociedades e ao grau de desigualdade observado entre suas elites e os segmentos situados na base de suas pirâmides sociais. Potencializada em contextos político-sociais específicos. Situação que pode ser observada em outros importantes levantes abordados no presente estudo, como os ocorridos na Rússia e na Alemanha, mas que se dá de modo distinto de acordo com cada cenário.

Outro ponto de contato importante a ser destacado se refere às demandas específicas de cada movimento, intimamente relacionadas ao tratamento dispensado aos marinheiros por suas marinhas, conforme já mencionado. Colocando lado a lado essas demandas, ainda que no caso chileno tenhamos que contar unicamente com as fontes de memória, nos foi possível perceber a semelhança das questões mais prementes aos dois grupos, majoritariamente afetas

²⁸⁷ *Carta de los marineros torturados a Salvador Allende y a los trabajadores de Chile* – Disponível em: http://www.archivochile.com/Poder_Dominante/ffaa_y_orden/PDffaayorden0002.pdf Acesso em: 01 de julho de 2022.

a condição social daqueles militares em suas instituições. O controle sobre suas vidas particulares, por meio de restrições regulamentares que se aplicavam desde a liberdade em deixar as unidades ao término do expediente, passando pela obrigatoriedade do uso do uniforme nas folgas no meio civil até o condicionamento do direito ao matrimônio e a negação do direito de votar; representavam obstáculos ao desenvolvimento social daqueles militares. Ao passo que a precariedade de suas carreiras diante dos regulamentos e da discricionariedade na aplicação de seus dispositivos era a “chibata moral” por meio da qual se pretendia mantê-los subjugados diante da constante insegurança em relação à situação profissional.

No que concerne à dinâmica das mobilizações, o nível elevado de qualificação profissional desses marinheiros e as próprias estruturas administrativa e operacional de suas instituições favoreceram à rápida articulação de seus movimentos na medida em que, pela própria natureza itinerante da atividade marinheira, facilitavam os constantes contatos entre esses militares e destes com realidades distintas das suas, tanto no meio civil quanto no militar. Foi em razão dessa peculiaridade e pela consciência de que o próprio funcionamento da instituição dependia mais deles que da oficialidade, incluindo-se aí seus principais meios de combate, que, a exemplo de levantes anteriores, esses marinheiros estabeleceram “comitês” em diferentes unidades para, a partir deles, não somente ampliar o alcance da organização, mas antecipar eventuais problemas ou ameaças provenientes do mando naval.

Mesmo em um movimento descentralizado como o dos marinheiros chilenos, esse modo de atuação junto à tropa se mostrou acertado na medida em que alcançou, rapidamente, um elevado quantitativo de militares em diferentes unidades da Marinha chilena sediadas em localidades distintas do litoral. Já a AMFNB, formalmente constituída e disposta de estrutura organizacional consolidada, em apenas dois anos de existência já contaria com mais de “quatro mil sócios com carteira e dez mil inscritos”²⁸⁸.

²⁸⁸ *O Globo*, 27mar.2004, Prosa e Verso, p.3.

Essas peculiaridades da tropa embarcada, alta qualificação técnico-profissional em detrimento da prática militar e a mobilidade constante, concorrem de modo decisivo para o surgimento de tensões internas aos próprios movimentos, revelando aspectos que indicam para, pelo menos, três “categorias” de praças que têm seus limites notadamente marcados tanto na Marinha brasileira quanto na chilena. Segregados administrativa e operacionalmente dos marinheiros estão os fuzileiros navais ou infantes de marina, cujas funções abarcam atividades afetas à segurança das instalações e do pessoal da Marinha. De natureza essencialmente militar e pouca qualificação de cunho técnico, essa tropa antagoniza com os marinheiros em muitos momentos, sobretudo pela atuação repressiva que os caracteriza frente aos marujos. Entretanto, compartilham origens étnico-sociais e estão sujeitos aos mesmos regulamentos e, muitas vezes, a realidades mais duras que os marinheiros na Armada, haja vista seu treinamento espartano e as poucas oportunidades de realizar viagens ao exterior.

Ainda que as relações entre marujos e fuzileiros fossem marcadas por uma constante animosidade, não apenas pelo caráter repressivo destes, mas pelo perfil notadamente diferente de ambos, sendo o Corpo de Fuzileiros Navais e o *Cuerpo de Infantería de Marina* verdadeiros exércitos dentro de suas marinhas. No Brasil essa relação se mostra mais próxima, como evidencia o próprio nome da associação “fuzinauta”, uma vez que estiveram juntos tanto nos levantes de 1910, quanto na mobilização de 1964, com destaque para o fato de praças do CFN terem deposto suas armas recusando-se a cumprir ordem do ministro da Marinha para reprimir seus companheiros reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, no dia 25 de março desse ano²⁸⁹. Nesse mesmo contexto, destacou-se também o então Comandante-Geral do CFN, vice-almirante Cândido da Costa Aragão²⁹⁰, que apoiou o movimento dos marinheiros e permaneceu fiel ao presidente João Goulart. Já a situação chilena se mostra bastante diferente, a começar pelo fato de não haver fuzileiros entre

²⁸⁹ *Última Hora*-RJ, 27mar.1964, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=98429> Acesso em 2 de julho de 2022.

²⁹⁰ Ver: ALMEIDA, Anderson da Silva. **...como se fosse um deles**: almirante Aragão. Memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

aqueles praças da Marinha que se levantaram contra o golpe e terem sido eles os “instrumentos” repressivos empregados contra os marinheiros por ocasião do golpe em 1973. Ao mencionar algumas funções dos *infantes de marina*, Carlos García (2020) Herrera sintetiza a natureza da relação existente entre eles e os marinheiros:

É a força encarregada de custodiar os marinheiros presos nas unidades prisionais da Marinha, de reprimir qualquer intento de sublevação marinheira, pela guarda pessoal dos oficiais superiores e oficiais gerais. [...] Nos primeiros anos da ditadura, a *Infantería de Marina* foi encarregada de administrar e vigiar os campos de concentração que a Armada organizou na região de Valparaíso e outras zonas sob sua jurisdição. [Tradução nossa]

Outra divisão interna, nesse caso entre os próprios marinheiros, é aquela observada entre os marujos que serviam embarcados nos navios e aqueles lotados em unidades de terra. Pelas próprias características físicas dos navios e de suas atividades, as realidades daqueles marinheiros que serviam embarcados eram sempre muito mais delicadas, se comparadas com a condição daqueles que serviam nas unidades de terra. Isso fazia com que, normalmente, aqueles que servissem “no chão” tivessem rotinas menos sacrificantes e mais oportunidades de estudar e, desse modo, progredissem mais facilmente em suas carreiras e alcançassem um melhor desenvolvimento social. Ao passo que os demais enfrentavam, potencializadas a bordo do reduzido microcosmo em que se constituem os navios de guerra, todas as dificuldades e o controle social já mencionados. O que fazia com que os dois grupos percebessem de modos distintos os contextos em que se situavam, apresentando, respectivamente, perfis menos ou mais combativos politicamente.

Situação que ocasionou um “racha” nos dois movimentos. Levando um grupo de marinheiros “de navio” a compor a segunda diretoria da AMFNB com uma postura mais incisiva e menos conciliadora em relação ao mando naval na busca pelos objetivos da entidade. Enquanto, no Chile, a divisão se deu nas opções para impedir o golpe de Estado. O grupo de marinheiros da Esquadra, com destaque para o sargento Cárdenas, propôs uma ação antecipada no sentido de tomar os navios e assim buscar resistir em apoio ao presidente Salvador Allende. Alternativa rejeitada pela maioria dos marinheiros lotados nas unidades de terra, especialmente nas

Escuelas de Especialidades e na *Base Aeronaval de Belloto*, que insistiam em aguardar eventuais ações golpistas para então empreender uma resistência interna na Armada.

Por fim, ao questionarmos esses dois movimentos acerca da finalidade ou objetivo maior pelo qual se constituíram, percebemos a diferença fundamental entre eles. Não obstante ambos estarem fundamentados no histórico processo de identificação, marcado pelo constante tensionamento em torno de questões sociais latentes e sufocadas por tradições e regulamentos cuja função é assegurar e reforçar a hierarquia e a disciplina (sociais), e, conseqüentemente, o lugar social de cada segmento dentro do *status quo* vigente. Tanto a AMFNB quanto os *marineros antigolpistas de Chile* se mobilizaram a partir de prioridades específicas. Enquanto a associação “fuzinauta”, como apresentado em seu estatuto, tinha no assistencialismo sua principal finalidade; a mobilização chilena teve como foco a defesa do regime democrático com a continuidade do governo constitucional do presidente Allende. Não significando assim, que membros e apoiadores da AMFNB não tenham atuado em defesa da democracia e da continuidade do governo do presidente João Goulart, como evidenciam o já mencionado discurso de seu presidente e o chamado *Manifesto do Cárcere*, transcritos na íntegra pelo jornal oposicionista carioca *Tribuna da Imprensa*²⁹¹.

Movimentos notadamente distintos, mas que guardam semelhanças fundamentais, sobretudo em relação aos processo por meio dos quais se constituíram e articularam. A AMFNB, uma experiência relativamente duradoura e bem-sucedida de associativismo militar, de caráter sindical e assistencialista; com alcance nacional, presença nas diferentes unidades da Marinha e conexões no meio político-partidário, sindical e estudantil. Atingiu essa projeção justamente por atuar junto aos seus representados no sentido de apresentar alternativas e respostas para algumas das questões que mais lhes afligiam na Armada. Como parte do chamado “dispositivo militar” do presidente Goulart, foi, talvez, o único segmento das Forças

²⁹¹ *Tribuna da Imprensa*, 26mar.1964, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pagfis=15779 Acesso em: 2 de julho de 2022.

Armadas que conseguiu atuar de modo minimamente coordenado no enfrentamento imediato ao golpe, ainda nos primeiros dias do mês de abril de 1964. Já os *marineros antigolpistas* foram sujeitos de uma iniciativa no sentido único de evitar a ruptura democrática e, portanto, o decorrente fim de um governo que entendiam favorável às suas demandas na Marinha e passível de promover transformações estruturais na própria sociedade chilena.

Ambos sofreram com sistemáticas campanhas de desinformação e descrédito levadas à cabo por parte da grande imprensa junto à opinião pública de seus países. Pautadas por distorções e usos políticos dos preceitos basilares das instituições armadas, a hierarquia e a disciplina, associados às lógicas das doutrinas de Segurança Nacional e de Contrainsurgência, convertiam compatriotas e irmãos de armas em inimigos internos submetidos à infiltração de agentes subversivos externos ao país e/ou às instituições militares.

Submetidos ao arbítrio, à repressão e à tortura, mesmo ainda durante os governos que defendiam, esses marinheiros figuraram como “quebra-mar” para as “primeiras ondas das tormentas” que se abateram sobre Brasil e Chile durante longos anos.

6.2 “Tormentas, quebra-mares e o cipó de arueira”

À deriva em plena tempestade. Era assim que, provavelmente, aqueles marinheiros e fuzileiros navais se sentiram ao tomarem conhecimento das ordens de prisão expedidas em seu desfavor ou mesmo ao serem presos de fato, sob acusações de indisciplina, motim e/ou subversão. Por se posicionarem a favor da legalidade constitucional em relação ao cumprimento do mandato de seus legítimos presidentes e comandantes-em-chefe, centenas deles foram perseguidos e presos, muitos torturados e mesmo mortos, em uma “tormenta” que para esses militares teve início mais cedo que para o restante de suas sociedades.

No que concerne aos membros e apoiadores da AMFNB, especialmente aqueles que de algum modo se envolveram nos episódios ocorridos entre os dias 25 e 27 de março, tanto nas dependências do Sindicato dos Metalúrgicos, quanto em diferentes unidades da Marinha, antes mesmo do 31 de março centenas desses

militares, oficiais e praças, já sofriam com o chamado “expurgo” conduzido pela alta administração naval nas fileiras da Marinha. Além dos marujos presos administrativamente ainda antes da assembleia do dia 25; entre os quais algumas destacadas lideranças da associação “fuzinauta” que assinaram o *Manifesto do Cárcere*; navios da Esquadra já recebiam dezenas de presos militares, como o caso já mencionado do navio-transporte *Ary Parreiras*.

Imediatamente após o golpe, intensificou-se o “expurgo”, facilitado, no caso dos marinheiros, em razão da já citada precariedade de suas carreiras, que tornou simples a expulsão sumária ou o licenciamento compulsório de muitos. Nesse sentido, o primeiro passo para iniciar a “caçada” aqueles compreendidos pela administração naval como “prejudiciais à ordem pública e à disciplina militar,”²⁹² foi a publicação de três Portarias do ministro da Marinha, por meio das quais determinava a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPM) com o intuito de apurar as responsabilidades de oficiais e praças nos acontecimentos ocorridos a partir do dia 26 de março, data em que se deu a determinação de prontidão rigorosa na força naval.

Pelas Portarias de números 0540²⁹³ e 0541²⁹⁴ o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, então integrante do autointitulado Comando Supremo da Revolução, determinava, respectivamente, a apuração das “responsabilidades dos envolvidos no ocorrido na assembleia da AMFNB” e nas “ocorrências a bordo dos navios e estabelecimentos de terra”. Já por meio da Portaria 0542²⁹⁵, ordenava a apuração das “responsabilidades relacionadas com a conduta de oficiais que, de qualquer forma, contribuíram com a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de março”.²⁹⁶

²⁹² Expressão presente nos Atos administrativos do ministro da Marinha, por meio dos quais resolvia expulsar centenas de praças em virtude do apurado pelos IPM por ele mandados proceder através das Portarias nº 0540, 0541 e 0542, de 3 de abril de 1964.

²⁹³ BNM 149, p.27.

²⁹⁴ BNM 045, p.16.

²⁹⁵ BNM 028, p.4.

²⁹⁶ BNM 028, p.4.

Com base nos artigos 7º e 10 do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964²⁹⁷, que suspendia garantias constitucionais e autorizava a suspensão de direitos políticos, respectivamente, menos de seis dias depois de exaradas as determinações constantes das supramencionadas Portarias, catorze oficiais de alta patente foram transferidos compulsoriamente para a reserva da Marinha²⁹⁸ e, destes, cinco tiveram seus direitos políticos suspensos²⁹⁹ menos de uma semana depois. Entre esses oficiais estavam o almirante de esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano e o vice-almirante fuzileiro naval Cândido da Costa Aragão, que haviam ocupado os cargos de ministro da Marinha e comandante-geral do CFN, respectivamente. Ambos apoiadores manifestos do movimento dos marinheiros e do então ex-presidente João Goulart.

Logo no dia seguinte, o Comando Supremo da Revolução publicou a Portaria nº 1³⁰⁰, por meio da qual determinava:

[...] abertura de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definam os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Esse documento, com proposital amplitude e imprecisão, tanto no que considerava como reais ameaças, quanto no que se propunha mandar apurar, colocou sob a “toga” da justiça militar quaisquer ações ou omissões que, no entender desta, guardassem relação com a segurança nacional.

Em continuidade à “limpeza” na Marinha, logo no dia 17 do mesmo mês, dezoito praças (cabos e marinheiros) foram expulsos do serviço ativo³⁰¹, destacadas lideranças da AMFNB entre as quais estavam: os cabos Adilson Aquilino, João

²⁹⁷ Ato Institucional nº 1 - Boletim nº 17 do Ministério da Marinha, de 24 de abril de 1964 – ARQMAR.

²⁹⁸ Ato nº 3 do Comando Supremo da Revolução, de 9 de abril de 1964 - Boletim nº 17 do Ministério da Marinha, de 24 de abril de 1964 – ARQMAR.

²⁹⁹ Ato nº 4 do Comando Supremo da Revolução, de 13 de abril de 1964 - Boletim nº 18 do Ministério da Marinha, de 1 de maio de 1964 – ARQMAR. Suspendia os direitos políticos dos seguintes oficiais: almirante de esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano, vice-almirante fuzileiro naval Cândido da Costa Aragão, contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano, contra-almirante fuzileiro naval Washington Frazão Braga e contra-almirante Alexandre Fausto Alves de Souza.

³⁰⁰ Portaria nº 1 do Comando Supremo da Revolução, de 14 de abril de 1964 - Boletim nº 18 do Ministério da Marinha, de 1 de maio de 1964 – ARQMAR. Ver ANEXO D.

³⁰¹ Ato nº 155, de 17 de abril de 1964 - Boletim nº 18 do Ministério da Marinha, de 1 de maio de 1964 – ARQMAR. Expulsava do Serviço Ativo da Marinha os seguintes praças:

Barbosa de Almeida e Antônio Geraldo da Costa; e os marinheiros Marcos Antônio da Silva Lima, Raul Alves do Nascimento Filho, José Duarte dos Santos, Antônio Duarte dos Santos, José Anselmo dos Santos e Avelino Capitani. Alguns dos quais assinaram o já mencionado *Manifesto do Cárcere*.

Sobre o “cabo” Anselmo, cumpre ressaltar sua atuação como agente duplo durante o regime militar, infiltrado em grupos que militavam na esquerda armada contra a ditadura. Com efetiva participação na prisão, tortura e morte / desaparecimento de muitos integrantes desses grupos, destacou-se na emboscada que culminou no conhecido “Massacre da Chácara (sítio) São Bento”³⁰², em janeiro de 1973, Pernambuco, onde foram mortos, com sinais de tortura e execução, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre os quais sua companheira Soledad Barret e os dois ex-marinheiros e antigos companheiros na AMFNB, Evaldo Luiz Ferreira de Souza e José Manoel da Silva.

Em paralelo à sucessão de atos administrativos de cunho persecutório, punitivo e investigativo (nesta ordem), navios da Armada eram empregados como cárcere para centenas de militares e civis. Navios como os transportes *Custódio de Mello* e *Ary Parreiras*, no Rio de Janeiro; o hidrográfico *Canopus*³⁰³, no Rio Grande do Sul e os mercantes *Raul Soares* e *Princesa Leopoldina*, em Santos-SP e no Rio de Janeiro, respectivamente, foram largamente empregados nessa função, sobretudo durante esse período de consolidação da ditadura, conforme aponta o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

Assim, entre os meses de abril de 1964 e fevereiro de 1965, foram publicados pelo Ministério da Marinha, treze atos de expulsão e punitivos (demissão

³⁰² Sobre o “Massacre da Chácara São Bento”, os mortos e a participação de José Anselmo dos Santos na emboscada, ver: BRASIL, **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. vol 1 tomo II e vol.3, Brasília: CNV, 2014. Disponível em: Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> Acesso em: 26 de abril de 2022.

³⁰³ Sobre a atuação do navio hidrográfico *Canopus* no Rio Grande do Sul por ocasião do golpe de Estado em 1964, ver: CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva. **Na esteira da memória**. A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964) Dissertação (Mestrado História) Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, 2016, p.122-138 e CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva e GANDRA, Edgar Ávila. *Canopus* nos mares do Sul. O “navio branco” em águas rio-grandinas: repressão na cidade de Rio Grande-RS no contexto do golpe civil-militar de 1964. **História e Culturas**. Fortaleza, vol.V, nº.10, jul./dez., 2017.

compulsória) excluindo um total de 1509³⁰⁴ praças, entre os quais estavam as principais lideranças da AMFNB. Ação que visava desmobilizar a associação “fuzinauta” e intimidar seus apoiadores em nível nacional.

Nesse cenário, o então marinheiro de segunda-classe Paulo Fernando Santos da Costa, foi considerado como “elemento insubordinado e irrecuperável³⁰⁵”, e ainda “ostensivamente ligado à situação deposta.³⁰⁶” Desta maneira, mesmo sem ter participado da assembleia do dia 25 de março no “Palácio de Aço”, e ainda, sem qualquer comprovação de que estivera envolvido no episódio de insubordinação ocorrido a bordo do cruzador *Tamandaré* no dia 27 de março³⁰⁷, Paulo foi indiciado e sumariamente expulso das fileiras da Marinha sob a alegação de “ter se tornado prejudicial à ordem pública e à disciplina militar.³⁰⁸”

Cabe ressaltar o posicionamento de parte da oficialidade naval naquele contexto, indicando a intenção em, de fato, “limpar” os quadros de subalternos da Marinha. O que fica evidente quando o comandante do cruzador *Tamandaré*, capitão de mar e guerra Orlando Ferreira da Costa, afirmou em um ofício destinado ao Chefe do Estado-Maior da Armada, referindo-se a 31 cabos e marinheiros, o seguinte:

Os marinheiros abaixo relacionados pelas informações de seus encarregados de divisão foram desembarcados no dia 3/4/64 por não inspirarem confiança e serem suspeitos de pela conduta anterior, provocarem atos de sabotagem ou criarem a bordo clima de intranquilidade entre a própria guarnição. A Marinha *nada perderia* com a sua exclusão sumária, mesmo que *nenhum fato concreto*, que os enquadre nos códigos

³⁰⁴ Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Situação dos ex-militares punidos por motivação política por atos de exceção; Porto Alegre 28ago.1989. Neste relatório constam os documentos administrativos do Ministério da Marinha que excluíram sumariamente os referidos praças dos quadros da força naval.

³⁰⁵ BNM 639, p. 100 – Elementos de informação, anexo ao ofício nº 447 de 24 de abril de 1964 do cruzador *Tamandaré*.

³⁰⁶ BNM 639, p. 619 – Relação anexa ao ofício nº 503 de 6 de julho de 1964 do Comando da Força de Cruzadores e Contratorpedeiros.

³⁰⁷ BNM 639, p.295 – Termo de inquirição de indiciado em IPM instaurado por portaria de 13 de abril de 1964 do cruzador *Tamandaré* a fim de apurar “atos de indisciplina” ocorridos no dia 27 de março do mesmo ano a bordo daquele navio, conforme determinou o Chefe do Estado-Maior da Armada através do Boletim de Ordens e Notícias nº 84 de 10 de abril de 1964 (BNM 639, p.19).

³⁰⁸ Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Conforme Ato nº425 de 30 de novembro de 1964, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº 50, de 11 de dezembro de 1964, e fundamentado no Art. 103 alínea “f” do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958.

ou regulamentos militares, possa ser apontado individualmente [...] ³⁰⁹
[Grifos nossos]

Neste mesmo ofício, no qual o supramencionado oficial aponta supostas “condutas subversivas” das principais lideranças da mobilização dos marinheiros a bordo do cruzador *Tamandaré*, entre as quais figura Paulo Costa. Consta também que a maioria daqueles militares “desembarcou” para o Quartel de Marinheiros³¹⁰ (QM) ainda no dia 3 de abril, data das Portarias do ministro da Marinha mencionadas anteriormente. Indicando que essa unidade da Marinha foi utilizada como local de espera para militares que, naquele contexto, estivessem sendo investigados ou aguardando procedimentos administrativos de expulsão ou licenciamento do serviço, devendo assim serem retirados do convívio a bordo de outras organizações militares da Marinha. Procedimento que, enquanto parte do “expurgo” conduzido nos quadros da força naval, foi vivenciado por muitos marinheiros e fuzileiros à época, inclusive por Itagildo Alencar (2013):

Aí passou mais uma semana e nos mandaram lá pro quartel [Quartel de Marinheiros]³¹¹, aliás, mandaram a turma pro quartel. [...] Aí cheguei ao quartel, a turma estava toda lá, e começaram a dizer que [não completa] Que a turma chamava do “pessoal do rabo” [de foguete]³¹², né. O “pessoal do rabo” era o pessoal que estava pra ir pra rua por causa da política. Entende!? “Ó lá na turma do rabo, quando faz a chamada, tão te chamando. Chamam teu nome também.” Eu digo: “Ah, mas não me desembarcaram!?” E eles dizem: “Não sei, vê o que tu vai fazer aí. Estão te chamando lá também.” [...] Eu digo: “Sabe de uma coisa, vou lá falar com eles.” Falei com o oficial lá, eu disse: “Ah, estão me chamando lá na “turma do rabo”, lá na turma da justiça.” Aí, o cara foi ver, realmente o meu nome estava na relação. Aí me passaram, já não fui mais pra onde eu ia, aí fui pra “turma do rabo”, que ia pra rua. Aí daí me mandaram pra rua. (*sic.*)

³⁰⁹ BNM 639, p. 99-102 – Elementos de informação, anexo ao ofício nº 447 de 24 de abril de 1964 do cruzador *Tamandaré*.

³¹⁰ Unidade da Marinha criada através do Decreto Imperial nº 49 de 22 de outubro de 1836, foi também denominada ao longo dos anos como “Quartel das Companhias Fixas de Marinheiros”, “Quartel das Companhias de Marinheiros Imperiais” e “Quartel das Companhias de Marinheiros Nacionais”. Tendo funcionado em diversas unidades navais, como: Ilha de *Villegagnon*, Ilha das Cobras, encouraçado *Floriano* e cruzador *Barroso*, por exemplo. Desde 1958 funciona em estabelecimento próprio, situado no bairro da Penha, atual cidade do Rio de Janeiro-RJ.

³¹¹ Aqui o entrevistado se refere ao Quartel de Marinheiros.

³¹² A expressão “turma do rabo de foguete” fazia referência aqueles militares que estariam respondendo IPM por envolvimento, em alguma medida, com a mobilização da AMFNB. Expressão consagrada no contexto da ditadura civil-militar brasileira quando cantada na música de Aldir Blanc e João Bosco *O Bêbado e o Equilibrista*.

Ao ser preso pela participação na assembleia do dia 25 de março, mais especificamente por ter permanecido no Sindicato dos Metalúrgicos após a decretação de prontidão rigorosa na Marinha, Itagildo afirmou em seu depoimento que:

[...] entrou para a associação logo após a sua fundação [...] e que compareceu a outras reuniões da associação, recordando-se de uma no sindicato dos securitários [...] e ainda, que não se apresentou ao ser determinada prontidão porquanto já estava aquartelado e solidário com os colegas [...] ³¹³

A 9 de outubro de 1964, no mesmo Ato³¹⁴ que expulsou outros três membros da associação “fuzinauta”, também naturais do Rio Grande do Sul – Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Fernando Antônio Pinho Marchese, e Miguel Arcanjo Vera Cruz – Itagildo Alencar foi sumariamente excluído da Marinha. Tendo ainda sido denunciado à justiça militar, após a conclusão do IPM, em 5 de junho de 1964³¹⁵, por ter “cometido o delito previsto no artigo 130 do Código Penal Militar”³¹⁶. Em junho de 1966, teve mandado de prisão expedido em seu nome, sendo condenado a cinco anos e dois meses de reclusão pela prática do crime de que foi denunciado em 1964.

Cumprir destacar que, dos três marinheiros expulsos da Marinha por intermédio do mesmo Ato que expulsou o Itagildo, os dois primeiros mantinham relação próxima com Paulo Costa. Evaldo Luiz e Fernando Marchese ingressaram na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, junto com Paulo Costa, onde, segundo ele, teriam se destacado durante o curso. Já no Rio de Janeiro, Evaldo foi designado para o cruzador *Barroso*, mesmo navio de Itagildo, enquanto Marchese passou à Força de Contratorpedeiros.

³¹³ BNM 149

³¹⁴ Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Conforme Ato nº365 de 30 de setembro de 1964, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº 41, de 9 de outubro de 1964, e fundamentado no Art. 103 alínea “f” do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958.

³¹⁵ BNM 149 – p.2686-2721.

³¹⁶ BNM 149 – p.2689.

Ambos também foram submetidos ao IPM instaurado pela portaria nº 0540, sendo presos para “averiguações” em 14 e 24 de abril de 1964³¹⁷, respectivamente, por solicitação direta do encarregado do Inquérito.

Em seu depoimento, Evaldo relata o seguinte:

[...] que compareceu a outras reuniões da Associação de Marinheiros, sendo que duas no Ministério da Educação para tratar de assuntos referentes ao Estatuto da associação, que chegou ao Sindicato no dia 25 cerca das 20:15 horas, não tendo sido iniciada a sessão [...] que a seguir falaram oradores civis e militares que falaram normalmente sobre as reivindicações da *classe*, a saber: vencimentos, facilidades para o estudo, tratamento mais condigno para com os marinheiros por parte dos oficiais em relação as praças membros da Associação, estabilidade para os marinheiros, melhoria de acesso na carreira das praças, distribuição dos subalternos em estabelecimentos navais e navios dos estados de origem [...] que os portões do Sindicato dos Metalúrgicos não foram fechados à ninguém que quisesse entrar ou sair.³¹⁸ (*sic.*) [Grifo nosso]

Evaldo Luiz foi considerado pelas autoridades navais que conduziram o IPM como uma das lideranças da AMFNB, e, portanto, um dos expoentes da mobilização ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara³¹⁹. Foi denunciado à justiça militar por ter “cometido o delito previsto no artigo 130 do Código Penal Militar, com o aumento de pena atribuído aos cabeças”³²⁰. E, ainda em junho de 1964, durante o transcurso do processo nº 8.167, da 1ª Auditoria da Marinha, Evaldo teve sua prisão preventiva decretada³²¹. Permaneceu preso durante aproximadamente nove meses, até ser expulso da Marinha em outubro de 1964. Segundo Paulo Costa, o ex-marinheiro teria trabalhado no Rio de Janeiro, no estaleiro *Ishikawajima*, até meados de 1966, quando teve mandado de prisão³²² expedido em seu nome. Como já mencionado, Evaldo foi morto no “Massacre da Chácara São Bento”, em janeiro de 1973.

Também denunciado pela justiça militar como um dos “cabeças” da assembleia do dia 25 de março, Fernando Antônio Marchese, que à época servia no contratorpedeiro *Paraíba*, afirmou o seguinte em seu depoimento:

³¹⁷ BNM 149 – p.2683-2684.

³¹⁸ BNM 149 – p.686-687.

³¹⁹ BNM 149 – p.2652.

³²⁰ BNM 149 – p.2687.

³²¹ BNM 149 – p.2730-2732.

³²² BNM 149 – p.5113.

[...] que é membro da associação desde janeiro de 1964 [...] que chegou ao Sindicato dos Metalúrgicos às 19:20 horas, que dos pronunciamentos feitos pela diretoria concorda com as reivindicações da *classe* que considera justas e líquidas: vencimentos muito baixo de cabo para baixo e alimentação deficiente, quanto a este aspecto declara considerar péssima e pouca a do CT *Apa*³²³ [...] que considera um absurdo um marinheiro não poder casar-se [...] que durante a reunião concordou com a diretoria com as providências tomadas enquanto a assembleia permanente. (*sic.*) [Grifo nosso]³²⁴

Em ambos os trechos dos depoimentos supracitados estão presentes questões sobre as quais refletimos durante o presente estudo. A percepção de classe que tinham os depoentes, materializada na própria associação da qual eram integrantes; entendimento da condição anacrônica e paradoxal que lhes era reservada na Marinha e, associado a esta, as prementes demandas de caráter social que manifestavam.

Fernando Marchese teve sua prisão preventiva³²⁵ decretada pela 1ª Auditoria da Marinha, em junho de 1964. Sendo expulso da Marinha, em outubro desse ano, por força do Ato nº 365 e, a exemplo de Evaldo Luiz, teve expedido em seu desfavor, em julho de 1966, mandado de prisão³²⁶ por ter sido condenado³²⁷ a cinco anos de prisão.

Neste contexto, destacamos ainda a expulsão de Miguel Arcanjo Vera Cruz, “expurgado” dos quadros da força naval através do mesmo Ato que excluiu o Itagildo e Evaldo Luiz, com os quais servia à época no cruzador *Barroso*, sendo transferido para o Quartel de Marinheiros logo após o golpe. Em depoimento Miguel afirmou que:

[...] entrou para a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil no fim do ano de 1962, com o propósito de ter onde se divertir e estudar, que em outubro de 1963 compareceu a uma reunião na associação, que o fez responder a um IPM, que em nenhuma outra reunião compareceu, que foi ao Sindicato dos Metalúrgicos pensando encontrar lá uma festa [...] chegando ao sindicato cerca das 19:00 horas, que lá permaneceu ouvindo os discursos nos quais era pregada a necessidade de aumento nos vencimentos, de melhoria das condições a bordo, etc. [...] que permaneceu no sindicato por se sentir solidário com as reivindicações lá apresentadas

³²³ Contratorpedeiro (CT) *Apa*.

³²⁴ BNM 149 – p.1984.

³²⁵ BNM 149 – p.2730-2732.

³²⁶ BNM 149 – p.5113.

³²⁷ BNM 149 – p.5105.

[...] que no dia 27 foi transportado para o Batalhão de Guardas de onde foi libertado cerca das 18:30 horas, tendo se dirigido diretamente para o quarto de um irmão de seu colega [...] que tinha estado no Sindicato dos Metalúrgicos [...]³²⁸

O colega ao qual Miguel se refere é Itagildo Alencar, que residia no morro do Santo Cristo com seu irmão, também marinheiro. Ao final das apurações do IPM Miguel Arcanjo também foi denunciado à justiça militar pelo crime previsto no Artigo 130 do CPM. Após ser expulso do serviço ativo da Marinha, foi condenado³²⁹ pela 1ª Auditoria da Marinha a cinco anos e dois meses de prisão, com mandado expedido em 1º de julho de 1966³³⁰.

Selecionamos esses marinheiros; com vínculos pessoais com dois daqueles que se dispuseram a compartilhar suas experiências para análise, Paulo Fernando Santos da Costa e Itagildo Alencar; como forma de lançar luzes sobre as muitas trajetórias de todos aqueles militares que sofreram com a violenta repressão que se abateu sobre esse que era considerado o “inimigo visceral”. Contudo, nesse ambiente de punir e “apurar” (nesta ordem), centenas de outros marujos e fuzileiros navais foram presos, sofreram com diferentes formas de violações e tiveram seus vínculos com a Marinha rompidos sem quaisquer possibilidades de defesa. Sendo posteriormente julgados pela justiça militar, mas já previamente condenados pela força naval.

No que afeta aos *marineros antigolpistas de Chile*, ainda no mês de agosto de 1973, em meio a intensa campanha de desinformação e forte atuação dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, muitas lideranças do movimento dos marinheiros foram presas e violentamente torturadas nas dependências de unidades da Marinha. Sob a acusação de infiltração política na Armada e de articular ações subversivas de cunho extremista junto a grupos de esquerda, dezenas de marinheiros foram detidos e submetidos a interrogatórios onde sofreram violentas sessões de tortura.

³²⁸ BNM 149 – p.2236-2237.

³²⁹ BNM 149 – p.5106.

³³⁰ BNM 149 – p.5117.

Diferente do caso brasileiro; onde houve um cuidado prévio em aparentar legalidade nas ações repressivas levadas a cabo dias antes do golpe, trazendo para a seara disciplinar as punições aplicadas contra os marinheiros e fuzileiros próximos à AMFNB; no Chile, mais de um mês antes do 11 de setembro, uma violenta repressão se abateu sobre os marinheiros que se mobilizavam em oposição às articulações golpistas na Armada. O primeiro detido nessa escalada de violência institucional foi o então cabo-segundo Julio Gajardo, ainda em junho de 1973. Gajardo (2003) narra a ocasião em que teria sido torturado, na *Academia de Guerra*, durante um interrogatório:

Eles [os oficiais que o interrogavam] queriam saber se eu conhecia as pessoas [os outros marinheiros], quem participava, quem estava contra eles, quem estava contra o golpe de Estado, se eu tinha mais contatos, se conhecia mais pessoas, me perguntaram de tudo. Me perguntavam pelo nome das pessoas e se eu conhecia tal e tal pessoa. E como eles começavam a me bater antes de me perguntar, bom, já me perguntaram e eu já estava meio fechado, assim que não aconteceu nada, não conseguiram muito. Se incomodaram muito no início, pois eu lhes fiz passar uma dificuldade ao me desconectar dos equipamentos que usavam para colocar eletricidade, como eu sabia do que se tratava, eu me desconectei dos contatos e quando se deram conta me deram ainda mais. Foi bem difícil. [Tradução nossa]

Intensificadas a partir da reunião entre lideranças políticas de esquerda e marinheiros do grupo da Esquadra, realizada no dia 3 de agosto, as ações visando desmobilizar a resistência organizada pelos marinheiros na Armada focaram nas lideranças desse grupo que procurava estreitar vínculos com segmentos político-partidários de esquerda. Entre as quais duas das mais destacadas, presentes na mencionada reunião: o sargento-segundo Juan Cárdenas e o marinheiro Jaime Salazar. Em entrevista realizada nas dependências do quartel Silva Palma, onde se encontrava preso, publicada ainda no mês de agosto de 1973 na revista *Chile Hoy*, Juan Cárdenas narra como se deu sua prisão e as sessões de tortura a que havia sido submetido até aquele momento:

Fui detido em 6 de agosto, às 3 da madrugada, no *Blanco Encalada* [contratorpedeiro], aqui em Valparaíso. Me conduziram à *Escuela de Infantería de Marina* de Las Salinas [Regimento Miller] em Viña del Mar. Ali começaram a me flagelar e torturar durante todo o resto da noite, desde as 3 até às 8 ou 9 horas da manhã. [...] Me penduraram em uma cruz de madeira com as mãos e braços amarrados com fios. É difícil explicar. Estava assim, com as mãos e pernas abertas. Me puseram como em cruz,

mas com as pernas tão abertas que a intenção que tinham era de me rasgar. Ali começaram a me bater em todo o corpo, especialmente nos genitais.³³¹ [Tradução nossa]

Mesmo após ter sido levado até a *Fiscalía Naval*, onde denunciou as violações sofridas, Cárdenas seguiu sendo torturado na unidade de *infantería* de Las Salinas. Segundo ele, na mesma entrevista:

Depois me aplicaram corrente elétrica. Não me perguntavam nada. A corrente elétrica era mais ou menos alta, com os tremores que me produziram desloquei um braço. [...] Quando viram que estava mal me baixaram, me vendaram os olhos e me colocaram em um ataúde. Uma vez ali dentro, me fizeram rodar em um pendente. Me ameaçaram de morte e me diziam que não queriam gastar uma bala em um m...como eu. Depois disso me tomaram pelos pés e me meteram em um poço, que parecia ser séptico, pelo odor. Ali me seguravam até eu não poder mais respirar. Ao sair do poço, pela terceira ou quarta vez desmaiei. Me fizeram levantar a pontapés. [...] trouxeram Blaset e Lagos, que foram submetidos ao mesmo tratamento. A eles, conseguiram fazer assinar documentos em que diziam que o líder do movimento subversivo era eu. [Tradução nossa]

Em outra entrevista, esta concedida ao historiador Jorge Magasich Airola (2019, p.275-334) em 2002, Cárdenas procurou elencar algumas das torturas que sofreu, e descrever alguns detalhes:

As [torturas] aplicadas pela *infantería* foram um treinamento dos homens conosco. [...] aplicaram todos os métodos de tortura conosco. Eu saí bastante mal [...] Mas em mim deram bastante duro. Eu creio que eu fui o que mais deram duro. As torturas foram todas: me colocaram em uma cruz, me aplicaram eletricidade, me submergiram em poços de água, uns poços de água que, pela repulsa, eu entendo que eram de dejetos humanos. Então, me tiravam, meio morto, com vômitos e me recuperavam um pouco e me seguiam torturando. Havia um médico lá. Escutei, um médico. Era ele que indicava “já, parem, parem”, me deixavam descansar um pouco e depois seguiam. [Tradução nossa]

Detido no dia 6 de agosto, a bordo do cruzador *Latorre*, Jaime Salazar (2020) foi mantido incomunicável no quartel Silva Palma, em Valparaíso, até o dia 10, quando seguiu para Concepción junto com outros companheiros presos. Ele relata a visão que teve em Silva Palmas, onde esteve encarcerado durante os últimos dias do governo de Salvador Allende:

O cárcere naval quartel Silva Palmas estava nos morros de Valparaíso, com uma linda vista para a baía, dali vimos a ação durante o primeiro mês do

³³¹ *Chile Hoy*, n.64, 31ago./6set., 1973, p.6-7. Disponível em: http://www.socialismo-chileno.org/PS/ChileHoy/chile_hoy/64/index.html Acesso em: 2 de julho de 2022.

golpe de Estado. Dali apreciamos como a Armada habilitou alguns navios mercantes: *Andalien*, *Maipo* e *Lebu* para serem usados como cárcere [...] [Tradução nossa]

A exemplo do que ocorreu no Brasil, a Armada chilena também empregou largamente navios militares e mercantes como prisões. Jaime Salazar menciona os três mercantes, mas o navio-escola *Esmeralda* também foi empregado nesse sentido. O *Informe de La Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*³³² detalha o modo como esses navios foram empregados naquele contexto e apresenta casos de violações de direitos humanos cometidos contra detentos políticos a bordo.

Chegando a Talcahuano, seguiram para o destacamento da *Infantería de Marina*, no Forte Borgoño. Sobre essa transferência e os interrogatórios em Talcahuano, Salazar afirma o seguinte:

Quando subo no caminhão, lá estava Zúñiga, estava quase toda gente com a qual eu havia estado em Santiago [na reunião do dia 3 de agosto]. Anteriormente, eu acreditava que eu era um dos poucos presos, mas me dei conta que estávamos todos presos. Também subiram Cárdenas. Cárdenas vinha em um estado deplorável, vinha irreconhecível, machucado, vinha com um braço pendurado por ter sido submetido a tortura. Dali fomos levados ao aeroporto de Belloto e embarcamos direto em um avião, neste momento estávamos vendados e amarrados. [...] Então chegamos a Talcahuano e nos recebem uma companhia de cossacos [*infantes de marina*], armada até os dentes [...] Me golpearam lá mesmos, na pista do aeroporto [...] nos levaram desde o aeroporto até o quartel da Marinha de Talcahuano, da *Infantería de Marina*. Lá chegando, fomos desnudados e começaram a nos torturar de maneira brutal. Creio que como se fazia na Segunda Guerra Mundial, chutes, arrastamentos, golpes, nos colocavam em uns tonéis ou barris com água suja, havia barro. A tortura se baseou, foi uma tortura completamente física a que estivemos submetidos. [Tradução nossa]

Jaime Salazar ainda foi transferido para o campo de concentração de Isla Riesco, construído e administrado pela Armada – *Infantería de Marina e Servicio de Inteligencia Naval* – situado na região de Colliguay, no interior do país, onde permaneceu, segundo afirma, durante alguns meses, até seguir para outro campo, o de Puchuncaví, localizado em uma área de balneário da província de Valparaíso, até ser transferido para a Penitenciária de Santiago.

³³² CHILE. *Informe de La Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, v.1 tomo1. – Disponível em: <https://pdh.minjusticia.gob.cl/wp-content/uploads/2015/12/tomo1.pdf> Acesso em: 2 de julho de 2022.

Pedro Blaset Castro (2003), à época cabo-segundo servindo no cruzador *Latorre*, navio que foi receber na Suécia, também foi detido o dia 6 de agosto. Ele narra o que se passou após sua prisão e como foram os momentos em que foi submetido aos primeiros interrogatórios, na *Escuela de Infantería de Marina*, em Las Salinas, local onde também Juan Cárdenas sofreu suas primeiras sevícias:

Bom, fui desembarcado e levado a bordo de um veículo utilizado por infantas de marina [...] Imediatamente, antes de sair do cais, me vendam os olhos e amarram minhas mãos [...] depois dessa viagem de veículo percebi que fui levado à *Escuela de Infantería de Marina*, a Las Salinas, claro. [...] Então entrei e me tiraram toda a roupa, fiquei desnudo. Me levaram a um setor onde era o campo de treinamento de combate da *Escuela de Infantería*. Nessas condições, no mês de agosto, comecei a ser golpeado e obrigado a responder todas as perguntas que me faziam em torno das reuniões e situações, nomes com quem havia reunido e obviamente, qual era a decisão que nós havíamos tomado fazer. [...] Durante todo o dia fui submetido a essas condições. Eu creio que devo ter chegado próximo ao meio-dia à *Escuela de Infantería*. Eu creio que estava escuro quando terminaram todos estes interrogatórios. Durante todo o dia fui submetido a golpes, fui amarrado, fui introduzido em tambores com águas decompostas, com fezes, com urinas e todo o dia amarrado. Não me proporcionaram nem água, nem alimentação. Simplesmente me lavavam com mangueiras de água e seguiam me golpeando. [...] [Tradução nossa]

O cabo-segundo Pedro Lagos, que, como Cárdenas e Salazar, participou da reunião do dia 3 de agosto na região de Santiago, também foi detido no dia 6 de agosto a bordo do navio onde servia, o contratorpedeiro *Blanco Encalada*, e logo transferido de avião para Talcahuano, onde ficou detido no Forte Borgoño. Em entrevista concedida à revista *Chile Hoy* ele detalha o que vivenciou durante os interrogatórios:

[...] Primeiro nos colocaram desnudos. Eram 23 horas e fazia frio em Talcahuano. Nos colocaram em uma espécie de poça ou piscina com água barrenta e suja. Depois que nos tiraram dali e nos bateram bastante, nos levaram até umas guaritas de madeira que há lá e seguiram nos batendo. [...] Lá estavam Cárdenas, Salazar, Carvajal e Cisternas. Todos fomos golpeados e flagelados. [...] Me bateram com o cano do fuzil no pescoço até que perdi a consciência. Quando despertei estavam me fazendo massagens. Voltaram a me bater e me fizeram o *tirabuzón* (essa tortura consiste em que quatro pessoas tomam a vítima por cada extremidade e a torcem pelo meio do corpo até perder a respiração). Havia cinco infantas e um tenente-primeiro que ordenava tudo. Voltei a desmaiar. Me disseram que não iam me deixar vivo. Eu vi quando castigavam o sargento Cárdenas da mesma forma como faziam comigo. Havia um caminhão com as lanternas acesas e nessa luz eles nos mostravam fotos de pessoas e nos

exigiam que disséssemos quando nos reunimos com elas. [...] ³³³ [Tradução nossa]

Víctor López e Carlos Garcia, ambos marinheiros servindo no cruzador *Pratt*, foram presos no dia 7 de agosto e torturados no Forte Borgoño. Víctor López (2003) relata a experiência pela qual passaram quando chegaram naquela:

[...] havia um “comitê de recepção”, com infantes de marina de rostos pintados, que me deram uma surra com fuzis e com tudo. Não sei por quanto tempo foi isso, dez minutos, quinze minutos, sem perguntar absolutamente nada, chutes e coronhadas até que caí ao solo. Depois disso me recolheram e me levaram para um galpão, ou coisa assim, me fizeram desnudar. Aí veio um infante de marina, que era como o interrogador e começou a me interrogar. Obviamente, estava desnudo e tinha um infante de marina de cada lado, me seguravam pelos braços e havia outro a frente me batendo, enquanto era interrogado. [...] Me levaram a um cômodo, amarraram minhas mãos para trás em uma cadeira e começaram a me interrogar. Me deixaram desnudo nesse cômodo e fiquei com muito frio, pois eram quatro da manhã [...] a essa altura já não sentia dor, pois me recordo que, como me jogaram no piso, eu sentia tanto frio, estava tão congelado, que saltava e quando me jogavam na água e me davam chutes e coronhadas, para mim era uma benção, pois era como me esquentavam o corpo. [...] [Tradução nossa]

Sobre as sevícias sofridas durante os interrogatórios no Forte Borgoño, Carlos Garcia (2002) diz o seguinte:

[...] nesse tempo não eram especialistas em interrogatório, não tinham a sofisticação que teria depois a DINA³³⁴, a repressão ditatorial. Como dizíamos nesse tempo, foi um treinamento à *la chilena*: chutes, pauladas e algo mais que tivessem ao seu alcance; como “o submarino”: um tambor com água, com urina, com fezes, o que seja. Tortura física brutal e interrogatório. [...] [Tradução nossa]

Não obstante a memória enquanto fonte para pesquisa histórica se tornar ainda mais desafiadora ao trabalho do historiador quando remete a passados tão traumáticos quanto esses que os fragmentos de narrativas de memória ora apresentados evidenciam, entendemos como fundamental trazer à tona essas (re)construções e (re)apresentações de momentos marcados por brutais violações da integridade física e moral e dos direitos mais fundamentais desses sujeitos históricos.

³³³ *Chile Hoy*, n.64, 31ago./6set., 1973, p.7.

³³⁴ *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), polícia política chilena que atuou, oficialmente, durante os primeiros anos da ditadura liderada pelo general Augusto Pinochet.

Sem a intenção de estabelecer uma análise mais aprofundada sobre as narrativas de memória desses homens, haja vista não ser este um dos objetivos do presente estudo, cabe destacar aspectos como: os padrões de violência empregados contra os marinheiros, o papel notadamente repressivo e violento dos *infantes de marina* naquele contexto, o emprego de navios mercantes e militares como lugar de detenção e tortura e, principalmente, o fato de que todos esses relatos foram construídos a partir de memórias de violações ocorridas em um passado cronologicamente situado em pleno governo democrático do presidente Salvador Allende. A quem se dirigiram diretamente por meio de uma carta³³⁵ escrita e assinada desde o cárcere, e lida pelo senador socialista Carlos Altamirano, no dia 9 de setembro, em discurso no estádio Chile, em Santiago.

Esses marinheiros foram presos e torturados, sob a falsa acusação de sedição contra um governo que procuravam defender daqueles que realmente se articulavam para subverter a ordem democrática e constitucional. Destarte, não poderíamos nos debruçar sobre o movimento dos *marineros antigolpistas de Chile* sem, por dever de justiça, trazer ao “lume d’água” memórias desses marujos acerca do preço de sangue que pagaram por se levantarem em favor da democracia e da legalidade constitucional em seu país.

³³⁵ *Carta de los Marineros Torturados a Salvador Allende y a los trabajadores de Chile*. Disponível em: http://www.archivochile.com/Poder_Dominante/ffaa_y_orden/PDffaayorden0002.pdf Acesso em 2 de julho de 2022.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inseridos em um recorte temporal marcado pela consolidação do liberalismo político em grande parte das nações ocidentais e de práticas econômicas liberais que ressignificaram as relações entre os países e acirraram as disputas por mercados ao redor do mundo, as mobilizações dos membros e apoiadores da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e dos *marineros antigolpistas de Chile* ocorreram na esteira das transformações nas relações de trabalho e consequente articulação das camadas trabalhadoras urbanas, a partir de diferentes processos de identificação ocorridos no curso das lutas por direitos, avanços e garantias sociais e trabalhistas. Em um quadro de desenvolvimento e difusão de ideais socialistas que questionavam o modelo político-econômico liberal e o lugar nele reservado às camadas trabalhadoras das sociedades, reafirmando antigas lógicas de dominação e exploração desses segmentos a partir dos interesses das “novas aristocracias liberais”.

Desse modo, à exceção dos levantes ocorridos na primeira década do século passado, todas as demais mobilizações marinheiras até as que ora abordamos no presente texto, se inserem na conjuntura histórica do “Breve Século XX”, durante a qual se evidenciaram o tensionamento e os pontos de ruptura desse quadro, ainda que em diferentes instantes e de maneiras distintas.

Nesse cenário, tendo sempre em conta que as instituições armadas somente podem ser compreendidas a partir das sociedades que integram e com a qual interagem de modo permanente. E que, por assim ser, são perpassadas por todas as questões que atravessam suas sociedades, sobretudo aquelas geradas a partir das relações de dominação e resistência entre as diferentes classes sociais, das quais, inevitavelmente, seus militares são oriundos. Compreendemos que o impacto do rápido incremento tecnológico observado nas Esquadras e a decorrente transformação das relações de trabalho a bordo dos navios de guerra, foram fundamentais para que os marinheiros assumissem papel de vanguarda em alguns dos principais movimentos revolucionários e levantes sociais do século passado.

Percepção que construímos a partir da observação de que, mesmo não estando submetidos às clássicas relações de produção capital x trabalho, então

potencializadas no meio civil, esses marinheiros-trabalhadores foram integrados à uma nova distribuição do trabalho, especialmente a bordo dos navios. Concebida desde uma conveniente adaptabilidade desse tipo de relação verificada na sociedade civil por parte das instituições navais, cuja atividade fim passou, em um curto espaço de tempo, a depender, inteiramente, do trabalho de uma mão-de-obra qualificada desses “operários fardados”, oriundos dos extratos basilares de suas sociedades. Militares que, em razão da natureza da própria atividade marinheira e por força das novas capacitações técnico-profissionais, passaram a experienciar um processo de identificação que tinha como ponto fundamental as relações com segmentos sociais com os quais compartilhavam mais que aspectos profissionais, mas também espaços de convivência e origens sociais; além de insatisfações, anseios e demandas sociais e trabalhistas.

Condição que concorreu, de modo decisivo, para a aproximação entre esses marinheiros e segmentos de trabalhadores urbanos na medida inversa em que os distanciou das atividades caracteristicamente militares. Guardando, desse modo, relação direta com os levantes aqui abordados. Os quais entendemos como desdobramentos de intensas disputas sociais ocorridas em contextos político-sociais específicos de cada sociedade. Nesse sentido, compreendemos essas mobilizações marinheiras a partir dos contornos característicos dos conflitos de classes. Na medida em que o processo de identificação vivenciado por aqueles militares durante o exercício das diferentes relações sociais por eles estabelecidas, figura como condição fundamental em todos esses movimentos.

Percebidas em uma perspectiva ampla de cada sociedade e a partir do processo histórico-social como estas se estruturaram, as tensões sociais se desdobram internamente às instituições armadas, onde são então potencializadas em espaços regulados por rígidas hierarquia e disciplina (sociais). Assim, entendemos que, no que afeta ao objeto em análise, os cenários notadamente semelhantes de tensões latentes nas Armadas de Brasil e Chile não foram gerados dentro delas, mas potencializados de acordo com suas características e de suas sociedades.

No transcurso do estudo dos diferentes levantes e mobilizações ocorridos durante o século passado, foi possível constatar o caráter transversal do aspecto social em todos esses movimentos. Em todos eles, as lógicas sobre as quais cada sociedade se estruturou estavam presentes nas relações entre oficiais e praças, emergindo em instantes de marcada efervescência social e polarização política, que iluminavam as “normas surdas” dos tempos de tranquilidade (THOMPSON, 2001, p.235). Análise que procuramos entabular durante os primeiros três capítulos desta Tese no sentido de fundamentar o estudo comparativo que estabelecemos a partir desse ponto da pesquisa, entre os casos específicos da AMFNB e dos *marineros antigolpistas*. Situando o recorte analítico efetivamente sobre o processo de mobilização daqueles militares a partir de processos de identificação e consciência experienciados no transcurso de históricos conflitos sociais latentes em suas instituições.

Entendemos que esses militares se articularam a partir da leitura própria do contexto em que se encontravam, estabelecendo formas organizadas de resistência por meio das quais buscaram, através da representatividade coletiva junto ao mando naval e mesmo aos mais altos escalões da República, respostas para demandas específicas ao próprio segmento e a defesa de governos democráticos por intermédio dos quais vislumbravam a possibilidade de alcançarem as transformações almejadas em suas instituições navais e mesmo nas próprias sociedades.

Destarte, a análise comparativa nos permitiu colocar esses movimentos em perspectiva com os demais ocorridos ao longo do século XX, e separá-los dessa “arrebentação” de modo que, postos a “contrabordo”, nas “águas mais calmas” da representação historiográfica, conseguimos evidenciar e estabelecer nosso foco sobre suas semelhanças e diferenças entre si e em relação aos demais levantes anteriores.

Consideramos as mobilizações dos marinheiros brasileiros e chilenos, cujo ápice se deu, respectivamente, nos anos de 1964 e 1973, como marcos de um processo de identificação que ultrapassa os limites temporais e do objeto ora abordados. Tendo em conta que suas demandas e a natureza das relações

estabelecidas com a oficialidade – pautadas por normas, regulamentos e tradições que objetivavam reforçar um *status quo* vigente não apenas na Armada, mas nas próprias sociedades – podem ser verificadas, de modo bastante semelhante, em outras mobilizações marinheiras ao longo do século passado.

Assim, a partir da leitura própria de um instante político específico e compreendendo seu lugar naquele todo social, esses marujos perceberam que, enquanto parte das camadas trabalhadoras do povo, seria possível se organizarem no sentido buscar as mudanças que almejavam, por meio da representação direta ou indireta na arena política. Marcha que foi abruptamente interrompida pelos golpes de Estado, que implementaram duas das mais duradouras e violentas ditaduras latino-americanas, cujas lideranças militares subverteram a disciplina e a hierarquia – uma vez que concorreram para a queda de seus comandantes-em-chefe, os presidentes João Goulart, no Brasil, e Salvador Allende, no Chile.

Desse modo, entendemos que se confirmam as duas principais hipóteses desta Tese no sentido de que, foi a partir de demandas sociais preexistentes entre esses marinheiros, fundamentadas em processos históricos que transcendem os limites nacionais entre Brasil e Chile, que as tensões existentes internamente às Marinhas de ambos os países se acentuaram nos contextos históricos em tela, marcados por intensas mobilizações das camadas populares e significativa efervescência e polarização políticas. Compondo um cenário favorável para que aqueles militares conduzissem suas lutas para a seara política. E ainda, que no transcurso do processo histórico sobre o qual nos debruçamos desde o primeiro capítulo, os marinheiros estiveram propensos a experienciar processos de identificação que, no curso das relações sociais por eles estabelecidas e em contextos política e socialmente tensionados, culminariam no que entendemos como uma “consciência de classe”. O que somente ocorre em razão das singularidades da atividade marinheira na contemporaneidade, mais afeta às atividades relacionadas ao universo do trabalhador civil que às armas e à atividade propriamente militar, para além de fronteiras das nacionalidades.

No que se refere à terceira hipótese, esta mais além do que apresentamos como centro de nossa análise, não nos foi possível aprofundar o estudo,

privilegiando a perspectiva comparada, acerca da maneira como foram encaradas pelas forças golpistas as mobilizações de marinheiros no Brasil (1964) e no Chile (1973) e o modo como se desenvolveu a repressão sobre eles. Contudo, a partir do contexto que apresentamos no penúltimo capítulo, onde procuramos detalhar o quadro de Guerra Fria e decorrentes vinculações político-militares e econômicas de caráter supranacional entabuladas no continente americano sob a égide de ideologias como as de Segurança Nacional e de Contrainurgência, tentamos apresentar, sobretudo a partir das fontes de memória e imprensa, as linhas gerais do que entendemos como o modo sistemático como essas mobilizações foram acreditadas como reais ameaças às Forças Armadas e às suas sociedades. Em razão do que se afirmava ser uma “infiltração comunista” ou “comunização” das fileiras navais, a partir dos militares menos graduados. Justificativa que se mostrou providencial para aqueles que procuravam relativizar o aspecto hierárquico-disciplinar das Forças Armadas, somente no que afetava ao comando militar, em relação aos seus comandantes-em-chefe, os presidentes Goulart e Allende. Apontam para esse entendimento o modo como esse processo se desenvolveu, com base em uma forte campanha de desinformação e deslegitimação junto às sociedades, além de alguns padrões no processo repressivo.

Destarte, não por acaso conferimos maior destaque às questões sociais afetadas aos marinheiros e ao processo de identificação por eles experienciado, tanto em suas instituições quanto fora delas, pois compreendemos que são nessas questões e, portanto, na histórica luta de classes, que se deitam as raízes desses levantes.

Entendemos ainda, que os desdobramentos das mobilizações dos marinheiros constituem parte integrante de um processo histórico e estrutural de construção da identidade deste segmento social que buscou, por meio da organização coletiva e da mobilização política, os meios necessários para transformar suas realidades.

Desse modo, cabe ressaltar o caráter pioneiro do presente estudo, que procurou contribuir para a compreensão das motivações que levaram marinheiros brasileiros e chilenos a se mobilizarem no sentido de levar a luta social para a arena

política. Aprofundando o debate acerca das semelhanças e distinções entre ambos os movimentos, bem como, sobre aspectos que transcendem os limites da nacionalidade, há muito apresentados à historiografia.

Por fim, sem a pretensão de esgotar o assunto, desejamos ter colaborado para uma melhor compreensão das trajetórias dos movimentos desses marinheiros e fuzileiros navais enquanto sujeitos históricos. Na esperança de suscitar novas questões que estimulem outros estudos que venham iluminar cada vez mais esse período ainda tão cinzento da história latino-americana. Especialmente em perspectivas que favoreçam a percepção de pontos de contato e afastamento entre os fatos e contextos históricos. Contribuindo para um debate mais amplo sobre um passado ainda muito presente nas histórias de Brasil e Chile. Fundamental aos que procuram compreender a história militar-naval a partir da perspectiva oferecida pela análise das relações sociais, para além dos “grandes heróis e suas batalhas”.

FONTES

Livros de memória:

CAPITANI, Avelino Biden. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

GONZÁLEZ, Ernesto. *El parto de los montes o la sublevación de la marinería*. Santiago: 1932.

MAGASICH A., Jorge. **Testimonios de Militares Antigolpistas**. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019.

RAMÍREZ, Mariano. **Memoria colectiva de los marinos anti golpistas**. *Escuela de Ingeniería de la Armada de Chile, 1973. Proceso 3941*. Tomé: Editorial Al Aire Libro, 2010.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Um Oficial da Armada. **Política versus Marinha**. Paris: Imprimerie Française-Étrangère J. Nachimovitch, s/d.

VIEGAS, Pedro. **Trajetória Rebelde**. São Paulo: Cortez, 2004.

Entrevistas:

COSTA, Paulo Fernando Santos da. Integrante da AMFNB. Entrevista 1 realizada pelo autor e Edgar Ávila Gandra, na residência do entrevistado, na cidade de Rio Grande-RS, em 2 de novembro de 2013. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

COSTA, Paulo Fernando Santos da. Integrante da AMFNB. Entrevista 2 realizada pelo autor e Edgar Ávila Gandra, na residência do entrevistado, na cidade de Rio Grande-RS, em 27 de março de 2014. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

FELISBERTO, João Cândido. Entrevista realizada por Hélio Silva, em 29 de março de 1968. Acervo Museu da Imagem e do Som.

ALENCAR, Itagildo*. Integrante da AMFNB, esteve presente à assembleia realizada no dia 25 de março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Entrevista realizada pelo autor e Edgar Ávila Gandra, na cidade de Pelotas-RS, nas dependências da Universidade Federal de Pelotas, em 21 de novembro de 2013. (*) Pseudônimo utilizado nesta pesquisa, atendendo à exigência de anonimato perpétuo do entrevistado. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

ONOFRE, João*. Entrevista realizada pelo autor, na residência do entrevistado, na cidade de Pelotas-RS, em 13 de março de 2014. (*) Pseudônimo utilizado nesta pesquisa, atendendo à exigência de anonimato perpétuo do entrevistado. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

RIBEIRO, José Alípio. Integrante da AMFNB. Entrevista realizada por Ricardo Santos da Silva, na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de março de 2011. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

SANTOS, Antônio Duarte dos. Integrante da AMFNB. Relato concedido a Flavio Luís Rodrigues, intitulado “O mar contra os mariscos”. Ver: RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SILVA, Dílson da. Apoiador da AMFNB, integrava o grupo de marinheiros que tentou deixar o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, no dia 27 de março de 1964, em direção ao Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Entrevista realizada por Anderson da Silva Almeida, nas dependências da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia – UMNA, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em 6 de novembro de 2008. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

Chile

AYALA, Luis – Marinheiro-Primeiro servindo no cruzador *Latorre*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na residência do entrevistado, em 28 de outubro de 2000. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.191-214.

BARROILHET, Patricio – Marinheiro desertor, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na residência de Antônio Ruiz, em 5 de janeiro de 2002. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.215-243.

CÁRDENAS, Juan – Sargento-Segundo servindo no contratorpedeiro *Blanco Encalada*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na residência do entrevistado, em 16 e 17 de novembro de 2002. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.275-334.

CÁRDENAS, Juan – In: GONZÁLEZ, Mónica. ¡Subversión en la Armada! Historia del proceso que condenó a 57 marineros por sedición frustrada en la Armada. In:

Revista *Análisis*. Año XI, n.242, ago./sep.p.34-37, 1988. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-124108.html> Acesso em: 2 de julho de 2022.

CARVAJAL, Oscar – Marinheiro-Primeiro servindo no contratorpedeiro *Cochrane*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na residência do entrevistado, em 17 de fevereiro de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.335-390.

HERRERA, Carlos García – Marinheiro-Primeiro servindo no cruzador *Pratt*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, em sua própria residência, em 10 de agosto de 2002. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.467-490.

HIRIART, Gerardo – Capitão de Corveta concluindo doutorado na Califórnia (EUA), em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, via telefone, em 4 de abril de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.891-914.

CASTRO, Pedro Blaset – Cabo-Segundo servindo no cruzador *Latorre*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, em um café na cidade de Santiago-Chile, em 3 de janeiro de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.245-274.

CASTRO, Pedro Blaset – Entrevista realizada pelo autor, em um café na cidade de Santiago, em 12 de novembro de 2019. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

GAJARDO, Julio - Cabo-Segundo servindo na Base Aeronaval de Belloto, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, via telefone, em 9 de abril de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.11-42.

GONZÁLEZ, Miguel – Cabo servindo na *Escuela de Ingeniería*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na casa do entrevistado, em 22 de julho de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.73-104.

IBARRA, Sebastián – Cabo-Segundo servindo no cruzador *Latorre*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, em sua própria residência, em 12 de

março de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigoipistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.509-540.

JARA, José - Cabo-Segundo servindo nas *Escuelas de Especialidades*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na residência do entrevistado, em 28 de abril de 2002. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigoipistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.105-140.

JORQUERA, Luis – Cabo servindo na Base Aeronaval de Belloto, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, em um café na região de Limache – Chile, em 8 de julho de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigoipistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.43-70.

JORQUERA, Luis – Cabo servindo na Base Aeronaval de Belloto, em 1973. Entrevista realizada pelo autor, na residência de Mariano Ramirez, em 13 de novembro de 2019. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

LÓPEZ, Víctor – Marinheiro-Primeiro servindo no cruzador Pratt, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, no trabalho do entrevistado, em 2 de janeiro de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigoipistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.591-626.

RAMIREZ, Mariano – Cabo-Primeiro servindo nas *Escuelas de Especialidades*, em 1973. Entrevista realizada pelo autor, na residência do próprio entrevistado, em 13 de novembro de 2019. Cópia do áudio disponibilizado ao Laboratório de História Oral da PUCRS.

SALAZAR, Jaime. Marinheiro-Primeiro servindo no cruzador *Latorre*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, via telefone, em 12 de abril de 2003. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigoipistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.673-710.

RAMIREZ, Mariano – Cabo-Primeiro servindo nas *Escuelas de Especialidades*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na residência do entrevistado, em 28 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2002. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigoipistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.141-174.

RUIZ, Antônio – Cabo-Segundo servindo no cruzador *Pratt*, em 1973. Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, na residência d entrevistado, em 18 de julho de 2001. Transcrição publicada em: MAGASICH A., Jorge. *Testimonios de Militares Antigolpistas*. Fuentes para la Historia de la República, Vol. XLVIII, Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019, p.653-672.

Questionários:

HERRERA, Carlos García – Marinheiro-Primeiro em 1973 servindo no cruzador *Pratt*, em 1973. Questionário respondido ao autor e encaminhado por e-mail em 12 de outubro de 2020.

RAMIREZ, Mariano – Cabo-Primeiro servindo nas *Escuelas de Especialidades*, em 1973. Questionário respondido ao autor e encaminhado por e-mail em 12 de outubro de 2020.

SALAZAR, Jaime – Marinheiro-Primeiro em 1973 servindo no cruzador *Latorre*, em 1973. Questionário respondido ao autor e encaminhado por e-mail em 17 de outubro de 2020.

Legislações:

Brasil

BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil – 1824. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf Acesso em: 23 de março de 2022.

BRASIL, Código Criminal do Império do Brasil – 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em: 23 de março de 2022.

BRASIL, Lei nº 4, de 10 de junho de 1835. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL, Decreto nº 1.067-A, de 24 de novembro de 1852. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1067-a-24-novembro-1852-559461-publicacaooriginal-81686-pe.html> Acesso em: 26 de março de 2022.

BRASIL, Decreto nº 8.898, de 3 de março de 1883. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8898-3-marco-1883-544315-publicacaooriginal-55377-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL, Lei nº 3.310, de 15 de outubro de 1886. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm#art1 Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL, Decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3-16-novembro-1889-524482-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL. Decreto nº 328, de 12 de abril de 1890.

BRASIL, Decreto nº 509, de 21 de junho de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-509-21-junho-1890-541890-publicacaooriginal-48444-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL, Decreto nº 673, de 21 de agosto de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-673-21-agosto-1890-552097-publicacaooriginal-69100-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL, Decreto nº 949, de 5 de novembro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-949-5-novembro-1890-553428-publicacaooriginal-71316-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.036 de 4 de julho de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2036-4-julho-1895-519634-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6582-1-agosto-1907-514091-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 de junho de 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.752 de 24 de outubro de 1907. Fixa a Força Naval para o exercício de 1908. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1752-24-outubro-1907-582366-publicacaooriginal-105164-pl.html> Acesso em: 23 de junho de 2022.

BRASIL, Decreto nº 7.035, de 16 de julho de 1908. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/173969-reorganiza-o-corpo-de-infanteria-de-marinha.html> Acesso em: 26 de março de 2022.

BRASIL, Decreto nº 7.124, de 24 de setembro de 1908. Regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7124-24-setembro-1908-501692-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.112, de 5 de outubro de 1909. Fixa a força naval para o exercício de 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-2112-5-outubro-1909-580700-publicacaooriginal-103555-pl.html>
Acesso em: 23 de junho de 2022.

BRASIL, Decreto nº 2.280 de 25 de novembro de 1910. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl2280-1910.htm
Acesso em: 23 de março de 2022.

BRASIL, Decreto nº 8.400 de 28 de novembro de 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8400-28-novembro-1910-519237-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.336 de 28 de dezembro de 1910. Fixa a Força Naval para o ano de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2336-28-dezembro-1910-586710-publicacaooriginal-110363-pl.html>
Acesso em: 23 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.530-A de 30 de dezembro de 1911.

BRASIL. Decreto nº 2.844 de 7 de janeiro de 1914.

BRASIL. Decreto nº 4.531 de 28 de janeiro de 1922. Fixa a Força Naval para o ano de 1922. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4531-28-janeiro-1922-567784-publicacaooriginal-91142-pl.html>
Acesso em: 23 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto Nº. 22.070, de 10 de novembro de 1932. Aprova o Regulamento do Conselho do Almirantado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22070-10-novembro-1932-498278-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.554 de 5 de janeiro de 1939, que dava novo regulamento para as escolas de aprendizes-marinheiros, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3554-5-janeiro-1939-348572-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 15 de junho de 2022

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941, criou o Ministério da Aeronáutica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 09 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10358-31-agosto-1942-467907-norma-pe.html> Acesso em: 16 de junho de 1942.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 27.956 de 4 de abril de 1950. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-27956-4-abril-1950-324098-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28880-20-novembro-1950-331832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº. 34.868, de 31 de dezembro de 1953 – Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil, Diário Oficial da União de 01 de janeiro de 1954, Coleção Leis do Brasil vol. 04 ano 1954 p. 573-703 figuras.

BRASIL. Decreto nº 38.010, de 5 de outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 de junho 2022.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm Acesso em: 03 de março de 2022.

BRASIL. Portaria Normativa nº 660, do Ministério da Defesa, de 19 de maio de 2019. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/660a_2009.pdf Acesso em: 27/02/2022

Chile:

CHILE. Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1017601> Acesso em: 22 de junho de 2022.

CHILE. Decreto com Força de Lei nº 1, de 6 de agosto de 1968 – *Estatuto del Personal de las Fuerzas Armadas*.

CHILE. Decreto nº 204, de 28 de maio de 1969. Aprovou o Regulamento Complementar do Decreto com Força de Lei nº 1, de 6 de agosto de 1968 – *Estatuto del Personal de las Fuerzas Armadas*. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=144684>
Acesso em: 26 de junho de 2022.

CHILE. Decreto Supremo nº 387, de 13 de maio de 1970 – *Ordenaza de la Armada*.

CHILE. Lei nº 8.109, de 11 de abril de 1945. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1045158> Acesso em: 16 de junho de 2022.

Portugal:

PORTUGAL, Decreto-lei nº 26.995 – Diário do Governo, Série I nº214 de 11 de setembro de 1936.

Relatórios e documentos oficiais

Brasil:

BRASIL. Relatório Anual do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha – 1862.

Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=58&s=0&cv=1&r=0&xywh=-171%2C817%2C2229%2C1573> Acesso em: 10 de abril de 2020.

BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil**. Quarto Fascículo, 1 a 30 de abril de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao1.html> Acesso em: 22 de março de 2022.

BRASIL. Relatório Anual do Ministro da Marinha – 1902.

Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=100&s=0&cv=7&r=0&xywh=-1404%2C-170%2C4791%2C3380> Acesso em: 18 de março de 2021.

BRASIL. Relatório Anual do Ministro da Marinha – 1915. – Arquivo da Marinha

BRASIL. Relatório Anual do Ministro da Marinha – 1937-1939. – Arquivo da Marinha.

BRASIL. Relatório Anual do Ministro da Marinha – 1959 – Arquivo da Marinha.

BRASIL. Exposição de Motivos do ministro da Marinha, nº 0190, de 16 de novembro de 1964. Fundo Ministro da Marinha Almirante Ernesto de Mello Baptista - Arquivo da Marinha

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Instruções Provisórias 31-15 – **O pequeno escalão nas operações contraguerrilhas**. 1ªed. Estado-Maior do Exército, 1969.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. V.1, 2 e 3, Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> Acesso em: 26 de abril de 2022.

MARINHA DO BRASIL, **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Estado-Maior da Armada. Brasília: 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html Acesso em: 25 de setembro de 2022.

Chile:

CHILE. **Informe de La Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**, v.1 tomo I e II e v.2 tomo III, Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación: 1996 – Disponível em: <https://pdh.minjusticia.gob.cl/wp-content/uploads/2015/12/tomo1.pdf> Acesso em: 2 de julho de 2022.

UNIDAD POPULAR. **Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular**. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-7738.html> Acesso em: 29 de junho de 2022.

Outros:

Ata final da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz – Cidade do México, 21 de fevereiro a 8 de março de 1945. Disponível em: <https://www.dipublico.org/conferencias-diplomaticas-naciones-unidas/conferencias-inter-americanas/conf-inter-amer-1945-1954/conferencia-interamericana-sobre-problemas-de-la-guerra-y-de-la-paz-ciudad-de-mexico-21-de-febrero-al-8-de-marzo-de-1945/> Acesso em: 08 de junho de 2022.

Tratado de Interamericano de Assistência Recíproca. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/spanish/Tratados/b-29.html> Acesso em: 16 de junho de 2022.

Carta da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch1 Acesso em: 08 de junho de 2022.

ImprensaBrasil

O Paiz - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Tribuna da Imprensa – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal do Brasil – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio da Manhã – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário de Notícias – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Careta – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Malho – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Última Hora-RJ – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Globo – Acervo digital do Jornal O Globo

Revista da Semana – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Tribuna do Mar – (VIEGAS, 2004) e (RODRIGUES, 2004)

Chile

El Mercurio de Valparaíso – Biblioteca Nacional de Chile

Chile Hoy – Acervo digital do Partido Socialista do Chile

Unidad Proletária – Biblioteca Nacional de Chile

Outras fontes primárias

Carta apócrifa, datada de 5 de setembro de 1948, que teria sido enviada ao Comandante Luiz Autran de Alencastro Graça e atribuída ao marinheiro de primeira-classe Francisco Dias Martins, uma das principais lideranças do levante de 1910. – Arquivo da Marinha do Brasil

Bases de dados consultadas

Repositório Institucional da Marinha do Brasil – <https://www.marinha.mil.br/dphdm/producao-cientifica-mb#:~:text=O%20Reposit%C3%B3rio%20Institucional%20da%20Produ%C3%A7%C3%A3o,OM%20do%20Sistema%20de%20Ensino>

Projeto Brasil Nunca Mais Digital / BNMDigit@I – <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Center for Research Libraries-Global Resources Network / Ministerial Reports (1821-1960): Marinha – <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital / BN - <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Centro de Estudios Miguel Enriquez / Archivo Chile – <https://www.archivochile.com/>
Biblioteca Nacional de Chile – <https://www.bcn.cl>

Memoria Chilena – *Biblioteca Nacional de Chile* - <https://www.memoriachilena.gob.cl>

Sites

Brasil:

Diretoria de Abastecimento da Marinha - <https://www.marinha.mil.br/dabm/rumb>

Casa do Marinheiro – <https://www.marinha.mil.br/cmnm/institucional>

Câmara dos Deputados – <https://www2.camara.leg.br>

Escola Superior de Guerra - <https://www.gov.br/esg/pt-br>

Chile:

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile – <https://www.bcn.cl/portal>

Biblioteca Nacional Digital de Chile – <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl>

Partido Socialista de Chile - <http://www.socialismo-chileno.org/PS/>

Academia Nacional de Estudios Políticos e Estratégicos – <https://www.anepe.cl>

Portugal:

Partido Comunista Português - <https://www.pcp.pt/homenagem-manuel-queses>

EUA:

National Archives - <https://www.archives.gov>

Office of the Historian - <https://history.state.gov>

The American Presidency Project - <https://www.presidency.ucsb.edu>

Outros:

Dipublico.org *Derecho Internacional* – <https://www.dipublico.org>

Organização dos Estados Americanos – <https://www.oas.org>

Organização do Tratado do Atlântico Norte - <https://www.nato.int>

Imagens

U.S. Naval History and Heritage Command. - <https://www.history.navy.mil/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nhnc-series/nh-series/NH-84000/NH-84831-A.html>

Library of Congress - <https://www.loc.gov/pictures/item/91730192/>

Armada de Chile - <https://www.armada.cl/tradicion-e-historia/unidades-historicas//acorazado-almirante-latorre-1>.

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha -
<https://www.marinha.mil.br/dphdm>

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo da Marinha do Brasil
 Biblioteca da Marinha do Brasil
 Biblioteca Nacional
Biblioteca Nacional de Chile

Literatura

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. 2.ed. Rio de Janeiro: A. de Azevedo & Costa Editores, 1917.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1922.

CAMINHA, Adolfo. **O bom crioulo**. LL Library, 2013.

ROMERO, Sílvio. **O Brasil Social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALENCASTRO GRAÇA, Luiz Autran. A Marinha, essa desconhecida. In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, ano LXVIII, p.1029-1045, abr/mai/jun, 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=008567&pagfis=77746>
 Acesso em: 14 de março de 2022.

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910, **Antíteses**, Londrina, vol. 3, nº esp., p. 90-114, dez. 2010

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo** – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

ALMEIDA, Anderson. Militância, exílio e anistia. Travessias de um marinheiro e as tormentas de um “passado” que não passa (1964-2009...). *In*: CASTRO, Robert Wagner Porto da S. e NASCIMENTO, Moacir Silva do. **Marinheiros e cidadania no Brasil, contribuições para uma história social militar-naval**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

ALMEIDA, Anderson. **...como se fosse um deles**: Almirante Aragão. Memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia. Niterói: EdUFF, 2017.

AMARAL, Misael Henrique Silva do. O desenvolvimento da Marinha brasileira e a relações militares entre Brasil e EUA a partir da Missão Naval Americana de 1922. **Dia-logos**. Rio de Janeiro. v.10, n.2, p.52-61, 2016.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: EDUEL, 2012.

ARANEDA, Danny Monsálvez. Agosto 1973: proa al golpe em la Armada. Los marineros anti golpe. **Tiempo y Espacio**. Chillán: Universidad del Bío-Bío, n.14, p.203-232, 2004.

AVRICH, Paul. **Kronstadt 1921**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

BARATA, Antão Álvares. Revolta dos Marinheiros em 1910. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, ano LXXXII, p.103-117, abr/mai/jun, 1962.

BARATA, Antão Álvares. Revolta dos Marinheiros em 1910. **Revista do Clube Naval**. Rio de Janeiro: ano 120, n.361, p.10-16, jan/fev/mar, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROS VAN BUREN, Mario. La actividad naval durante la Guerra Civil Española. *In*: **Revista de Marina**. Valparaíso: n.1, p.8-17, ene/feb, 1996. Disponível em: <https://revistamarina.cl/revistas/1996/1/mbarrosvb.pdf> Acesso em: 11 de abril de 2022.

BERKMAN, Alexander e GOLDMAN, Emma. **Kronstadt**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2011.

BITTENCOURT, Armando de Senna. A Guerra da Tríplice Aliança. *In*: **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018, p.154-177.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. *In*: BLOCH, Marc. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.

- BOMILCAR, Álvaro. **O preconceito de raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 1916.
- BORDA, João Faria. **A Revolta dos Marinheiros**. Col. Episódios da resistência anti-fascista, Lisboa: Edições Sociais, 1974.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**. São Paulo, v.30, n.62, p.261-294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422> Acesso em: 7 de junho de 2022.
- BROUÉ, Pierre. **Révolution em Allemagne (1917-1923)**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.
- BROUÉ, Pierre. **La Révolution Espagnole (1931-1939)**. Paris: Flammarion, 1973.
- BROUÉ, Pierre. **The German Revolution (1917-1923)**. Leiden / Boston: Brill, 2005.
- BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2ªed. São Paulo: FTD, 2007.
- CABEZON C. Eduardo. La educación en la Armada. **Revista de Marina**. Marina de Chile, ano LXXXIV, v.85, n.666, p.625-651, set./out., 1968. Disponível em: <https://revistamarina.cl/revista/666> Acesso em: 28 de junho de 2022.
- CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. Instituições e Classes Sociais. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, 2.vol. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 2.ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar. Um antropólogo na caserna**. 3ªed., Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. A participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *In*: ABREU, Guilherme Mattos de (Org.). **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva. **Na esteira da memória**. A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964) Dissertação (Mestrado História) Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, 2016.

CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva e GANDRA, Edgar Ávila. *Canopus nos mares do Sul*. O “navio branco” em águas rio-grandinas: repressão na cidade de Rio Grande-RS no contexto do golpe civil-militar de 1964. **História e Culturas**. Fortaleza, vol.V, nº.10, jul./dez., 2017.

CASTRO, Robert Wagner Porto da S. e NASCIMENTO, Moacir Silva do. **Marinheiros e cidadania no Brasil, contribuições para uma história social militar-naval**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva. Questão de “hierarquia e disciplina”? Considerações sobre o “fator marinheiro” no golpe de 1964. *In*: FREITAS, Isadora Dutra e SILVA, Leonardo Fetter da (Orgs.). **A ditadura civil-militar perante a História, pesquisas em perspectiva**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERVERA, Pery José. **La guerra naval española (1936-1939)**. Madrid: Editora San Martín, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Convite á Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
_____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. O Poder Militar na América Latina. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORBALÁN, Carlos Tromben. **La Armada de Chile, una historia de dos siglos**. Tomo II, Santiago: RIL Ediciones, 2019.

CORBALÁN, Carlos Tromben. **The Chilean Naval Mutiny of 1931**. Tese (Doutorado), University of Exeter, Exeter, 2010.

CUNHA, H. Pereira da. A Revolta na Esquadra Brasileira em 1910. *In*: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, ano LXIX, p.406-413, out/nov/dez, 1949. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=008567&pagfis=140368>
Acesso em: 14 de março de 2022.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Jorge Antônio. **O processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial**. 2017. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2017 e SANTOS.

DÍAZ, Francisco Javier. **Guerra Civil de 1891**. Santiago: Imprenta Sud América, 1942.

DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**. Ação política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III O Brasil republicano, v.11 Economia e cultura (1930-1964), 4ªed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. **1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

FUENZALIDA BADE, Rodrigo. **La Armada de Chile. Desde la alborada al sesquicentenario**. Tomo IV, Valparaíso: Imprenta Carroza, 1988.

GARAY VERA, Cristián. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile y Brasil (1891-1923). **Historia Crítica**, nº 48, Bogotá: set./dez. 2012, pp.39-57.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.5. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

GUTTRIDGE, Leonard F. **Mutiny. A History of Naval Insurrection**. New York: Berkley Books, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOBSBAWN, **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOUGH, Richard. **The Potemkin Mutiny**. London: Lume Books, 2019.

HOUGH, Richard. **Dreadnought. A History of the Modern Battleship**. London: Lume Books, 2019.

JUNGSTEDT, Alceu Oliveira Castro. Da vela ao carvão; da madeira ao aço: a tecnologia naval se transforma. *In*: ABREU, Guilherme Mattos de. **Marinha do Brasil: Uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018, p.178-191

JUSTO, Liborio. La sublevación de la Escuadra. **Punto Final**. Santiago: Prensa Latinoamericana, n.140, suplemento, p.1-16, 28 de setembro, 1971.

KOCKA J. Comparison and Beyond. **History and Theory**. n.42, fev. 2003.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. *In*: FAUSTO, Bóris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, 2.vol. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 2.ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978.

LEAL, Guillermo Toledo. Continuidad historica y organica de la Infantería de Marina en la Armada de Chile. **Revista de Marina**. Marina de Chile, ano CXV, v.116, n.853, p.522-543, nov./dez., 1999. Disponível em: <https://revistamarina.cl/revista/853>
Acesso em: 22 de junho de 2022.

LENIN, V.I. Una gran iniciativa. *In*: **Obras escogidas**. Moscou: Progreso, s.d. Lições de filosofia marxista-leninista. Metodologia. Moscou: Edições Progreso, 1984, (1ªed. 1975).

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã (1918-1923)**. São Paulo: Unesp Digital, 2020.

LYRA, Márcio. **Tradições do Mar – Usos, Costumes e Linguagem**. 7ª Edição, Brasília: Serviço de Relações Públicas da Marinha, 1999. Disponível em <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/0000089a.pdf> Acesso em: 1 de março de 2022.

MAGASICH A., Jorge Magasich. **Ceux qui ont dit “Non”**. Histoire du mouvement des marins chiliens opposés au coup d’État de 1973. Tese (Doutorado em História), Université Libre de Bruxelles-Bélgica, 2008.

MAGASICH A., Jorge. **Los que dijeron “No”**. Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973. Vol.I e II, Santiago: LOM Ediciones, 2008.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea Power upon History 1660-1783**, Dodo Press, 1890.

MAHAN, Alfred Thayer. **Naval Administration and Warfare – Some General Principles**. London, 1908.

MAIA, João do Prado. **DNOG, uma página esquecida da história da marinha brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 1961.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v.12 n.3, p.1-15, 2018. DOI: 10.21057/10.21057/repamv12n3.2018.31528 Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/20985/19316/36652> Acesso em: 29 de junho de 2022.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

MARTINS, Hélio Leôncio e COZZA, Dino Willy. Poderes combatentes. In: CAMINHA, Herick Marques *et al.* **História Naval Brasileira**. Quinto Volume, Tomo I B, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta dos Marinheiros 1910**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010.

MARTY, André. **La Révolte de la mer Noire**. Paris: Temps de Cerises, 1999.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**. Órgão da Faculdade DCE Serviço Social da Universidade Estadual do RJ, nº20, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MEDINA, João (Dir.). **História de Portugal: O Estado Novo**. Vol. XII. Barcelona: Clube Internacional do Livro, 1998.

MENDES, Ricardo A.S. 40 anos do 11 de setembro: O golpe militar no Chile. **Revista Estudos Políticos**. n.7, 2013/2, p.172-190, 2013.

MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. A Marinha Imperial – 1870 a 1889. *In*: MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. **História Naval Brasileira**. 4ºVol. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Brasília: Editora UnB / Editora Revan, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos**. A derrubada de Allende 1970-1973. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTEIRO, Nuno Sardinha. **Mahan: 7 virtudes e 7 pecados**. Col. Cadernos Navais. n.45, abr./jun., Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica / Edições Culturais da Marinha, 2013.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 6ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

MORGAN, Zachary. **Legacy of the lash: race & corporal punishment in the Brazilian Navy (1860-1910)**. Providence (EUA), Brown University, PhD, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania. *In*: MUGGE, Michéias H. e COMISSOLI (Orgs.), Adriano. **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

OLIVEIRA, Gisela Santos de. **A Revolta dos Marinheiros de 1936**. Venda Nova: Comissão de Homenagem à Revolta dos Marinheiros de 1936, 2009.

PAREDES, Sandrino Vergara. **El Combate de Talcahuano. 5 de septiembre de 1931**. Santiago: Academia de Historia Militar de Chile, 2018. Disponível em: <http://www.academiahistoriamilitar.cl/academia/wp-content/uploads/2018/06/Combate-Talcahuano-Sandrino-Vergara.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2022.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PASAMAR, Luis. El padre Gapón y el “Domingo Rojo”. **Tiempo de Historia**. Ano IV, n.47, out.1978, p. 100-107. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/29164> Acesso em: 1 de março de 2022.

PETRITCHENKO, Stepan. A verdade sobre Kronstadt. *In*: BERKMAN, Alexander e GOLDMAN, Emma. **Kronstadt**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2011.

PINTO, Raúl Burgos. Aproximaciones a la construcción del anticomunismo em la derecha política conservadora en Chile, 1941-1948. **Estudios Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v.40, n.2, p.258-276, jul.-dez., 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/18280/12643> Acesso em: 28 de junho de 2022.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, 2012, pp. 64-84.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968). *In*: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

RABELO, Maria Aurora de Meireles. O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. **História & Perspectivas**. Uberlândia, v.6, jan./jun. 1992, p.67-88.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Marinheiros contra a ditadura brasileira. AMFNB, prisão, guerrilha – Nacionalismo e revolução?** Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017.

S. RODRIGUEZ, Juan Agustin. **Chile en el Canal Beagle y Mares Australes, Tratado de Paz entre Chile y Argentina.** 3ª Edição, Santiago: Gráfica Progresión, 1985.

Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0037443.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

SAAVEDRA, José Toribio Merino. **Memorias del último Director General de la Armada antes de la Dictadura.** Santiago: Dirección General de Prisiones, 1932.

SAMET, Henrique. **A Revolta do Batalhão Naval.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SAMET, Henrique. **Construção de um padrão de controle e representação na Polícia Civil do Distrito Federal por meio do Corpo de Investigação e Segurança Pública (1907-1920).** Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SANTANA DE ARAÚJO, Johny. “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917 – 1918. **História: Debates e Tendências.** Passo Fundo, v.14, n.2, jul/dez, 2014.

SANTOS. Wagner Luiz Bueno dos. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial.** 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

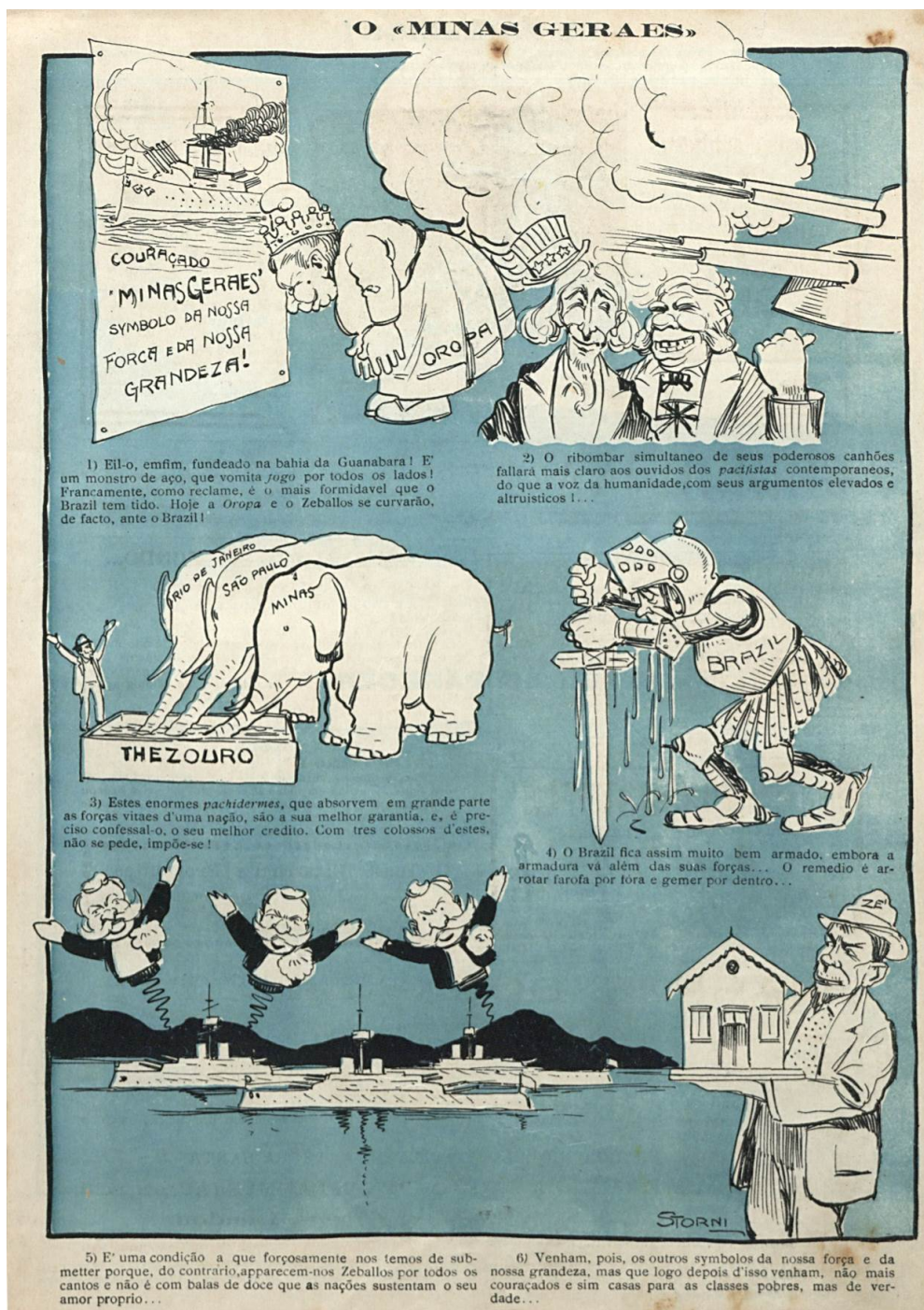
SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. A Companhia de Aprendizes-Marinheiros: o recrutamento da infância para a marinha imperial. In: CASTRO, Robert Wagner Porto da S. e NASCIMENTO, Moacir Silva do. **Marinheiros e cidadania no Brasil, contribuições para uma história social militar-naval.** Curitiba: Editora CRV, 2020.

SHERRY, Dave. The Invergordon Mutiny. In: **Socialist Review**, ed.244, 2000. Disponível em: <http://pubs.socialistreviewindex.org.uk/sr244/sherry.htm> Acesso em: 01 de maio de 2022.

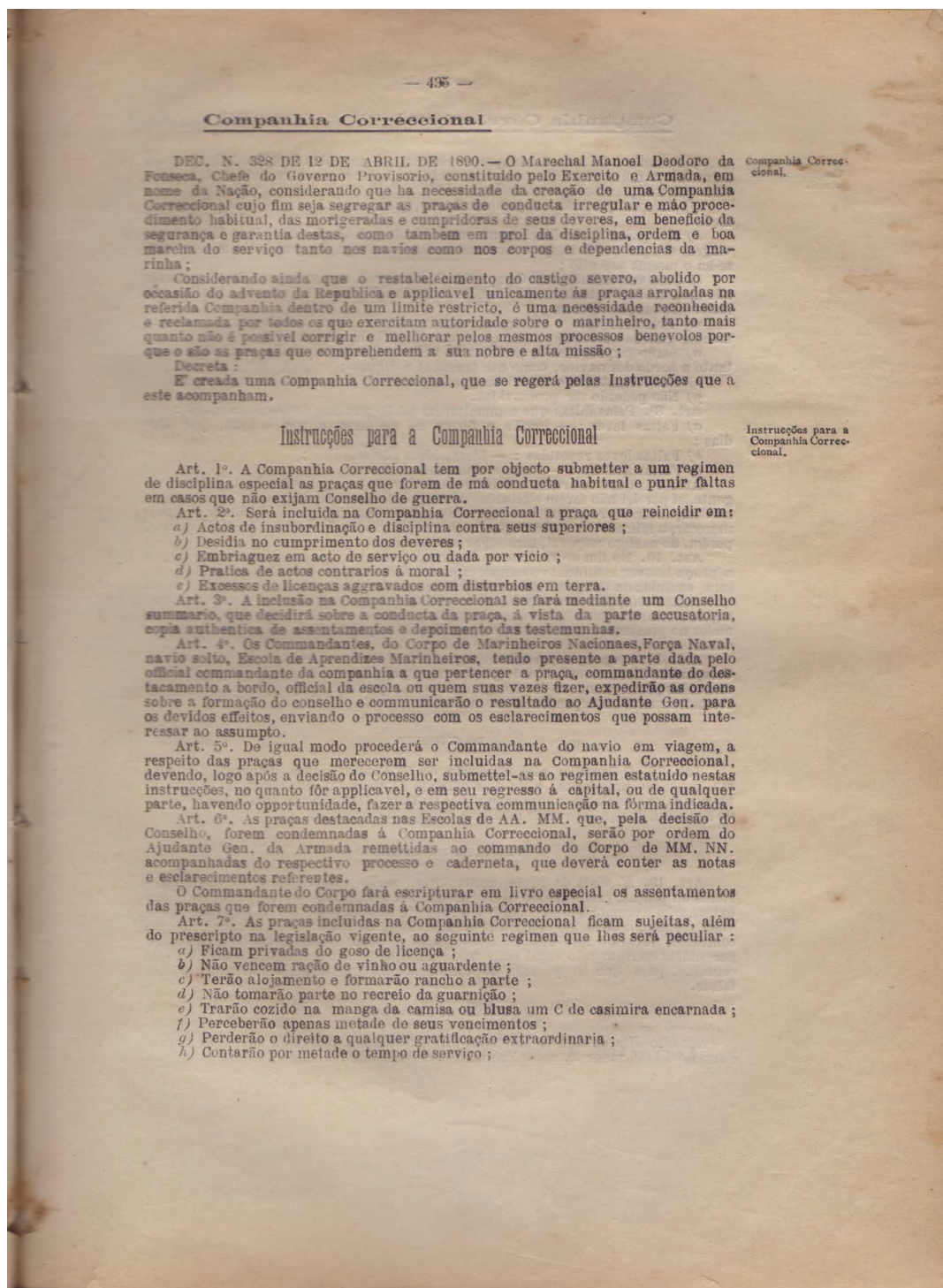
SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálysis**, Florianópolis, v.12, n.1, jan/jun, 2009, p.41-49.

- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- TAPIA, Cristian Gutiérrez. **La contrasubversión como política**. La doctrina de guerra revolucionaria francesa y su impacto en las FF.AA. de Chile y Argentina. Santiago: LOM Ediciones, 2018.
- THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1984.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. v.1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 1ªed. Campinas: Unicamp, 2001.
- URRUTIA, Carlos López. **Historia de la Marina de Chile**. Santiago: El Cípris Editores, 2007.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. *In*: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, out./nov./dez., 2000, p.131-197.
- VIDIGAL, Armando; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Orgs.). **Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a História**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- WINN, Peter. **La revolución chilena**. Santiago: LOM Ediciones, 2013.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ZEGERS, Julio. **La paz Chileno – Argentina**. Santiago: Imprenta Cervates, 1902. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:85748> Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

ANEXO A



ANEXO B



Decreto nº328, de 12 de abril de 1890

Fonte: ARQMAR

ANEXO B

- 436 -

Companhia CorreccionalInstrucções para a
Companhia Correccional.

i) Durante o dia estarão sempre no convez, sob as vistas do Official de quarto, e durante a noite ficarão sob a vigilancia do Inferior de serviço, e guardadas a vista por um plantão ou sentinella ;

j) Sempre que não estejam em fainas, permanecerão segregadas da guarda ;

k) Nos portos farão diariamente exercicio de pelotão durante duas horas ; em viagem sempre que o tempo e circumstancias da navegação permittirem observar-se-ha o mesmo preceito ;

l) Uma vez incluídas na Companhia Correccional, se por espaço de tres mezes não modificarem notoriamente a condusta serão rebaixadas á grumete aquellas que maior graduação tiverem ;

m) Prestarão todo o serviço em concurrencia com as demais praças, excepto montar guarda ou desempenhar cargo que importe confiança ;

n) Serão empregadas de preferencia nos serviços mais pesados e nos de asseio, tanto a bordo dos navios, como nos arsenaes e diques ;

o) Nas formaturas e exercicios geraes formarão uma esquadra a parte ;

p) Não poderão ser promovidas.

Art. 8º. Pelas faltas que commetterem serão punidas do seguinte modo :

a) Faltas leves : — Prisão a ferros na solitaria á pão e agua, por tres dias ;

b) Faltas leves repetidas : — Idem, idem por seis dias ;

c) Faltas graves : — Vinte e cinco chibatadas.

Art. 9º. Para os crimes e delictos, em que seja applicavel a legislação vigente, si por lei não forem excluídas do Corpo, uma vez sentenciadas, continuarão na Companhia Correccional com aggravamento do castigo, que será, sempre que o merecer, applicado na razão dupla do prescripto no artigo antecedente ; quanto, porém, ao castigo corporal, terá logar em dois dias.

Art. 10. No fim de tres mezes de permanencia na Companhia Correccional, se a praça houver modificado o comportamento, tornando-se elle notoriamente bom, será excluída da Companhia e revertirá ao seu anterior estado, solicitando-se da autoridade competente a expedição das ordens para esse fim. Se o contrario tiver logar, o relapso, pelas faltas que commetter, soffrerá maior castigo que os committidos no presente regulamento, o qual ficará ao prudente arbitrio do Commandante.

Art. 11. As praças que não se regenerarem com um anno de permanencia na Companhia Correccional, ficarão para sempre privadas do accesso de classe, embora excluídas posteriormente da Companhia e não poderão empregar-se em nenhum estabelecimento ou dependencia da marinha.

DO CONSELHO

Art. 12. O Conselho será composto do 2º Commandante do corpo, navio ou escola, como presidente, e de dois officiaes de patentes da classe da Armada, na sua falta, de classes annexas, e ainda na falta destes se recorrerá aos officiaes do Exercito, dos quaes o mais moderno escreverá o processo.

PROCEDER DO CONSELHO

Art. 13. A' vista da parte accusatoria, serão interrogados officiaes inferiores ou praças, preferindo-se os de reconhecida moralidade e disciplina, os quaes externarão livremente o seu conceito a respeito do accusado. No caso de ficar provada a parte, o Conselho opinará pela inclusão na Companhia Correccional; no caso contrario, levará o resultado da investigação ao conhecimento do Commandante, por officio escripto pelo vogal mais moderno, e assignado por todos os membros do conselho, para que se proceda de conformidade com a lei relativa ás partes falsas.

FÓRMA DO PARECER

Aos oito dias do mez de Março de mil oitocentos e oitenta e nove, na praça d'armas do Cruzador *Paysantú* reunido o Conselho de investigação para julgar da

ANEXO B

— 437 —

Companhia Correccional

parte dada contra o marinheiro nacional J. de O., pelo official encarregado do destacamento, 1.º Tenente J. de O. M. procedeu-se á inquirição de testemunhas, resultando do depoimento dellas que a praça J. de O. está no caso de ser incluída na Companhia Correccional, porquanto é dada a frequentes actos de...

Instrucções para a
Companhia Correccional.

F...

(Posto) Presidente

F...

(Posto) Vogal

F...

(Posto) Vogal

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 14. Os Commandantes, do Corpo de Marinheiros Nacionaes, de Força Naval, navio solto, apresentarão trimensalmente relatorio circumstanciado relativo á Companhia Correccional, fazendo notar as vantagens colhidas e quaes as medidas que mais aproveitaram á correccão dos delinquentes. Estes relatorios serão remetidos á Secretaria de Estado por intermedio das autoridades competentes.

Art. 15. Estes artigos serão lidos frequentemente perante a guarnição formada, fazendo os Commandantes notar ás praças as desvantagens consequentes á entrada na Companhia Correccional, exhortando-as a empregarem o maior esforço para não serem nellas arroladas.

Art. 16. Quando no Quartel do Corpo de Marinheiros Nacionaes o numero de praças arroladas na Companhia Correccional exceder de vinte, o respectivo Commandante requisitará ordem do Ajudante-Gen. da Armada, além de que o excedente seja transferido para os navios da Armada.

Art. 17. A transferencia de que trata o artigo anterior se verificará pela seguinte fórma: Cada navio de 1.ª classe poderá ter até seis praças da dita Companhia; os de 2.ª classe quatro e os de 3.ª classe duas.

Art. 18. Ficam extensivas estas disposições ao Corpo de Marinheiros Nacionaes de Matto-Grosso e as praças do Batalhão Naval no que lhes for applicavel.

AV. N.º DE 9 DE MAIO DE 1890.— (Ao Quartel Gen.).— Communica que por Dec. n.º 328 de 12 de Abril de 1890 *, foi creada no Corpo de MM. NN. uma Companhia Correccional, que se regerá pelas Instrucções que hoje serão distribuidas, para terem desde já a devida execução.

ORD. DO DIA N.º 101 DE 16 DE MAIO DE 1890.— Dá-se conhecimento á Armada que a Companhia Correccional creada por Dec. n.º 328 de 12 de Abril de 1890 *, é a 3.ª do Corpo de MM. NN.

ORD. DO DIA N.º 107 DE 23 DE MAIO DE 1890.— É creada uma Companhia Correccional no Batalhão Naval, que será a 5.ª e se regerá pelas Instrucções que baixaram com o Dec. n.º 328 de 12 de Abril de 1890*.

A Companhia de MM. NN. do Est. de Matto Grosso é adicionada uma outra, que será a Correccional, sob a denominação de 2.ª, que tambem se regerá pelas referidas instrucções.

Creação de Companhia Correccional no Batalhão Naval e Companhia de MM. NN. de Matto Grosso.

AV. N.º 397 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1896.— Perdem a gratificação de meio-soldo as praças do Corpo de MM. NN. que forem condemnadas em Conselho de guerra ou que tiverem estado na Companhia Correccional.

V. «Corpo de Marinheiros Nacionaes».

ANEXO C

Transcrição do Boletim da *Armada de Chile* à imprensa sobre o “movimento subversivo” observado no cruzador *Almirante Latorre* e no contratorpedeiro *Blanco Encalada*. Documento reproduzido no periódico *El Mercurio de Valparaíso*, em 8 de agosto de 1973, 49.594, p.1 e 8:

“En los últimos días de la semana pasada fue detectada por los Servicios de Inteligencia de la Armada, la gestación de un movimiento subversivo en dos unidades de la escuadra, apoyado por elementos extremistas ajenos a la institución.

De inmediato se procedió a la sustanciación de un sumario interno, que ha permitido individualizar y detener a varios tripulantes, presumiblemente comprometidos.

En el citado proceso que se instruye se han formulado cargos por faltas graves a la disciplina y a las disposiciones del Código de Justicia Militar, al personal que habría deliberado con elementos ajenos a la institución, cuya vinculación y responsabilidad una vez esclarecida será sancionada rigurosamente de acuerdo con el Reglamento de Disciplina de la Armada y el Código de Justicia Militar.

Estos hechos son consecuencia evidente de la intensa campaña de propaganda perniciosa que han estado desarrollando grupos extremistas mediante continuos llamados a la desobediencia. La Armada Nacional condena violentamente todo intento destinado al quebrantamiento de la disciplina y la cohesión institucional que afecta a la Armada, expresando que será inflexible en la aplicación de las medidas tendientes a controlar la situación y sancionar a sus responsables”.

Fonte: *El Mercurio de Valparaíso*, Biblioteca Nacional de Chile

ANEXO D

Transcrição da Portaria nº1 do Comando Supremo da Revolução, publicada no Boletim do Ministério da Marinha, nº18, de 1º de maio de 1964.

PORTARIA Nº1

O Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandos em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica:

Considerando que a destinação das Forças Armadas, nos termos da Constituição, é defender a Pátria e garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem;

Considerando atividades subversivas desenvolvidas por indivíduos, grupos e organizações no País;

Considerando que tais atividades têm base em ideologia contrária ao Regime Democrático e estão, no seu conjunto, subordinadas a planos;

Considerando que a atitude das Forças Armadas, no cumprimento de sua missão Constitucional, fez abordar tais planos, mas não eliminou, por completo, os focos nem apurou responsabilidades;

Considerando fatos público e notórios trazidos aí conhecimento do povo brasileiro, através da Imprensa falada, escrita e televisionada;

Considerando, enfim, a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista, resolve:

A) Determinar a abertura do Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

B) O inquérito acima deverá apurar também as atividades exercidas pelos elementos citados no Ofício número 170, de 5 de abril de 1964, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de Guanabara;

C) Designar encarregado desse Inquérito o Exmo. Sr. General-de-Divisão Estevão Taurino de Resende Neto, que, assim, fica investido de todos os poderes legais e regulamentares, para o fim em tela.

Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964, Gen-Ex Arthur da Costa e Silva; Ten-Brig Francisco de Assis Correia de Mello; Vice Alm Augusto Hamann Rademaker Grunewald.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br